

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TELMA MARA BITTENCOURT BASSETTI SANTOS

**TURISMO E CAMPESINATO – embates ideológicos e culturais em
Colombo/PR.**

SÃO PAULO

2009

TELMA MARA BITTENCOURT BASSETTI SANTOS

TURISMO E CAMPESINATO – embates ideológicos e culturais em Colombo/PR.

Tese apresentada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr Júlio César Suzuki.

São Paulo

2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Geografia Humana

SANTOS, Telma Bittencourt Bassetti.

Turismo e Campesinato: embates ideológicos e culturais em Colombo/PR.
Telma Bittencourt Bassetti Santos; orientador Júlio César Suzuki. São Paulo, 2009.

ix, 218f.: il.; 31 cm.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) –
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Turismo. 2. Campesinato. 3. Consumo.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Telma Bittencourt Bassetti Santos

Turismo e Campesinato: embates ideológicos e culturais em Colombo/PR.

Tese apresentada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: Geografia Humana

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

A André Filipe, meu marido e companheiro de jornada.

AGRADECIMENTOS

A Mário Sérgio, meu pai, pelo apoio irrestrito.

A Elson, meu sogro, pelo constante apoio e companheirismo.

A Esméria (in memoriam) mesmo ausente, sempre presente.

A Célia Bassetti, pelo incentivo e força nos momentos difíceis.

A Júlio César Suzuki, meu orientador, pelas inúmeras gentilezas e contribuição.

Aos professores da banca, pelas contribuições.

Louvado seja Deus!

RESUMO

Turismo é uma atividade que pode ser definida como uma prática social cooptada pelo mercado e que tem no espaço sua maior especificidade. De um lado, o turismo é apresentado enquanto uma atividade econômica como aporte ao desenvolvimento; de outro, ele se apresenta como uma atividade geradora de impactos. Enquanto atividade econômica, cada vez mais o turismo se afirma como consumo do/no espaço e do lazer, pautado em um tempo rápido, racionalizado e caro, independentemente dos lugares onde ele se realiza. No campo, o modo de vida camponês se realiza em um tempo lento, em oposição ao próprio turismo. As políticas brasileiras de implementação do turismo no campo tem como discurso a melhoria de condições de vida e aumento de ganhos para o pequeno agricultor familiar. Mas por trás da noção de agricultor familiar há uma tradição de análises da existência, desaparecimento e resistência do camponês em meio a projetos políticos de modernização do campo, a partir de uma tentativa de transformar o camponês em agricultor familiar. Uma análise do turismo não pode desconsiderar a complexidade das relações e dos processos sociais que ele engendra, sob o risco de produzir-se uma análise reducionista. Tivemos por objetivo geral analisar em que medida o avanço do turismo no município de Colombo/PR, com apoio de políticas públicas, se desenvolve com participação camponesa. Utilizamos o método dialético materialista, levando em consideração a complexidade da vida social e da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Turismo e campesinato são analisados a partir de suas contradições, percebidos em constantes movimentos. Como resultado de nossa pesquisa, foi possível observar que, de maneira geral, não há desenvolvimento do turismo com participação camponesa. Isso porque há uma oposição entre a implementação da atividade turística e o modo de vida camponês, que acaba resistindo ao próprio turismo.

Palavras chave: Turismo. Camponês. Consumo.

ABSTRACT

Tourism is an activity that can be defined as a social practice co-opted by the market and which has its major specificity in the space. On one hand, tourism is presented as an economic activity contributing to development; on the other hand it is presented as an activity that generates impacts. Tourism as an economic activity is increasingly seen as a consumption of/in space and of leisure, enjoyed in a quick, rationalized and expensive time, independently of the places where it takes place. In the countryside the peasants' life style is slow paced, to the opposite of tourism itself. The Brazilian implementation policies for countryside tourism argue that it is to improve living conditions and earnings for the small family farmer. However behind the family farmer notion there is a tradition of analyses of the existence, disappearance and resistance of the peasants in the midst of political projects for the modernization of the countryside, to try and transform the peasants into farming families. An analysis about tourism must consider the complexity of the relationships and social processes that it generates, under the risk of producing a reductionist analysis. We had the general objective of analyzing just how the advance of tourism in the municipality of Colombo/PR, with the support of government policies, is developing with peasant participation. We utilized a materialistic dialectic method, taking into consideration the complexity of social life and of the coexistence of social relationships that have unequal dates. Tourism and countryside family social groups are analyzed from their contradictions, perceived in constant movements. It was possible to observe as a result, after our research, that in general there is no tourism development with peasant participation. This is because there is opposition between the implementation of tourist activity and the peasants' way of life, which ends up resisting tourism itself.

Keywords: Tourism. Peasant. Consumption.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Chácara do Morango Natural.....	57
Foto 2: Lojinha da Chácara Engenho Verde.....	60
Foto 3: Quiosque.....	62
Foto 4: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	67
Foto 5: Turistas na entrada da Igreja Nossa Senhora do Rosário durante realização da missa.	68
Foto 6: Turista fotografando seu Ciro.....	69
Foto 7: Seu Ciro recolhendo o milho moído em seu Moinho.....	69
Foto 8: Turista sendo fotografada ao lado do Moinho enquanto o grupo de turistas compram produtos ali ofertados.....	70
Foto 9: Casa do Pedro e da Rosi.....	121
Foto 10: Piscina aquecida e pula-pula no jardim.....	121
Foto 11: Produção de alfaces.....	122
Foto 12: Galochas usadas no cuidado com a lavoura deixadas na grama.....	123
Foto 13: Casa residencial do Dirceu e sua família.....	129
Foto 14: Cantina da Vinícola Dirceu Cavalli.....	129
Foto 15: Galpão de tonéis para produção de vinho.....	131
Foto 16: Vinícola Dirceu Strapasson.....	132
Foto 17: Vinícola Dirceu Cavalli.....	133
Foto 18: Dona Líbera recebendo os turistas da excursão.....	135
Foto 19: Estufa para produção orgânica do morango.....	136
Foto 20: Supermercado da Nonna.....	179
Foto 21: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário em Colombo.....	180
Foto 22: Casa de agricultor no percurso até a gruta Bacaetava.....	182
Foto 23: Olericultura no percurso da gruta Bacaetava vista do ônibus.....	183
Foto 24: Olericultura no percurso até a gruta do Bacaetava.....	184
Foto 25: Produção de chuchu localizado no roteiro turístico em Colombo.....	185
Foto 26: Turistas caminhando no entorno da horta.....	187
Foto 27: Seu José, sem direcionar o olhar para a máquina fotográfica.....	189
Foto 28: Turista montando a cesta de verduras.....	190
Foto 29: Turista posando para foto.....	191
Foto 30: Turista posando para foto.....	191
Foto 31: Turista posando para foto e seu José, aos fundos.....	192
Foto 32: Turistas posando para foto munidas de chapéu e cesta com verduras.....	193
Foto 33: Turistas descansando nas redes após o almoço.....	194
Foto 34: Turista fotografando o filho em cima do cavalo.....	194
Foto 35: Cirilo trabalhando em sua lavoura com seus familiares.....	198
Foto 36: Seu Carlos, trabalhando em sua lavoura.....	199

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS, p.1

CAPÍTULO 1 – TURISMO E CAPITALISMO: UM PAR PERFEITO, p.13

1.1 ÓCIO, LAZER E TURISMO: A MERCANTILIZAÇÃO DO TEMPO LIVRE NA SOCIEDADE DE CONSUMO, p, 13

1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO, p. 17

1.2.1 Turismo e desenvolvimento: para quem? p, 31

1.3 TURISMO NO ESPAÇO RURAL: (NÃO) RELAÇÕES COM A AGRICULTURA, p. 36

1.4 O CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL (CITUR) EM COLOMBO/PR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO (TA), p.45

1.4.1 O Circuito Italiano em Colombo/PR, p. 46

1.5 O TURISMO EM COLOMBO, p. 52

1.6 O TURISTA EM COLOMBO, p.64

CAPÍTULO 2 – CAMPESINATO E TURISMO: IDEOLOGIAS E EMBATES TEÓRICO-PRÁTICOS, p.71

2.1 O CAMPONÊS SEGUNDO O OLHAR DE MARX, ENGELS, KAUTSKY, CHAYANOV E LÊNIN, p. 72

2.2 CAMPESINATO NO BRASIL: OLHARES E CONCEITOS, p.79

2.3 CAMPESINATO E TURISMO EM COLOMBO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS, p. 116

2.3.1 O olhar do camponês em relação ao turismo, p. 117

2.3.2 Um olhar sobre o camponês em relação ao turismo, p. 127

CAPÍTULO 3 – AGRICULTURA FAMILIAR, CAMPESINATO E TURISMO: IDEOLOGIAS, LIMITES E POSSIBILIDADES, p. 143

3.1. NOVO RURAL? A PERSPECTIVA DE JOSÉ GRAZIANO DA SILVA NA CONFORMAÇÃO DO NOVO RURAL, p. 144

3.2. ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, p. 162

3.3. PLURIATIVIDADE, MULTIFUNCIONALIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA POSSIBILIDADE? p. 170

3.4 O CATIVEIRO DA TERRA E, TAMBÉM, DA CULTURA: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO RURAL NO BRASIL, p. 176

3.5 O CATIVEIRO DA TERRA E DA CULTURA: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL EM COLOMBO/PR, p. 176

3.5.1 Efeitos da maquiagem no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, p. 177

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 200

REFERÊNCIAS, p. 204

ANEXOS, p. 213

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A confecção de uma tese não é somente resultado de uma trajetória acadêmica, mas também resultado de uma parte de nossas vidas. São quatro anos de estudos, de trabalho e de vida. Quando lemos um trabalho científico, às vezes, achamos que o resultado final da pesquisa ou o texto final foram frutos unicamente das escolhas do pesquisador. E essa imaginação do leitor vai também fazendo a fama do autor. Quando o trabalho está bom, pensamos: “que capacidade de fazer análises!”, “como usa adequadamente a metodologia e a teoria!”, “como argumenta bem!”. Quando o trabalho está ruim, é um Deus nos acuda: “o orientador não deveria...”, “mostra desconhecimento...”, “imagina, sem nenhum respaldo, que...” E por aí vai. Estando bom ou ruim o trabalho, as críticas dos leitores, que primeiramente são os próprios pares, quase sempre toma uma visão planificada, sem considerar as ranhuras, os relevos da trajetória do autor ou das dificuldades encontradas para a produção do trabalho. Talvez não se possa mesmo exigir dos leitores que eles saibam de aspectos particulares da trajetória do pesquisador. Mas o próprio pesquisador poderia/deveria expressar mais os seus sentimentos em relação ao trabalho e às dificuldades enfrentadas para sua realização. O conhecimento dessa trajetória de vida, contudo, torna o resultado do trabalho mais humano.

Nem sempre os resultados das pesquisas vão ao encontro das expectativas e hipóteses do pesquisador. E nem sempre as hipóteses de trabalho são concebidas *a priori*. Daí a importância de relatar um pouco a experiência da pesquisa. Algumas vezes, o desenvolvimento das pesquisas vai impondo novas hipóteses que anteriormente não haviam sido pensadas. Vamos tendo que fazer adequações à pesquisa, o que inclui métodos e teorias. O que estamos dizendo é que o produto final das pesquisas nem sempre é esperado. Não há um controle absoluto do pesquisador sobre suas fontes e hipóteses de trabalho. Esse controle é sempre relativo, precisando de alterações no percurso. Essa constatação não deve diminuir o peso das críticas que devem ser feitas pelos pares, mas deve dar ao pesquisador a certeza de que ele não é tão brilhante nem tão “fraco” quanto as críticas possam pintá-lo. Porque ele não é dono da verdade. Porque ele não é senhor absoluto de suas pesquisas e de seus resultados. Numa sociedade em que o binômio sucesso/fracasso baliza os julgamentos morais, o campo científico, às vezes, parece

não estar tão imune a essa lógica de mercado. Mas os efeitos que esse tipo de julgamento tem sobre o pesquisador e seus trabalhos – porque separar trabalho e trabalhador é cada vez mais difícil mesmo no campo científico – pode ser menos pernicioso na medida em que ele tiver maior consciência de suas limitações e virtudes. Em nossa sociedade, o sucesso costuma encobrir uma multidão de erros e fracassos pessoais. Mas o campo científico, às vezes, é até mais cruel, não deixando que os deslizes da carreira sejam esquecidos, nem pelos pares nem pelo próprio pesquisador que cometeu algum erro considerado grave, seja na área metodológica, teórica ou mesmo pessoal.

Torna-se impossível apresentar brevemente os capítulos que virão a seguir sem antes apontar, minimamente, alguns aspectos do percurso, nada linear, que foi feito até chegarmos ao resultado final da tese. Passamos por todo tipo de experiência no decorrer do curso de doutorado: saímos de Vila Velha no Espírito Santo para morar em Campo Mourão no interior do Paraná; de Campo Mourão fomos para Curitiba onde encontramos, finalmente, o objeto de pesquisa; vimos nascer e crescer nossa filha, hoje com 3 anos; vimos, também, nascer e crescer nossos dois filhos gêmeos, hoje com 8 meses; enfrentamos perseguições acadêmicas; desemprego; desentendimentos familiares; doenças; morte na família; entre outras experiências boas e ruins.

Enfim, este trabalho está repleto de fracassos e sucessos das mais diferentes ordens. Talvez haja até mais fracassos, mas fizemos o nosso melhor. Seria insuportável pensar no resultado final da tese fora desse contexto. Ou pensar numa outra tese em meio a tudo o que passamos. Se o contexto fosse outro, muito provavelmente a tese também teria outros contornos.

Quando fomos aprovados para o doutorado, tínhamos um projeto por demais grandioso. No decorrer do tempo, fomos alterando e reduzindo o projeto inicial até chegarmos ao que estamos defendendo aqui. Parte das alterações realizadas e seus principais motivos serão demonstrados aqui, porque entendemos, como Bourdieu (2003, p. 18), que a exposição dos resultados da pesquisa é também uma exposição de si mesmo, é um correr riscos. Estamos assumindo esses riscos como parte da discussão necessária ao amadurecimento das questões levantadas e ao ingresso definitivo no campo da geografia humana brasileira.

O QUE (NÃO) ESPERAR DESSA TESE

Essa tese de doutoramento tem como fio condutor o turismo, enquanto atividade econômica, desenvolvido no campo com o apoio de políticas públicas e, em meio a esse embate, a presença do camponês.

O turismo, enquanto prática social cooptada pelo mercado, cada vez mais se afirma como atividade capitalista direcionada ao lazer. Este lazer, por sua vez, já não mais se realiza a partir do uso livre do tempo livre de maneira livre, mas, na sociedade de consumo, é condicionado ao fazer turismo. Para Carlos (1999, p. 24),

o lazer na sociedade moderna também muda de sentido, de atividade espontânea, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo transforma em mercadoria, tornando o homem um elemento passivo.

Não é por acaso que autores mais críticos em relação às práticas turísticas (Cruz, 2001; Rodrigues, 1997; Carlos, 1999; dentre outros) utilizam a idéia de simulacro de Jean Baudrillard (1991) para designar os espaços que sofreram o processo de turistificação. Enquanto o mundo moderno era organizado em torno da produção, o mundo pós-moderno é regulado pela simulação. Diferentemente da imitação ou do fingimento, casos em que a diferença entre produto e realidade se mantém, o simulacro (a tv, a realidade virtual) confunde realidade e ilusão. Nesta direção, Carlos afirma que

a indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o 'espetáculo' para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. (CARLOS, 1999, p. 26).

O turismo realizado no campo não escapa a essa lógica. Neste trabalho, defendemos a idéia de que o turismo só se realiza no campo a partir da (re) valorização da natureza, em nada associada à agricultura enquanto atividade produtiva, senão como paisagem que legitima este espaço enquanto rural; somado à cultura camponesa, os quais, juntos, são transformados em simulacros para atender às necessidades de consumo dos turistas em empreendimentos turísticos.

Isso porque a prática turística realizada no campo acaba se desdobrando em re-produções de outros espaços; simulacros, para agradar uma demanda crescente de consumidores ávidos pela busca da natureza perdida e a cultura ali contida. Sobre o que estamos dizendo, durante sua pesquisa de doutorado na França, Carneiro (2002) afirma que a noção de pluriatividade e multifuncionalidade “recuperam uma característica da agricultura camponesa: a agricultura como modo de vida (integrada ao conjunto da sociedade e ancorada em um território)”. Segundo a autora, atualmente, “há uma busca por uma nova imagem de agricultor que não é mais a mesma do ‘agricultor moderno’ ou do ‘verdadeiro agricultor’ de há 10 anos passados (...). Hoje todo mundo quer ser camponês” (CARNEIRO, 2002, p. 234).

Estudos apontam que propriedades localizadas no campo, voltadas para a prática turística, nada têm de agrícola, a não ser o espaço natural do entorno¹, embora o camponês esteja inserido neste contexto como mais um símbolo de consumo no imaginário popular: o trabalhador com chapéu de palha que retira leite da vaca, que colhe as verduras etc; proletarizado nos empreendimentos turísticos. O elemento cultural relacionado à imigração italiana (como é o caso de Colombo/PR), também se coloca como fator de atratividade, restringindo o turismo em espaço rural àqueles que são descendentes de imigrantes italianos. A busca dos citadinos pelo campo pode ser parte do que Martins (1975) chamou de ideologia urbana, claro, em outro sentido. Quer dizer, a configuração e consumo do campo a partir do lazer e práticas sociais realizadas no campo, segundo padrões urbanos. Carneiro parece concordar com o que estamos dizendo quando afirma que,

observa-se, então, a elaboração de uma outra vertente de representações sociais sobre o rural, não mais sustentadas na sua desqualificação como atrasado, mas apoiadas na valorização positiva da natureza e do patrimônio cultural dos espaços rurais. Essa busca, por parte dos habitantes das cidades, de um contato mais freqüente e próximo com a natureza, idealizada, estimula o turismo (CARNEIRO, 2002, p. 226).

Este ideal de que nos fala a autora acaba por subtrair do campo brasileiro a sua realidade, o que inclui as dificuldades e impedimentos de acesso a terra e a

¹ A pesquisa de mestrado que realizamos em municípios turísticos no interior do Espírito Santo confirma o que estou dizendo. Lá o agroturismo estava disfarçado de agronegócio no qual a interação do visitante, ou turista, com as atividades realizadas no interior da propriedade se limitava à compra de produtos, nem sempre constituída com matéria prima produzida no interior da propriedade. Importante considerar que no roteiro do agroturismo municipal a grande maioria dos pequenos produtores agrícolas não estava presente, limitando-se aos produtores agrícolas dominantes.

própria dificuldade de manutenção da agricultura enquanto atividade produtiva. Trata-se da construção de simulacros. Na medida em que os elementos culturais e atividades produtivas, a exemplo da agricultura, são apreendidos pelo mercado e transformados em mercadoria em empreendimentos turísticos e ofertados aos turistas na qualidade de simulacros. Para exemplificar o que estamos falando, basta apontar os pesque-pagues, as fazendas-hotéis, os hotéis-fazendas etc; tão em voga, há pouco tempo, ausentes de produção agrícola, mas, todavia, ricos em signos que expressam a cultura camponesa.

Assim, o turismo no campo se realiza individualmente segundo valores urbanos projetados no campo a partir de um ideal urbano. É o que podemos observar nas palavras de Endlich quando questiona as práticas turísticas realizadas no campo. Diz a autora:

é preciso problematizar acerca dessas novas atividades desenvolvidas no campo, entendidas como do novo rural. A proposta de volta ao campo e revalorização da natureza são valores rurais? Esse retorno ocorre de uma perspectiva urbana. Ele só é aceitável, por uma parte da sociedade, tendo em vista o conforto, a acessibilidade, o vínculo com a cidade e com a mídia que veicula valores urbanos. Ou será que as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade e outros confortos, já incorporados como necessidades, com base em referenciais urbanos? (ENDLICH, 2006, p. 29).

Antes de avançar, porém, é preciso considerar que turismo não é, somente, uma atividade econômica, prova disso são as políticas públicas para fomento dessa atividade tendo em vista a melhoria das condições de vida nos lugares onde ele se realiza. Assim, as políticas públicas para o fomento do turismo no campo, enquanto atividade alternativa de renda, são direcionadas aos agricultores familiares. Se, de um lado, os camponeses em Colombo não se reconhecem como camponeses, mas como agricultores familiares, deslocando o campesinato a uma categoria de análise acadêmica; de outro, a despeito desse não reconhecimento, eles são camponeses. Sendo assim, é preciso considerar que a idéia de agricultor familiar, sugerida nas políticas públicas de turismo no campo, está assentada em um debate mais profundo o qual diz respeito à existência ou não do campesinato no Brasil. O que justifica a utilização do conceito em nossas análises.

A questão sobre o avanço das atividades turísticas no campo, tendo em vista a participação dos camponeses, diz respeito a um descompasso entre ritmos de vida pautados em temporalidades diferenciadas. Sobre este descompasso entre

universos de vida e, portanto, maneiras diferenciadas de lidar com as situações da vida cotidiana, Martins chama a atenção para o fato de que “na realidade coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (MARTINS, 1996, p. 15). Isso implica dizer que os indivíduos encaram a vida de maneiras diferenciadas, variando conforme sua história de vida, familiar e cultural. Este processo de socialização, que torna o olhar individual distinto sobre um mesmo fenômeno, não pode ser considerado melhor ou pior do que outro olhar sobre o mesmo fenômeno. Assim, a afirmativa supracitada por Martins (1996, p. 15) de maneira nenhuma sugere que o campesinato seja ou deva ser considerado como atrasado ou arcaico. Nas palavras de Paulino (2006, p. 285), “a racionalidade camponesa é outra, o que não significa que ela deva ser atirada na vala comum que costuma ter como referência a oposição moderno e arcaico”.

Ou ainda, que será suprimido a partir do avanço do capitalismo via processo inexorável de proletarização. Neste embate, entre avanço do capitalismo e dominação decorrente deste mesmo avanço, está a cultura e a vida humana que são (re)criadas enquanto resistência a este mesmo processo. Isso porque em meio a este embate está o próprio descompasso dos processos sociais contrários marcados pela dialética.

Nesta direção, sobre o campesinato, podemos ousar afirmar não somente sobre sua existência como resistência, mas também que ele existe a despeito e atrelado ao modo de produção capitalista, contraditoriamente. Não como existia aos moldes de um século atrás, mas dinâmico e (re) criado a partir de variáveis que ainda os definem enquanto classe e/ou grupo social. Sobre as sociedades ameaçadas de desaparecimento via avanço do capitalismo, Sahlins comenta: “essas sociedades não estavam desaparecendo há um século atrás (...), elas ainda estão desaparecendo – e estarão sempre desaparecendo” (SAHLINS, 1997, p.52).

Defendemos que, isoladamente, a base familiar de produção não pode ser considerada como critério suficiente e único para definir o camponês enquanto camponês. Ao contrário, a definição do camponês agrupa um conjunto de variáveis, que, articuladas entre si, nos ajudam a pensar e definir o campesinato dos dias

atuais. Como veremos adiante, há grupos familiares atuando no campo como empresas capitalistas sem, contudo, estarem vinculadas à agricultura e, conseqüentemente, ao campesinato. Ou ainda, camponeses que, inseridos no desenvolvimento do turismo, modificam este turismo e são modificados por ele. Se de um lado o aspecto econômico não é determinante, enquanto categoria analítica, para definição do camponês; a cultura, também não o é. Neste trabalho, poderemos observar que estes dois aspectos, juntos, determinam e são determinados a partir das práticas cotidianas camponesas, sobretudo em relação aos que estão inseridos no desenvolvimento do turismo.

É preciso considerar que o acesso legal a terra, por meio da relação de compra e venda, se coloca como um dos primeiros impasses para que os camponeses se tornem pluriativos aos moldes do que pretende a professora Maria José Carneiro² (2002). A análise do espaço rural brasileiro não comporta uma homogeneidade no sentido de atribuir características camponesas ou capitalistas; mas os usos diferenciados, nesses territórios, entre camponeses e capitalistas, é que reforça uma heterogeneidade, às vezes, não percebida pelos analistas. Ao confundir as lutas que se dão entre camponeses e capitalistas no campo e encará-lo como homogêneo, pode-se cair no erro de aceitá-lo da maneira como ele nos é dado e vendido: como um campo homogêneo de capitalistas ou de camponeses.

De um lado, a necessidade de adequar a propriedade para o consumo turístico demanda investimentos que escapam às condições financeiras da grande maioria dos camponeses, de outro, as práticas sociais, a vida cotidiana do camponês também se coloca como um impedimento à realização do turismo em suas propriedades. E ainda, é preciso considerar que a realidade do Brasil não é um retrato da realidade da região sul brasileira, lugar em que a realidade do campo é bem diferente dos demais estados brasileiros³, sobretudo em relação ao desenvolvimento do turismo no campo. Contudo, no que diz respeito à (re)

² Mesmo que a pluriatividade se realize fora de sua propriedade, Carneiro (2002) aponta como condição para uso deste recurso que o sujeito seja proprietário de terra. Desta maneira, “quem é proprietário de terras pode recorrer ao aluguel de parcelas, normalmente sob a forma de parceria, a um agricultor sem terra, para dedicar-se a outra atividade, seja um restaurante, seja uma pequena pousada ou um pequeno comércio, sem romper integralmente o vínculo com a agricultura” (CARNEIRO, 2002, p. 226).

³ Souza já apontava, em 1997, a necessidade de investigar para quem os benefícios do turismo (geração de renda, de empregos e melhoria das condições de vida) eram destinados em sua implementação.

produção do turismo no campo, há uma tendência à homogeneização das atividades ofertadas ao turista, as quais passam pela cultura de imigração, produção de uvas e fabricação de vinhos, queijos e geléias, além dos espaços capitalizados em que o lazer dirigido é oferecido aos turistas.

Como já dissemos, o modo de vida camponês escapa à lógica capitalista. O turismo é uma atividade aos moldes capitalistas. Para que o camponês desenvolva esta atividade em sua propriedade seria necessária sua transformação de camponês para empresário capitalista. Ou, que este turismo fosse desenvolvido e submetido ao modo de vida camponês e não o contrário, segundo critérios de valores de uso e não de valores de troca. Dito de outra maneira, a partir da valorização de seu modo de vida em uma relação de respeito a esta mesma vida e não a valorização que pretende o turismo: a transformação de tudo em mercadoria, incluindo aí sua própria vida. Aí está o impasse e desafio.

Esta argumentação não exclui a existência do camponês no Brasil e muito menos defende seu desaparecimento via processo de proletarização, neste caso, a partir do turismo enquanto atividade capitalista no campo, como defende José Graziano da Silva (1999) sobre a conformação de um novo rural. A exemplo do que estamos dizendo, estudos apontam que, no Rio de Janeiro, antigos camponeses depois de venderem suas propriedades se tornaram funcionários nas mesmas propriedades agora tornadas empresas turísticas (CARNEIRO, 2002), ou, quando inseridos em sub-empregos gerados a partir do avanço do turismo que, segundo Carneiro,

tem o efeito de dinamizar a economia e alimentar a sociabilidade, contribuindo para o fortalecimento do tecido social local. Em geral são empregos informais no setor de prestação de serviços, tais como jardineiros, caseiros, cozinheiras, faxineiras, empregadas domésticas ou de pousadas e de restaurantes e trabalhadores em construção de casas (CARNEIRO, 2002 p. 228).

A afirmativa de Carneiro denuncia a proletarização do camponês. Assim, os usos diferenciados do território apontam para uma heterogeneidade em um embate de forças que se colocam como forças homogeneizantes (capitalismo) contra a resistência (cultura e vida) que se desdobra cotidianamente neste mesmo território, o campo. Cabe investigar estes embates a fim de descortinar os processos que o engendram. Assim, tivemos por objetivo geral analisar em que medida o avanço do

turismo no município de Colombo, no estado do Paraná, com apoio de políticas públicas se desenvolve com participação camponesa, tendo como recorte temporal a implementação do turismo, que seu deu no ano de 1996, até os dias atuais. À medida que nos debruçávamos sobre este objeto, inserimo-nos em questões importantes, quais sejam: quais são os efeitos do desenvolvimento do turismo para os camponeses envolvidos no desenvolvimento do turismo; ou ainda, pensado em seu sentido inverso; quais são as implicações para o turismo levando em consideração os camponeses não inseridos no desenvolvimento do turismo? Nosso objeto de pesquisa foi o Circuito Italiano de Turismo Rural desenvolvido na área rural de Colombo, município de Curitiba, no Paraná.

Para responder as questões propostas, seguimos as orientações de Martins (1996), sobre a contribuição de Lefebvre do método que integrou a história na perspectiva dialética materialista. Entendemos que a realidade social deve ser compreendida a partir do reconhecimento de uma dupla complexidade social: horizontal e vertical. Para Martins (1996), essa dupla complexidade “se manifesta com mais vigor na eleição do mundo rural como referência inicial mais rica nas implicações metodológicas, pois é o que encerra maior diversidade e maior tensão de tempos históricos e de relações sociais datadas” (MARTINS, 1996, p. 21).

Essa afirmativa justifica o nosso recorte espacial definido pelo município de Colombo no estado do Paraná por se tratar de um município cuja formação se deu, também, a partir da ocupação de imigrantes italianos e que, no dias atuais, tem caminhado para se consolidar enquanto destino turístico no campo. O recorte temporal englobou a história da formação do município de Colombo, mais especificamente a partir do processo de imigração italiana, passando pelo ano de 1999, data de implantação do chamado ‘Circuito Italiano’, circuito turístico que envolve cinquenta e três (53) propriedades agrícolas, em 2009, no município de Colombo no Estado do Paraná.

Lefebvre (1981) aponta para a análise de uma dupla complexidade que se desdobra em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam as temporalidades desencontradas e coexistentes. Assim, seguindo as orientações do autor, a proposta para um método simples se dá a partir de três principais passos

englobando vários momentos: descritivo; analítico-regressivo e histórico genético (LEFEBVRE, 1981).

Nesta primeira etapa descritiva, fizemos uma reconstrução, a partir de um olhar teoricamente informado, da diversidade das relações sociais para, em um passo subsequente, identificar e descrever este mesmo olhar. Esta etapa exigiu de nós uma etnografia⁴ a fim de que pudéssemos identificar as tramas sociais envolvidas no processo de implantação e desenvolvimento do turismo em Colombo/PR. Assim, no primeiro capítulo, nosso esforço foi no sentido de realizar uma discussão mais verticalizada sobre o turismo, enquanto uma atividade cuja racionalidade se dá a partir de um tempo presente levando em consideração sua proximidade com o capitalismo. Nesta direção, apresentamos e discutimos a maneira como o turismo foi e tem sido planejado na área rural de Colombo tendo em vista o principal sujeito envolvido, a saber: Secretaria de Turismo de Colombo. E ainda, como esse turismo se realiza, tendo em vista a perspectiva do turista.

No segundo capítulo, realizamos um debate teórico sobre a história e caracterização do camponês no Brasil com a finalidade de identificar sua presença no Circuito Italiano em Colombo e, ainda, investigar nos camponeses não inseridos no Circuito, mas geograficamente localizados próximos a ele, os motivos de sua não inserção. Tratou-se do segundo momento da pesquisa, que Lefebvre (1981) chama de analítico-regressivo. Neste momento da pesquisa, mergulhamos na complexidade vertical da vida social; “a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais” (MARTINS, 1996, p. 21). Nesta etapa da pesquisa, investigamos os motivos pelos quais alguns camponeses em Colombo não participam do desenvolvimento do turismo e as implicações desta postura para a reprodução do campesinato e desenvolvimento do turismo em Colombo; em um esforço analítico para analisar cada um desses fenômenos isoladamente, decompondo-os, para em seguida relacioná-los entre si.

Aqui, o esforço foi no sentido de analisar as datas, os tempos diferenciados; cada elemento da cultura material e espiritual, enfim, da vida cotidiana do camponês.

⁴ É preciso considerar que estamos atentos ao alerta de Lefebvre no que diz respeito ao cuidado de não considerar naturais “os fatos sociais profundamente modificados pela história e pelas estruturas de conjunto existentes atualmente” (LEFEBVRE, 1981, p. 171).

O objetivo foi tornar descoberto o que em um primeiro momento se apresenta como contemporâneo e simultâneo: as tramas sociais inseridas em suas épocas específicas. Neste momento, fizemos a transcrição das entrevistas e análise do discurso (ORLANDI, 2003). Importante considerar que nossas entrevistas aos camponeses foram, em muito, facilitadas pela presença de Célia, moradora em Colombo e amiga há muito tempo de nosso pai. Essa amizade com nosso pai permitiu que ela nos conduzisse em Colombo durante grande parte das entrevistas feitas com os camponeses. Este fato abriu para nós as portas de um diálogo possível, que, certamente, não aconteceria da mesma maneira.

O terceiro momento da pesquisa é o que Lefebvre chama de histórico-genético (1981). Nesta etapa, nosso esforço foi no sentido de reencontrar o presente, porém, “elucidado, compreendido, explicado” (LEFEBVRE, 1981, p. 173). Este é o momento de investigar as contradições sociais históricas que se manifestam no presente tendo em vista que essas contradições são também desencontros de tempos e, por isso, de possibilidades. Assim, o terceiro capítulo teve como objetivo discutir o turismo que se realiza no campo tendo em vista o descompasso teórico, e ideológico, entre a agricultura familiar e o camponês. Ou ainda, entre o trabalho de base familiar, que pode ser uma atividade capitalista sem presença camponesa, embora familiar, e a atividade, de fato, camponesa, porque fundamentada em uma campesinidade constituída por valores e modos de vida.

Nesta direção, o terceiro capítulo pretendeu relacionar os três momentos da tese: o turismo desenvolvido em bases capitalistas, mesmo que realizado no campo, a (não) participação camponesa neste turismo e as transformações camponesas decorrentes de seu envolvimento com o turismo e o cativo da terra (agricultura) e da cultura camponesas, como aportes necessários ao desenvolvimento do turismo no campo.

Outro aporte metodológico utilizado para as análises contidas nesta pesquisa diz respeito à utilização das fotografias que fizemos em nosso trabalho de campo. Nos apoiamos em Martins (2008) para utilizarmos as fotografias, não como documentos ilustrativos e, tampouco, como dados para confirmar aquilo que pretendíamos dizer. Mas como “elementos constitutivos da realidade contemporânea que, nesse sentido, é, de certo modo, objeto e também sujeito” (MARTINS, 2008,

p.23). Em se tratando de uma pesquisa sobre o turismo, cujo fundamento se dá majoritariamente pelo consumo da imagem; entendemos que as fotos, somadas às análises, fundamentam e auxiliam a compreensão do leitor sobre a realidade social investigada.

E, finalmente, mas não menos importante, um último registro que merece destaque diz respeito à utilização das entrevistas que fizemos em nosso trabalho de campo. Optamos pela transcrição das entrevistas em sua íntegra de maneira a manter as falas dos sujeitos entrevistados exatamente da maneira como foram faladas.

CAPÍTULO 1 – TURISMO E CAPITALISMO: UM PAR PERFEITO

Neste primeiro momento do trabalho discutiremos o turismo enquanto atividade econômica, prática social e fenômeno social, dentre outros aspectos que ajudam a fundamentar suas análises. Turismo aqui é tratado como atividade econômica e social, como resultado de um processo histórico recente e, portanto, moderno. Nosso esforço caminha no sentido de verticalizar a discussão sobre o turismo, enquanto objeto de análise, a partir de diferentes olhares e contribuições teórico-práticos de maneira a avançar o olhar para além daquilo que nos é dado em relação a esta atividade, o que seja: turismo como aporte para melhoria de condições de vida nos lugares onde ele se realiza.

1.1 ÓCIO, LAZER E TURISMO: A MERCANTILIZAÇÃO DO TEMPO LIVRE NA SOCIEDADE DE CONSUMO

O turismo enquanto fenômeno social que conhecemos nos dias atuais nasceu no final do século XIX junto com as conquistas trabalhistas. Naquele momento, o lazer aparece como atividade concedida aos trabalhadores pelas empresas que viram nesta atividade a possibilidade de controlar os usos que esses trabalhadores faziam de seu tempo livre. Assim, a qualidade das atividades de lazer realizadas estava diretamente relacionada ao aumento da potencialidade desses trabalhadores de produzir. O raciocínio era lógico: uma vez descansados, mais bem preparados e bem dispostos eles estariam para o trabalho (VIEITZ, 2002).

A abordagem do lazer enquanto reparador de energias para retomada da vida no trabalho cotidiano deu ao lazer um caráter funcionalista na medida em que esta atividade era encarada como um elemento reparador de forças apanhado em oposição ao trabalho que dava ao indivíduo a condição necessária para o funcionamento do corpo social de maneira harmônica. Esta visão desconsiderava o fato de que, por um lado, nem todos os trabalhadores tinham reconhecidos os seus direitos trabalhistas e, por outro, grande parte da população estava excluída das possibilidades de realizar o trabalho, logo, dos direitos a ele atribuídos.

A discussão sobre o turismo, enquanto fenômeno social e atividade produtiva, surge como desdobramento do que seria a definição do ócio, do lazer e da noção de tempo livre inseridos na economia política vigente no final do século XIX até os dias de hoje, sobre os quais está assentada. Para Mascarenhas (2006), o ócio, bem como qualquer outro aspecto da vida social, só pode ser entendido como algo que se realiza no processo histórico enquanto síntese, a cada momento, de relações econômicas, políticas, sociais e culturais específicas⁵.

Historicamente, o ócio sempre esteve relacionado a uma classe social privilegiada em oposição ao tempo de trabalho, recebendo este tempo uma conotação positiva ou negativa conforme seu tempo histórico e, ainda, agindo como elemento de diferenciação social. Para o que nos interessa aqui, posteriormente à Revolução Industrial, ócio e lazer se configuram em uma mesma perspectiva. O ócio é esvaziado de sentido e significados para dar lugar ao lazer⁶. Nesta direção, o lazer apresenta-se, inicialmente, como uma estratégia de controle, definindo a correta e adequada forma para os usos deste mesmo tempo. Para Mascarenhas,

além de se apresentar como uma possibilidade de controle e mente dos trabalhadores, difundindo o modo de vida burguês, frente aos interesses mais imediatos do capital, dada sua potencialidade temporal para o consumo, o lazer vai pouco a pouco subsumindo a forma de mercadoria (MASCARENHAS, 2006, p. 92).

Do desdobramento do ócio em lazer e da transformação deste lazer em mercadoria é que nasce o turismo⁷. Desta maneira, o discurso para o fazer turismo apoiado na necessidade de realizar o ócio e atividades de lazer é apropriado pelo capitalismo que vê no turismo uma excelente oportunidade de produção e

⁵ Segundo Mascarenhas (2006), no processo histórico apresentado de maneira linear, o ócio é considerado desde Roma como sendo concebido como tempo de descanso do corpo e recreação do espírito a recreação das massas como instrumento de despolitização e controle inaugurado pelo estado. Na Idade Média, foi associado ao ideal de nobreza vinculado ao desinteresse e repulsa pelo trabalho, diretamente associado ao significado de um tempo de nada fazer produtivo. Durante a Idade Moderna, os princípios ético-religiosos exaltavam o trabalho, tornando-o sinônimo do esforço pessoal necessário ao acúmulo de riquezas, o que significaria a ascensão da burguesia. Assim, o ócio é considerado como o próprio antitrabalho, improdutivo, e acaba por tornar-se sinônimo de degradação.

⁶ Embora haja, atualmente, uma discussão sobre o ócio criativo, mesmo que desprovido das contradições que norteiam seus significados. Ver: DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

⁷ Discordamos aqui veemente de Ignarra (2003) que remete o surgimento do turismo às primeiras viagens de colonização. Trata-se, ao nosso entendimento, de uma análise anacrônica, portanto, equivocada. Não podemos dizer que Pedro Álvares Cabral fez turismo ao viajar de Portugal para o Brasil. Ou, ainda, sequer apontar o ecoturismo como modalidade já desenvolvida naquela época. O turismo, da maneira como o conhecemos nos dias de hoje, é um fenômeno da modernidade, surgido no final do século XIX, como já dissemos.

reprodução ampliada do capital. O tempo livre, por sua vez, acaba por se tornar um tempo livre do trabalho deixando para o ócio a conotação negativa referente ao sujeito que está, no limite, alijado das possibilidades de realizar trabalho. Grosso modo, para quem não trabalha, o tempo livre é um tempo ocioso, mas, para quem trabalha, trata-se de um tempo livre do trabalho, neste caso, este tempo é um tempo de lazer.

É preciso considerar, ainda, que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho influenciam de forma direta o uso do tempo livre, a realização do lazer e conseqüentemente, o fazer turismo. Navarro (2006) nos chama a atenção para a crise que a classe trabalhadora atravessa no que diz respeito ao embate entre, de um lado, a necessidade de trabalhar, afinal, vivemos em uma sociedade de consumo onde tudo é mediado pelo dinheiro; e, de outro lado, a necessidade de realização do lazer/turismo, divulgada em grande parte pela mídia. Nas palavras de Navarro,

enquanto parcela (em expansão) sofre com o desemprego e com a falta de colocação no mercado de trabalho outra, que continua empregada, padece de males conseqüentes do excesso de trabalho e da sobrecarga de trabalho que lhe é imposta (NAVARRO, 2006, p. 50).

Isso sem considerar as baixas remunerações, os cada vez mais freqüentes ausentes encargos trabalhistas decorrentes da flexibilização do trabalho e do acesso limitado às possibilidades de lazer para grande parte da população. Com este debate, queremos ressaltar as limitações de acesso às práticas de lazer e turísticas, as quais consideramos sinônimas, se inseridas na sociedade de consumo. Sobre este aspecto Padilha (2000) destaca:

1º se as atividades de lazer são transformadas em mercadorias a serem consumidas, o lazer está perfeitamente integrado ao sistema econômico do qual faz parte.

2º se este sistema econômico tem o consumo de mercadorias como pilar de sustentação, e momento de realização do lucro, não só as atividades de lazer se tornam mercadorias, como o próprio tempo de lazer se configura em tempo pra consumir mercadorias, e,

3º se é real a tendência de aumento do tempo livre em função das transformações tecnológicas, parece provável que aumentará consideravelmente o número de serviços especializados em entretenimentos (viagens, recreação, lazer) (PADILHA, 2000, p. 69).

O que não significa dizer que devemos desistir de lutar pela democratização do acesso ao lazer bem como pela des-fetichização de suas práticas, bem como do uso do tempo livre de maneira livre. Lembramo-nos aqui do conselho de Milton

Santos (2004) sobre a responsabilidade que o intelectual tem de desideologizar a realidade social que nos é imposta para então pensarmos outra realidade que seja possível tendo como base o devir. Nesta direção, ciente da realidade em que o lazer está inserido, Mascarenhas argumenta,

a luta pelo direito ao tempo livre, que é o que representa a luta pela redução da jornada de trabalho, não significa direito ao ócio. Quando descolado do direito ao trabalho, o direito ao tempo livre, o direito à preguiça⁸, o direito ao ócio, ou seja lá o nome que receber, constitui pauta por demais ilusória (MASCARENHAS, 2006, p. 101).

A busca pelo uso livre do tempo livre de maneira livre não deve ser desprezada ou, ainda, deixada à deriva sem resistências, para que seja submetida pelo consumo do tempo a partir das práticas de lazer transformadas em mercadoria. Façamos uso das palavras saudosas de Lefebvre quando questiona: “os lazeres? (...) o que havia? As boas e velhas distrações, os divertimentos e as atrações artísticas, as festas tradicionais, as danças e os bailes de máscaras” (LEFEBVRE, 1977, p. 246). Ao apontar os usos atribuídos ao tempo, o autor está se referindo a um momento histórico específico o qual antecedeu o processo seguido pelo capitalismo no decurso de sua transformação e na transformação desses elementos sociais, isto é, desses usos em mercadoria, em valores de troca. Contudo, é o mesmo Lefebvre que nos chama atenção para o fato de que o tempo, independente de sua qualidade, está inserido na re-produção das relações sociais de produção, logo, na produção do espaço, e submetido à lógica da reprodução do capital em escala ampliada. Em suas palavras,

o tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso etc. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo “perdido” não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. O pretense “tempo livre” é apenas o tempo imposto, aquele dos transportes e das formalidades, já se sabe como ele se vincula de maneira descolada ao tempo de trabalho (LEFEBVRE, 2008, p. 50).

⁸ “Inicialmente escrito como panfleto, ‘O direito à preguiça’ foi editado pela primeira vez em 1881, na França. Como identifica Chauí no texto do Mascarenhas (2006), o objetivo central de Lafargue consistiu em denunciar como a ética burguesa, na qual vigorava a religião do trabalho, havia penetrado, em larga medida, a ética proletária. Sem isso no horizonte e sem a devida contextualização das preocupações de Lafargue, podemos facilmente confundir sua crítica ao trabalho como credo da burguesia com uma crítica ao trabalho útil e concreto, com uma crítica à centralidade do trabalho” (MASCARENHAS, 2006, p. 101).

Ora, o turismo se realiza no espaço, o qual está atrelado ao tempo. Não só pela utilização qualitativa do tempo, tempo de trabalho, tempo de lazer, tempo do nada fazer, embora aqui apresentado de maneira utópica; mas o tempo consumido, ou gasto, necessário à possibilidade de consumir esse mesmo tempo, em outro lugar, de outra maneira. O uso ou o consumo do tempo acaba por produzir o espaço. Ana Fani Alessandri Carlos, utilizando Lefebvre como aporte teórico elucida bem essa questão:

as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta na medida que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando. As relações sociais ocorrem em um lugar determinado, sem a qual não se concretizariam, em um tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. É assim que espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação (CARLOS, 2001, p. 13).

Considerando que o turismo é definido, dentre outros aspectos, como um fenômeno social, uma prática social que se realiza a partir do deslocamento do indivíduo no espaço e no tempo, mas também uma atividade produtiva do e no espaço, começa a se tornar possível perceber o forte vínculo dessa atividade com o capitalismo e, em consequência disso, os desafios de pensar e propor a realização de um turismo (seja na qualidade de quem vende ou de quem compra) descolado das práticas capitalistas nas quais essa atividade está assentada. Assunto que discutiremos a seguir.

1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO

O turismo, como dissemos, esteve inicialmente atrelado às atividades de lazer. Segundo Urry (2001), os meios de transporte e outros empreendimentos a ele associados viram nas viagens uma nova possibilidade de lucro. Neste momento, os balneários e o modelo “sol e mar” se afirmam como paradigma das viagens e atividades de lazer.

É preciso considerar que, desde o início, o turismo se coloca como elemento de diferenciação social. Aonde ir ou aonde ter ido durante as férias sempre foi a tônica das atividades de lazer. À medida que os lugares foram se massificando⁹,

⁹ O turismo de massa esteve comumente associado às massas trabalhadoras. Importante considerar que embora esta idéia se refira à pobreza como elemento de degradação dos espaços visitados, a

outros iam surgindo, diversificando, assim, as opções de lugares a serem visitados ao mesmo tempo em que as dificuldades de acesso a esses novos lugares impediam à grande massa freqüentá-los (Urry, 2001). De igual maneira, a perspectiva funcionalista do lazer enquanto restaurador de forças para o trabalho cotidiano, também, esteve e está atrelada ao turismo até os dias atuais. No caso do turismo, esta perspectiva ignora o fato de que nem todos reúnem condições sociais e financeiras para realizar turismo. Assim como nem todos têm acesso a condições razoáveis de trabalho, como dissemos acima, a exemplo das férias remuneradas.

Cruz (2007) argumenta que o turismo foi aos poucos se desprendendo de realizar-se apenas enquanto atividade de lazer para aproximar-se cada vez mais à idéia de viagem. Isso fez com que uma infinidade de motivos justificasse o deslocamento de pessoas no tempo e no espaço. A definição da Organização Mundial de Turismo, órgão supranacional máximo relativo à organização do setor de turismo no mundo, apontada por Cruz, ilustra bem o que estamos dizendo: “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (CRUZ, 2007, p.4).

Esse distanciamento do turismo em relação ao lazer¹⁰ permitiu que qualquer deslocamento por qualquer motivo para além da finalidade de realização de lazer fosse também considerado turismo. Assim, o turismo motivado por negócios, pela participação em eventos, por cunho religioso, por sexo, por saúde, dentre outras, foram legitimados como práticas turísticas. O desdobramento das motivações supracitadas indica uma multiplicidade de modalidades do turismo. Mas aquelas cuja motivação principal é o lazer são as mais representativas do ponto de vista da produção do espaço onde o turismo se realiza, e das agências mediadoras do fazer turismo, embora o turismo de negócios esteja muito próximo desta organização.

Atualmente, a definição do que seja o turismo vai além da definição proposta pela OMT e exige um esforço teórico e metodológico de maneira a considerar toda a complexidade que envolve o turismo. Para Cruz (2007, p. 11), “é o mundo que

elite também realiza turismo de massa, a exemplo da Disney, e não está excluída do processo de degradação dos lugares visitados.

¹⁰ Embora, contraditoriamente, o turismo cada vez mais se afirme como prática de lazer.

explica o turismo e não o contrário”. Isso porque o turismo enquanto ciência social aplicada é analisada a partir de si mesmo enquanto ‘fenômeno turístico’¹¹ sem se dar conta que antes de ser “fenômeno turístico” ele é um fenômeno social, o que explica as análises comumente realizadas deste “fenômeno turístico” descoladas da realidade social em que ele está inserido. Ora, não é o “fenômeno turístico” que explica a realidade social, mas é a realidade social que produz o turismo enquanto fenômeno social antes mesmo de ser “fenômeno turístico”. O funcionalismo não está preocupado com as origens do fenômeno. Antes, com o funcionamento deste fenômeno, com a máquina, com a maneira como ele se organiza. Isso faz com que haja uma ruptura entre a sociedade que o produz e o fenômeno, como se este fenômeno, agora desvinculado da sociedade que o produz tivesse vida própria.

Não há dúvidas de que o turismo pode ser considerado como um “fenômeno turístico”, o que não pode ser esquecido é que antes de ser um fenômeno turístico ele é um fenômeno social, porque produzido pela sociedade. Assim, se entendemos que turismo é produto da sociedade, de maneira nenhuma ele pode ser analisado a partir de si mesmo. É a análise do turismo a partir de si mesmo, descolado da realidade social em que ele está, obrigatoriamente, inserido, que dá a ele essa função harmônica. Como se o turismo tivesse mesmo uma função de restaurar as forças para o trabalho na vida cotidiana. E mais, como se o turismo, sozinho, fosse capaz de resolver os problemas econômicos e sociais nos lugares onde ele se realiza. É a busca por essa função renovadora de vida e o aspecto romântico, e até irresponsável, desenvolvimentista, atribuído a esta atividade, que desvincula o turismo da realidade social que o produz. Desmistificando o romantismo exagerado atribuído ao turismo, Coriolano (2006) afirma que,

O discurso sobre o turismo é situado como opção para o desenvolvimento dos países, estados e municípios. Mas, na prática, é uma super-estimação de seu desempenho, criando falsas expectativas, sem possibilidades de solução aos problemas sociais e ambientais existentes. Pois não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do país, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros. Acrescentou problemas onde foi tratado como política para atender a acumulação capitalista em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais. Transformou o espaço em mercadoria global, desvalorizando o uso pela troca (CORIOLANO, 2006, p. 372).

¹¹ A idéia de fenômeno turístico é uma restrição de sentido que demos, em nossa análise, para expressar as análises que são feitas sobre o turismo que desvinculam este fenômeno da sociedade que o cria.

Como podemos perceber na afirmativa de Coriolano, o turismo, assim como o capital, ao se desenvolver, age com violência nos lugares onde ele se realiza, desarticulando o espaço de maneira a produzir esse mesmo espaço conforme suas regras e suas leis. São vários os aspectos que dão suporte à definição do turismo, os quais, atrelados à realidade social vigente, nos ajudam a pensar a atividade com mais propriedade. Turismo pode ser considerado uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas no tempo e no espaço, cujo desdobramento se dá no espaço de maneira dialética. Isso por que, segundo Coriolano (2006, p. 368), “enquanto prática social é também econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores”.

Contudo, uma prática social cooptada pelo mercado e, por isso, submetida à sua lógica. Por maior que seja a vontade ou o desejo do indivíduo de realizar lazer em seu estado mais puro, ou seja, descomprometido com os aspectos mercadológicos que o norteiam, este lazer está inserido em um contexto maior e organizado de relações sociais de produção. Para Lefebvre (2001, p. 179), desde as épocas burguesas, os lazeres estão “subordinados exclusivamente à mais-valia, pelo viés da industrialização e da comercialização dos lazeres e dos espaços de lazer”. Por isso, lugares de lazer são, também, contraditoriamente e ao mesmo tempo, lugares de trabalho. Para que alguém realize lazer, em determinado lugar, é necessário que outro trabalhe de maneira a dar condição para que este lazer se realize. Evidente que estamos nos referindo a lugares organizados e voltados para o lazer.

Ainda segundo Lefebvre,

o turismo é considerado uma indústria, porque os lazeres entram assim na divisão do trabalho social, não só porque o lazer permite a recuperação da força de trabalho, mas também porque passa a haver uma indústria dos lazeres, uma vasta comercialização dos espaços especializados, uma divisão do trabalho social projetada no território, e que entra na planificação global (LEFEBVRE, 1977, p. 247).

A velha abordagem sobre o turismo ser ou não uma indústria (neste caso, uma indústria sem chaminés) tendo como pressupostos básicos o fato de ser uma

prestação de serviços ou ainda porque fabrica produtos intangíveis só superficializa o debate e desvia a atenção dos efeitos que o turismo gera para a população residente nos lugares onde ele se realiza. Lefebvre está se referindo, ao contrário do que dissemos acima, à produção do espaço, mais especificamente à re-produção das relações sociais de produção de maneira ampla. Segundo Lefebvre (2008), vincular a produção do espaço, de maneira geral, e do espaço urbano em particular, à reprodução dos meios de produção tendo em vista a força de trabalho perdeu o seu sentido com o fim do capitalismo concorrencial. O que significava reproduzir materialmente os meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo de produtos a partir de sua compra no mercado. Para o autor, o sistema contratual expresso pelo contrato de trabalho e o sistema jurídico expresso pelo código civil e o código penal quase bastavam para assegurar, a partir da venda da força de trabalho, a reprodução dos meios de produção.

Ainda segundo Lefebvre (2008), nessa perspectiva, o espaço era apenas funcional e instrumental. A cidade tinha por função principal, dentre outras, a de consumo, complementar à produção. Na argumentação de Lefebvre (2008),

a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* (grifo do autor) muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, (...), através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 48).

O que significa dizer que Lefebvre está apontando o espaço como essencialmente ligado à reprodução das relações sociais de produção. Não ao conceito de modo de produção, que no olhar do autor, foi reduzido e engessado a um sistema que destruiu a perspectiva de Marx. Para o autor, “sobrepôr o modo de produção às relações de produção como coerência à contradição, essa atitude de uma ‘prática teórica’ tomada em separado tem apenas um sentido: liquidar as contradições, excluir os conflitos (ou pelo menos certos conflitos essenciais), camuflando o que sucede e o que procede desses conflitos” (LEFEBVRE, 1977, p. 233). Mas, o esforço de Lefebvre (1977) está no sentido de afirmar que nunca existe um sistema acabado, antes, caminha na direção da sistematização, da coerência e da coesão, incluindo aqui a dialética, a partir das relações de produção e das suas contradições. Em outros termos, nas palavras do autor, trata-se “da capacidade do

capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos” (LEFEBVRE, 1977, p. 238).

Desta maneira que, na análise do autor, o capitalismo transformou os elementos da sociedade (a cultura, os lazeres, o conhecimento, o cotidiano) apropriando-os para o seu uso. O capitalismo não subordinou apenas a si próprio, setores exteriores e anteriores, mas produziu setores novos transformando o que existia, remanejando as organizações e as instituições correspondentes. É o que se passa, na perspectiva de Lefebvre (1977), com a arte, com o saber, com os lazeres, com a realidade urbana e com a realidade cotidiana. Lefebvre elucida seu argumento a partir da devastação de obras e estilos e sua transformação em objetos de produção e de consumo ditos culturais. No entender do autor,

a produção capitalista retoma estes estilos como restituição e reconstituição, como “neo” isto ou “neo” aquilo, como obras de elite e produtos de alta qualidade. Não á apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às “clientelas”), o espaço transforma-se na sede do poder (LEFEBVRE, 1977, p. 247).

Nesta direção, um espaço homogêneo e desarticulado englobando uma produção em seu sentido mais amplo: a produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações, “é nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc” (LEFEBVRE, 2008, p. 49). Chamamos a atenção para os espaços de lazeres e seu papel na re-produção das relações sociais de produção. Para Lefebvre (2008), os espaços de lazeres são dissociados da produção, de tal maneira que parecem, em um primeiro momento, como espaços independentes do trabalho e, portanto, livres. Contudo, estes espaços encontram-se fortemente ligados aos setores do trabalho no consumo organizado e no consumo dominado.

Ainda, para Lefebvre (2008), embora aparentemente separados da produção, esses espaços estão atrelados ao trabalho produtivo, embora sejam considerados lugares da recuperação. Nesta direção, nas palavras do autor,

tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. (...) São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. Tudo isso se lê nesses espaços, mas com dificuldades, pois o texto e o contexto estão embaralhados (como num rascunho) (LEFEBVRE, 2008, p. 50).

Outra característica que ajuda a definir a atividade turística e que corrobora com a idéia de Lefebvre sobre o aspecto produtivo do turismo diz respeito ao conflito entre vida cotidiana e turismo nos lugares onde o turismo se realiza. Lugares turísticos nunca podem ser entendidos como lugares de passagem a ponto de excluirmos dali a vida cotidiana. Assim, lugares turísticos, em um primeiro olhar, podem ser definidos como lugares de lazer para uns, de trabalho para outros e da vida cotidiana para outros ainda¹². Assim, o turismo está sempre concorrendo com a vida cotidiana que se realiza nesses mesmos lugares. “Viver é sempre mais que simplesmente fazer turismo ou receber turistas”, afirma Cruz (2007, p.6).

A afirmativa de Cruz nos remete a Carlos (2008) no que diz respeito à explicação de determinado fenômeno, neste caso o turismo, sob o olhar da geografia. Para Carlos, trata-se de olhar determinado fenômeno a partir da espacialidade, “da dimensão espacial da realidade social; o papel do espaço na (re) produção da vida humana” (CARLOS, 2008, p. 21). Esta perspectiva de análise, defendida por Carlos (2008), coloca o homem como elemento central na discussão da produção do espaço. E ainda, o homem, segundo a autora,

em condições e situações sociais e históricas específicas, como ser cuja humanidade foi produzida ao longo da história, e que se realiza no processo de reprodução da vida.

Nessa perspectiva, o homem coloca-se como criador do mundo e produto da sociedade; sua vida individual é a vida genérica, que se produz na práxis humana compreendida como processo de transformação de si próprio. No cerne desse processo está a relação com o mundo e consigo mesmo, a partir do trabalho, como processo consciente, na medida em que é ele que transforma a realidade objetiva (entendida como natural e social), na construção da própria realidade humana (CARLOS, 2008, p. 21).

A produção do espaço pelo turismo é resultado do embate múltiplo e concomitante de interesses diferenciados entre turistas e residentes e do trabalho

¹² Em nossa dissertação de mestrado, argumentamos sobre interesses diferenciados que residentes e turistas têm sobre os mesmos recursos. Para o turista, interessa o atendimento de suas necessidades imediatas relacionadas ao consumo. Para o residente, mais importante é a manutenção da vida cotidiana (SANTOS, 2004).

que deste embate é resultado, quer dizer, trabalho para gestão do turismo organizado e trabalho para gestão da vida, desvinculado do turismo. Isso porque, mesmo em lugares turísticos, a vida se realiza, a despeito do desenvolvimento desta atividade, para muitas pessoas.

Na mesma direção do que estamos falando, sobre a complexidade do turismo, é preciso considerar, sempre, que uma especificidade importante em relação a esta atividade diz respeito ao espaço. Turismo é uma prática social cooptada pelo mercado que tem no espaço seu principal objeto de consumo, inserindo o espaço enquanto mercadoria no circuito das trocas. Consumo do e no espaço. Neste sentido, como Cruz (2007) argumenta, este é o pressuposto para entendê-lo enquanto atividade produtiva. Para que possamos analisar o significado do turismo enquanto atividade produtiva do/no espaço, é necessário continuar apresentando outras abordagens nas quais o turismo está assentado e que julgamos necessárias ao seu entendimento, por exemplo, pensar o turismo a partir da discussão sobre território. Nesta direção, sendo o turismo uma prática social projetada no espaço e que produz territórios com funções específicas em relação ao seu uso, é pertinente a contribuição de Carlos em relação a este aspecto. Para a autora,

os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzindo ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território (CARLOS, 2001, p. 11).

Para entendermos o processo de turistificação e o processo de territorialização do espaço pelo turismo, faremos uso de outros aspectos relacionados a essa atividade e que nos darão subsídios importantes para pensarmos este fenômeno social. Turismo é também uma atividade econômica e por isso submetido à lógica e mazelas do capitalismo. Digo também porque turismo não é só uma atividade econômica, prova disso é a importância que as políticas públicas têm no planejamento e implantação desta atividade. O desenvolvimento do turismo em determinado lugar exige, também, a implementação de uma infra-estrutura

urbana mínima (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia, pavimentação etc, para falar dos mais básicos), a qual dará subsídio ao desenvolvimento desta atividade; o que explica a parceria entre o poder público e o privado¹³.

Ora, o papel das políticas públicas é democratizar o acesso a bens e serviços, neste sentido, o turismo proposto tem (do ponto de vista do ideal) como objetivo principal, gerar desenvolvimento e melhoria de condições de vida nos lugares onde ele se realiza, tendo em vista, sobretudo, a população residente. Quando o turismo acontece à revelia, sem interferência do poder público na administração da atividade, costuma agravar a desigualdade social, ao invés de servir como aporte ao desenvolvimento.

No Brasil, a política pública de turismo mais representativa foi o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que vigorou durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso e pensou o planejamento e implementação do turismo como aporte ao desenvolvimento a partir dos municípios. Atualmente, a política pública do turismo do governo vigente de Luiz Inácio Lula da Silva, Plano Nacional de Turismo (PNT), embora tenha a mesma finalidade de ver no turismo uma atividade econômica para o desenvolvimento, insere o planejamento e implementação desta atividade a partir da região. Para além do município e região, optamos por olhar o turismo a partir do território.

Como nos diz Santos, “o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2004, p. 22). O autor defende que não se deve falar do território em si mesmo, mas de território usado¹⁴, de modo a incluir todos os atores. Nesta direção, Santos (2006) está se referindo ao espaço geográfico como tema das ciências sociais, ou seja, como questão histórica. Isso porque, para ele,

¹³ Discutimos as implicações desta parceria para a população residente em nossa dissertação de mestrado. Trata-se de uma parceria desigual já que o público entra com os custos (infra-estrutura urbana) e o privado fica com os ganhos. Ademais, trata-se de uma especulação, cujo resultado ótimo, expresso pelo desenvolvimento do turismo, nem sempre é alcançado, a exemplo do Programa de Ação para o Desenvolvimento do turismo no Nordeste – PRODETUR-NE discutido por Cruz. Ver: CRUZ, Rita Ariza da. **Política de turismo e território**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

¹⁴ Cabe pensar, contudo, se há território que não seja usado.

a partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (SANTOS, 2006, p. 247).

Para Santos, “o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual” (SANTOS, 2004, p. 26). Isso inclui os embates que dissemos acima sobre interesses diferenciados que exercem sobre o território turistas e residentes, dentre outros sujeitos, e os desdobramentos que esses embates têm na produção do espaço.

Ainda sobre o território, Cruz (2007, p.11) argumenta que o uso turístico do espaço leva à formação do que alguns geógrafos do turismo têm habitualmente chamado de “território turístico”, quer dizer, “porções do espaço geográfico em que a participação do turismo na produção do espaço foi e ainda é determinante”. Para a autora, o uso das aspas se faz necessário porque, teoricamente, não há território que seja adjetivamente turístico. Para ela, “o que existe de fato são ‘usos turísticos do território’, ou seja, porções de espaço apropriadas por diferentes fins, incluindo-se e destacando-se a atividade turismo”.

É preciso considerar que o uso turístico nos territórios não se dá de maneira tranqüila, ausente de conflitos; ao contrário, nas palavras de Rodrigues, “quanto mais fortes forem as territorialidades estabelecidas sobre vínculos identitários historicamente determinados, mais complexos vão ser os embates e ajustes” (RODRIGUES, 2006, p. 302). Assim, permeado de contradições e conflitos, o processo de turistificação do/no espaço não pode ser analisado senão pela dialética e pelo esforço continuado de recompor o turismo enquanto objeto de nossa reflexão intelectual, embora, nas palavras de Martins (1982, p. 20) “essa recomposição esbarre sempre com o fato fundamental de que vivemos numa sociedade cuja dinâmica conspira contra a recomposição da totalidade em que os nossos atos se inserem”.

A totalidade a que Martins (1982) se refere¹⁵ e que aplicamos aqui às análises do turismo, objeto de nossa pesquisa, são os vários aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos em que o turismo está inserido enquanto fenômeno produzido pela sociedade. Nesta direção, confirmando o que estamos dizendo sobre as contradições do turismo expressas no território, afirma Rodrigues, “o território turístico resulta da prática turística, ao mesmo tempo em que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialético de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a multiterritorialidade” (RODRIGUES, 2006, p. 304).

Não podemos esquecer que a discussão sobre o território nos remete a outra na qual o território está assentado, qual seja, a hierarquia urbana que liga os territórios a partir de seus usos e de suas relações de poder para além da região ou ainda dos municípios.

Ao discutir o processo de metropolização do espaço na cidade de São Paulo, Lencioni (2003) propõe três aspectos teóricos para fins de método com grande capacidade de instrumentalizar a compreensão da dinâmica urbana. São eles: homogeneização, fragmentação e hierarquização. A autora nos lembra que, no bojo da discussão sobre o processo de metropolização, está a relação entre o espaço e o tempo diferenciada entre as cidades no percurso de pessoas, de fluxo de matérias primas e da informação, independente da proximidade territorial entre essas cidades. Esse fluxo tanto pode ser material quanto imaterial e se realiza a partir de um espaço estruturado em fluxos de informação e comunicação.

Para Lencioni,

embora o espaço tenda à homogeneização, ele apresenta diferenças. Essas diferenças são como fragmentos que testemunham resistência ao processo de homogeneização ou atestam que o processo de homogeneização os ignorou. (...) Vale dizer que o processo de homogeneização é ditado por um tempo: o tempo relativo às artimanhas que o capital fabula para dar conta de sua permanente existência. Esse processo se movimenta num tempo que busca reduzir tudo, de uma certa forma, às necessidades e aos imperativos da produção capitalista (LENCIONI, 2003, p. 42).

¹⁵ Neste texto Martins (1982) está discutindo as dificuldades e possibilidades de diálogo entre as ciências sociais enquanto instrumentos para a análise e militância, a partir da possibilidade da ciência inferir sobre a realidade social.

A autora ressalta que, na dinâmica da reprodução capitalista, contudo, não existe só esse tempo iniciado a partir do agora, desprezando processos históricos e sociais. Por isso, continua a autora, “o movimento presente na produção social e na produção espacial não tem a mesma forma, o mesmo ritmo e nem mesmo a mesma atualidade” (LENCIONI, 2003, p. 42). Isso explica o motivo pelo qual, nem mesmo nos espaços mais homogêneos, é possível encontrar uma só forma de reprodução do capital, ou uma só forma de produção do urbano. A produção e a reprodução do capital esbarram com processos históricos, ritmos, organização da vida e dinâmicas da natureza diferenciadas o que permite a compreensão de diferentes temporalidades presentes nos lugares.

Se aplicarmos o que Lencioni está discutindo sobre o processo de metropolização na cidade de São Paulo ao processo de turistificação dos lugares, veremos que tendencialmente este processo caminha para a homogeneização dos lugares na medida em que planejar o lugar para o turista implica em organizá-lo para atender as exigências do turista, segundo padrões pré-estabelecidos de consumo. Mas, lembrando o que Lencioni diz sobre a fragmentação do espaço, este processo não se dá de maneira harmônica. Ao contrário, é um processo que se dá permeado de contradições e de resistências, fazendo com que o mesmo processo se realize de maneira diferenciada nos lugares.

Para a autora, a compressão do tempo, pelo encurtamento das distâncias, acaba por produzir hierarquias urbanas, alterando a posição relativa de cidades bem como de suas funções. Lencioni argumenta que

não se trata apenas de apreender a homogeneização e a fragmentação do espaço, mas também sua hierarquia. Nesse sentido, é importante perceber que há hierarquias entre as cidades, mas acima de tudo perceber que há hierarquias nas redes urbanas, pois nesse mundo do império dos fluxos a diferenciação e a hierarquia nas redes urbanas é que constrói e determina os centros de poder (LENCIONI, 2003, p.43).

A discussão sobre a hierarquia urbana nos ajuda a entender a produção do espaço a partir do turismo. Isso porque os centros de poder a que a autora se refere são também em sua maioria pólos emissores de turistas e pólos de destinos turísticos, por motivos os mais variados. Este aspecto dialético nos leva a repensar algumas questões de método para a análise dos lugares turísticos e seus desdobramentos na vida dos residentes, além de corroborar com a discussão acima.

No “mundo do turismo”, algumas definições são corriqueiramente usadas para distinguir os lugares e suas funções, são elas: lugares emissores de turistas, lugares receptores de turistas e espaços de deslocamento. Para Cruz (2007), o que inicialmente parece indicar bem didaticamente as funções de cada pedaço de território, na prática definições quase nunca acontecem da mesma maneira que são dadas. Isso porque na grande maioria das vezes, lugares receptores de turistas são também, contraditoriamente, lugares emissores de turistas, a exemplo de São Paulo, maior pólo emissor e receptor de turistas do Brasil.

Outra questão importante sobre a dinâmica do fluxo de pessoas, no espaço destacado pela autora, diz respeito aos fatores impulsionadores de fluxos turísticos pelo espaço, os chamados *push factors*, que correspondem, de um lado, à motivação da viagem; e os *pull factors*, aqueles que, do outro lado da linha, puxam o indivíduo para algum lugar. A autora é categórica ao afirmar que “a geografia dos fluxos turísticos está longe de ser simples somatório de *pull and push factors*, pois eles são extremamente dinâmicos, influenciados por questões de natureza econômica, social, cultural, ambiental, religiosa, étnica, etc” (CRUZ, 2007, p.6).

Ainda para falar de método, Cruz aponta alguns pressupostos que consideramos importantes, quais sejam:

1) O turismo organizado coloca os lugares no circuito da mercadoria, pois os toma como mercadorias. Para a autora, no que diz respeito à atividade turística enquanto atividade econômica isso é levado às últimas consequências por agentes de mercado, mas também pelo Estado, afinal, o que se vende no turismo não são apenas intangibilidades relacionadas ao consumo turístico (serviços), mas, também, e sobretudo, o espaço, os lugares, em toda sua complexidade. Sobre a mercantilização do espaço Lefebvre afirma,

os espaços de lazer constituem objeto de especulações gigantescas, mal controladas e freqüentemente auxiliadas pelo Estado (construtor de estradas e comunicações, aval direto de operações financeiras, etc). O espaço é vendido a alto preço aos cidadãos expulsos da cidade pelo tédio e pelo bulício. Férias, exílio, refúgio, este espaço reduz-se a propriedades visuais que depressa perde. Severamente hierarquizado, vai desde os locais para as multidões aos lugares de elite, das praias públicas ao Édencroc, etc (LEFEBVRE, 1977, p. 247).

2) O fluxo de turistas como fator imprescindível à inserção dos lugares nas redes de fluxo turístico. São os turistas que se colocam como condição necessária ao fazer turismo. Sem turistas não há turismo. Sobre este ponto é necessário acrescentar que não é somente a produção dos objetos necessários ao fazer turístico que insere determinado lugar no circuito turístico. Não basta ter hotéis, agências, restaurantes, enfim, infra-estrutura necessária ao fazer turismo, para que esta atividade aconteça. Ao contrário, é no campo das idéias que a decisão é tomada quanto ao lugar a ser freqüentado. É o marketing, a possibilidade de diferenciar-se socialmente que acaba por determinar os lugares da moda, e aí sim, inseri-los ou não no circuito turístico. Esse é um comportamento típico dos centros de decisão;

3) O terceiro ponto diz respeito ao estudo dos lugares emissores de turistas como pressuposto básico para o entendimento e planejamento dos lugares turísticos. A organização territorial dos lugares turísticos não responde somente à lógica do lugar, do meio; e da população residente; ela é a reprodução de atributos valorizados nos centros urbanos emissores, sintetizando na materialidade das cidades que se expandem, as novas representações sociais imprimidas no território. Para se compreender os processos de produção do espaço em lugares receptores de fluxos turísticos, é preciso investigar, igualmente, aspectos relativos à vida nos principais lugares emissores. (CRUZ, 2007) Isso porque a vida se reproduz nesses lugares a partir da lógica do turista, que é uma lógica de consumo, já dizia Krippendorf (2001);

4) Retomando aqui o que dissemos sobre a homogeneização e fragmentação do espaço, e confirmando o quarto pressuposto dado por Cruz, uma análise do lugar turístico tendo como abordagem teórica o território nos leva a reconhecer que redes de lugares turísticos, tal como é próprio das redes em sentido amplo, não têm contigüidade territorial como pressuposto. Para Cruz, “essa premissa é de fundamental importância para se compreender a geografia que o turismo constrói, que se soma e ao mesmo tempo se superpõe a geografias preexistentes” (CRUZ, 2007, p. 33).

Essas redes a que a autora se refere dizem respeito aos fluxos materiais e imateriais entre territórios distintos. O turismo tanto constrói novas redes para

atender sua própria demanda quanto se apropria das redes já existentes atribuindo-lhes novos usos e novos sentidos (CRUZ, 2007).

Toda essa discussão para o entendimento do turismo não está limitada aos balneários ou ao consagrado modelo turístico “sol e mar”. Antes, a produção do espaço pelo turismo alcança de igual maneira tanto a cidade como o campo. Isso porque o campo, já há algum tempo, se firmou como lugar turístico alternativo ao turismo de massa “sol e mar”, primeiro na Europa e depois no Brasil. E de igual maneira, o turismo produz e reproduz, no campo, os mesmos desdobramentos que produz nos balneários ou cidades litorâneas, de acordo com suas especificidades.

1.2.1 Turismo e desenvolvimento: para quem?

O turismo sempre esteve associado à idéia de desenvolvimento, sendo considerado, pelo senso comum¹⁶, como uma atividade que poderia ser utilizada como alternativa para geração de renda, inclusão social e melhoria de condições de vida¹⁷. Como já dissemos, enquanto atividade econômica, o turismo não está descolado do processo de produção e reprodução do capital e por isso não podemos atribuir ao turismo um poder que ele sozinho não tem, qual seja, minimizar as desigualdades sociais. Delegar ao turismo este papel indiscriminadamente soa como ideologia ou mera irresponsabilidade, dado que os efeitos para a população residente do turismo planejado para o capital são invariavelmente o agravamento das desigualdades sociais já existentes. Coriolano sintetiza bem o que estamos argumentando. Em suas palavras,

o turismo, enquanto negócio, visa à obtenção de lucros; ao mesmo tempo, desenvolvê-lo implica continuar a distribuição injusta da riqueza. Produz contradição ao se propor ao desenvolvimento local, preservar lugares, e proteger culturas, obtendo, ao contrário, a transformação do espaço em mercadoria, massificação das culturas atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam (CORIOLANO, 2006, p. 371).

Esta afirmativa também vale para o planejamento do turismo. Usualmente visto por alguns estudiosos como a redenção para alguns lugares, o planejamento,

¹⁶ Incluindo o senso comum acadêmico, a saber, os cursos de graduação em Turismo.

¹⁷ Este discurso também é fortemente propalado nos cursos de graduação em Turismo, sobretudo nas instituições privadas, o que nos leva a pensar que o curso de Turismo se aproxima cada vez mais do curso de Administração em detrimento das ciências sociais. O desdobramento dessa proximidade é a ausência de críticas, um olhar míope sobre o turismo enquanto aporte ao desenvolvimento.

ou a ausência dele, tem sido responsabilizado pela mazelas que o turismo tem gerado para a população residente nos lugares onde ele se realiza. Ora, não podemos negligenciar o fato de que existem lugares planejados para o turismo tendo em vista a produção e a reprodução do capital. Sobre isso, Coriolano afirma,

o planejamento, a administração, as políticas e as gestões tão solicitadas no turismo não foram suficientes para superar as crises. (...) É preciso superar os problemas das territorialidades turísticas antes de resolver as questões da gestão. Portanto, o caos não está nele próprio, mas no conteúdo que se deu a ele (CORIOLANO, 2006, p. 373).

Para Coriolano (2006), é a lógica do capital e a debilidade de algumas populações residentes, sem capacidade crítica para perceber a falácia do discurso governamental, que fazem com que essas mesmas populações residentes se submetam à ação estatal de construção de um modelo de turismo segregado, que particulariza o olhar do turista para aquilo que pode ou não ser visto.

Cruz (2006), ao discutir o turismo como atividade econômica para geração de renda no Brasil, argumenta que deveria haver por parte do governo um mapeamento da pobreza no país e o desenvolvimento do turismo deveria obedecer este mapa. No entanto, completa a autora, não é isso que tem sido feito. Ao contrário do que a autora propõe como estratégia para o desenvolvimento, a tônica dos agentes públicos tem sido o desenvolvimento do turismo no nordeste, mais especificamente, no litoral nordestino sob a égide do capital. Ou ainda, o desenvolvimento do turismo em espaços específicos dotados de algum aspecto da natureza dita natural ou cultural com potencialidade de transformar-se em mercadoria para consumo turístico, sem, contudo, levar em consideração a necessidade de melhoria de condições de vida. O que podemos confirmar nas palavras de Coriolano,

as redes de serviços destinadas ao turismo como a da hotelaria levam em consideração as vantagens de localização representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanhas) bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país (arquitetura, museus¹⁸) (CORIOLANO, 2006, p. 374).

¹⁸ Sobre o aumento das construções de museus, Urry (2001) argumenta que está associado a uma mudança no conceito da história. Para Urry, houve um declínio de uma determinada história nacional para uma história alternativa ou vernaculares (sociais, econômicas, populistas, feministas, étnicas, industriais etc). Segundo o autor, “os museus se preocupam com as ‘representações’ da história e o que ocorreu foi um notável aumento do âmbito das histórias dignas de serem representadas. (...) Chega quase a parecer que, quanto mais negativa a experiência histórica anterior, mais autêntica e fascinante é a atração turística que daí resulta” (URRY, 2001, p. 175).

O que vemos é a valorização de alguns aspectos naturais e/ou culturais que, sob o discurso da revitalização ou revalorização, são transformados em mercadoria para consumo turístico suprimindo seu valor de uso em detrimento de seu valor de troca. O que inclui a própria vida humana e todos os seus valores e atividades cotidianas. O comportamento do turista¹⁹, em sua maioria, é sempre aquele que se realiza a despeito da vida cotidiana que se realiza nesses lugares. Como veremos mais à frente, no caso do campo enquanto lugar para o desenvolvimento do turismo, além de aspectos recortados da natureza, a cultura de imigração, bem como o próprio modo de vida camponês, é forte potencial de atratividade turística.

Assim, as idéias de alguns autores para ilustrar o turismo que não se deve fazer acabam por consolidar o que estamos dizendo sobre o turismo agravar, ao invés de minimizar, as desigualdades sociais. Expressões como “bolhas”, “guetos”, “não-lugares” e, agora mais recentemente, por Cruz (2007), “pseudo-lugares”, acabam por confirmar o papel do turismo enquanto agente do capital, o que nos leva a pensar que turismo e capitalismo formam um par perfeito. Sobre o que estamos dizendo, a mercantilização da vida pelo turismo alcança patamares antes impensados. O turismo, enquanto atividade econômica se apropria de aspectos da vida cotidiana e transforma estes aspectos em mercadorias para consumo turístico. Um exemplo do que estamos falando diz respeito à hospitalidade. Sobre a sociedade de consumo, Baudrillard (2007) argumenta que o fato fundamental desta sociedade é a perda das relações humanas, espontâneas, recíprocas e simbólicas. Para o autor, é com base nessa perda, há uma reinjeção sistemática das relações humanas sob a forma de signos, “no circuito social ao consumo desta relação e deste calor humano significados” (BAUDRILLARD, 2007, p. 171). E ainda, segundo o autor, todas as pessoas ligadas à prestação de serviços têm como missão secular a gratificação, “a lubrificação das relações sociais por meio do sorriso institucional. (...) Suscita assim intimidade, segundo um verdadeiro processo de simulação, onde ela não existe, quer entre os homens quer entre estes e os produtos” (BAUDRILLARD, 2007, p. 171). Assim, para Baudrillard,

¹⁹ É preciso considerar que no mundo do turismo há uma diferença entre turista e viajante. O turista seria aquele sujeito que tem como objetivo primeiro o consumo do/no espaço, de maneira oposta estaria o viajante, aquele sujeito que interage com o lugar e com as pessoas de maneira a modificar o lugar visitado e permitir ser modificado por ele.

trata-se de toda a rede de comunicação personalizada, que invade a quotidianidade do consumo. Trata-se de facto, do consumo – consumo da relação humana, de solidariedade, de reciprocidade, de calor e participação sociais estandarizadas sob a forma de serviços, consumo permanente de solicitude de sinceridade e de zelo, mas também, claro está, simples consumo dos signos desta solicitude (BAUDRILLARD, 2007, p. 170).

Lugares em que o turismo se realiza em bolhas, ignorando ou escondendo propositadamente aquilo que não agrada ao olhar do turista. Não são só os *resorts* que servem de exemplo para ilustrar o que estamos dizendo. Mas também os espaços recortados que pretendem representar a cidade em geral. Estes espaços recebem um ‘tratamento’ especial, como que um efeito de maquiagem que serve para esconder do olhar do turista o que não é para ser visto, aquilo que não o agrada. Assim, a pobreza é empurrada para longe, escondida do olhar do turista²⁰. Ou ainda, quando ela é inevitável, torna-se parte da mercadoria turística²¹.

Nesta mesma direção, o lazer²² e os encontros espontâneos estão cada vez mais intensamente subjugados a uma formatação programada. Os encontros espontâneos nas ruas, nas praças, nas praias²³, nos espaços públicos em geral, cada vez mais se submetem à lógica do uso diferenciado por classe social ou é simulado em espaços fechados, livres de qualquer perigo em potencial. Os simulacros, ou seja, a idéia da existência de algo que não existe, imitam, ou tentam imitar, nos espaços fechados a realidade que existe nas ruas; livres, contudo, das mazelas e surpresas que a rua pode propiciar tais como: assalto, violência e até mesmo uma chuva repentina. No limite, simula uma realidade que sequer um dia existiu, ou ainda, que só poderá existir no plano ideal.

É o que acontece com o turismo praticado no campo. A idéia de simulacro está presente nesta modalidade turística na medida em que a realidade vendida e

²⁰ Sobre o que estamos dizendo, a caminho do aeroporto de Curitiba, existe uma pequena favela que foi “escondida” dos que passam por ali de carro por um muro estrategicamente construído próximo à rodovia, se intencionalmente com esse propósito ou não é preciso investigar.

²¹ A visitação na favela da Rocinha no Rio de Janeiro por turistas estrangeiros é emblemática.

²² Importante ressaltar, mais uma vez, que atualmente lazer e turismo estão imbricados em si mesmos. A pergunta não gira em torno do que se fez nas férias, mas para onde se foi. Isso aponta para um lazer coisificado e limitado ao acesso de poucos ao mesmo tempo em que fica subentendida a idéia de viajar para recrear-se. É verdade que recreação e lazer são conceitos diferentes, mas não é objetivo deste trabalho uma discussão pormenorizada dessas idéias, embora tenhamos feito uma introdução no início deste trabalho sobre este assunto.

²³ Para exemplificar o que estamos dizendo, a praia de Copacabana no Rio de Janeiro é toda recortada. Esses recortes simbólicos (postos de salva-vidas) indicam as possibilidades de uso e o perfil de seus usuários. Assim, a praia que é o espaço público de lazer por excelência também se submete à mesma lógica dos espaços privados.

consumida não corresponde com a realidade social do campo no Brasil. De maneira geral, esta imagem está associada à vida do camponês e à exaltação dos aspectos culturais de sua vida cotidiana. Esse modo de vida pautado em um tempo lento e tudo que nela está contido é oposto às práticas cotidianas da sociedade de consumo em que o tempo rápido dos fluxos e das trocas dita as atividades cotidianas. O turismo opera nessa mesma lógica. Tempo rápido, racionalizado e caro. Assim, o campo e a cultura camponesa são produzidos conforme o ideal de consumo dos turistas que projetam no campo a oposição da vida na cidade tendo em vista a satisfação deste turista/cliente. A exemplo do que estamos falando, Urry comenta sobre a realidade do campo inglês:

Deve-se notar, é claro, que esta imagem do campo inglês, 'visão bucólica de um passado ordenado, reconfortante, tranquilo e, acima de tudo, feito de referências' é algo fundamentalmente construído, constituído por elementos que jamais existiram historicamente (URRY, 2001, p. 134).

Ainda pensando na formatação deste "produto", associado ao modo de vida camponês, está a idéia do meio ambiente natural²⁴, da natureza preservada, idílica, paisagística. Comumente criada, a natureza contida neste campo fica descolada de suas funções naturais e perde o sentido que verdadeiramente tem para os camponeses. Para estes, a natureza serve de aporte à agricultura, à produção, à realização da vida para todos que dela dependem. Na mesma linha, mas em sentido inverso, os animais que compõem o ambiente turístico nas propriedades turísticas no campo perdem suas funções tradicionais para dar lugar a uma mera decoração daquilo que se pretende enquanto rural, para atender ao olhar do turista. O campo enquanto espaço de lazer é simulacro porque simula uma realidade que não existe, a não ser no imaginário do consumo. E mais, transforma os elementos da vida cotidiana camponesa em mercadoria para consumo turístico, romantizando uma vida que se apresenta totalmente descolada deste ideal romântico. O processo de turistificação do espaço alcança também o campo de maneira a produzir territórios específicos a partir de usos diferenciados.

²⁴ A natureza social substituiu a natureza natural desde que deixou de ser um elemento passivo da produção; "ela intervém, somente pelo fato de que os humanos associados (constituindo uma sociedade e 'produzindo' sua existência social) lutam contra ela" (LEFEBVRE, 2001, p. 91). Sobre os recursos naturais, Santos (2004) argumenta que, se são recursos, não são naturais, são sociais. Para Santos, "a natureza hoje, é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social" (SANTOS, 2004, p. 18).

1.3 TURISMO NO ESPAÇO RURAL: (NÃO) RELAÇÕES COM A AGRICULTURA

Mesmo no campo são múltiplas as modalidades turísticas. Daí a expressão “turismo em espaço rural”, para dar conta dos desdobramentos que esta atividade teve no campo. Dentre as várias modalidades turísticas que se desenvolvem no campo, como (hotel-fazenda, fazenda-hotel, turismo verde, turismo rural, ecoturismo, turismo eco-rural, de negócios, de eventos, festas culturais, agroturismo etc. Apenas esta última se aproxima, em parte, da realidade cotidiana do campo.

As dificuldades de definições das modalidades turísticas que se realizam no campo, se por um lado, dificultam o olhar na direção de uma diferenciação; por outro, contraditoriamente, tornam mais explícitas as atividades que são exclusivamente capitalistas, diferenciando-as, daquelas que, potencialmente, poderiam ser realizadas como atividades alternativas de renda em propriedades estritamente agrícolas e camponesas.

Não há exatamente um consenso entre os autores sobre as definições e especificidades das modalidades turísticas que acontecem no campo. Grosso modo, poderíamos dividir assim essas práticas turísticas: turismo em espaço rural ou áreas rurais, às quais se referem à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural (CAL S, CAPELLÁ e VAQUÉ, 1995); turismo rural, englobando as atividades que, em maior medida, identificam-se com as especificidades da vida rural, seu *hábitat* e sua cultura (CAL S, CAPELLÁ e VAQUÉ, 1995) e agroturismo, a qual se refere à interação dos visitantes com as atividades realizadas, cotidianamente, no interior da propriedade (PORTUGUEZ, 2002) e que destoa das demais modalidades por se tratar de uma atividade que, embora tenha cunho e peso econômicos, soa como alternativa às atividades realizadas no interior da propriedade, ou seja, não há necessidade, em um primeiro momento, de investimentos para sua implementação. Isso sem levar em consideração os aspectos culturais relacionados a modos de vida, os quais, por assim dizer, se colocam, também, como elementos limitantes para o desenvolvimento do turismo.

Silva, Vilarinho e Dale (2000) utilizam-se da expressão ‘turismo em áreas rurais’ para englobar as atividades de serviços que, segundo eles, podem estar

ligadas ou não a agricultura e que se realizam no espaço rural. Tais atividades nem sempre, ou quase sempre, expressam vínculo com o lugar onde se localizam. São atividades de lazer ou negócios que se localizam geograficamente no meio rural, mas que não exercem vínculos com este mesmo lugar, a exemplo das bolhas a que já nos referimos. Para estes autores, estas atividades estão comumente ligadas ao lazer e, por vezes, são consideradas uns enclaves; são elas: os spas rurais, os centros de convenções no campo, os treinamentos de executivos e os parques naturais para atividades esportivas. Poderíamos acrescentar, ainda, os resorts e as grandes redes hoteleiras (Silva, Vilarinho e Dale, 2000).

A contradição está no fato de que estes mesmos autores analisam essas atividades a partir do que eles consideram como sendo novas funções atualmente atribuídas ao campo. Para os autores supracitados, tais atividades passaram a existir no campo com o intuito de gerar rendas não-agrícolas, para fazer frente à queda de rentabilidade dos negócios tradicionais ligados à agricultura, atribuindo ao campo um processo mais amplo considerado por eles como sendo a mercantilização do espaço agrário. Para Silva, Vilarinho e Dale (2000) essas novas funções atribuídas ao campo englobam atividades orientadas para o “consumo, lazer, turismo, residência e preservação do meio ambiente e incluem a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas direto do produtor, o artesanato, a industrialização caseira etc”. (Silva, Vilarinho e Dale , p. 20, 2000).

Essas novas funções defendidas pelos autores acima recupera o que Lefebvre chamou de “neo” isso ou “neo” aquilo, enquanto referência à capacidade que o capital tem de recriar valores, de troca, para sua própria reprodução. Trata-se de atividades assentadas sobre o lazer organizado orientadas para um público consumidor específico. Silva, Vilarinho e Dale (2000) reconhecem que essas atividades de serviços consideradas como sendo novas funções atribuídas ao campo, ao invés de desenvolvê-lo, tendo como pressuposto o desenvolvimento que gera melhoria de condições de vida para a população residente, não alcançam esse objetivo tornando-se, quase sempre, um enclave. Contudo, afirmam que: “na nossa opinião, o turismo rural deve ser visto como alternativa adicional de geração de

ocupações e de rendas não-agrícolas em áreas rurais decadentes ou estagnadas” (Silva, Vilarinho e Dale, 2000, p. 60).

Os autores estão se referindo a estas atividades acima citadas. Tais atividades, por assumirem fortemente características capitalistas para que sejam implementadas, exigindo muitos investimentos de capitais, dificilmente se apresentam como atividades alternativas para os pequenos agricultores localizados no campo, os quais seriam, do ponto de vista do ideal, o objeto do turismo enquanto aporte ao desenvolvimento tendo como pressuposto a participação de políticas públicas. Tais atividades se realizam isoladamente, como dissemos, sem vínculo com o lugar no que diz respeito ao desenvolvimento. Outras contradições estão aí embutidas, relacionadas à preservação dos lugares a partir do turismo, a exemplo dos pesque-pagues, os quais são muitas vezes construídos a partir de desvios de rios e mananciais, sem falar em sua artificialidade. E ainda, sobre os descompassos entre os hotéis, as pousadas e o público a que eles se destinam e a realidade de vida onde estes serviços estão inseridos, para citar alguns.

Importante ressaltar que essas atividades a que nos referimos acima quase sempre são desenvolvidas por neorurais, pessoas que vêem no campo uma nova possibilidade de auferir lucro, em nada relacionados ao campo, propriamente ditos. Tais atividades, uma vez desvinculadas da agricultura, senão apresentando-a como simulacros, não são, para estas pessoas, alternativas de renda, mas renda principal. Ao contrário do agroturismo, como veremos mais adiante, após a discussão sobre o turismo rural. E ainda, não queremos dizer com isso, que somos contrários à mercantilização do campo, por assim dizer, ou à implementação de atividades alternativas para fomento e geração de renda. Antes, defendemos essas mudanças de maneira a incluir, sobretudo, os residentes, os agentes sociais que ali vivem e sempre viveram e não, ao contrário disso, o agravamento de suas já frágeis condições de vida.

Sobre o turismo rural, é sabido de todos que esta atividade nasce na Europa adquirindo feições específicas conforme a região e lugar onde foi se desenvolvendo. Segundo Joaquim (2003), o pioneirismo da França remonta a 1971, “ano em que se constituiu a primeira associação do gênero, (...) seguida em 1972 pela publicação do já célebre *Manifeste de tourisme en espace rural*, que o preconiza como um

instrumento de reanimação dos campos na óptica de complementaridade entre a agricultura, o turismo e o artesanato (...)" (JOAQUIM, 2003, p. 35). A partir daí, Espanha, Portugal e Itália vão, aos poucos, assumindo suas especificidades conforme sua geomorfologia, cultura e, sobretudo, pelo conceito que cada uma delas tem de rural. Fato este que, se não impede, dificulta bastante uma comparação com o turismo que se realiza no campo brasileiro, como nos alerta Zimmermann (2000).

Este é um cuidado metodológico que deve ser tomado, embora nos pareça óbvio. A comparação de realidades sociais, culturais e geomorfológicas tão distintas gerou, no Brasil, uma imprecisão conceitual que tem dificultado, em muito, as reflexões sobre o assunto. Para Rodrigues (2003, p.101), "até mesmo a comparação entre os países europeus mostram modalidades distintas em relação ao turismo rural, não havendo afinidade de critérios para classificação". Ousamos argumentar que esse tipo de comparação, sem levar em consideração realidades sociais e culturais tão distintas, acaba por limitar as possibilidades de implementação do turismo, sobretudo, como aporte ao desenvolvimento, no campo brasileiro.

Na Europa, segundo Ruschmann (2000), o turismo rural não é considerado um fenômeno novo. Isso porque, o interesse pelas atividades recreativas no meio rural se manifestou como uma reação ao estresse e atribulações decorrentes da expansão das cidades industriais. Dentre outros aspectos relacionados ao fluxo cidade/campo, que não se constituem fenômeno novo, segundo Presvelou (2000), estão as visitas anuais ou ocasionais ao campo por pessoas vindas da cidade ou de outras regiões rurais por motivos os mais diversos: para descansar, rever a família, participar de um acontecimento alegre (casamento), ou doloroso (enterro). Para o autor, o que constitui, ao contrário, um fenômeno novo, "é o deslocamento para o campo na qualidade de turista: fazer uma viagem de lazer e diversão, restaurar forças físicas durante as férias, enriquecer-se culturalmente (...)" (PRESVELOU, 2000, p. 144). O autor sugere com esse argumento que as práticas turísticas na Europa surgem como desdobramento de um aspecto cultural. As pessoas já freqüentavam o campo, por motivos diferenciados, como dissemos acima, antes de se tornarem turistas.

No Brasil, o turismo rural se instala, pioneiramente, no Sudeste e Sul do país, assumindo, desde sua implantação, um turismo associado ao europeu com destaque para a cultura de imigração e produção de uvas, vinhos e queijos, enquanto atrativos ao consumo turístico. A implicação da reprodução deste modelo aqui, no Brasil, é a limitação, por parte dos que planejam e implantam esse turismo, em relação aos atrativos potenciais limitados à produção de uvas e fabricação de vinhos. Tal modelo não comporta outras realidades agrícolas que não estejam encaixadas neste formato. O que é lamentável em virtude dos múltiplos desdobramentos relacionados às atividades agrícolas e que poderiam se tornar, também, atrativos.

Em que pese suas múltiplas possibilidades de definição, este tipo de turismo acaba por oscilar entre o turismo rural e o agroturismo. Embora o turismo rural tenha se expandido em outros municípios das regiões brasileiras (Centro-Oeste, Nordeste e Norte), nesses lugares ele assume outras características que, também, oscilam entre turismo rural, turismo verde, ecoturismo, turismo de natureza, dentre outras modalidades.

Em um esforço para classificar essas modalidades, Rodrigues (2003, p. 110) sugere “a elaboração de dois grandes grupos relacionados, basicamente, ao patrimônio cultural: o primeiro, de cunho histórico e o segundo, de natureza contemporânea”. Assim, sob o rótulo de turismo rural tradicional, Rodrigues (2003) faz as seguintes distinções:

1. De origem agrícola: classificadas como sendo “propriedades que historicamente se constituíram como unidades de produção agrária durante ciclo de café, o mais significativo, cujo patrimônio arquitetônico relativamente suntuoso, representado pelas sedes da fazenda, que com áreas de pesque-pague, algumas atividades como ordenha de vacas, colheita de frutas em pomares, estes sem fins lucrativos” (RODRIGUES, 2003, p. 110). Neste exemplo, estão englobadas as fazendas-hotéis²⁵.

²⁵ Há uma diferença entre fazenda-hotel e hotel fazenda. A primeira constitui-se na fazenda que se torna um hotel, abrindo possibilidades de hospedagens. O hotel-fazenda pode ser entendido, antes de tudo, “como um hotel similar aos outros, com a particularidade de estar localizado na zona rural (com raras exceções) e não na praia” (Silva, Vilarinho e Dale 2000, p. 21).

2. De origem pecuarista: “considerando equipamentos de hospedagens que se originaram pela pecuária tradicional, distinguem-se áreas onde a atividade de criação de gado funcionou como instrumentos de apropriação do território durante o início da colonização (...)” (RODRIGUES, 2003, p. 111). Neste grupo a autora chama atenção para as fazendas, que em suas palavras, detém “rica tradição rural no estado”, localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2003, p. 111).

3. De colonização européia: neste exemplo, segundo Rodrigues (2003), estão as propriedades, “cuja origem está relacionada à história da imigração européia no Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país, onde os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo figuram com destaque” (RODRIGUES, 2003, p. 112). Neste grupo, estão as modalidades turísticas que se realizam no campo a partir da possibilidade de receber os turistas nas dependências de suas casas, com eles compartilhando sua moradia; a manufatura e venda de produtos artesanais de origem rural (compotas, pães, biscoitos, melado, mel, aguardente etc). Nas palavras de Rodrigues, “trata-se de um turismo de pequeno porte, modesto, de estrutura essencialmente familiar. A essa modalidade chamaremos de turismo artesanal de origem colonial” (RODRIGUES, 2003, p. 113).

O segundo grupo, de natureza contemporânea fica assim dividido pela autora:

1. Turismo rural contemporâneo: “opõe-se à primeira categoria por englobar equipamentos implantados mais recentemente. Caracteriza-se como uma modalidade alternativa ao modelo ‘sol e praia’, predominante no país, assumindo importância maior à medida que a população torna-se mais urbanizada” (RODRIGUES, 2003, p. 113). A autora destaca algumas variantes dessa modalidade, a saber: os hotéis-fazendas, pousadas rurais, spas rurais, segundas residências campestres, campings e acampamentos rurais, turismo de caça e pesca, turismo rural místico ou religioso, turismo científico-pedagógico, turismo rural etnográfico (RODRIGUES, 2003).

É possível observar, a partir da classificação sugerida por Rodrigues acima, que a autora comprova o que estamos argumentando no que diz respeito ao turismo rural, de fato, estar associado à cultura de imigração bem como às grandes fazendas

e, ainda, a empreendimentos capitalistas no campo, a exemplo das atividades definidas por ela como sendo contemporâneas. De maneira mais abrangente, estas modalidades em nada se diferenciam das práticas turísticas, e seus efeitos, realizadas no litoral, afinal, a única diferença é que estão localizadas no campo. Ademais, a definição de determinada modalidade turística fica condicionada à motivação do turista e daquilo que ele pretende realizar no espaço visitado. Por exemplo, se um grupo de terceira idade vai ao campo fazer turismo como conceituaríamos este deslocamento, turismo de terceira idade ou turismo rural?

A falta de precisão conceitual, de um lado, e a elasticidade para definir as práticas turísticas, de outro, acabam superficializando e deslocando o debate daquilo que seria mais importante, ou seja, pensar nos efeitos deste turismo para a população residente e, se de fato, essa população residente está incluída nos benefícios propalados pelo desenvolvimento do turismo. Nesta direção, segundo as modalidades turísticas indicadas, não há espaço para o turismo que se realiza como alternativo à agricultura, ou ainda, no campo, como aporte ao desenvolvimento. Evidente que estamos considerando os pequenos agricultores, aqueles, que, por assim dizer, vivem da agricultura. A possibilidade de exceção estaria no agroturismo, modalidade que discutiremos a seguir.

O agroturismo pode ser entendido a partir da visita de turistas ou excursionistas às propriedades rurais de maneira que possa haver uma interação desses sujeitos com as atividades ali realizadas. Isso significa que o turista visita a propriedade havendo a possibilidade de consumir e comprar bolos, geléias, vinhos e queijos produzidos ali mesmo, no interior da propriedade (PORTUGUEZ, 2002).

Esta modalidade, hipoteticamente, abre a possibilidade para que pequenos proprietários de terra possam utilizar o turismo como atividade econômica alternativa às atividades realizadas no interior da fazenda de maneira que o turismo não interfira na execução dessas tarefas. Contudo, estudos apontam que, mesmo nos lugares onde o turismo começou dessa maneira, não resistiu à sedução de mercantilizar todas as coisas para atender às demandas dos turistas. Isso significa que a produção da geléia, do vinho e do queijo deixa de ser artesanal para tornar-se industrial (PORTUGUEZ, 2002). O problema de “industrializar” a produção para atender a demanda turística consiste no fato de que se trata de um quesito

excludente na medida em que as exigências para colocar os produtos no mercado se colocam como impasse à comercialização desses produtos. Tais exigências giram em torno do controle de produção passando pela maneira de se fazer até sua embalagem e comercialização.

Nesta mesma direção, estudos apontam que os projetos e implementação do agroturismo, como foi o caso em Venda Nova do Imigrante no Espírito Santo, não incluíam os pequenos proprietários de terra, restringindo o roteiro turístico àqueles que podiam modificar seus estabelecimentos para atender às demandas turísticas. Essas adequações vão aos poucos retirando do campo tudo aquilo que lhe é intrínseco: as áreas de acesso vão sendo cimentadas de maneira que o visitante ou o turista sequer “suje” seus pés na grama, dentre outras coisas (SANTOS, 2004).

O turismo realizado no espaço rural se dá a partir de um silumacro, por meio do consumo de uma realidade que não existe, mas que é produzida para o turista. E ainda, em contrapartida, esconde do turista, propositadamente, a realidade existente. Esta construção se dá, no entanto, a partir das realidades cotidianas no campo onde o turismo se desenvolve, apropriando-se das imagens e das realidades ali vividas. A exemplo do que estamos falando, Froehlich (2000) argumenta sobre a imagem de um postal que divulgava o turismo rural na Serra Gaúcha, uma das principais regiões turísticas do Rio Grande do Sul. O postal mostrava, sob a legenda “agricultura tradicional”, um homem lavrando a boi uma pequena área de terra numa paisagem de morros e encostas. Nas palavras do autor,

no que se refere à atração, indica uma demanda turística particular e um fenômeno incomum até há pouco: a valorização como atração/espetáculo de uma situação social e de uma atividade, a ‘agricultura tradicional’, considerada como atraso e arcaísmo pelo discurso de modernização da agricultura, o qual se propunha a eliminá-la. Além disso, se não considerarmos a hipótese, bem ao gosto pós-moderno, de que a imagem fotografada não passa de uma simples simulação, com um modelo qualquer se passando por lavrador para ser fotografado em uma campanha de promoção do turismo, podemos cogitar a respeito da condição social desse indivíduo, a qual não parece ser pródiga em ‘qualidade de vida’, ao menos em relação às condições de trabalho visualizadas (Froehlich, 2000, p. 187).

Neste sentido, a implementação do turismo como aporte ao desenvolvimento para agricultura familiar²⁶ soa como ideologia. Isso porque nessas propriedades turísticas, que não são as propriedades agrícolas, o cavalo existe para levar pessoas

²⁶ No segundo capítulo discutiremos os conceitos e definições da agricultura familiar.

a rápidos passeios, a vaca não dá leite e o fogão à lenha só funciona como decoração, quando muito, para manter aquecida a comida que é feita na cozinha interna no fogão a gás. E ainda, para falar do meio ambiente, a natureza se apresenta como a mais bela e pura expressão do verde, desprovida de sua função produtiva no campo, restando-lhe o papel decorativo de colorir com verde a paisagem. Um recorte daquilo que se pretende como ideal de consumo. Ou, quando comporta em si mesma a expressão da vida cotidiana, e, portanto, de uma produção agrícola, ela é apropriada pelo turismo de maneira a compor a paisagem no percurso turístico, sem, contudo, fazer parte dele.

Importante considerar, mais uma vez, que a cultura de imigração, o frio, a produção de uvas e fabricação de vinhos e queijos, se pudéssemos falar em uma hierarquia de atrativos turísticos do ponto de vista da atratividade, segundo padrões de consumo pré-estabelecidos, se colocam no topo desta hierarquia. O que pode ser considerado um descompasso tendo em vista que este modo de vida (cultura de imigração) não é uma realidade que alcança todo o campo brasileiro, mas pontualmente alguns estados, Sul e Sudeste brasileiros. Mesmo assim, nesses lugares, não pode ser considerado homogêneo.

Novamente, é importante lembrar que não estamos com isso defendendo a manutenção de uma vida desprovida de melhorias em termos de moradia ou de equipamentos que facilitem a vida cotidiana, mas alertando para o descompasso entre aquilo que existe como realidade e aquilo que é criado a partir de um imaginário para o consumo turístico, ou ainda, apreendido como realidade e transformado em simulacro. É preciso questionar em que medida o turismo pode ser considerado uma atividade alternativa para o desenvolvimento do campo, e, de igual maneira, em que medida as políticas públicas voltadas para o fomento desta atividade são eficazes, no que diz respeito ao seu objetivo primeiro, qual seja, democratizar o acesso a bens e serviços. E ainda, qual a possibilidade de implementação desta atividade como alternativa de renda para o pequeno agricultor tendo em vista sua própria realidade produtiva, nem sempre associada ao frio, imigração, vinho e queijos, assunto que discutiremos em seguida.

1.4 O CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL (CITUR) EM COLOMBO/PR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO (TA)

Como dissemos, neste primeiro momento de nossa pesquisa, tivemos como objetivo apresentar o turismo enquanto uma prática social cooptada pelo mercado assentada em um tempo histórico recente e, portanto, moderno. Defendemos a idéia de que, mesmo sendo desenvolvido no campo, as características que o definem, em relação ao consumo do/no espaço, permanecem as mesmas. Nosso esforço foi no sentido de apresentar a maneira como o turismo é planejado pela Secretaria Municipal de Turismo em Colombo e como esse turismo se realiza, tendo em vista a perspectiva dos planejadores, de um lado; e de outro, a perspectiva do turista. Para responder a essas questões entrevistamos Cristiane, funcionária da Secretaria de Turismo em Colombo em novembro de 2008.

Além disso, para alcançar a maneira como o Circuito Italiano é apresentado aos turistas que vão a Colombo, pensamos que a melhor maneira de nos aproximarmos deste olhar seria ir a Colombo na qualidade de turista e não de pesquisador. Embora as duas coisas caminhem juntas, fizemos um esforço metodológico no sentido de interferir o mínimo durante nosso trabalho de campo, que foi, também, um passeio. Entretanto, quando a guia de turismo percebeu que estávamos com um gravador em mãos, isso porque a máquina fotográfica faz parte, obrigatoriamente, da configuração do turista e por isso não chamou sua atenção; seu olhar se fixou mais atentamente em nós. A implicação de nossa presença durante a excursão foi o aumento considerável de pontos visitados. Talvez, na perspectiva da guia, para impressionar e divulgar melhor o seu Circuito, dado que informamos a ela que estávamos ali fazendo uma pesquisa sobre o turismo em Colombo, embora não tenhamos informado o conteúdo desta pesquisa.

Já havíamos ido a Colombo, em novembro de 2008, na qualidade de pesquisador e percebemos, depois de algumas entrevistas, que o excursionismo em Colombo era o deslocamento de maior peso no que diz respeito à visitação em Colombo por turistas. Sendo assim, entramos em contato com a Secretaria de Turismo de Colombo, na qualidade de turista, de maneira a nos informar como

poderíamos realizar o Circuito Turístico Italiano em grupo. A funcionária que nos atendeu nos encaminhou para o SESC. Isso porque o SESC realiza uma excursão a Colombo nos primeiros domingos de cada mês. Assim o fizemos. Inscrevemo-nos como turistas para conhecer Colombo a partir do roteiro elaborado e conduzido pelo SESC. É importante considerar que a excursão aconteceu no segundo domingo de agosto, dia dos pais. A data foi trocada em virtude da festa do vinho em São José dos Pinhais, município próximo a Curitiba, ter acontecido no primeiro domingo do mês e o SESC levar turistas a essa festa.

Visitar Colombo como turista integrante de uma excursão enriqueceu sobremaneira nosso olhar sobre o turismo que ali se realiza. Muito além do que já havíamos percebido quando visitamos algumas propriedades do Circuito individualmente, como turista. Para discutir o turismo em Colombo, sob a perspectiva dos que planejam este turismo, entrevistamos duas funcionárias da Secretaria de Turismo de Colombo, a primeira, Cristiane, como já dissemos, em novembro de 2008 e a outra, Denise, em julho de 2009, que também foi a guia de turismo que nos levou a Colombo por ocasião da excursão que fizemos na cidade. A propósito, descobrimos, durante as entrevistas realizadas por ocasião da excursão, que a guia da excursão era, também, além de guia, dona de uma agência de turismo receptivo em Colombo e funcionária da Secretaria de Turismo de Colombo, o que facilitou, em muito, a realização de nossa pesquisa. Antes, porém, de compartilharmos nossa experiência e olhar, é preciso apresentar ao leitor o que é o Circuito Italiano em Colombo, assunto que discutiremos a seguir.

1.4.1 O Circuito Italiano em Colombo/PR

No Paraná, a partir de 1996, o governo do estado definiu como ações prioritárias à implementação do que foi denominado “Projetos Regionais de Turismo” (ECOPARANÁ, 1999). Segundo Silveira (2003), esses projetos, agrupados com vários outros projetos e ações, fizeram parte da política de turismo no âmbito estadual, cujas propostas e ações objetivavam a implementação de atividades voltadas para a exploração do turismo rural, do ecoturismo e do turismo cultural na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Para Silveira (2003), em linhas gerais, a proposta do governo era criar um anel de turismo na região a partir da implementação de roteiros turísticos que pudessem explorar os recursos naturais e culturais, enquanto atrativos turísticos, das diversas localidades que integram o espaço metropolitano de maneira a conciliar o uso turístico com a preservação ambiental e a geração de empregos e renda para as populações residentes. Segundo o autor, referindo-se aos programas e projetos de implementação do turismo rural, mais especificamente ao Programa de Turismo Rural no Paraná, o governo tinha como objetivo principal:

contribuir para o desenvolvimento sustentável do agroturismo, como opção de diversificação das atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, que incentivem os produtores a permanecerem no meio rural, apoiando e fortalecendo a agricultura familiar (SILVEIRA, 2003, p. 143).

O anel turístico da RMC era composto por nove roteiros turísticos os quais foram projetados pela ECOPARANÁ, COMEC E EMATER e englobavam dez municípios da RMC, a saber:

1. Circuito Trentino de Turismo Rural na Serra (município de Piraquara);
2. Caminhos do Mar pela Graciosa (município de Quatro Barras);
3. Circuito Italiano de Turismo Rural (município de Colombo e Bocaiúva do Sul);
4. Circuito Tamandaré de Turismo Rural (município de Almirante Tamandaré);
5. Circuito Verde que te Quero Verde (município de Campo Magro);
6. Roteiro das Grutas (município de Rio Branco do Sul);
7. Estrada do Mato Grosso (município de Campo Largo);
8. Caminho do Vinho e Circuito Ucraniano de Turismo Rural (município de José dos Pinhais);
9. Circuito Polônês de Turismo Rural (município de Araucária) (SILVEIRA, 2003, p. 145).

Importante observar que os atrativos naturais bem como o elemento cultural imigração são características decisivas, e determinantes, para a escolha dos municípios que compuseram a elaboração dos projetos e roteiros turísticos implementados no estado do Paraná pelo governo federal. Sobre este assunto, podemos confirmar o que estamos dizendo a partir, também, da informação dada por Candiotto (2007) no que diz respeito à escolha do critério imigração para elaboração e implementação do Circuito Turístico e Turismo Rural em Colombo. Segundo o autor, a EMATER/PR elaborou um projeto piloto para o desenvolvimento de turismo rural enfocando um roteiro étnico no município de Almirante Tamandaré (RMC) tendo como exemplo a experiência da EMATER/ES em turismo rural no

Estado do Espírito Santo. Segundo Candiotto (2007), este projeto não foi executado na época em virtude dos interesses da Prefeitura Municipal terem se voltado para Colombo para elaboração de um roteiro turístico que fosse, de igual maneira, temático.

Em nossa experiência de mestrado, pudemos observar que, no Espírito Santo, mais especificamente em Venda Nova do Imigrante²⁷, o turismo rural está fortemente ligado à cultura de imigração e aos grandes proprietários de terra, bem como às famílias fundadoras da cidade, não havendo espaço para os pequenos agricultores. Estes últimos, impedidos financeiramente de adequarem suas propriedades para o recebimento de turistas, ficaram fora do circuito limitando-se ao fornecimento de geléias e alguns outros produtos feitos por eles mesmos àqueles que estão inseridos no circuito turístico (SANTOS, 2004). Nossa crítica não é em relação à cultura de imigração, especificamente, mas como este critério pode se tornar um fator limitante de acesso ao turismo enquanto aporte ao desenvolvimento. Em Venda Nova do Imigrante, havia possibilidade de se fazer outros circuitos turísticos, de maneira a inserir os pequenos agricultores, para além do circuito italiano, e não foi feito.

O Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), objeto de nossa pesquisa, foi concebido em 1998 e oficialmente inaugurado em 5 de fevereiro de 1999, a partir de uma ação conjunta entre a Prefeitura de Colombo, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), ECOPARANÁ e Paraná Turismo (instituições de turismo do governo estadual). Segundo documento fornecido pela Secretaria de Turismo do Município de Colombo sobre o projeto de implementação do Circuito Italiano de Turismo Rural (novembro, 2008, p.3), este teve como principais objetivos: “a preservação do meio ambiente, a geração de empregos e renda no meio rural, iniciando assim um processo de desenvolvimento através de ações de comercialização de bens na pequena propriedade, evitando o êxodo rural”.

²⁷ O turismo rural no Espírito Santo assume as mesmas características para os demais municípios envolvidos em roteiros distintos sob o mesmo tema imigração, são eles: as três santas, sendo que cada um deles foi colonizado por imigrantes de nacionalidades diferentes e englobam os municípios de Santa Tereza, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina. E, ainda, Domingos Martins, Marechal Floriano, Pedra Azul; só para citar alguns.

Resultados de pesquisa de Candiotto (2007) afirmam que, em Colombo, o levantamento feito pela Prefeitura Municipal e pela EMATER em relação às potencialidades turísticas das propriedades, rurais e urbanas, levaram em consideração àquelas que já ofertavam, de alguma maneira, produtos e atrativos que poderiam ser direcionados para o turismo. Segundo o autor, houve um convite, apenas, para que estas propriedades mencionadas participassem do circuito. (CANDIOTTO, 2007). E, ainda, nas palavras do autor,

no que tange às propriedades rurais, foram selecionadas aquelas que já possuíam vinícolas, áreas de lazer, produtos orgânicos e produtos processados. Na verdade, tais propriedades já recebiam visitantes que iam comprar os produtos e usufruir o local (CANDIOTTO, 2007, p. 246).

Este dado é um descompasso em relação ao protocolo adotado para implementação do turismo em qualquer localidade, tanto do ponto de vista do ideal, daquilo que deve ser feito; quanto do ponto de vista prático. O descompasso está no discurso que antecede a implementação do turismo na medida em que a sustentabilidade e o desenvolvimento ótimo da atividade, bem como para o lugar em que ele se realiza, consiste no fato de que a população residente será a maior beneficiada, a partir de sua inclusão, tanto no que diz respeito à discussão, sobre o modelo a ser implementado, quanto na implementação da atividade na localidade. É o que, corriqueiramente nos cursos de turismo e nos debates sobre o tema, chamamos de desenvolvimento sustentável do turismo com base local.

A etapa sobre o levantamento das potencialidades atrativas para inclusão no circuito é feita pela Secretaria de Turismo Municipal por meio da elaboração de um inventário da oferta turística. No caso de Colombo, nenhuma das duas etapas foi realizada. A partir de entrevistas realizadas na Secretaria de Turismo do Município de Colombo (novembro, 2008), fomos informados de que a Secretaria de Turismo não conta com um inventário atualizado do município. O único inventário disponível na Secretaria de Turismo do município consta do ano de 2003, tendo sido elaborado pela própria prefeitura depois da implementação do Circuito Italiano de Turismo Rural no município. Via de regra, uma das primeiras etapas a serem cumpridas para se pensar a implementação de qualquer roteiro turístico em qualquer lugar é a elaboração de um inventário da oferta turística perpassando toda a história e atividades desenvolvidas no município. Tivemos acesso ao inventário datado de

2003 e constatamos que havia falhas metodológicas em sua elaboração. Importante considerar, também, que temos ressalvas sobre os critérios para elaboração do inventário da oferta turística na medida em que a definição do atrativo tem como critério o consumo. Ora, o que é o atrativo senão aquilo que pode ser consumido? Respondendo a pergunta; aquilo que pode, por si só, gerar o deslocamento de pessoas. Sendo assim, embora tudo seja passível de se tornar mercadoria, o limite está exatamente no fato de que nem tudo é interessante para o turista. E aí está a contradição entre aquilo que é ofertado e aquilo que é consumido. Os critérios de consumo turístico obedecem ao que dissemos sobre o que deve ou não ser atrativo turístico. São os centros de decisão, mediado pelo marketing, que ditam as modas e aquilo que deve ou não ser consumido, enquanto elemento de diferenciação.

O CITUR apresenta um roteiro de cerca de 32 quilômetros (Figura 1), ao longo dos quais o turista passa por diversos atrativos turísticos tais como, cantinas de vinho artesanal, igrejas, grutas, praças, parques, propriedades de cultivo de produtos orgânicos, de produção de flores, pesque-pagues, cavernas, rios, áreas de floresta, dentre outros aspectos. Além dos atrativos mencionados, o CITUR conta com dois eventos que são promovidos pela Prefeitura Municipal e que dá apoio ao circuito, além de se constituírem importantes atrativos do município de Colombo: a Festa da Uva e do Vinho.

Atualmente, segundo relatório de empreendimentos (2008), inseridos no circuito, são quarenta e nove²⁸ o número de empreendimentos que fazem parte do CITUR, os quais, obedecendo os critérios de diferenciação do relatório, estão divididos da seguinte maneira: atrativos turísticos, os quais incluem seis parques naturais; atrativos religiosos, que envolvem onze igrejas; vinícolas, que incluem sete vinícolas; produtores orgânicos, composto por quatro chácaras; pesque-pague, com três pesque-pagues; quatro empreendimentos entre hotéis e pousadas; sete restaurantes; uma produção de pequenos animais (chinchilas); dois empreendimentos de produção de flores e mudas, uma produção agro-industrial que consta um moinho para processamento do milho e produção de fubá. E ainda, três

²⁸ Durante a entrevista que realizamos com a funcionária da Secretaria de Turismo do município de Colombo (novembro, 2008), a funcionária afirmou que, ao contrário do que o relatório apresenta, são 53 empreendimentos que compõem o Circuito Turístico em Colombo, o que foi confirmado, recentemente (2009), pela guia de turismo e, também, funcionária da Secretaria de Turismo de Colombo.

empreendedoras que só comercializam os seus produtos. Estes últimos estão divididos entre uma chácara para venda de artesanatos; uma cantina para venda de conservas geléias e sucos e uma propriedade que vende derivados e embutidos da carne suína.

1.5 O TURISMO EM COLOMBO

Inicialmente, havíamos pensado em desprezar os atrativos que não estivessem relacionados à propriedade privada. Isso porque o que nos interessa nesta pesquisa é investigar a presença do camponês no turismo que se desenvolve no espaço rural em Colombo e como ele se relaciona com esta atividade. Contudo, ao longo do trabalho de campo, percebemos que os atrativos considerados naturais, àqueles que, de uma maneira ou de outra, compõem a paisagem, acabam por influenciar, e até determinar, a visitação dos turistas nas propriedades que são privadas. No caso de Colombo, são: a gruta, os parques naturais, os bosques. Isso porque os turistas são conduzidos pelos guias turísticos e pela própria Secretaria de Turismo de Colombo a visitar, prioritariamente, esses espaços.

A implicação disso se dá na prática, de maneira que só uma parte do Circuito é visitada em detrimento de outra parte. O que acabou gerando o que a Secretaria de Turismo definiu como eixo principal. Sendo assim, apesar da grande diversidade de atrativos turísticos inseridos no Circuito Turístico em Colombo, uns acabam sendo mais visitados do que outros. A gruta aparece como principal atrativo turístico e todos os turistas, individualmente ou em grupos organizados, recebem indicação dos guias e da Secretaria de Turismo para visitá-la. Além da gruta, a igreja principal, na sede de Colombo e as vinícolas são os atrativos mais visitados; em seguida, os restaurantes.

A Secretaria de Turismo tem consciência de que uma parte do Circuito é mais visitada do que outra. Nas palavras da Cristiane, funcionária da Secretaria de Turismo em Colombo (2008),

O Circuito Italiano, ele desenvolveu bastante o lado de lá. Roseira, Santa Gema, Itajacuru a gente quase não conseguiu desenvolver. Porque que aconteceu isso. Como o Parque Municipal da Gruta do Bacaetava tá do lado de cá. Todo mundo quer ir no Parque Municipal da Gruta do Bacaetava. Daí então a gente sempre faz o eixo principal que é a rodovia da uva, passa pelo Ribeirão, São João, é onde, foi onde desenvolveu mais o Circuito

Italiano. Daí, como o pessoal sempre vem na Gruta do Bacaetava normalmente eles não vão pro lado de lá. Por que? Quando vem excursão daí tem um custo maior pro ônibus né? Porque é por quilometragem rodada. Então o pessoal acaba optando mais pra ficar nesse eixo principal. Mas a intenção agora é trabalhar mais colônia Faria, Roseira, porque tem potencial (CRISTIANE, entrevista realizada, por SANTOS, T. B. B., em novembro de 2008).

A fala da funcionária acima sugere um desenvolvimento que se dá aleatoriamente, a partir daquilo que o turista deseja consumir. Como se não houvesse escolha, por parte da Secretaria de Turismo, em conduzir e intervir neste processo; o que, de certa forma, a isentaria da responsabilidade de ter que socializar os possíveis benefícios auferidos pelo turismo. Não é demais lembrar que é função da Secretaria de Turismo Municipal gerir o turismo ali desenvolvido. Isso se confirma na fala da Denise, guia de turismo e, também, funcionária da Secretaria de Turismo em Colombo. Questionada sobre a escolha de qual roteiro oferecer aos turistas tivemos dela a seguinte resposta:

Então, na verdade é assim. Nós fazemos uma avaliação de perfil. E a gente vai no achômetro. Então eu acho que um grupo misto ia gostar de fazer tal coisa. Eu acho que um grupo de melhor idade ia gostar de fazer tal coisa, crianças ia gostar de tais propriedades. E a gente vai no achômetro, tenta agradar a todos. Porque, dessas cinqüenta e quatro propriedades nós temos o Parque da Uva, temos as igrejas. Então tem algumas que não são propriedades particulares né. A gente tenta agradar a todos dessa forma (DENISE. Entrevista realizada, por SANTOS, T. M. B. B., em julho de 2009).

Segundo a guia, o que determina a definição do roteiro, além do que ela apontou como critério acima, seria a escolha do restaurante pelos turistas antecipadamente ao passeio. A partir do restaurante escolhido ela faz o roteiro tendo em vista as propriedades que se localizam próximas ao restaurante. Contudo, temos algumas ressalvas quanto a esta afirmativa. Quando compramos o pacote para a excursão do passeio a Colombo, não fomos informados sobre o restaurante que iríamos visitar. E, ainda, só recebemos o roteiro turístico da cidade quando estávamos, já visitando, a Gruta do Bacaetava. Ao contrário da afirmativa da guia, os pontos a serem visitados durante a excursão já estavam definidos no momento da compra do passeio.

O pacote turístico incluía a visita nos seguintes pontos: Parque Municipal Gruta do Bacaetava, Colha e Pague do Adir Gasparin, passeio pelo Parque da Uva, Vinícula Pedrinho Strapasson, Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. É possível perceber no roteiro proposto pelo SESC que a visita alterna uma propriedade e

um espaço natural. No entanto, como dissemos acima, visitamos mais pontos do que o roteiro havia inicialmente proposto em virtude de uma tentativa da guia de turismo divulgar melhor o Circuito Italiano. Ela mesma disse, ao final do passeio, que isso não é comum e que fizemos dois roteiros em um só, tendo em vista a quantidade de pontos visitados. Assim segue os pontos visitados por ordem de visita: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Parque Municipal Gruta do Bacaetava, Colha e Pague do Adir Gasparin, Moinho Artesanal, alomoço no Bosque Italiano, Vinícola Franco Italiano, Parque Municipal da Uva, Museu Cristóforo Colombo, Vinícola Pedrinho Strapasson, Chácara Engenho Verde e Restaurante e Café Colonial é da Pam (Anexo 1). Obviamente que foram visitas rápidas voltadas especificamente para o consumo. Voltaremos a falar sobre isso no terceiro capítulo deste trabalho.

Questionamos mais de uma vez a guia sobre a elaboração do roteiro e sobre a escolha dos pontos a serem visitados. Isso porque não ficamos satisfeitos com sua primeira resposta no que diz respeito ao turista ficar responsável pela escolha do restaurante. Ora, o turista não conhece o lugar visitado, como ele poderia, previamente escolher o restaurante? Ademais, nenhum turista dava qualquer indício de ter escolhido antecipadamente o restaurante. Assim, questionamos mais uma vez a guia sobre este assunto. Desta vez, no entanto, perguntamos a ela se o SESC repetia o roteiro já que o fazia uma vez ao mês. Ficamos surpresos ao ouvir dela a seguinte resposta:

Olha, o SESC tem repetido por causa dos restaurantes. E assim, como diz a história, em time que está ganhando não se mexe né? Como às vezes a gente muda, a cada três meses a gente acaba mudando. Mas aí o pessoal da recepção sabe quando vai mudar o roteiro pra explicar pras pessoas que o roteiro vai ser diferente (DENISE. Entrevista realizada, por SANTOS, T. M. B. B., em agosto de 2009).

E ainda, para minha surpresa, enquanto eu estava entrevistando a guia, uma turista que estava próxima de nós e ouvia a conversa fez a seguinte pergunta à guia: “tem algum roteiro que alguém tem mais preferência assim, pra outro lado?” uma vez a guia tendo respondido que não, imediatamente a turista, preocupada em saber se ela mesma fazia o melhor passeio, questionou se aquele era o melhor roteiro turístico em Colombo. A resposta da guia foi a seguinte: “É, a gente fez com o SESC seis rotas. E foi avaliada as seis rotas. E essa aqui foi a que o pessoal mais gostou e

a gente acabou ficando” (DENISE. Entrevistas realizadas, por SANTOS, T. B. B., em agosto de 2009).

A resposta da guia confirmou o que já havíamos percebido em relação ao Circuito Italiano em Colombo: nem todas as propriedades são visitadas da mesma maneira pelos turistas, o que faz com que algumas sejam mais beneficiadas pela visita dos turistas do que outras. Em relação ao turista que vai isoladamente a Colombo, por conta própria, não há como controlar, ou induzir, os lugares que serão visitados por ele, embora ele, também, seja induzido a visitar o eixo principal se for orientado pela Secretaria de Turismo. Até porque, todo o Circuito é sinalizado e, nesse sentido, fica a critério do turista que lugar ele visitará. Mas no caso da excursão não. Por ocasião das entrevistas que fizemos com as funcionárias da Secretaria de Turismo, em Colombo, em julho de 2008 e agosto de 2009, obtivemos delas as mesmas respostas no que diz respeito às parcerias com o SESC e com o SEBRAE. Para o que nos interessa agora, a parceria com o SESC tem como objetivo primeiro fomentar o fluxo turístico em Colombo. E aí, tendo em vista que o turismo foi e está sendo desenvolvido ali, em Colombo, com o objetivo de desenvolver a cidade, gerar renda e melhoria de condições de vida para os envolvidos, e tudo o mais que o discurso do desenvolvimento apregoa, nada mais esperado do que a flexibilização dos roteiros nas excursões organizadas de maneira a incluir todos os pontos e socializar os benefícios, econômicos, das visitas dos excursionistas aos incluídos no Circuito. Mas não é isso o que acontece.

À medida que íamos nos aproximando dos pontos a serem visitados, a guia contava uma história que fundamenta a existência do ponto, justificando a sua visita, apontando o que deve ser consumido e, de certa forma, precipitando a experiência a ser vivida ali, no ponto visitado. É importante considerar que no momento em que saímos de Curitiba para Colombo a guia perguntou se alguém ali já havia feito o passeio a Colombo e todos disseram que não, exceto uma senhora que já o havia feito algumas vezes. No entanto, ao apresentar os pontos a serem visitados, incluindo aqui o restaurante, todos os turistas no ônibus davam sinais de surpresa e de que desconheciam os pontos. Não ouvimos dos turistas nenhum pedido específico de ponto a ser visitado. Apenas de maneira geral: a vinícola, o morango, o café colonial, etc. Mas não a vinícola de determinado dono e assim por

diante. Queremos mostrar com isso que não haveria problema nenhum para o turista se o SESC e a Secretaria de Turismo em Colombo diversificasse os roteiros. O problema existe para os que estão inseridos no Circuito Italiano e que não recebem os ônibus de excursão, como é o caso da Chácara do Morango Natural.

Em novembro de 2008, visitamos a Chácara do Morango Natural como parte de nosso trabalho de campo. Trata-se de uma pequena propriedade de camponeses que se dedicam à produção orgânica de morangos, localizada no lado oposto da Gruta do Bacaetava na região de Santa Gema. Na imagem abaixo (foto 1) é possível observar a lojinha construída à direita para atendimento ao turista ao lado de sua casa de moradia, no mesmo terreno. Conversávamos com a Vera, responsável pela produção e cuidado com os morangos sobre o desenvolvimento do turismo em Colombo e em sua propriedade, quando seu marido, Neuri, muito indignado interrompeu a conversa e disse: “Cento e trinta ônibus que vem pra Bacaetava e aqui não vem nenhum!”. E no decorrer de nossa conversa, Neuri, mais de uma vez repetiu, ainda indignado, essa afirmativa.

De fato, fomos levados pela guia turística à Chácara do Engenho Verde, outra propriedade que realiza a produção orgânica do morango e que fica, da mesma maneira que a Chácara do Morango Natural, um pouco mais afastada do eixo principal, em Santa Gema. Quando saímos de lá, no caminho para o Café Colonial É da Pam, ponto que visitaríamos em seguida, passamos na porta da Chácara do Morango Natural e não paramos. A guia sequer o apontou como parte integrante do roteiro. O que confirmou as palavras de Neuri, há um ano, no que diz respeito aos ônibus não serem levados em sua propriedade²⁹, ao menos neste passeio.

A solução para este problema, apresentada por Cristiane, funcionária da Secretaria de Turismo de Colombo, por ocasião de nossa entrevista, foi que a Secretaria de Turismo faria roteiros específicos de maneira a inserir na visita dos ônibus, os pontos menos visitados, já que eles já estão inseridos no Circuito. Estes roteiros, contudo, não conseguiram fazer muita diferença para alguns proprietários envolvidos. Isso porque ele foi construído e operacionalizado segundo a mesma

²⁹ É verdade, contudo, que a guia disse haver entrado em contato com eles para levar o ônibus até lá e não obteve resposta deles no sentido de confirmar a visita. Falaremos mais sobre isso na terceira parte deste trabalho.

lógica atual, ou seja, segundo o gosto do cliente, o turista, sem intervenção da Secretaria de Turismo.



Foto 1: Chácara do Morango Natural.
Autor: SANTOS, T. M. B. B. nov/2008.

Em 2008, Cristiane já indicava que seria feito dessa maneira, o que podemos perceber em sua fala:

A gente vai dividir o Circuito Italiano por roteiros agora, tipo: ah, roteiro Veneza, faz a vinícola do Pedrinho, a igreja, isso um exemplo, vinícola do Pedrinho, igreja, gruta e mais outro ponto. Que no máximo o que você vai conseguir visitar, pra conhecer realmente bem, oito pontos, no máximo. São cinquenta e três empreendimentos dentro do Circuito.

Então ele deu a idéia de por roteiros daí o pessoal tem opção de escolher. Ah, mas eu queria andar a cavalo, queria ir numa pousada e queria mais alguma coisa. Ah, mas isso só tem lá pro lado do Colônia Faria, então ela vai escolher um roteiro que esteja adequado com o que ela quer ver (CRISTIANE, entrevista realizada por, SANTOS, T. B. B., em julho 2008).

Um ano depois, Denise confirmou o que já havíamos percebido. Segundo ela,

É, na verdade assim. Nós estamos. Teve a idéia de criar novas rotas. Mas ainda não foi 100% implantado não, né! Foi implantado uma ou duas propriedades a mais. Mas essa questão que nós tínhamos, até você percebeu lá, tinha roteiro Veneza, roteiro Beluno, Trevisa. Só que acabava

sempre caindo naquela mesma. O gosto das pessoas mesmo. Aquele roteiro específico né? Então ainda tem muita coisa pra ser feito. Mas nós não estamos conseguindo ainda como fazer que consiga viabilizar todos os pontos (DENISE, Entrevista realizada por, SANTOS, T. B. B., em agosto de 2009).

Outra questão importante para se pensar o planejamento do turismo em Colombo diz respeito aos critérios para inserção de alguma propriedade no Circuito Italiano. Na Secretaria de Turismo do Município de Colombo, existe um modelo de elaboração de projeto (2008) com uma série de critérios que a propriedade deve obedecer antes de se inserir no CITUR. Trata-se de uma iniciativa da propriedade de se inserir no CITUR, não há, portanto, um inventário por parte da Secretaria de Turismo no sentido de incentivar a inclusão de novas propriedades para compor o Circuito. Estes critérios consistem na elaboração de um projeto em que o dono da propriedade deve elaborar um projeto apresentando os objetivos junto ao CITUR; descrever as atividades de interesse para a região; desenvolver na propriedade atividades voltadas para o turismo no meio rural; disponibilizar o empreendimento com infra-estrutura para o atendimento de serviços; aceitar inspeção sanitária na propriedade e, finalmente, apresentar projeto de responsabilidade ambiental e social na propriedade e com a comunidade.

O processo de inserção se dá da seguinte maneira: o projeto deve passar por uma avaliação técnica de representantes da Secretaria Municipal de Turismo, os quais preencherão um cadastro com informações gerais da propriedade e situação sócio-econômica do interessado. Segundo Cristiane (CRISTIANE, entrevista realizada por, SANTOS, T. B. B., em julho 2008), em caso de aprovação, a proposta será encaminhada aos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, os quais formarão uma comissão cujos membros já fazem parte do segmento turístico em que o candidato quer se inserir. Esta comissão visitará a propriedade pretendida e fará uma avaliação da mesma apontando os potenciais e as mudanças que devem ser feitas na propriedade de maneira que ela possa se inserir ou não no CITUR.

O proprietário assume o compromisso de permanecer no CITUR pelo período mínimo de um ano, sem, contudo, ser imediatamente inserido nos folders e mapas de divulgação do Circuito, bem como fazer uso da logomarca e da sinalização. O proprietário deve providenciar totem indicativo na frente da propriedade obedecendo ao modelo padrão instituído pelo COMTUR, embora ele só possa fazer uso dela,

também, depois de um ano participando do Circuito. Durante este tempo, apesar das restrições impostas, a propriedade é permanentemente avaliada pela Secretaria de Turismo e membros do COMTUR, estando sujeita a penalizações e até mesmo à saída precoce do Circuito.

Estas restrições supracitadas acabam por se tornar um dos impedimentos aos pequenos produtores de se inserirem nos roteiros turísticos do município de Colombo. Sem contar as modificações na propriedade, já mencionadas, para atender ao turista, segundo padrão estabelecido pelos próprios proprietários já inseridos no CITUR e membros do COMTUR, comissão que avalia a propriedade pretendente à inserção no Circuito.

Não é demais lembrar que grande parte dos atrativos turísticos inseridos no CITUR são constituídos por vinícolas e grandes empreendimentos. Já que a infraestrutura da propriedade é, por assim dizer, critério determinante no que diz respeito à sua inserção no Circuito, é bem provável que essa infra-estrutura se torne, também, elemento de diferenciação no próprio Circuito. A exemplo do que estamos dizendo, a lojinha construída para atender turistas no Engenho Verde (foto 2) é, visualmente, mais atrativa do que a lojinha da Chácara do Morango Natural, como mostramos acima (foto 1). Motivo pelo qual ela é preferida em relação à primeira.

É preciso considerar que, de maneira geral, há uma forte tendência à padronização daquilo que, potencialmente, pode se tornar atrativo turístico, bem como do próprio atrativo. E essa padronização não está restrita ao modelo turístico combinado “sol e mar”. Mas alcança também o campo de maneira a reproduzir sua própria lógica sem, contudo, respeitar as especificidades da vida que se realiza neste mesmo campo. Isso porque se trata de um turismo voltado, teoricamente, para a agricultura familiar. Assim, sobre as modificações a que as propriedades estão sujeitas, questionamos Denise sobre quais seriam as aptidões da propriedade [termo que ela mesma usou] para inserir-se no Circuito Italiano ao que ela respondeu:

Não, se a pessoa tem condição de recepcionar o turista. Se ela tem um lugar pra estacionar um ônibus, se ela vai ter acessibilidade né, porque agora a gente tá tendo essa preocupação também. Se tem uma lojinha pra vender os seus produtos, o que que ela vai vender, se o preço é acessível. Tudo isso é analisado se está de acordo com as normas da vigilância sanitária, são esses critérios (DENISE, Entrevista realizada, por SANTOS, T. B. B., em agosto de 2009).

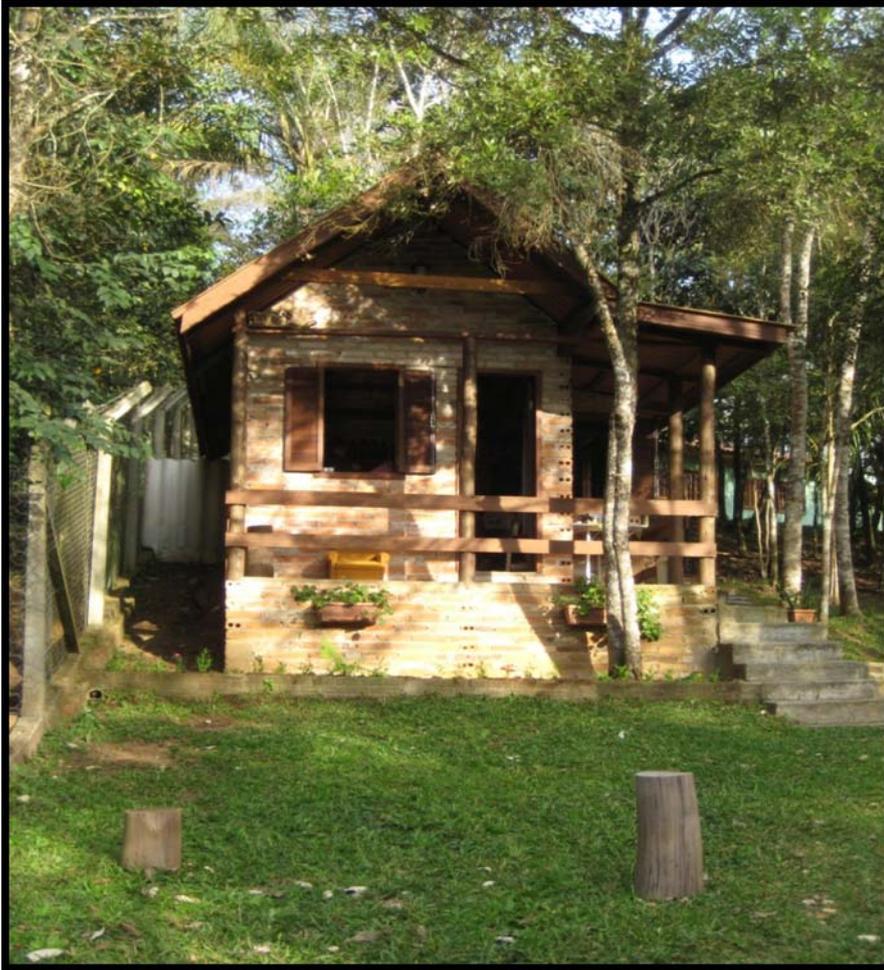


Foto 2: Lojinha da Chácara Engenho Verde.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.

E ainda, perguntamos se havia algum padrão em relação aos produtos oferecidos pelas propriedades e obtivemos dela a seguinte resposta: “É, então, o que a gente tenta é que não tenha todo mundo vendendo a mesma coisa. Apesar de ser um monte de vinho, mas são um pouquinho diferentes. Aí senão também fica mesmice né, daí não é legal” (DENISE, Entrevista realizada, por SANTOS, T. B. B., em agosto de 2009). O esforço de Denise está em diversificar os produtos oferecidos, embora as vinícolas sejam elementos centrais neste Circuito, tendo como base um padrão, um modelo de turismo já consolidado, neste caso o turismo rural, em detrimento das especificidades do lugar. Prova do que estamos falando é a realização do que eles definem como sendo caravanas técnicas. Trata-se de viagens, subsidiadas pela prefeitura ou instituições que mantenham parcerias com a Secretaria de Turismo em Colombo (SESC, SEBRAE), com os proprietários que estão inseridos no Circuito a outros lugares onde o turismo rural já está consolidado

de maneira a apreender do lugar visitado, algo que possa ser reproduzido no seu próprio lugar. Nas palavras de Denise:

nós fizemos uma caravana técnica pro Rio Grande do Sul, pros caminhos da colônia. Pros caminhos da pedra. Daqueles roteiros dos alemães do sul. E a idéia era a seguinte: cada vez que a gente sai pra fazer as caravanas técnicas é justamente eles ver que tem no roteiro que pode melhorar ou copiar no nosso aqui né. Só que o problema é que a adesão é pequena, sabe? a gente conseguiu ano passado uma caravana, praticamente tudo gratuito e mesmo assim a adesão não foi aquilo que esperávamos (DENISE, Entrevista realizada, por SANTOS, T. B. B., em agosto de 2009).

É verdade, porém, que a adesão às caravanas técnicas, bem como a implantação em sua propriedade do que foi visto por ocasião dessas visitas não significa, obrigatoriamente, que haja sucesso no que diz respeito ao fomento do turismo em sua propriedade ou, de maneira geral, no Circuito. Isso porque ao realizar a cópia deliberada de algum modelo, deslocado de um contexto, corre-se o risco de que essa cópia perca, quando em sua implantação, o sentido que ela tinha no lugar copiado. Um exemplo do que estamos falando foi a construção de um quiosque por Vera, proprietária da Chácara Morango Natural, em sua propriedade depois que ela visitou Venda Nova do Imigrante. Venda Nova do Imigrante é um município localizado no Espírito Santo que, embora seja um município formado, também, por uma cultura de imigração italiana e que desenvolva o turismo rural já há mais de dez anos, portanto, consolidado, tem suas especificidades. Venda Nova do Imigrante é um município considerado de clima frio em algumas épocas do ano, nada comparado ao frio que faz em Curitiba. Faz calor na maior parte do ano em Venda Nova do Imigrante. Lá, em Venda Nova do Imigrante, o quiosque é muito útil e aconchegante em dias quentes. Porque reúne pessoas, que costumam fazer churrascos protegendo-se do sol, o que o torna, também, um elemento de atratividade turística. Mas em Colombo, na propriedade da Vera, mais especificamente, ele parece não ter sido eficiente no que diz respeito a fomentar a visitação turística em sua propriedade. Além do que, pareceu ficar deslocado em sua propriedade, tornando-se um espaço inútil em relação às atividades que ela realiza ali, a saber: produção orgânica de morangos. A foto abaixo ilustra bem o que queremos dizer, o quiosque contrasta com a estufa para produção orgânica do morango (foto 3).



Foto 3: Quiosque
 Autor: SANTOS, T.M.B.B. nov/2008

Quando perguntamos à Vera se o turismo havia trazido alguma melhoria para ela, a resposta veio em tom de desabafo; inclusive apontando a construção do quiosque como ineficaz no fomento do turismo em sua propriedade:

Deixa eu falar. Isso é uma coisa é verdade eu falo. Primeiro a gente recebia qualquer ônibus qualquer excursão. Vinha aqui, a gente dava o morango pra degustar, licor tal. Isso tinha, era toda semana tinha ônibus, era muita gente. Bom, vou receber né, a gente vende a geléia, o morango. Acabava que não vendia nada! Acabava que não fazia \$10,00! Perdia o tempo, atrasava às vezes duas horas a gente ficava esperando e nada. Daí, foi nesse tempo daí a gente foi pro Espírito Santo e daí porque esse modelo de quiosque a gente viu, a gente trouxe de lá. Vamos construir lá em casa fica legal né, daí a gente pode melhorar. Vem as pessoas. Tem alguma coisa pra oferecer. Daí a gente tem o morango congelado ali, a gente faz o suco, cobra \$2,00 por pessoa pra ver né. Daí serve o suco, \$2,00. Um suco de morango no centro tá \$4,00, \$5,00! Não vou cobrar \$5,00, meu morango natural tudo prontinho. Mesmo assim não vem! Não vem ninguém, acha que é caro pagar \$2,00 pra vir aqui! A gente recebe criança, muito grupo de agricultores a gente recebeu. Muito. E a gente faz o que? A gente faz. É o turismo nosso não é só vir aqui comprar morango, é a nossa experiência e a agricultura orgânica. A gente leva ali na estufa tá, como que é plantado, como que é feito, trabalho muito com crianças. Tem alguns grupo de escolas que vem. Mas vem muito pouco agora. Quando eu não cobrava nada tinha todo dia. Só que não tinha vantagem, não tinha lucro nenhum, é, eu perdia o tempo. Eu deixava de produzir, deixava de plantar, deixava de cuidar dos canteiro quando via tava perdendo, tava no meio do mato .. tirava do tempo pra mim atender. Não eu vou. Vai melhorar, vai melhorar! Até hoje! Aí, o que a gente fez assim. O quiosque. Faz tempo já né ? Não

tem jeito de dizer assim ó: bote uma festinha lá, não sei porque. Não quer funcionar! Mas o pessoal diz assim ó: não, mas é muito caro! \$2,00 é caro? As pessoas vão, volta, traz as crianças, traz os amigos, isso faz funcionar. Agora da parte de turismo de vir em ônibus de excursão. Isso nunca funcionou aqui em casa não. Eu não sei nos outros pontos. Vai leva, faz, faz um roteiro. Faz aqui em casa, tipo uma parada pra, pra tomar o suco. Mas não funciona. O pessoal diz (referindo-se à Secretaria de Turismo em Colombo) ah não vai pagar, é chato, é diferente o pessoal não quer pagar, é muito caro (VERA, Entrevista realizada, por SANTOS, T. M. B. B., em novembro de 2008).

Embora haja um esforço da Secretaria de Turismo em diversificar os produtos oferecidos no Circuito Italiano, contraditoriamente, a oferta está limitada ao que, comumente, é consumido no turismo que se realiza no espaço rural: vinhos, geléias, queijos etc, a partir de uma formatação própria do turismo planejado em espaço rural. A própria adequação da propriedade para inserir-se no Circuito a partir da construção da lojinha é uma afirmativa de que turismo e consumo estão cada vez mais próximos um do outro e que este consumo, por sua vez, é padronizado. Se de um lado, essa standardização suprime as especificidades; por outro, revela os aspectos ideológicos inerentes ao processo. O que significa dizer que, mesmo que o camponês obedeça às regras necessárias ao desenvolvimento do turismo, quais sejam, a mercantilização de sua vida cotidiana, incluindo aqui os saberes necessários à atividade produtiva, o sucesso deste desenvolvimento vai variar conforme o produto que ele estiver ofertando. O que podemos perceber no desabafo de Vera: “e a gente faz o que? A gente faz. É, o turismo nosso não é só vir aqui comprar morango, é a nossa experiência e a agricultura orgânica. A gente leva ali na estufa tá, como que é plantado, como que é feito” (VERA, Entrevista realizada, por SANTOS, T. M. B. B., em novembro de 2008).

A fala da Vera aponta para a panacéia que é o turismo desenvolvido com apoio de políticas públicas no que diz respeito à inserção dos pequenos agricultores, a saber, os camponeses, neste processo. Isso porque, a despeito do que o discurso apregoa no que diz respeito ao agroturismo como atividade que pode ser associada às atividades agrícolas, porque o turista interage com as atividades realizadas no interior da propriedade, na prática, isso não se realiza. Porque não interessa ao turista este tipo de consumo. Dito de outra maneira, o turista não quer pagar porque este pagamento não resulta, necessariamente, em produto tangível em suas mãos, mesmo que o camponês mercantilize esse saber. Neste aspecto, na maneira como a produção agrícola se realiza, há uma falta de interesse por parte do turista, em

oposição à valorização deste trabalho por parte de quem o realiza, neste caso, Vera e seu marido.

Outro aspecto do planejamento turístico que merece destaque diz respeito à consideração da Secretaria de Turismo em Colombo referir-se às propriedades e proprietários incluídos no Circuito Italiano, em todos os documentos mencionados, bem como em suas falas durante as entrevistas, como sendo empreendedores. Este pressuposto tem sentido na medida em que para implementar o turismo em sua propriedade, segundo a lógica operante do turismo planejado pela Secretaria de Turismo em Colombo, e de maneira geral em todos os lugares, é necessário que o sujeito social pense e atue como empresário. Critério determinante para o sucesso, ou não, do desenvolvimento do turismo em sua propriedade.

1.6 O TURISTA EM COLOMBO

Se de um lado o planejamento do turismo é voltado para o que o turista deve ou não ver no local visitado. De outro, o turista, reproduz esta idéia tendo como pressuposto para a realização de sua experiência, o consumo, pautado em um tempo rápido, racionalizado, assentado na idéia de uma experiência que não se realiza de maneira plena, mas recortada. Trata-se de uma experiência construída apenas pelo olhar, iniciada no momento da visitação e estendida até a volta para casa nas fotos tiradas no local. Nesta direção, quanto mais atrativos o turista vir, em termos quantitativos, mais serão suas experiências vividas. Embora seja uma experiência superficial, porque rápida e limitada ao olhar, ela é também intensamente vivida, porque revivida nas fotos tiradas e mostradas àqueles que ficaram, no momento do retorno ao local de origem. Para Martins,

há um caráter indicial dos cenários, criando a imagem antes de a imagem existir e revelar o que é. Nesse caso, fica claro o quanto da definição da pessoa e das próprias relações sociais, na modernidade, tornou-se dependente de imagens e do enquadramento do visto no imaginado. Enfim, enquanto a imagem estereotipada é hoje mediação essencial da vida social (MARTINS, 2008, p. 47).

Neste caso, o planejamento do turismo para o turista, de maneira geral, direciona para o olhar do turista o que deve ser visto em determinado lugar, sem que o lugar, onde os atrativos estão inseridos, sejam propriamente vistos como um todo. Há uma indução da experiência, do vivido, a partir da imagem construída e projetada

no imaginário do turista e daquilo que quer que seja consumido. Para o turista, a fotografia é o registro do lugar visitado, a legitimação da viagem. Há uma diferenciação social a partir do lugar visitado.

Fotografar e ser fotografado em determinados lugares é também representar. Sobre o que estamos falando Martins acrescenta:

não é regra, mas não é raro, que o fotógrafo amador que fotografa pessoas, parentes, amigos, conhecidos, escolha um cenário de fundo que enobreça os fotografados ou que sugira uma classe social que não é a deles. Ou então valorize um detalhe mais digno dos cenários costumeiros. Deixar-se fotografar diante de monumentos, de palácios, de casas de pessoas ricas, reforça a encenação visual. Tenta contextualizar, falsamente o fotografado. O fotografado fora de seu lugar transporta esse lugar consigo para dentro do imaginário alienado de sua classe ou de sua categoria social (MARTINS, 2008, p. 48).

É comum a realização de fotografias em que o turista posa em frente ao que foi visitado. Às vezes, em sua maioria, a fotografia é feita antes mesmo da visita. Isso porque o turismo está associado à idéia de consumo e, portanto, a uma questão de diferenciação social. Muito mais preocupado em fotografar do que viver a experiência³⁰, o turista pouco se importa com o lugar, desde que ele possa, de alguma maneira, registrar o visível. Quanto ao que não é visível, àquilo que não é para ser visto, porque do ponto de vista do consumo, é desprezado, mesmo que real.

A presença da máquina fotográfica é elemento obrigatório na configuração do turista. E o que ele fotografa também é importante ser percebido porque, de certa forma, traduz o que lhe interessa ou não como atrativo. Nesta direção, nossa intenção foi apreender o comportamento do turista a partir da realização de seus registros e na maneira como eles se realizaram durante a excursão. Tivemos sorte ao fazer a excursão no dia dos pais, dia importante para a família camponesa, mas que pareceu não ser tão importante para os turistas, cujas relações familiares são

³⁰ Sobre o que estamos falando, o Jornal Gazeta do Povo, publicado em 23 de agosto de 2009 em Curitiba, trouxe uma reportagem traduzida do jornal The New York Times sobre a visita de turistas no museu do Louvre, em Paris, em que os turistas ficam mais preocupados em fotografar as esculturas e quadros do que, propriamente, apreciá-los. Segundo a reportagem, o excesso de imagens e lugares a serem visitados pelos turistas leva, no limite, o turista a uma situação de descaso em relação àquilo que está ali, bem diante de seus olhos (KIMMELMAN, Michael. 23 de agosto de 2009).

mais atomizadas e norteadas por valores distantes daqueles que regem a família camponesa.

Há também uma especificidade em relação à excursão, que pode ser definida como a negação do turismo individualizado. Em uma excursão, as relações de comunidade estão muito presentes. O primeiro momento da atividade, quando o ônibus dá a partida em direção ao lugar a ser visitado, é a apresentação recíproca entre os presentes. Todos dizem seus nomes, de onde vem; piadas são feitas improvisadamente de maneira que todos se tornam conhecidos uns dos outros. No mundo do turismo, a excursão recebe uma conotação negativa porque é relacionada ao turismo de massa e, portanto, a um modelo de turismo destrutivo. Isso porque, no que diz respeito ao aspecto financeiro, ela é sempre mais viável do que viajar sozinho, sendo assim, a excursão é, corriqueiramente, vista como turismo de pobres, o que, ideologicamente, leva a pensar que quem destrói os atrativos são os pobres, daí a conotação negativa relacionada ao turismo de massa. Não estamos defendendo esse tipo de deslocamento, mas pontuando nossas impressões. É verdade, porém, que a excursão não escapa à lógica do consumo do/no espaço pelo turismo. Ao contrário, nela, este aspecto se torna mais visível. Isso porque são muitos atrativos a serem vistos em pouco tempo por muitas pessoas de uma só vez. Assim, quando o ônibus estaciona em frente ao atrativo, todos descem juntos, visitam o mesmo atrativo. Tudo isso em um tempo rápido e racionalizado, afinal há outros lugares para serem visitados. É evidente que isso gera certo tumulto.

Já no primeiro ponto visitado do Circuito Italiano, percebemos que o comportamento do turista caminha a partir de uma lógica própria, a despeito da vida que se realiza no lugar visitado. A primeira descida foi na Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, como já dissemos. Como a excursão aconteceu em um domingo, a igreja estava lotada de fiéis para a realização da missa. Segundo a guia, a visita a igreja deveria acontecer naquele momento, a despeito da missa, porque em outro momento a igreja estaria fechada. Seria preciso aproveitar o momento. E assim foi feito. Alguns turistas ficaram, de certa forma, constrangidos em visitar a igreja em horário de missa. Isso porque pareciam ser religiosos. Contudo, a condição de turistas falou mais alto e todos visitaram a igreja. É verdade que os

turistas não entraram na igreja, embora a presença deles na porta, em massa, já fosse suficiente para impor sua presença (foto 4 e 5).

Daí por diante poderíamos dizer que o comportamento dos turistas foi o mesmo em todos os lugares visitados. Naqueles em que havia algo para ser consumido, comprado, o foram, senão por todos, certamente por alguns: vinícolas, colhe-pague, café colonial. Sempre tendo em vista a visita rápida e, em consequência disso, o relacionamento dos turistas com o lugar se dava de maneira efêmera e fugaz. Além da falta de interesse pelo trabalho cotidiano, ali, mercantilizado.



Foto 4: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto /2009.



Foto 5: Turistas na entrada da Igreja Nossa Senhora do Rosário durante realização da missa.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.

Exemplo do que estamos falando, foi a visita ao Moinho Artesanal. Quando os turistas chegam ao Moinho Artesanal, há uma corrida em direção à compra dos produtos ali oferecidos. Seu Ciro, camponês, dono do Moinho, vende para os turistas o resultado de seu trabalho: farinha de milho moída em tamanhos diferentes. O interessante nesta visita foi observar o descompasso entre o comportamento do seu Ciro e o comportamento dos turistas. De um lado, quando os turistas chegam ao Moinho e se aglomeram para comprar a farinha, vendida pela própria guia de turismo, seu Ciro corre para ligar o Moinho e mostrar aos turistas a maneira como ele opera a máquina e faz para retirar o milho moído. Os turistas fotografam aquela cena, incluindo aqui o próprio seu Ciro, sem, contudo, sequer, dialogar com ele (foto 6 e 7). Um ou outro turista se aproxima do seu Ciro para ver de perto o que ele estava fazendo. A visita durou cerca de quinze minutos, tempo suficiente para que os turistas comprassem ali alguns produtos. Ou fossem fotografadas próximas ao Moinho (foto 8).



Foto 6: Turista fotografando seu Ciro.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.



Foto 7: Seu Ciro recolhendo o milho moído em seu Moinho.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.



Foto 8: Turista sendo fotografada ao lado do Moinho enquanto o grupo de turistas compram os produtos ali ofertados.

Autor: SANTOS. T.M.B.B. em agosto de 2009.

De outro lado, há por parte de seu Ciro uma demonstração de cuidado e orgulho em relação ao moinho e ao trabalho desempenhado por ele ali, percebido em sua fala quando questionado sobre se ele gostava de receber turistas: “Ajuda eu e depois eu gosto que a turma veja como é que eu faço, como é que eu não faço, o meu trabalho né? Tem gente que nunca viram fazer. Só os velhos antigos que tinha isso aqui. E agora fiquei eu” (CIRO. Entrevista realizada, por SANTOS. T.M.B.B., em agosto de 2009).

Esse descompasso entre a valorização de sua vida cotidiana, incluindo aqui os aspectos relacionados ao trabalho, de Vera e de seu Ciro; e a desvalorização desses mesmos aspectos pelos turistas, confirma o que estamos dizendo sobre a aproximação cada vez mais forte do turismo em relação ao capitalismo. O valor de uso de um lado e o valor de troca de outro é embaralhado pelos significados diferenciados que turistas e camponeses atribuem aos mesmos aspectos ali comercializados e que dizem respeito à vida cotidiana dos dois camponeses. Esse embaralhamento entre temporalidades distintas aponta para a complexidade das relações entre turistas e camponeses vividas na área rural de Colombo e que, de maneira nenhuma, pode ser lida e definida como superficial e homogênea.

CAPÍTULO 2 – CAMPESINATO E TURISMO: IDEOLOGIAS E EMBATES TEÓRICO-PRÁTICOS

Neste segundo capítulo, discutiremos o camponês a partir do conjunto de variáveis que o definem. Tendo em vista seu modo de vida pautado em um tempo lento, diferente e em oposição ao tempo racionalizado e rápido em que o turismo está assentado. O que não significa em nenhuma hipótese considerá-lo arcaico ou atrasado, mas tendo em vista uma racionalidade movida por outra lógica, esta pautada em valores os quais estão assentados, sobretudo, na família. Pensar o turismo no campo sem levar em consideração a vida cotidiana que se realiza neste campo, e que alimenta este turismo, é desprezar uma realidade social importante na configuração de toda a sociedade brasileira.

Sendo assim, o debate sobre a agricultura familiar tem como pano de fundo uma discussão com raízes mais profundas na história do Brasil, bem como na história da questão agrária do país. Este debate remete-nos a uma discussão sobre a existência ou não do campesinato no Brasil, sobre o desenvolvimento do país e o processo de avanço do capitalismo, sobre o papel do campo enquanto apoio ou entrave a este mesmo desenvolvimento. Se quisermos entender como o turismo se desenvolve no campo, se estas políticas públicas atingem seus objetivos de democratizar o acesso a bens e serviços tendo como agente mediador o turismo e de que maneira alcançam o camponês, é necessário entender, antes, quais os posicionamentos teóricos que nos ajudam a pensar a agricultura fundada no trabalho familiar no Brasil e seus sujeitos.

Antes de iniciarmos o debate propriamente dito sobre os temas indicados, é necessário dizer que o debate sobre as relações de produção no campo brasileiro teve um diálogo muito próximo com a realidade que acontecia fora do Brasil. Diálogo este que influenciou e influencia, ainda nos dias atuais, pesquisas e orientações teóricas.

2.1 O CAMPONÊS SEGUNDO O OLHAR DE MARX, ENGELS, KAUTSKY, CHAYANOV E LÊNIN

A questão agrária se torna objeto de análise nos países europeus no último quartel do século XIX onde persistiam traços da sociedade feudal. Para alguns pensadores, os senhores e camponeses representavam o atraso diante da expansão do capitalismo no campo, que destruía as velhas relações feudais. Para outros, a presença do campesinato no campo representava a proteção da nação diante da migração de trabalhadores estrangeiros.

O capitalismo se estendia ao campo concomitantemente aos benefícios da democracia burguesa (sufrágio universal) para a população no campo, permitindo, dessa forma, o surgimento de novos sujeitos sociais no cenário político: os camponeses. As duas posições iniciais foram rapidamente sendo modificadas diante da complexidade do que conhecemos nos dias atuais como “questão agrária”. Desta forma, de um lado, aqueles que entendiam o campesinato como atraso e impedimento ao desenvolvimento do capitalismo perceberam que o desaparecimento dos camponeses não se daria tão rapidamente como eles esperavam. Por outro lado, aprofundava-se a idéia de que a presença dos camponeses garantia a unidade nacional da sociedade.

Nas análises de Soto (2002), no cenário político, os partidos social-democratas, liberais e nacionalistas passaram a disputar os votos das populações rurais permitindo que as reivindicações camponesas fossem incorporadas nos programas partidários e nas estratégias para alcançar o poder. Segundo o autor, os partidos trabalhadores e socialistas passaram a propor reivindicações específicas das populações camponesas em seus discursos e programas políticos, redução de impostos e de juros, indenizações para agricultores expropriados³¹, criação de condições para viabilizar a pequena produção mercantil etc. O objetivo dessas medidas parecia evidenciar que a atenção direcionada aos camponeses era torná-los uma reserva de votos e apoio político.

³¹ Martins define a expropriação como sendo “a instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo” (MARTINS, 1980, p. 54).

Neste quadro político e social em que se encontrava grande parte da Europa, alguns pensadores começam a se preocupar com a problemática agrária e a partir daí começam a surgir algumas contribuições que consideramos importantes destacar.

Marx e Engels se destacam como aqueles que mais contribuíram para o debate sobre a problemática agrária. Desde o início, esta problemática foi tema de preocupação dos dois autores já que era considerada parte integrante de suas análises sobre as relações sociais capitalistas. A questão camponesa, para Marx e Engels, complementa a análise da estrutura social no capitalismo. Isso porque a idéia central presente na análise marxista é que os camponeses são considerados como uma classe transitória que se situa entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado (SOTO, 2002).

Segundo Soto (2002), as preocupações de Marx em relação à questão camponesa aparecem no primeiro período de sua trajetória intelectual a partir da denúncia que ele faz da miséria dos viticultores de Morsella. A partir de 1850, Marx direciona seu enfoque à questão agrária em um sentido mais amplo, buscando, assim, explicar as leis do desenvolvimento capitalista na agricultura. São dois os elementos teóricos fundamentais nessa explicação que merecem destaque: a teoria da renda da terra e a enunciação da lei da concentração do capital, considerada válida também para a agricultura.

A teoria da renda da terra significou a incorporação da questão agrária na economia política marxista e, além disso, tornou-se o fundamento teórico da nacionalização da propriedade fundiária enquanto importante reivindicação dos programas agrários do movimento socialista. A lei da concentração do capital, por sua vez, é uma peça importante na construção da teoria marxista, por dois motivos: primeiro porque permite explicar o movimento do capital e, segundo, porque fundamenta as possibilidades reais do socialismo (SOTO, 2002).

Segundo Soto (2002), a teoria da concentração da produção levou Marx a considerar a superioridade da grande produção em detrimento da pequena produção camponesa. Isso levou os marxistas a atacarem o modo de produção camponês por sua escassa eficácia. Desde Marx até o surgimento de *A questão agrária*, de

Kautsky, é possível observar uma linha de continuidade na teoria marxista que critica duramente a economia camponesa por considerá-la do passado. Os marxistas afirmavam que enquanto a grande produção agrícola produzia alimentos e matérias primas para a população industrial, os camponeses apenas produziam para si mesmos. Essa perspectiva em relação aos camponeses é explicada porque sua base é feita a partir da construção dos interesses do proletariado industrial enquanto classe social. Segundo Soto, somente nos anos 1890, a partir da necessidade de contar com os votos dos camponeses para eleger representantes dos partidos socialistas no parlamento europeu, é que ocorre uma mudança na visão marxista em relação aos camponeses.

Sobre a contribuição de Engels, em seu artigo clássico *O problema camponês na França e na Alemanha*, Engels considera o campesinato um grupo social diferenciado. Para Engels (1981), o campesinato pobre representava um aliado dos operários urbanos na luta pelo socialismo desde que libertados da dominação dos grandes proprietários rurais. Para Engels (1981), o pequeno camponês se associa ao pequeno artesão. Isso porque se trata de um operário que se distingue do proletário moderno por deter ainda a posse de seus meios de trabalho, a saber: um pedaço de terra que ele cultivava com a ajuda de sua própria família. No entanto, Engels (1981) argumenta que apesar do avanço da produção capitalista libertar o camponês das imposições feudais, este mesmo processo destrói as condições fundamentais de sua existência e, por isso, o camponês está condenado a desaparecer, a se tornar um futuro proletário. Mesmo assim, permanece na análise de Engels a ambigüidade de, por um lado, afirmar o desaparecimento do camponês num processo inexorável de proletarização via avanço do capitalismo e, por outro, a defesa da incorporação das reivindicações camponesas nos programas agrários dos partidos socialistas de maneira a dar condição a esses camponeses de reproduzirem-se socialmente.

Engels critica a posição dos socialistas franceses que afirmava não haver contradição entre a luta pela manutenção da pequena propriedade e a luta pelo socialismo. Para Engels, os pequenos camponeses desaparecerão porque o capitalismo industrial implantou a propriedade privada. Da mesma maneira, a propriedade individual, seja ela do pequeno camponês ou do artesão, está fadada a

desaparecer. A saída para evitar o desaparecimento do pequeno camponês estaria delegada aos socialistas de levar estes camponeses para uma propriedade coletiva.

No esquema analítico de Engels (1981), o futuro do pequeno camponês é o operário, já que despojado da sua propriedade individual, seja agrícola ou artesanal. Na sua visão, a propriedade coletiva representa a superação histórica do capitalismo. O problema é que, no capitalismo, essa propriedade coletiva se caracteriza pela apropriação privada do trabalho coletivo. Daí a proposta de Engels (1981) ser a propriedade coletiva apropriada coletivamente pelos produtores livremente associados.

Kautsky (1989), em seu livro *A questão agrária* descreve a trajetória da economia camponesa que, inicialmente de uma agricultura predominantemente submetida ao regime feudal, passa por um processo de decomposição devido a fatores como a usura, a penetração do capitalismo no campo e as contradições de classes. Kautsky (1989) destaca o papel que a burguesia desempenha na transformação da agricultura. Para ele, é a burguesia que leva o progresso técnico (a aplicação científica da agronomia, a mecanização, a utilização da eletricidade) até a agricultura, provocando o desenvolvimento das forças produtivas, a especialização da agricultura e a divisão do trabalho entre as unidades de produção.

Assim, o mundo rural perde a uniformidade dominada pelas relações feudais para dar lugar a uma diversidade agrícola e social da agricultura. O autor argumenta que o processo de transformação da agricultura aconteceu a partir de sua integração ao mercado e do crescimento das cidades, o que significou, também, sua subordinação ao capital urbano. Para Kautsky (1989), o capitalismo viabiliza a grande produção agrícola em detrimento da produção camponesa devido a seu caráter racional capitalista da utilização das máquinas agrícolas. O autor vê, no caráter capitalista da utilização das máquinas agrícolas, um papel revolucionário e transformador, já que este uso estimula o fluxo dos operários agrícolas para as cidades que, por sua vez, estimula a utilização de máquinas na agricultura.

Kautsky (1989) destaca, em sua obra, o caráter capitalista da agricultura moderna, as relações entre a grande e a pequena produção e a tendência à proletarianização. Para ele, a pequena produção predomina apenas nas regiões em

decadência ou onde domina a produção pré-capitalista. O autor reconhece que a falta de operários agrícolas no campo, como resultado do fluxo migratório para as cidades, acaba se tornando um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Por isso, os capitalistas entregam terra para esses operários, que se tornam pequenos camponeses, para assegurar a mão-de-obra necessária. Na visão do autor, como consequência disso, o operário agrícola totalmente despossuído acaba por se tornar uma raridade já que esses operários também se tornam proprietários de pequenas parcelas de terra. Segundo Kautsky (1989), as necessidades de mão de obra por parte dos capitalistas no campo levam estes mesmos capitalistas a recriar no campo uma classe social que, segundo ele, já está condenada a desaparecer. Por isso, para o autor, o completo desaparecimento da pequena produção camponesa não vai acontecer, pois os próprios capitalistas se encarregam de restabelecê-la.

Outra contribuição importante sobre a questão agrária veio do economista russo Alexander Chayanov no esforço de construir uma teoria que explicasse a racionalidade e as particularidades da economia camponesa. Chayanov tem como pressuposto teórico que a economia camponesa não é tipicamente capitalista, portanto as categorias analíticas utilizadas para explicar a economia capitalista (salários e lucros) resultam inadequadas para entendê-la. Para o autor, o trabalho é a única forma possível de ganho para o camponês porque não existem salários e, portanto, está ausente o cálculo de lucro.

A questão central nas análises de Chayanov é explicar os mecanismos que determinam o trabalho familiar numa unidade de produção essencialmente doméstica, isto é, desvinculada do mercado. Para ele, o objetivo fundamental da economia camponesa é a satisfação de suas necessidades e não o lucro. Isso explica o motivo pelo qual o núcleo analítico de sua interpretação passa a ser a relação entre trabalho familiar e consumo. Com esta hipótese, Chayanov (1974) pôde explicar o motivo pelo qual, na Rússia, o aumento da produção se dava como consequência às quedas dos preços dos produtos agrícolas, algo distinto da ação dos capitalistas que reagem com a redução da produção quando os preços caem.

Nas análises de Chayanov (1974), o elemento central é o tamanho e a evolução da família. De acordo com o autor, o tamanho das famílias depende de sua

própria evolução, desde sua constituição até a morte do chefe da família. Isso porque, para ele, as variações da força de trabalho familiar determinam o acesso a terra.

Finalmente, mas não menos importante, Lênin (1974), em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, classifica os camponeses em ricos, médios e pobres, utilizando como critério de diferenciação a compra e venda da força de trabalho. Para este autor, os camponeses ricos compram força de trabalho adicional; os camponeses médios compram e vendem força de trabalho e os camponeses pobres são obrigados a vender sua força de trabalho numa determinada época do ano. A tese leninista da diferenciação social aponta para a tendência dos camponeses tornarem-se proletários enquanto que os camponeses ricos formariam uma nova burguesia. Para o autor, os camponeses médios estariam entre as duas forças polares: a acumulação de capital e a proletarização.

Importante considerar que Chayanov contrapõe a idéia da diferenciação populacional à idéia leninista de diferenciação social do camponês. Para ele, os camponeses possuem diferentes tamanhos de propriedade por causa da evolução das relações de parentesco.

É preciso ressaltar que se trata de uma definição do campesinato tendo em vista a unidade produtiva, logo, como dissemos acima, da economia camponesa. O campesinato não está, contudo, limitado a esses critérios, embora o reconheçamos de fundamental importância como categoria de análise, mas não única. Defendemos a idéia de que os elementos que integram a sua cultura enquanto elementos de sua vida cotidiana: “suas tradições, suas visões de mundo, as quais carregam consigo também a moralidade e as emoções inerentes ao seu próprio processo de transmissão” (SAHLINS, 1997, p.), também, fazem parte do conjunto de variáveis que definem o campesinato.

2.2 CAMPESINATO NO BRASIL: OLHARES E CONCEITOS

No Brasil, de maneira geral, o campesinato é pensado a partir de duas vertentes que se contrapõem, mas que, contraditoriamente, se complementam. De um lado o grupo familiar pensado como unidade de produção e consumo e os

desdobramentos a ele engendrados. De outro, o grupo familiar pensado a partir do conjunto de valores que o definem. Assim, no bojo dessa discussão, a terra, enquanto elemento de investigação para o entendimento do campesinato, é vista a partir de olhares distintos que não se excluem: terra enquanto fator de produção hierarquicamente organizado pela família e terra enquanto patrimônio, ou seja, valores morais.

Uma das grandes contribuições para pensarmos o campesinato no Brasil vem de José de Souza Martins. Trata-se de um autor que faz parte de uma geração que rompe com as análises positivistas ao mesmo tempo em que coloca a sociologia num novo status, redimensionando seu papel de explicação e de intervenção no processo histórico. A preocupação de Martins sempre foi o desenvolvimento do Brasil e as transformações sociais decorrentes da maneira como este desenvolvimento foi estabelecido. Como o processo de modernização do Brasil passa pelo campo, Martins acaba por dedicar a esse processo uma atenção maior em suas pesquisas tendo em vista a desorganização dos modos de vida da população rural, sobretudo no que diz respeito às suas relações sociais e culturais como desdobramentos das alterações na organização das atividades econômicas no país.

As idéias de Fernandes sobre o campesinato e sobre as relações sociais no campo são opostas às teses correntes do capitalismo dogmático sobre o caráter transitório do campesinato. É preciso considerar que quando Marx escreveu *O Capital* ele estava pensando na realidade histórica da Inglaterra. Ali, o capitalismo avança em um processo inexorável e rápido de maneira que a consequência lógica para o campesinato era seu desaparecimento (SOTO, 2002). Nas análises marxistas consideradas vulgares, não há espaço para outros argumentos fora desta realidade. Voltaremos a falar sobre isso mais à frente.

No olhar de Fernandes, as estruturas arcaicas representam não só uma singularidade, mas também um requisito para a reprodução e para o funcionamento do capital. Isso porque, para ele, o processo de modernização da agricultura é incapaz de dissolver completamente as relações sociais arcaicas. O que acontece, ao contrário, é um processo de assimilação das camadas sociais do mundo “arcaico” na dinâmica capitalista (FERNANDES, 1968). Assim, o campesinato, como grupo

social inserido no sistema capitalista, busca várias formas de proletarização com a finalidade de apropriar-se e participar do mundo urbano moderno e das supostas vantagens do trabalhador urbano. Este fenômeno se expressa nas migrações do campo para a cidade que por essa via permite ao camponês se socializar na sociedade moderna, sem se tornar alheio ao mesmo tempo em que passa a pertencer à sociedade de classe.

Outra contribuição à construção do olhar de Martins sobre a realidade do campo no Brasil veio de Lefebvre. Este autor permitiu a Martins uma outra leitura dos escritos de Marx para além da visão dogmática dos marxistas considerados vulgares. Em Lefebvre, Martins descobre um marxismo despojado de dogmatismo. Não o Marx datado e situado no tempo e na história, mas o Marx de sua própria época, engajado em produzir idéias ao mesmo tempo em que vivia e se envolvia em uma prática de transformação da sociedade a partir dos processos de reprodução dessa mesma sociedade. Um Marx de uma obra inacabada e, por isso, carente de uma continuidade teórica. Nesta direção, uma fonte de inspiração para interpretar os problemas e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sem se restringir às determinações econômicas.

No olhar do próprio Martins (2008), Lefebvre não retorna simplesmente aos conceitos de Marx, ao que ele, Martins, considera indevido chamar de conceitos em Marx. Antes, à relação entre um modo de pensar e uma prática, isto é, a um projeto na práxis que define o trajeto de uma vida. No bojo deste retorno, desta busca em Marx, está o método dialético; que nas palavras de Martins, trata-se do método

que foi se definindo ao longo da obra de Marx, que combina os momentos do método de investigação e do método de explicação; e que culmina com a análise inacabada sobre as classes sociais, isto é, sobre a primeira tríade: trabalho, terra e capital, ou seja, salário, renda e lucro. O pensamento de Marx não era binário, como o fez mais tarde o pensamento o marxismo vulgar, e sim triádico (MARTINS, 2008, p. 98).

A contribuição de Lefebvre a Martins não se limita a esse aspecto, ao contrário, vai mais longe. Martins (2008) defende que Lefebvre retorna a Marx, mais especificamente ao núcleo explicativo do processo histórico, o qual consiste na idéia

de que a relação entre o homem e a natureza se dá pela maneira como o homem atua sobre a natureza a fim de atender suas necessidades, modifica a natureza e modifica suas condições de vida modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza. Nesta direção, o homem deixa de ser repetitivo e reativo; mas, desafiado a criar, ele modifica suas condições de vida e se modifica, ao mesmo tempo em que, constituindo-se como humano, humaniza-se. Para Martins (2008), Lefebvre descobre que essa tese ganha consistência em uma noção mal formulada na obra de Marx: a de formação econômico social.

Martins argumenta que se trata de uma idéia que aparece apenas ocasionalmente na obra marxiana,

apenas indicada, para dar conta da sedimentação dos momentos da história da práxis. Essa noção já carrega consigo, na descoberta de Lefebvre, o intuito de datação das relações sociais, a indicação de que as relações sociais não são uniformes nem tem a mesma idade. Na realidade coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas (MARTINS, 2008, p. 100).

Nesta direção, Martins (2008) argumenta que Marx utilizava essa noção, em um primeiro momento, como um recurso metafórico para apoiar uma concepção interpretativa. Martins lembra que Marx utilizava metáforas seguidamente para expressar suas idéias e, ainda, que muitas dessas metáforas foram fetichizadas por seus vulgarizadores e transformadas em conceitos. Nas palavras de Martins,

o mais notório deles, o de modo de produção, é utilizado pelo próprio Marx de modo elástico e, às vezes, impreciso. Quando se trata do modo de produção capitalista, ora refere-se ao processo de trabalho, ora ao processo de valorização, ora tem uma certa conotação antropológica, referindo-se a um modo de fazer, mais no sentido de um procedimento cultural do que no sentido de uma referência estrutural (MARTINS, 2008, p. 100).

Para Martins (2008), o reencontro da noção de formação econômico social por Lefebvre tem amplas significações já que se trata de uma noção com duplo significado: metodológico e teórico. O autor argumenta que essa noção tanto designa um processo histórico, ou seja, a formação econômico-social capitalista, quanto designa o conjunto do processo histórico. Para Martins (2008, p. 101), “mais do que uma imprecisão, essa duplicidade nos remete ao princípio explicativo de totalidade e, ao mesmo tempo, de unidade do diverso”. Martins (2008) chama atenção para o fato de que muitos vulgarizadores da obra de Marx entenderam que “o diverso dessa unidade é apenas o diferente e que os termos da contradição, portanto, são contemporâneos”. Entretanto, lembra Martins (2008), que a lei da formação econômico-social é a lei do desenvolvimento desigual.

A noção de formação econômico-social retomada por Lefebvre no preciso sentido da coexistência dos tempos históricos e também no sentido de que nessa coexistência se encerra não o passado e o presente, mas também o futuro, o devir, possibilitou a Martins um olhar sobre o campo que ultrapassa o próprio campo. Isso porque o campo não está isolado dos demais processos, antes, inserido na totalidade dos processos sociais e suas leis. Assim, uma análise do campo desprendida da noção de totalidade se coloca insuficiente e incompleta. O método dialético, proposto por Lefebvre e retomado diretamente da dialética de Marx, é que tem orientado os estudos de Martins sobre o campo no Brasil. Nesta direção, Martins considera a história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil como sendo contraditória, inacabada e incompleta.

Outra grande contribuição ao pensamento de Martins veio de Rosa Luxemburg. Martins descobre, em Rosa Luxemburg (1985), uma referência teórica que deu a ele condição de entender e interpretar a problemática do Brasil, em uma perspectiva marxiana, em que a produção do capital se realiza como processo o qual engendra e reproduz relações sociais não-capitalistas de produção. Atenta sobre a expansão do capitalismo em termos globais, sua reprodução em escala ampliada e seus desdobramentos, Luxemburg (1969) defende a idéia, já em outro livro (1985), de que o desenvolvimento do capitalismo em última instância não resultará na supressão de modos não-capitalistas de maneira a integrar países e modos distintos de produção. Para Luxemburg (1985) quanto mais o capitalismo

avança se aproximando do momento em que todo o globo se tornará capitalista, contraditoriamente, mais esse ritmo diminui na medida em que, ele mesmo, produz relações sociais não-capitalistas de produção. Vejamos por quê.

Luxemburg (1985) argumenta que a produção capitalista não está limitada à produção de mercadorias cujo objetivo principal seja a satisfação de necessidades de consumo, nem tampouco se trata de produção mercantil. Mas de produção capitalista. Isso porque a produção capitalista não é uma produção voltada para a satisfação de necessidades, mas para a produção de valor, logo de mais-valia. É preciso lembrar que as relações de valor dominam totalmente tanto o processo de produção quanto o processo de reprodução.

A autora segue argumentando que, em termos capitalistas, a produção ampliada significa incremento de produção de mais-valia. De fato, a produção de mais-valia se processa enquanto produção de mercadorias, ou seja, enquanto produção de objetos de consumo. Contudo, é somente na reprodução que esses dois aspectos, capital e mais-valia, voltam a diferenciar-se tendo como elemento de distinção as variações da produtividade do trabalho. Nas análises de Luxemburg (1985), as mesmas magnitudes de capital e mais-valia acabam por revelar-se em função do aumento progressivo da produtividade sob forma de um maior volume de objetos de consumo. Dessa forma, o aumento da produção de mercadorias não é, ainda, necessariamente, a reprodução ampliada em termos capitalistas. Inversamente, o capital pode alcançar um nível mais elevado de mais-valia sem fabricar maiores quantidades de produtos, de certa forma sem alterar a produtividade do trabalho, ou, ainda, elevando o grau de exploração a partir da redução dos salários, por exemplo. Nas palavras da autora,

a ampliação da produção de mais-valia é vista como regra, obtida por aumento de capital, e este se transforma em capital por acréscimo ao mesmo de parte da mais-valia apropriada. (...) A reprodução ampliada, no sentido capitalista, expressa-se, portanto especificamente como crescimento do capital por meio da capitalização progressiva da mais-valia, ou na expressão de Marx, como acumulação de capital (LUXEMBURG, 1985, p. 15).

Para o que nos interessa aqui, a contribuição de Luxemburg (1985) às análises de Martins diz respeito ao fato de que a mais-valia está na reprodução ampliada do capital, enquanto que, com base nas relações de produção não

capitalistas, há produção ou acumulação de capital. Essa afirmativa aponta para o fato de que, segundo a autora, a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não-capitalista. Assim,

o capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital -, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades (LUXEMBURG, 1985, p. 251).

Para Luxemburg, o capital, para desenvolver-se, necessita de formas não-capitalistas de produção. No entanto, isso não se dá aleatoriamente. As análises de Luxemburg (1985) caminham na direção de que o capital necessita de camadas sociais não-capitalistas para incrementar a reprodução de mais-valia, necessitando dessas sociedades como fontes de aquisição de seus bens e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. Sendo assim, as formas de economia natural, cujas bases estão assentadas em uma produção que se destina à satisfação de suas próprias necessidades, em que as formas de produção de cunho econômico-natural estão fundamentadas no vínculo com os meios de produção e com a mão-de-obra, impossibilitam ao capital realizar tais objetivos.

Dessa forma, uma vez que o trabalho camponês estabelece como base de sua organização econômica a sujeição dos principais meios de produção, terra e força de trabalho, ao direito e à origem, o desdobramento dessa forma de economia cria sérias dificuldades às exigências do capital. É por isso que, conclui Luxemburg (1985, p. 254), “o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais pode vir a deparar-se: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa patriarcal”. E ainda, segundo a autora, “os principais métodos dessa luta são a violência política (revolução, guerra), a pressão fiscal do estado e o barateamento das mercadorias, que ora caminham juntos, ora se sucedem ou se apóiam reciprocamente”.

Essa idéia permitiu a Martins sustentar a noção de que o mundo rural não aparece como impedimento ao desenvolvimento do capitalismo ou como um resíduo que tende a desaparecer, mas como um tempo e uma forma social que faz parte

integrante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Essa postura entra em choque direto com a visão marxista ortodoxa que pensa o campesinato inserido em um processo inexorável de desaparecimento via proletarização.

Martins utiliza a categoria de camponês para explicar o desenvolvimento capitalista do Brasil graças a um esforço de interpretação crítica da obra de Marx, o que significa a superação ou ampliação de algumas noções utilizadas por este autor. Este é o caso da categoria marxiana de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Esta categoria tem passado despercebida por grande parte dos produtores de conhecimento sobre o campo. Martins retoma esta noção a partir das leituras de Luxemburg (1985) e acaba por elaborar outra, a qual ele define como produção capitalista de relações sociais não-capitalistas.

A partir dessa perspectiva teórica e metodológica, Martins recusa as simplificações próprias de autores que, nas décadas de 50 e 60, discutiam o caráter da sociedade brasileira. Isso porque, em sua perspectiva analítica, a noção de relações sociais pré-capitalistas pressupõe uma sucessão histórica, enquanto que as relações sociais não-capitalistas constituem formas de relações sociais que não tem a temporalidade das relações pré-capitalistas e que são contemporâneas das relações sociais capitalistas de produção produzidas pelo próprio desenvolvimento e expansão do capital.

Martins (2004) pensa a realidade social do campo brasileiro a partir da hipótese de que o capitalismo, em sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Segundo sua hipótese, o processo de constituição da força de trabalho e das relações de trabalho no Brasil foi definido com a crise do escravismo no final do século XIX. Para o autor, essa crise deu lugar a um regime de trabalho que ficou conhecido como regime de colonato abrangendo a cultura de café e de cana de açúcar. Nesta direção, segundo Martins (2004) esse regime não pode ser considerado um regime assalariado, já que, no processo capitalista, o salário em dinheiro é a única forma de remuneração da força de trabalho.

Para Martins (2004), o colonato se caracterizou pela combinação de três elementos, a saber: “um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meio de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador” (Martins, 2004, p. 19). Estes três elementos supracitados somados ao fato de que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar cujo resultado deste trabalho era a produção direta dos seus meios de vida é que impossibilitam definir essas relações como sendo relações capitalistas de produção. Martins (2004), conclui sua idéia argumentando que

a prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante o que o salário não pode ser um salário aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção. Tal condição, porém, não se dá nesse caso. O salário aritmético é um salário que entra na cabeça do capitalista, mas que não entra no bolso do trabalhador, não produz uma relação social (MARTINS, 2004, p. 19).

Outra idéia que ajuda o autor a pensar a realidade social do campo brasileiro é a noção de ideologia urbana. Para Martins (1975), a história do desenvolvimento no Brasil está assentada sob uma ideologia urbana, o que significa dizer que a indústria e o urbano, como práticas sociais novas, não são simplesmente consideradas símbolos, mas, sobretudo os impulsionadores do progresso e, ainda, que o capitalismo no Brasil se desenvolva sob a égide do processo de industrialização e de urbanização. A implicação disso na prática é a idéia de que a sociedade brasileira poderá sair do atraso unicamente estendendo a industrialização a todos os espaços econômicos e sociais, inclusive e, sobretudo, ao campo.

Martins (1975) argumenta que a ideologia urbana e a constituição de uma sociedade com valores urbanos tinham como objetivo primeiro transformar o caipira considerado ingênuo, desnutrido, preguiçoso e doente em cidadão urbano a partir da apropriação dos valores e concepções da cidade. Para Martins, essa visão cruel encontra apoio na teoria marxista que defende o desaparecimento inevitável do campesinato a partir do desenvolvimento do capitalismo.

Martins (1975) segue suas análises dizendo que desde a concepção da ideologia urbana, o campo é considerado problema agrário apenas na medida em

que a indústria e a cidade se vêem afetadas, na medida em que o campo é considerado um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira. Impedimento este que está incorporado na ideologia urbana a qual se encarrega de encobrir as relações não-capitalistas de produção engendradas pelo sistema econômico nacional fazendo com que o campo pareça resistente ao processo de modernização no Brasil por meio da estigmatização do caipira. Ora, é o campo que sustenta e tem sustentado o processo de modernização brasileiro. Nas palavras de Martins, “o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de modo a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização” (MARTINS, 1975, p.39).

Para Martins (1975), o campo só existe historicamente quando está integrado ao mercado, quando faz parte do mecanismo de acumulação do capital e, ainda, quando desempenha sua função econômica de fornecer produtos agrícolas a baixos preços dando assim condição para o crescimento da cidade e, em consequência disso, da sociedade brasileira³². Isso porque os baixos preços dos produtos agrícolas possibilitam a reprodução barata da força de trabalho na cidade e, portanto, uma maior acumulação de capital.

De acordo com Martins (1975), a visão do campo atrasado, que se torna um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, mas que ao mesmo tempo é necessário ao desenvolvimento deste mesmo capitalismo, é resultado de uma dominação ideológica que não é necessariamente capitalista. Isso porque essa visão nega que as atividades produtivas no campo possam se realizar a partir de uma racionalidade econômica tipicamente capitalista. Assim, a produção agrícola faz parte da produção, reprodução e processo de acumulação do capital na sociedade brasileira, sem, contudo, ser considerada propriamente capitalista. Essa visão

³² Para Martins (1975) a remuneração do capital bem como a fixação dos preços mínimos dos produtos agrícolas, antes da colheita e não antes do plantio ilustra o que estamos falando. Os preços mínimos são fixados em função dos custos da economia urbano-industrial sem considerar os custos reais da produção agrícola. É preciso considerar que o salário mínimo é calculado segundo às condições mínimas necessárias à reprodução da força de trabalho.

distorcida, por isso ideológica, levou a esquerda brasileira a levantar a hipótese de uma sociedade agrária com predomínio das relações feudais³³.

Nesta direção, Martins argumenta que, no Brasil, o capitalismo penetra no campo com uma característica singular de maneira que o desenvolvimento do capitalismo no campo não implica necessariamente que este capitalismo seja definido por relações tipicamente capitalistas caracterizadas pela compra e venda da força de trabalho. Para Martins, as relações sociais no campo são capitalistas, mas sem assumir a forma prevista por Marx em *O Capital*, de oposição entre burguesia e proletariado. Assim, afirma Martins, o que caracterizam as relações sociais no campo como capitalistas “é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda da terra capitalizada entre produtor e sociedade” (MARTINS, 1975, p.49). Mas não é só isso.

Dando continuidade à argumentação do autor, para ele, as relações sociais são capitalistas por que a terra não é apenas ocupada, mas comprada. Nesse sentido, “a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais” (MARTINS, 1975, p.47). Segundo Martins (1975), não é possível compreender as relações sociais no campo apenas por meio da compra e venda da força de trabalho, mas a partir das relações que se estabelecem com origem na propriedade privada da terra. A propriedade privada coloca-se como renda capitalizada. Assim, a propriedade privada da terra é o elemento que provoca as contradições sociais no campo. Isso porque, considerando que o capital é definido pelo trabalho acumulado pelo capitalista sob a forma de meios de produção produzidos pelo trabalho, os quais servem como meios de produção para que o capitalista gaste a outra parte do seu capital pagando salários aos trabalhadores que farão com que seu capital cresça ainda mais, é possível concluir que capital é produto do trabalho assalariado. Isso porque o assalariamento é o elemento fundante da produção capitalista.

³³ Essa afirmativa nos remete ao debate clássico dos anos 1950 e 1960 sobre a existência ou não de relações feudais no Brasil. De um lado, Alberto Passos Guimarães defendeu a existência do feudalismo, de outro, Caio Prado Junior defendeu um país capitalista sem resquícios de relações feudais. Martins supera esse debate na medida em que defende no campo a existência de relações sociais não capitalistas de produção para além das relações sociais pré-capitalistas, como o fez Caio Prado Junior.

Já a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que tanto não pode ser reproduzido quanto criado pelo trabalho. A apropriação da terra não se dá em um processo de trabalho, logo, de exploração do trabalho pelo capital. Por isso, nem a terra tem valor, no sentido de que não se trata de materialização do trabalho humano; nem, portanto, pode ter sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. Nas palavras de Martins, “a terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser fruto do trabalho, mas a própria terra não o é” (MARTINS, 1983, p. 160).

Martins (1983) argumenta que o capital pode se apropriar da terra da mesma maneira que se apropria do trabalho fazendo com que ela, que não é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada pelo capital. Entretanto, da mesma maneira que é necessário que o capitalista tenha que pagar um salário ao trabalhador, é necessário, também, que ele pague uma renda para se apropriar da terra. Dessa forma, terra e trabalho são transformados em mercadoria no capitalismo. No sentido inverso, assim como o trabalhador cobra um salário pela utilização de sua força de trabalho para a reprodução do capital, a terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada, seja pelo capital, seja pelo trabalhador.

O capital tem como característica intrínseca dominar e subordinar tudo o que encontra pelo caminho. O limite a essa expansão só acontece quando diante dele aparece um obstáculo de maneira a impedir seu livre desenvolvimento. A terra é esse obstáculo. Segundo Martins (1983), sem a licença do proprietário de terra o capital fica impedido de subordinar a agricultura. Uma vez transformada em mercadoria, a terra adquire preço, pode ser vendida e comprada, entretanto, a condição para que ela seja explorada pelo capitalista é a realização de um pagamento ao seu proprietário, a renda da terra. Martins (1983) chama atenção para que não haja confusão entre renda da terra e aluguel³⁴.

³⁴ Para ele, “o aluguel apenas expressa, em certas circunstâncias, a existência da renda territorial; é manifestação exterior; é sinal da renda, mas não é a própria renda. Contudo, mesmo onde a terra não

Martins (1983) ainda considera que, apesar de não ser produzida pelo trabalho humano, o fato da terra, pelo proprietário, se erguer diante do capital para cobrar um preço pela sua utilização, aponta para duas questões: a primeira é que a terra não é capital. A segunda é a contradição que antepõe a terra ao capital. Isso porque o capitalista, na medida em que paga pela utilização da terra está, de fato, convertendo uma parte de seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente essa parte do capital. Por um motivo único: essa é a condição para que ele possa utilizar-se da terra e assim remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa no capitalismo. Vejamos por quê: essa imobilização é improdutiva porque sozinha ela é incapaz de extrair riqueza da terra. Para que haja produção agrícola é necessária uma série de incrementos, tais como a utilização de ferramentas e insumos combinados com trabalho humano. É por este motivo que, argumenta Martins,

o pagamento da terra representa, pois, uma irracionalidade para o capital. Isso não quer dizer, entretanto, que a apropriação da terra pelo capital impeça a sua utilização segundo critérios capitalistas. A subordinação para o capital ocorre justamente para que ela produza sob domínio e conforme os pressupostos do capital. A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital (MARTINS, 1983, p. 162).

A sujeição da renda ao capital, apontado acima por Martins, nos leva a usar outra idéia do mesmo autor, a qual diz respeito aos significados diferenciados que a terra, propriedade, exerce para o camponês e para o capitalista: terra de trabalho e terra de negócio (MARTINS, 1980). Para ele das contradições de terra do direito de propriedade derivam duas formas de propriedade privada: a terra camponesa (terra de trabalho ou propriedade familiar) e a terra capitalista (terra de negócio ou propriedade capitalista). Embora as duas propriedades sejam consideradas privadas. Segundo o autor, a propriedade capitalista da terra é um regime distinto de propriedade uma vez que se baseia no princípio de exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais para trabalhar, os quais pertencem ao capitalista. A propriedade capitalista é um dos desdobramentos da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por objetivo assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho, logo, é fundamentalmente, instrumento de exploração. Neste sentido Martins nos alerta para

é alugada, onde os proprietários de terra não se distinguem de outras classes, a renda fundiária existe" (MARTINS, 1983, p. 161).

o fato de que, “não podemos confundir propriedade capitalista com propriedade familiar, ainda que propriedade privada” (MARTINS, 1980, p.59).

A propriedade familiar, por sua vez, não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem. É propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador. A diferença consiste no fato de que, nas palavras de Martins,

seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (MARTINS, 1980, p. 59).

Segundo Martins (1980, p. 60), “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho”. Nesta direção, complementa Martins, “ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura” (MARTINS, 1980, p. 60). Para Martins, a situação brasileira no campo aponta para o fato de que não se trata de um empresário engolindo outro, mas do capitalista engolindo o lavrador.

Associadas a esta idéia estão as categorias de exploração e expropriação, observando que cada um desses processos contém relações sociais distintas e, portanto, reivindicações políticas também distintas. Para Martins, é a expropriação e não a exploração que se constitui no eixo das lutas sociais no campo, ao mesmo tempo em que seria um erro considerar a expropriação como elemento central nas lutas dos trabalhadores urbanos. O autor argumenta que os camponeses tornam-se sujeitos na luta contra o capital e pela reprodução de sua própria vida, quando lutam contra a propriedade capitalista da terra. Desta forma, Martins traz o camponês para o cenário político em oposição às interpretações tradicionais que o consideram um estranho ou um excluído.

Antes de continuarmos o debate sobre a contribuição de Martins é importante considerar que a complexidade do campesinato brasileiro se dá como desdobramento de uma construção histórica que une dois grupos distintos de camponeses, por assim dizer. Um primeiro como resultado de um processo histórico que teve início no período colonial brasileiro. E outro como resultado do processo de imigração.

Para Martins (1983), no período colonial brasileiro, estava excluído da herança quem não tivesse sangue limpo ou fosse bastardo, mestiço de branco e índio. Assim, a interdição da propriedade alcançava não só o índio reduzido à condição de peça e escravo, nas fazendas e aldeamentos organizados pelos padres e pelas câmaras, como também alcançava o branco sem pureza de sangue.

Cessada a legalidade da escravidão indígena no início do séc XVII, a exceção de circunstâncias e períodos definidos, o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados da fazenda, segundo Martins, “excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros, segundo a época, as circunstâncias e as condições do fazendeiro” (MARTINS, 1983, p. 32). Para o autor, um terceiro grupo veio engrossar e diferenciar o campesinato durante o período colonial, o dos excluídos e empobrecidos pelo morgadio, o qual consistia em um regime que tornava o primogênito o herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. Este regime tornava os outros herdeiros uma espécie de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura (MARTINS, 1983).

Para Martins, o morgadio interditava a dispersão da riqueza pela herança, mas não impedia a abertura de novas fazendas e a constituição de novas propriedades mediante simples ocupação e uso da terra. Martins (1983) ressalta que essa era a maneira como as sesmarias eram constituídas, o futuro sesmeiro ocupava antes a terra, abria sua fazenda e só depois se credenciava para obtenção da concessão e a legitimação da fazenda. Importante considerar que o uso da terra era a base de sua legitimação. Martins (1983) continua argumentando que no caso dos mestiços os fatos não se davam da mesma maneira. O mestiço até podia abrir sua posse, mas os mecanismos tradicionais de exclusão que alcançavam os impuros de sangue o impediam de legitimar a sesmaria.

Martins (1983) chama atenção para o fato de que a concessão das sesmarias tinha precedência legal sobre direitos de posseiros. Nas palavras de Martins,

não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados. De qualquer modo, se não lhe conviesse mantê-los no interior da propriedade, estava obrigado unicamente a indenizá-los pelas benfeitorias, como a Lei de Terras o confirmará. A posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente a tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês – desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos (MARTINS, 1983, p. 35).

Ainda segundo Martins (1983), os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro, como concessão deste em relação àqueles. Dando seqüência a nossa argumentação, Martins (1983) ressalta que como o fazendeiro não era um senhor feudal, mas um negociante e proprietário de terras e escravos, as tarefas que não pudessem auferir retorno financeiro rápido eram executadas por trabalhadores que não representavam imobilização de capital nem de salário. Assim, o camponês era designado para a abertura de fazendas e implantação de cafezais em troca do direito de plantar gêneros alimentícios entre os cafezais necessários à sua subsistência, tais como: milho, feijão, arroz, algodão. A produção desses gêneros alimentícios gerou um estereótipo, dentre tantos outros, para o camponês. Nas palavras de Martins, “é aliás, o que basicamente caracteriza os camponeses brasileiros durante todo esse tempo, como produtores de gêneros alimentícios de consumo interno, ‘lavoura de pobre’ como ainda se costuma dizer” (MARTINS, 1983, p. 39).

Além dos agregados que constituíam o campesinato da época, havia também os posseiros e os sitiantes. A condição de posseiros dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante, por sua vez, era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Segundo Martins (1983), agregados e sitiantes, contudo, eram tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda era definida como sítio ou roçado. Dando um salto na história do Brasil, a partir de 1886, data que inaugura o processo de imigração e formação de outro campesinato no país, o colono imigrante vem se juntar a este campesinato já existente

aumentando ainda mais a complexidade da singular configuração do campesinato no Brasil.

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo se deu a partir de dois processos associados: a universalização da propriedade privada da terra a partir da Lei de Terras de 1850 e a implantação do trabalho livre pela Lei Áurea em 1888. Nesta formulação, encontra-se a idéia clássica de Marx sobre a acumulação originária do capital na qual o capitalismo só é possível a partir de duas condições básicas: a concentração da terra como propriedade privada e a separação do produtor direto de seus meios de produção. Assim, expropriados de seus meios de produção, não há outra alternativa para o trabalhador do que vender sua força de trabalho.

Para Martins (1973), o processo de transformação da terra em capital produziu um tipo de ideologia burguesa que, assumida pelo trabalhador, busca a possibilidade de realizar a passagem do trabalho ao capital exclusivamente por meio da poupança e do trabalho. Assim, a combinação desses dois elementos: a propriedade privada e o mercado de trabalho; está no centro da sociedade capitalista brasileira que se manifesta na ideologia burguesa e na dualidade do camponês, vejamos por quê. Para Martins, o camponês incorpora a ideologia burguesa assumindo a idéia de se tornar proprietário. Contudo, a realização desse objetivo é impedida pela sua condição de explorado e expropriado.

Nesta direção, o camponês, para Martins, é portador da ideologia burguesa, mas, ao mesmo tempo, é também incapaz de realizá-la uma vez que os obstáculos sociais impossibilitam que ele se torne proprietário de terra, logo, de capital. Esta é uma ambigüidade que Marx já tinha observado em seus estudos ao definir o camponês como um sujeito social que oscila ideologicamente entre o proletariado e a burguesia. De acordo com Martins (1973), contrariando as afirmações de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra; no Brasil, o camponês não desaparece para dar lugar a novas classes sociais. Antes, é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. Isso porque ele é ao mesmo tempo resultado e condição do desenvolvimento capitalista no país.

Como aponta Martins,

na situação brasileira, as condições peculiares de obtenção da força de trabalho, isto é, o escravismo, introduziram um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico. O estrangulamento da economia colonial exigiu, assim, a adoção de uma política de constituição de um mercado de trabalho que superasse o descompasso e forjasse as bases de uma reprodução 'natural' da força de trabalho. A criação das condições institucionais do mercado livre de trabalho (propriedade capitalista da terra e abolição da escravatura) associou-se, portanto, a uma política de imigração, trazendo para o País o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário (MARTINS, 1973, p.17).

Para Martins (1973), a figura social do camponês no Brasil se mostra ambígua, refletindo a contradição do capitalismo dependente. Ele não vê o camponês como um resquício do passado, mas como resultado de um processo histórico específico. Martins considera a imigração estrangeira a partir de 1886 um elemento central para o entendimento das origens e contradições do campesinato brasileiro. É preciso considerar que havia uma diferença entre a formação de um campesinato baseado na agricultura dos colonos imigrantes e na agricultura já existente no Brasil, como resquício de um passado histórico. Essas diferenças estavam pautadas tanto nos aspectos culturais e ideológicos, quanto na própria escolha sobre o que plantar, tendo em vista a modernização e, em consequência, a europeização dos costumes brasileiros. Assim, nas palavras de Martins,

além dos produtos corriqueiros no consumo da população brasileira – como o feijão, milho e fumo – introduziram-se plantas novas – como a cevada, o linho e a batata. A escolha dessas plantas deve ter respondido, de um lado, a uma acomodação entre os hábitos agrícolas dos imigrantes e a demanda do mercado local e, de outro, ao atendimento de expectativas oficiais, veiculadas pelos funcionários da colonização, que viam na europeização da agricultura um indício de modernização e o meio capaz de diferenciar a agricultura dos colonos da agricultura caipira – esta associada ao estereótipo desfavorável do caboclo, que o definia como preso a atitudes contrárias aos intuítos racionais em jogo na colonização (MARTINS, 1973, p. 104).

Como mostrou Martins (1973), o caráter escravo da força de trabalho limitava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Daí a necessidade de uma política que permitisse a criação de um mercado livre de força de trabalho. A política de imigração no Brasil, segundo o autor, teve como objetivo principal solucionar este impasse. Assim, os imigrantes se tornaram portadores da ideologia da ascensão social, o que permitiu sua exploração.

Para Martins (2003), o campesinato brasileiro é uma classe social, embora ele mesmo concorde que a teoria das classes sociais não dê conta de alcançar toda a

complexidade de seus modos de vidas. O camponês não é um resíduo, mas resultado das características do desenvolvimento histórico brasileiro que é constituído com a expansão do capitalismo, como produto e condição das contradições dessa expansão fundamentada na categoria de produção capitalista de relações não-capitalistas de produção.

Martins, em outro trabalho (2003), utilizando-se de uma concepção sociológica de situação de classe social, elaborou um esquema comparativo de grande importância para indicar as diferenças e semelhanças entre operários e camponeses, sobretudo tendo em vista o apontamento das limitações do conceito de classe social ou da teoria de classes sociais, para analisar e compreender a situação, a realidade e as esperanças de populações claramente situadas à margem da estrutura de classes. Assim, este esquema teve como objetivo apresentar os aspectos relacionados às singularidades sociais e culturais das populações camponesas, e ainda, compreender as promessas de transformação sociais contidas na situação das populações camponesas, as quais para se realizarem, dependem de mediações sociais e políticas que não estão diretamente enraizadas na situação dos trabalhadores rurais (MARTINS, 2003). São nove os pontos destacados a serem apresentados;

1. Operários: a primeira diferença consiste no fato de que a ligação do operário para com o capital e o capitalista se estabelece a partir da venda de sua força de trabalho em troca de salário. O fruto do seu trabalho já nasce como propriedade do capitalista, que lhe paga o salário, e não como sua propriedade. Esta relação, para se realizar, pressupõe que tanto operários quanto capitalistas sejam livres, para vender e comprar força de trabalho. Esta liberdade está fundamentada na livre vontade do trabalhador de vender sua força de trabalho, bem como na livre vontade do capitalista de comprar essa mesma força de trabalho. Não pode haver coação física, por isso esta relação se dá a partir de um vínculo contratual e não um vínculo de dominação. E ainda, o operário é livre porque livre dos meios de produção, porque destituído e deles separado. É livre porque não dispõe de nada além de sua força de trabalho. Sua liberdade é, portanto, a condição de sua sujeição. Sua pessoa é socialmente livre, mas seu trabalho é economicamente dependente. Trata-se de um trabalho subordinado ao capital. Na sociedade

capitalista, sua liberdade social se reveste da forma de liberdade jurídica. Assim, o operário é juridicamente igual ao capitalista, mas diferente em termos materiais. Mediante um desacordo entre operário e capitalista, o juiz, com base nas regras legais, é quem vai decidir em favor de quem será a causa. Essa característica do operário e de seu trabalho o torna um indivíduo, de maneira que ele possa desenvolver relacionamentos contratuais (MARTINS, 2003).

Camponeses: o vínculo do camponês com o capital não é estabelecido através da venda de sua força de trabalho ao capitalista. Diferente do operário, o trabalho do camponês é um trabalho independente. O camponês não vende sua força de trabalho, mas o fruto do seu trabalho, que nasce como sua propriedade. Isso porque ele ainda dispõe dos meios de produção, dos quais o mais importante é a terra. Mesmo que ela não seja sua, a autonomia em relação ao que fazer na terra continua sendo sua. Na relação com a terra e a propriedade da terra há distintos modos de ter acesso a ela, sendo o mais característico, o da propriedade. É na condição de proprietário da terra que é assegurado o caráter independente do trabalho camponês. Contudo, há outras maneiras de ter acesso à terra, são elas: o arrendamento, mediante pagamento da renda em trabalho, ou seja, a concessão ao proprietário de certo número de dias de trabalho nos cultivos do proprietário, com destaque para a figura do parceiro; a renda em espécie, que implica no pagamento pelo uso da terra com parte da produção do camponês; a meação, onde o meeiro entrega a metade da colheita ao dono da terra. Essas relações podem evoluir para o arrendamento em dinheiro, uma forma de aluguel da terra. O camponês não trabalha sozinho, mas com sua família. Seu trabalho não é solitário nem individual. O característico camponês não compra força de trabalho, embora isso possa ser feito esporadicamente. Contudo, na urgência de uma mão-de-obra extra, os vizinhos, através do mutirão, desempenham esse papel (MARTINS, 2003).

2. Operário: o objetivo do operário ao vender sua força de trabalho é o salário para obter seus meios de vida. O objetivo do capitalista ao comprar tal força de trabalho é a obtenção do lucro. O ganho do capitalista vem da produção que ultrapassa os meios de vida necessários à sobrevivência do operário, na forma de mais-valia, a partir da apropriação do trabalho excedente do operário pelo

capitalista. Essa contradição, desigualdade econômica, está mascarada pela igualdade jurídica entre operários e trabalhadores.

Camponeses: Para o camponês o fundamental é ser livre e não, necessariamente, igual. Essa liberdade está assentada no fato de que o camponês é dono dos instrumentos necessários à realização de seu trabalho. Embora seu trabalho seja independente, sua vida está, residualmente, articulada com as tramas de relações de mercado. Contudo, a autonomia e relação ao que plantar e como ainda o pertencem. A existência do camponês é definida pelo produto excedente, aquilo que atenderá às necessidades para sua reprodução e de sua família e aquilo que pode ser vendido no mercado, o excedente. Este excedente também exerce funções de troca e favores na manutenção de suas relações sociais (MARTINS, 2003).

3. Operários: o operário se situa em seu mundo através de seu trabalho. As relações de trabalho são as relações primeiras e fundantes, na medida em que, sem elas, ele não existiria como operário. Embora hajam outras relações sociais anteriores e para além à sua condição de operário, estas tendem a se adaptar à sua condição de trabalhador operário. Para o operário, o que se manifesta é o indivíduo. Isso porque sua relação com o capital exige uma relação contratual, exige sua individualização. Entretanto, ele é individualmente produtor de trabalho social. Seu trabalho é social, embora fragmentado, se dá simultaneamente às atividades dos outros operários. Seu vínculo com o mundo é através do trabalho socializado. Quem determina o valor de seu trabalho, a mercadoria, é sempre o mercado e o tempo nela contido necessário à sua realização (MARTINS, 2003).

Camponeses: o camponês se situa no mundo através do seu produto. Suas relações sociais imediatas são outras, são relações de família, mas também de vizinhança, comunitárias, do bairro rural, do povoado, na rua etc. Suas relações sociais são atravessadas pelo dinheiro e pelo mercado, não raro de modo desagregador, como anomalia. Provavelmente, por isso, no imaginário camponês o dinheiro e a mercadoria tendem a aparecer como expressões de forças maléficas, dotadas de um poder próprio, como um perigo, passível de destruir suas condições de vida (MARTINS, 2003).

4. Operários: independente de sua vontade pessoal, o operário está voltado para fora, para o mundo da mercadoria. Sua ligação com o lugar ou atividades comunitárias, está atrelada a uma relação de trabalho. E suas ações são sempre a partir de relações de interesse orientadas para o eu em que o outro entra, em geral, como um associado ocasional por um interesse comum apenas circunstancial.

Camponeses: independente de sua inserção no mundo da mercadoria, o camponês está voltado para dentro, para o pequeno mundo concreto que conhece e identifica, ou seja, sua família e suas relações sociais de vizinhança.

5. Operários: o mundo do operário e sua identidade são constituídos pelo antagonismo de classes. As lutas dos operários contra o capital não têm em si mesmas a pretensão de superação de sua condição de operário. Não são percebidas como rupturas ou catástrofes, antes, tendem a reincluir o trabalhador no processo de trabalho como trabalhador para o capital (MARTINS, 2003).

Camponês: o mundo do camponês e a sua identidade não são necessária ou fundamentalmente constituídos por antagonismos internos à sua situação social, antes, são destruídos por antagonismos sociais. A percepção camponesa não concebe sua submissão ao capital, é uma percepção imposta pelo outro. A exploração que sofre o camponês não é uma exploração cotidiana, mas que se expressa no momento da consumação da venda de seus produtos do trabalho e, conseqüentemente, naquilo cuja compra essa venda possibilitaria. As lutas, quando acontecem, são no sentido de superação do capitalismo. São anticapitalistas, freqüentemente demonizadoras de pessoas e negadoras de todas as características constitutivas da sociedade capitalista (MARTINS, 2003).

6. Operários: os conflitos sociais que têm o operário, enquanto classe social e protagonista são conflitos internos, próprios e constitutivos do processo social na sociedade capitalista. As lutas são por melhorias nas condições de trabalho, mas em nenhum momento, pela superação de sua condição de operário. Trata-se de uma luta interna ao processo de produção (MARTINS, 2003).

Camponeses: os conflitos sociais dos camponeses para com o capital podem se dar através da luta pela terra, ou a luta pela elevação dos preços ou pela redução dos juros, sendo a luta pela terra considerada a mais importante. Trata-se de uma luta que não propõe a sua superação, mas a sua humanização, o estabelecimento de freios ao concentracionismo na propriedade da riqueza social. A luta pela terra questiona o capitalismo porque põe em questão o direito de propriedade e o regime em que ele se funda, o da propriedade privada como fundamento da propriedade capitalista (MARTINS, 2003).

7. Operários: a consciência operária é permanentemente mediada pelo conflito constitutivo de estrutura de classes. A consciência operária diz respeito ao caráter alienado do trabalho, dominada pelas abstrações e ficções que tornam possível o trabalho assalariado. Trata-se de uma consciência abstrata porque dominada pelo princípio de uma igualdade fictícia que esconde as desigualdades e contradições da própria mercadoria (MARTINS, 2003).

Camponeses: a consciência camponesa não é permanentemente mediada pelo conflito constitutivo de estrutura de classes. O conflito de classes no mundo camponês está, essencialmente, na posse da terra. No Brasil, é a terra que pode estar no centro do conflito de classes do camponês, do agricultor familiar. Portanto, é um conflito que não atinge toda a classe nem mesmo a sua maioria. Importante considerar que a conflitividade na vida do camponês não é decorrente da exploração do trabalho, mas da expropriação territorial, da privação de acesso a terra. Trata-se de um conflito de classes, mas não um conflito personificado pelo capitalista, porque não é um conflito entre o capital e o trabalho na situação de trabalho, mas um capital que é personificado pelo proprietário de terra (MARTINS, 2003).

8. Operários: como classe social, o operariado não só é classe em si, mas contém a permanente possibilidade de se tornar classe para si. Essa possibilidade está condicionada a um conjunto de circunstâncias históricas, de conjunturas críticas, de momentos em que a dimensão reprodutiva e legitimadora da exploração do trabalho se dilacera. Uma possibilidade que pode se realizar a partir da consciência de classe (MARTINS, 2003).

Camponeses: enquanto classe social, o campesinato é classe em si, que nessa condição pode ser observado objetivamente. Não há possibilidade para o camponês constituir-se em classe social para si, ou seja, classe social dotada de consciência de classe. Uma vez não destituídos de seus meios de produção não confere ao produto final de sua produção o caráter de coisa. O que não significa dizer que não haja consciência de suas dificuldades. Mas não é uma consciência que venha de um antagonismo interior e reprodutivo, antes, tem caráter de destruição. Isso explica o motivo pelo qual as lutas camponesas tendem a ser lutas de resistência, porque resistentes ao avanço do capitalismo, às possibilidades de sua destruição pelo capital (MARTINS, 2003).

9. Operários: a classe operária é, teoricamente, uma classe potencialmente transformadora, uma classe cuja situação social contém a possibilidade de transformação social a partir da superação de sua alienação e formação de consciência de classe.

Camponeses: o campesinato, enquanto classe social dispersa, teoricamente, uma classe conservadora. Formada por uma consciência social conservadora, norteada pelos valores e concepções centrados na família, na terra, na religião, na comunidade e no trabalho.

Importante considerar, tendo em vista todo o debate realizado, que, como nos lembra Martins (1983), camponês e campesinato são palavras recentes no vocabulário brasileiro, e até os dias atuais ainda soam como estranhas para algumas pessoas, introduzidas no país a partir de uma importação política, cujo objetivo era dar conta das lutas dos trabalhadores do campo em vários pontos do país na década de 1950. Contudo, expressões como caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, em todo o país, ainda designa o homem do campo, o trabalhador. Palavras que desde tempos remotos pretendem depreciar o homem do campo, sobretudo tendo em vista, no passado, o projeto de modernização do país e, no presente, as novas formas de exclusão deste mesmo trabalhador. São palavras de duplo sentido que, nas palavras de Martins,

referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes

querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas (MARTINS, 1983, p. 22).

Outra contribuição sobre a definição de camponês diz respeito aos processos de trabalho na sociedade capitalista a partir de elementos simples da atividade produtiva: força de trabalho, objeto e meios de trabalho; em oposição aos processos de trabalho camponês. Nesta direção, Tavares dos Santos (1978), referindo-se aos processos de trabalho de lavradores descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, entende que as relações desses imigrantes com o capitalismo não excluem sua condição de camponês, ao contrário, suas práticas sociais são modificadas, sem haver, contudo, perda da essência que o define como camponês. O autor confronta as relações sociais de produção capitalista com o processo de trabalho camponês e verifica em que medida as condições de trabalho se realizam para o camponês, a saber:

1º o camponês inserido no modo de produção capitalista não se relaciona com a terra “como uma condição natural de produção”, mas sua relação é determinada pelo fato de a terra ser equivalente de mercadoria cuja apropriação se faz mediada pelo valor de troca;

2º o camponês detém a propriedade sobre os meios de produção, não ocorrendo a dissolução das relações em que o homem mostra-se como o proprietário do instrumento;

3º o camponês possui os meios de vida necessários a sua manutenção como produtor. Na unidade produtiva camponesa, combinam-se a produção e os meios de vida, o fundo de consumo e a produção de mercadorias;

4º o camponês não se inclui como parte direta das condições objetivas de produção, mas se antepõe a elas, enquanto proprietário das condições de seu trabalho (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 22).

Para Tavares dos Santos (1978), a questão principal que se coloca como elemento de definição do camponês enquanto camponês é sua autonomia em relação aos processos sociais e econômicos engendrados pelas relações sociais de produção capitalistas. Nas análises do autor, o camponês permanece detentor tanto da propriedade privada da terra quanto dos instrumentos de seu trabalho bem como detentor da posse dos meios de vida necessários à sua manutenção. Nesta direção, para Tavares dos Santos, o camponês não é um trabalhador expropriado.

A manutenção de suas relações sociais como objetivo primeiro de sua produção, em detrimento da obtenção de lucro diferenciam o camponês dos capitalistas no processo de produção agrícola. Embora o camponês esteja inserido neste processo, ele não se submete e não permite a deterioração dos pilares que sustentam sua autonomia. Assim, nas palavras de Tavares dos Santos,

parece-me legítimo afirmar que o processo de trabalho camponês é um processo de trabalho não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista: o camponês do Brasil meridional é um personagem não especificamente capitalista que se constitui na história pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 23).

Embora as relações de trabalho do camponês e a unidade de produção sejam critérios importantes para a definição do camponês enquanto categorias de análise entendemos que os aspectos culturais, no plano social, bem como os desdobramentos desses processos para reprodução familiar sejam critérios também importantes para sua definição. Assim, os elementos culturais relacionados às trocas matrimoniais, às transações de terra entre vizinhos para manutenção da família, à divisão do trabalho familiar delegando ao homem e à mulher papéis bem definidos, e o conjunto de regras sociais próprias que regem a vida cotidiana, se colocam, também, como critérios importantes para definição do camponês.

Sobre o que estamos dizendo, Ellen Woortmann (1995, p. 16), na introdução de seu trabalho referente à sua tese de doutorado, justifica suas escolhas metodológicas a partir do fato de que “no Brasil, a ênfase de muitas análises sobre o campesinato recaiu sobre o grupo doméstico como unidade de produção e de consumo, isto é, a reprodução, no tempo, da condição camponesa”. Assim, a proposta da autora caminha na direção de privilegiar as relações que interligam grupos domésticos, que ela define como famílias, a partir de seus valores em detrimento de sua classificação enquanto unidades produtoras ou consumidoras. Isso porque, na perspectiva da autora,

Chayanov considerava a família como um conjunto de produtores e de consumidores, quer dizer, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada num casal e seus filhos (...). A família é vista por ele como um grupo doméstico, isto é, desde uma ótica econômica, e não como um valor cultural – outra dimensão básica para entender o campesinato (ELLEN WOORTMANN, 1995, p. 30).

A autora segue argumentando que a terra, no olhar de Chayanov, constitui elemento de produção, independente de seu conteúdo ideológico. Assim, segue a autora,

para ele, a entrada de uma nora no grupo doméstico é vista apenas como um incremento no número de consumidores – ainda que essa percepção, na medida em que é a dos próprios camponeses, possa ser um dos

componentes da nada invejável posição da nora, dado um modelo de residência patrilocal (ELLEN WOORTMANN, 1995, p. 30).

Ainda sobre Chayanov, Ellen Woortmann defende a idéia de que a família é uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção. Nesta direção, para a autora, Chayanov vê o grupo doméstico como se não existisse a família, isto é, nas palavras da autora, “um grupo hierarquicamente organizado em torno de valores culturais e de uma moralidade” (ELLEN WOORTMANN, 1995, p. 30). O que não significa dizer que a autora não reconheça a contribuição de Chayanov para o estudo do campesinato, uma vez que este autor utilizou as relações de trabalho no grupo doméstico e, a partir delas, elaborou as leis da economia camponesa em oposição à economia de produção capitalista. No entanto, as relações de família para Chayanov são vistas apenas como relações de trabalho.

Ellen Woortmann está preocupada com as relações de produção social da família para além da produção econômica da família. A autora está investigando a reprodução camponesa, em suas gerações, a partir das relações de parentesco. Daí a importância das relações de casamento para a manutenção da terra e, subsequentemente, da família. Para a autora, a terra é vista como patrimônio, isto é, como valor moral, carregada de valores simbólicos para além de fator de produção, apenas. Nesta direção, argumenta a autora que, em uma comunidade fechada, a terra não pode ser vendida a estranhos. Isso porque não se trata de uma mercadoria plena, já que ela é patrimônio da família, o que justifica a preocupação da autora em investigar as relações de casamento e herança dado que essas relações têm como finalidade assegurar a reprodução da família tendo como pressuposto a permanência da terra nas mãos da família.

Nesta direção, a partir das argumentações da autora, pensando a terra enquanto patrimônio da família e carregada de valor moral, poderíamos argumentar sobre a possibilidade da existência do camponês, ligado à terra, sem, contudo, existir, obrigatoriamente, vínculo com a agricultura enquanto atividade econômica produtiva. Em uma tentativa de nos expressar melhor, pode existir camponês ligado à terra, mas desempenhando outra atividade econômica que não seja a agricultura, mas o turismo, por exemplo?

Entendemos desta maneira que a cultura, o *ethos*, enquanto modo de agir, de proceder, se coloca como categoria analítica importante na definição do campesinato. A exemplo do que estamos dizendo, aproximando-se do que Martins (1973) define como sendo uma comunidade utópica³⁵ em que as bases das relações sociais estão pautadas em outras dimensões para além dos interesses individualistas, está o descompasso entre a herança e o acerto, aquilo que Moura (1978) chamou de força da lei, de um lado, e a consideração, de outro. Nas palavras de Moura,

para os camponeses, “herança” são aquelas regras inarredáveis do Código Civil acionadas quando da morte de um membro da família de orientação, o pai ou a mãe, e que se iniciam com a comunicação à comarca, pelo par sobrevivente, de tal acontecimento, atraindo em seguida a presença de avaliadores de seus bens. Todas as demais, analisadas (pela autora) como regras de herança da terra de tipo vertical ou horizontal, não obtém esta denominação (herança) e são chamadas de “acertos”, “arranjos” ou ainda “presentes” ou, (...) fruto de manifestações de “preferência”, “união” ou “consideração”. Não estão relacionadas seja à idéia de que um membro da velha geração deixa algo para os da nova geração em função de sua morte ou ante a perspectiva dela, seja a idéia de um simples comércio, mas ao fato de que se há indivíduos (no caso filhos) que atingiram a maturidade e que contrairão matrimônio, uma série de condições deve ser satisfeita para que se lhe assegure a condição de camponês independente, personificada no binômio “casa de morada” e “roça” (MOURA, 1978, p. 49).

Esse conjunto de regras sociais construídas historicamente e pautadas em um modo de vida à parte das relações sociais ditadas pela sociedade vigente, também nos ajuda a pensar o campesinato nos dias atuais, embora as práticas sociais se encontrem, de uma maneira ou de outra, modificadas pelo próprio processo histórico. Com isso, não estamos desprezando a agricultura enquanto fator de produção como categoria analítica para definição do camponês, mas, entendemos que seja um critério insuficiente, enquanto critério único, para definição do camponês. É preciso inserir outros critérios, associando à agricultura um conjunto de variáveis relacionadas ao plano social, por assim dizer, ao seu modo de vida, à sua cultura e práticas culturais, às quais consideramos de igual importância para definição do camponês como categoria de análise.

³⁵ Para Martins, “o conceito de comunidade ao pretender exprimir uma realidade existente na periferia da vida capitalista se desvanece enquanto tal para ressurgir como perspectiva direta e essencialmente relacionada com a análise sociológica da sociedade, isto é, das objetivações do capitalismo. Assim, o conceito de comunidade não tem uma contrapartida real. O que subsiste (...) é o conteúdo de um programa, isto é, a comunidade utópica que o teórico supôs captar como realidade. (...). A utopia comunitária constitui uma perspectiva de avaliação da sociedade e das relações do grupo que a vivencia com a sociedade” (MARTINS, 1973, p. 36).

Dando seqüência à nossa análise, Moura (1988) ao realizar estudo sobre os lavradores residentes no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, nos fornece vários exemplos do descompasso entre os acordos feitos entre lavradores e fazendeiros no que diz respeito à maneira como vários lavradores foram expropriados de suas terras, mesmo tendo direito sobre elas. O descompasso estava situado exatamente na maneira como uns e outros, lavradores e fazendeiros, encaravam diferenciadamente os termos do acordo. Para os lavradores, o direito à posse da terra estava fundamentado em uma relação de fidelidade para com o fazendeiro, sua e de sua família. Apesar de sua não remuneração e, em conseqüência disso, sua exploração, a prestação de seus serviços para com a fazenda e familiares, muitas vezes abrindo mão de sua própria família, dava ao lavrador a garantia de uma reciprocidade por parte do fazendeiro, que, no limite, garantiria a sua permanência e de sua família na terra (MOURA, 1988).

Em contrapartida, os fazendeiros, aproveitando-se dessas relações sociais construídas com o lavrador e associados aos poderes, a partir de suas relações sociais com juízes e políticos, expulsavam os lavradores expropriando-os da terra e dos direitos a ela atribuídos (posse, indenizações, férias, décimo terceiro etc). Para os primeiros, a expulsão soava como que decorrente de um serviço mal prestado, e por isso, encarado como ofensa à sua pessoa e família. Para os fazendeiros, era uma questão de garantir a ampliação de suas terras, a despeito de qualquer relação social existente. Nas palavras de Moura:

A ruptura da relação social de agregação implica uma interrogação sobre a natureza profunda dessa relação social. Por que uma terra consentida, quando perdida, traz à baila tantos sentimentos, tantos símbolos, que vão desde a menção ao favor de que se foi alvo até a dedicação que se doava à família do fazendeiro?

A resposta está no fato de que essa relação não era contratual, no sentido contemporâneo da palavra. Nem de longe expressava um contrato de trabalho capitalista e, se apreciada de perto, tinha fracos indicadores de contrato livre entre duas partes. A terra, que resultava de um favorecimento inicial, uma vez recebida, resultava num saldo constante, consubstanciado na disponibilidade do trabalho do agregado ao fazendeiro (MOURA, 1988, p. 108).

Neste sentido, para expulsar o lavrador da terra, o fazendeiro fazia uso de termos que soavam estranhos ao lavrador. O favor, quer dizer, a terra concedida para morada e trabalho, mesmo tendo em vista a prestação de serviços do lavrador para com a fazenda e família do fazendeiro, tornava-se des-favor, na medida em que

era retirada, violentamente, de sua posse. E o trato inicial, assumia, para o lavrador, características de dis-trato, na medida em que novas e complexas traduções da antiga relação social entraram em cena. Moura esclarece essas relações apontando que

o que estará em jogo, de agora em diante, é que essas rupturas se transformaram em contradições sociais, posto que se suprime a disposição do doador de refazer quaisquer circuitos de reciprocidades com os donatários. Elas serão “reparadas” com indenizações monetárias, que não devolvem a terra a quem plantou, e ainda violam o sentido de sua apropriação (MOURA, 1988, p.109).

Importante considerar que Moura (1988) está se referindo a uma categoria de camponeses que não são os imigrantes. Antes, aos agregados, aqueles que moravam e trabalhavam para a fazenda e suas famílias; a dos pequenos sitiantes, aqueles que tinham permissão para fazer roça dentro da fazenda, ainda que permanecendo e mantendo a autonomia nos seus pequenos sítios e, finalmente, mas não menos importante; os posseiros, aqueles que habitavam as terras devolutas e que se vêem invadidos pela fazenda (MOURA, 1988). A questão principal que norteia a pesquisa da autora diz respeito aos mecanismos utilizados pelos proprietários privados contra os lavradores de suas terras ou contra lavradores de terras devolutas, quando se quer a consolidação da propriedade. O mecanismo consiste em transformar ocupantes de fato, de terras nas grandes propriedades, em ocupantes de favor, o que remete à graça e ao consentimento, em detrimento do direito de ali estarem. Motivo pelo qual as relações desses ocupantes com a terra são transformadas em relações de trabalho rural. Para Moura,

o espaço preenchido com a permissão e o favor, ou com o contrato de trabalho, ausenta e evapora vínculos permanentes com a terra, que caracterizam a existência social de diferentes frações de lavradores. Pela mesma razão, lavradores que ocupam terra devoluta perdem a posse, pois são confrontados com o poder de prova da propriedade exclusiva, invocado por um fazendeiro (MOURA, 1988, p. 14).

É preciso esclarecer que, de maneira nenhuma, essa expropriação da terra era decorrente da ignorância do lavrador, como se fossem legítimas as características pejorativas a ele atribuídas. Mas, o significado que a expropriação assumia para o lavrador tinha uma conotação simbólica de ruptura, de conseqüência de um serviço mal feito. Para o lavrador, a ruptura soava como traição por parte do fazendeiro, tendo em vista que os serviços prestados e bem executados conferiam

ao lavrador o direito ao apossamento de bens essenciais à reprodução do lavrador e de sua família. Assim, esclarece Moura, “torna-se claro por que o despejo do agregado se caracteriza pela traição do fazendeiro e pela vergonha do agregado” (MOURA, 1988, p. 91). O conflito se dava no plano social, embora na prática ele se realizasse em termos judiciais. É como se o lavrador fosse pego de surpresa em uma situação não prevista e inconcebida por ele, o que podemos confirmar na afirmativa da autora:

a soma dessas dimensões mutantes da relação social é feita de grandezas desiguais. (...) socializa no público um ritual social, antes selado no espaço da ordem privada. Desarruma também o universo de sustentação cultural do lavrador, que não previa nem a perda da terra, nem a acusação de seu patrão num tribunal, nem a supressão de seu modo de vida (MOURA, 1988, p. 166).

Contudo, na iminência de perder a possibilidade de realização de sua vida, o lavrador recorria aos seus direitos, por meio do sindicato rural e até mesmo, em menores proporções em virtude das impossibilidades financeiras, pela contratação de advogados, embora, via de regra, a justiça tenha servido para realizar a injustiça. Sobre este assunto, Moura (1988, p. 124) afirma: “(...) a Justiça trabalhista e a Justiça comum não devolvem a terra a quem a perdeu”.

O que aconteceu no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais não está descolado do que Martins (1975) apontou como sendo parte da ideologia urbana no que diz respeito à modernização do Brasil tendo como impedimento a essa modernização o campo atrasado. Isso porque no vale do Jequitinhonha o que estava em jogo, além da efetivação da propriedade privada a qualquer custo, era a formação da grande fazenda tendo em vista atividades, agora, voltadas para o pastoreio extensivo, ao mesmo tempo em que essas fazendas competiam com grandes empresas de reflorestamentos. Tratou-se, na prática, da manipulação das leis em favor de uma política de modernização, sob a égide do campo atrasado como impedimento ao desenvolvimento do país, que não levou em consideração a vida cotidiana que já se realizava neste mesmo campo. O que podemos confirmar nas palavras de Moura:

a insistência com que a questão social do vale do Jequitinhonha é centralizada na elevação dos níveis de renda evidencia como uma aliança entre rótulos e números quer imputar atributos negativos a uma sociedade, tais como ausência de atividade econômica significativa, fraco dinamismo dos atores envolvidos, tradicionalismo, de modo que a expansão de

atividades fundadas no lucro capitalista se tornem o remédio *par excellence* para o desenvolvimento, trazendo, enfim, vida para onde supostamente existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante. Como ponto de partida, é preciso distinguir a pobreza ideológica da terra da pobreza concreta. A pobreza ideológica da terra é representação transversal à sociedade agrária e às políticas estatais que perpetuam a idéia de que solos pouco produtivos, agredidos ora por secas ora por enchentes, explicam a dependência do lavrador face aos fazendeiros e de sua disponibilidade generosa (MOURA, 1988, p. 5).

Ainda pensando na cultura enquanto categoria de análise para além da unidade de produção, como instrumento importante para expressar o modo de vida camponês, faremos uso do que K. Woortmann (1990), chamou de campesinidade para verticalizar um pouco mais o nosso olhar em relação às práticas sociais dos camponeses, em uma tentativa de apreender seu mundo a partir de outras variáveis, para além daquilo que nos é dado. Isso porque o aporte teórico, quando confrontado, nos trabalhos realizados em campo, com suas práticas sociais, acaba por escapar à realidade que nos é dada e vivida cotidianamente. As tramas sociais, sua complexidade e seus desdobramentos estão muito além dos conceitos propostos, e muitas vezes, importados; o que dificulta a análise, gerando um olhar, senão míope, superficial.

Para K. Woortmann (1990) a campesinidade é definida como uma qualidade, como um elemento de identificação, um conjunto de valores éticos. Nessa perspectiva, a terra, por exemplo,

não é vista como um objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p. 13).

O autor está se referindo a valores sociais, não do valor trabalho, antes, do trabalho enquanto valor ético. Este olhar, segundo o autor, se afasta, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como um modo de produção com sua lógica própria ou como determinações impostas pela lógica do capital, afinal, nas palavras do autor, “se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza”. (WOORTMANN, 1990, p. 12). Desta maneira, o autor se afasta também, dos estudos monográficos na medida e que ele não se ocupa de um grupo social delimitado no tempo e no espaço, isto é, com qualquer grupo historicamente dado.

Antes, a preocupação gira em torno da busca por uma qualidade, a campesinidade, já que esta se apresenta comum a diferentes lugares e tempos (Woortmann, 1990).

Nesta perspectiva adotada, a família não é vista chayanovianamente como uma força de trabalho que varia ao longo do desenvolvimento do grupo doméstico, mas como um valor, o valor-família, permanente no tempo. O que não significa desprezar a pequena produção, mas ao invés de olhar a pequena produção como produção de bens materiais pela família, enxergá-la como produção cultural da família enquanto valor. Assim, interessa aqui menos a teoria de um tipo de economia do que a de um tipo de sociedade. Trata-se, antes, da construção de um tipo, que nas palavras do autor, passa a ser “apreendido através das conexões de sentido que são significativas para os sujeitos, e nem todos os ‘pequenos produtores’ são camponeses ou partilham igualmente da mesma ética” (WOORTMANN, 1990, p. 13). Nesta direção, ao invés de falar em camponeses, falaremos em campesinidades, entendida como um conjunto de valores que definem o camponês, presentes ou ausentes conforme a situação específica.

Poderíamos dizer que, conforme a situação, a campesinidade varia de maneira a apresentar um conjunto maior ou menor de características que definem o camponês. O que nos faz pensar que, se a economia, tratada isoladamente, não pode ser considerada determinante para definição do camponês e por isso trabalhamos, também, com a idéia de cultura; esta cultura, por sua vez, isolada, também não é suficiente para definirmos o camponês enquanto camponês. Isso significa que essas duas categorias de análise, juntas, modificam uma e outra e são modificadas por uma e outra. Nesta direção, há situações específicas em que uma ou outra categoria, economia e/ou cultura, sobressaem de tal maneira, a ponto de determinar o sujeito como camponês ou não. O cuidado está no fato de não ser confundido por uma situação específica em que a campesinidade aparece mais ou menos de maneira a julgar toda a vida do sujeito, e até mesmo sua definição enquanto camponês, a partir de um fato isolado, no caso em questão, o desenvolvimento, ou não, do turismo, pelo camponês.

A exemplo do que estamos falando, Shanin (2008) argumentou sobre os camponeses russos deixarem sua vila pressionados por suas esposas. Nesta perspectiva, é possível encontrar maiores traços de campesinidade neste agricultor,

que agora reside na cidade, do que em empresários agrícolas que porventura residam no campo, por exemplo. Como argumenta Woortmann (1990, p. 13), “a campesinidade pode ser apreendida da forma mais clara, em alguns casos, justamente nas situações menos camponesas, de um ponto de vista objetivo”.

Nesta direção, a integração ao mercado não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade. Neste caso, a campesinidade vai variar conforme a relação estabelecida com a terra no que diz respeito aos valores a ela atribuídos. Da mesma maneira, o valor-família, ou seja, a manifestação específica do valor-hierarquia, o que implica dizer na maneira como a família, e sua hierarquia, são encaradas no interior do núcleo familiar bem como a ramificação dessas relações. Assim, nas palavras de Woortmann, “produzir, então, para o mercado não significa, necessariamente, modernidade no plano do valor. Produzir para o mercado não significa tampouco estar integrado ao mercado e muito menos estar integrado à sociedade nacional, no que se refere às tendências dominantes desta” (WOORTMANN, 1990, p.15).

A tradição se apresenta, também, como outro valor associado ao trabalho honrado. Para o autor, “o apego à tradição pode ser um meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (WOORTMANN, 1990, p.17).

A cultura acaba por se tornar, dentro dessa perspectiva, um elemento importante enquanto categoria de análise da campesinidade. Para Woortmann (1990), a cultura é percebida como

um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados. Essas categorias nucleantes agregam conjuntos de significados, os quais, em sua comunicação dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade. Essas categorias são também nucleantes no plano do discurso, isto é, elas organizam o discurso e a cultura pode ser vista como um conjunto de discursos (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Naturalmente, segundo a argumentação do autor, cada cultura terá categorias nucleantes específicas, mas, de maneira geral, existem algumas que são comuns às

comunidades camponesas, são elas: terra, família e trabalho. Não de maneira isoladas, mas relacionadas entre si. Isso porque são categorias que podem ser encontradas em culturas urbanas, a peculiaridade está no fato de que, em culturas camponesas, elas agem de maneira imbricada, uma não existe sem a outra. Vejamos por quê. Para Woortmann (1990), nas culturas camponesas, a terra não é pensada sem pensar, também, a família e o trabalho. Assim como não se pensa o trabalho sem levar em consideração a terra e a família. Isso porque essas categorias estão vinculadas estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, tais como a honra e a hierarquia.

A oposição estaria entre a comunidade camponesa e a sociedade moderna, na medida em que a sociedade moderna é individualizada e voltada para o mercado. Dito de outra maneira é como se a oposição estivesse no campo da ordem moral versus ordem econômica. Evidente que na sociedade moderna as três categorias supracitadas existem, contudo, elas podem existir separadas uma das outras. Assim, a terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em função de si mesma, como uma coisa ou, ainda, como uma mercadoria. A família também é pensada em si mesma, sem relação com o trabalho ou com a terra, de igual maneira o trabalho, pode ser pensado como uma abstração. (Woortmann, 1990).

Woortmann (1990) argumenta que, no primeiro caso, terra, família e trabalho pensado na comunidade camponesa assumem um aspecto de modelo relacional, na sociedade moderna, assume feições de modelo individual, a exemplo das relações sociais entre as pessoas, essas são, nas palavras do autor, “nas comunidades camponesas, seres relacionais constituídos pela totalidade e nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade, vista como agregado de indivíduos” (WOORTMANN, 1990, p. 24).

O caráter familiar do trabalho é um assunto que consideramos importante discutir. Apesar das muitas variáveis existentes para definição do camponês enquanto camponês, o caráter familiar do trabalho se coloca como elemento central de uma lógica econômica própria das práticas sociais camponesas. O estudo clássico de Chayanov (1974) embasou no Brasil um conjunto de pesquisas que se propuseram a analisar essa especificidade. Para Woortmann (1990), entretanto, a tradição marxista que percebe a pequena produção como determinada pelo capital

tampouco deixou de enfatizar esse caráter familiar, tido como a condição mestra de subordinação ao capital. Nas palavras do autor,

não raro o trabalho familiar é visto em oposição ao trabalho assalariado, ainda que, objetivamente, contudo, não haja uma contradição necessária entre ambos. Subjetivamente, contudo, observa-se uma oposição, no contexto de uma concepção camponesa do trabalho. Mas em boa medida, tudo depende do lugar onde se dá o trabalho e de quem se relaciona através dele (WOORTMANN, 1990, p. 25).

Em unidades camponesas, o uso do trabalho assalariado se dá quase que, majoritariamente, em caráter temporário. Enquanto o trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico. Entretanto, as experiências etnográficas, realizadas pelo autor, indicam que, “longe de opor ao trabalho doméstico e ao trabalho, como categoria indissociável da família, o uso do trabalho assalariado é a condição mesma de realização desta última” (WOORTMANN, 1990, p. 26). Isso porque a contratação da mão-de-obra assalariada se dá nos momentos de pico do ciclo agrícola, uma vez que o volume de trabalho a ser realizado neste momento determinará o trabalho realizado durante todo o ciclo. Neste sentido, a contratação dos trabalhadores temporários implicará na viabilização da atividade dos membros da família e não a ela se opor. Na visão de Woortmann (1990, p. 26), “o uso do trabalho assalariado, nas situações onde ocorre, é condição para que se realizem o pai de família e a hierarquia familiar, isto é, o valor-família, e não apenas a produção doméstica”.

Ora, é sabido de todos que se debruçam sobre o estudo das comunidades camponesas que onde essas comunidades se organizam pelos princípios de parentesco, as necessidades de trabalho nos momentos de pico são realizadas a partir de laços de reciprocidade. É nos lugares de maiores densidades demográficas, e talvez maior volume de urbanização, como é o caso de Colombo, que se recorre ao assalariamento. Entretanto, é preciso questionar, se mesmo neste momento, a relação de contratação da mão-de-obra se dá de maneira a contrariar o princípio familiar.

Sobre o que estamos dizendo, houve um consenso entre os produtores entrevistados de que não há pessoas para serem contratadas nos momentos de necessidade de mão-de-obra extra nos cuidados com a lavoura que fossem, nas suas palavras, boas de serviço. Tivemos a impressão que o apego e cuidados com a

lavoura exigem que essa mão-de-obra seja confiável e cuidadosa, da tal maneira, que não comprometa a qualidade e manutenção desta lavoura, mesmo que seja um serviço assalariado. Assim, por trás da relação social de produção, ou seja, do contrato de trabalho, está embutida uma relação de medo e confiança. O trabalho assalariado só se realiza a partir da contratação de alguém que seja confiável, logo, conhecido.

Essa característica do produtor na contratação da mão-de-obra assalariada, mesmo que esporádica, aponta para um descompasso entre a moral ética, campesinidade, e a lógica capitalista. Esta última, preocupa-se apenas com a força de trabalho a ser contratada e com a realização do serviço, não havendo necessidade, portanto, de outras relações sociais de apoio. Para o produtor, o que está em jogo, para além da necessidade de ajuda é quem chamar. O indivíduo nessa relação aparece como indivíduo e não abstratamente como força de trabalho, apenas. Está posto aí, o descompasso entre lógicas e comportamentos distintos um do outro: o da campesinidade e o do capital.

Ainda para falar de trabalho, há também um sentido simbólico na contratação de trabalho assalariado em determinada unidade de produção na medida em que, por meio dele, preserva-se a hierarquia familiar. A explicação está no fato de que, colocando alguém para realizar as tarefas mais pesadas, preserva-se, aí, a família. Por exemplo, é motivo de vergonha para o pai da família não ter condição financeira de contratar mão-de-obra excedente e, por esse motivo, utilizar a mão-de-obra das filhas para realizar o trabalho pesado nos momentos de pico. Para Woortmann (1990, p. 34), “o assalariamento não segue apenas as leis de mercado, mas também as regras da sociedade. Se ele possui uma dimensão econômica, obedece, por outro lado, aos princípios de uma ordem moral”.

E finalmente, mas não menos importante, é a importância relacionada aos saberes camponeses. Para K. Woortmann (1990) o fato de negligenciar o saber dos mais velhos dentro de uma família camponesa implica em subverter a ordem familiar. Isso porque, na sociedade moderna o velho é desprezado pela impossibilidade de se tornar força de trabalho, grosso modo, o velho é descartado por sua inutilidade frente à multidão de novidade posta à venda nessas sociedades, o que se estende às relações sociais no plano do indivíduo. Essa transferência de

valores para a comunidade camponesa, gerada pela lógica do capital, é considerada uma afronta e uma desonra para a família camponesa. Isso porque o pai idoso nunca é marginalizado por sua idade, ao contrário, ele é o dono do sítio, da propriedade, no qual ele mora e trabalha e é, também, o dono do saber e da experiência acumulados. Nas palavras do autor, “é por ser dono do saber que ele é dono do sítio e pai da família. Ele não é velho, mas um sábio” (WOORTMANN, 1990, p. 48).

Se de um lado o camponês é definido a partir de sua relação com a terra, seja por meio da agricultura enquanto atividade econômica produtiva ou como patrimônio, isto é, como valor moral. De outro lado, a cultura, enquanto modo de vida, associada à terra, também não pode ser negligenciada enquanto categoria de análise importante para definir o camponês. Assim, terra e cultura, juntas, e seus usos, estão diretamente relacionadas ao camponês de maneira a legitimar sua existência.

2.3 CAMPESINATO E TURISMO EM COLOMBO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS

Nesta parte do trabalho tivemos por objetivo investigar o campesinato em Colombo em um esforço para apreender suas permanências e transformações em relação às suas práticas cotidianas decorrentes das relações sociais capitalistas ali existentes, neste caso, o turismo. Para tanto, dividimos em dois grupos os camponeses em Colombo: o primeiro, localizado geograficamente próximo ao Circuito Italiano de Turismo Rural, mas não inserido no Circuito (Anexo 2). O leitor vai perceber que não foi necessário muito esforço metodológico no sentido de investigar se esses agricultores eram ou não camponeses. Seus valores, suas atividades e atitudes em relação à vida atestam sua condição de camponês. Nosso objetivo com esse grupo foi discutir o motivo pelo qual eles não estavam inseridos no Circuito Italiano de Turismo Rural.

No segundo grupo estão os camponeses inseridos no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. Em relação a este grupo, tivemos como objetivo investigar em que medida a campesinidade se apresenta em suas relações sociais

cotidianas e quais os mecanismos utilizados por eles para manutenção de sua condição, ou não, de camponeses.

2.3.1 O olhar do camponês em relação ao turismo.

O trabalho de campo trouxe à baila um elemento que não estávamos esperando: os camponeses não inseridos no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, embora localizados próximos ao Circuito, não o estão porque não querem estar. Na primeira parte deste trabalho, analisamos os critérios impostos pela Secretaria de Turismo de Colombo enquanto elementos limitadores da inserção do camponês no Circuito. Isso porque, no plano econômico, como já foi dito, é necessário que o camponês tenha recursos financeiros disponíveis para modificar sua propriedade de maneira a atender tais critérios para, então, inserir-se no Circuito. Contudo, a cultura, enquanto categoria analítica se impôs, mais do que a economia, como elemento limitador da possibilidade do camponês tornar sua propriedade, além de agrícola, uma propriedade turística. A questão vai se tornando mais complexa à medida que fomos percebendo que a agricultura (em Colombo a produção agrícola, em sua maioria, diz respeito à olericultura), enquanto atividade econômica desenvolvida pelos camponeses entrevistados, em sua perspectiva, é incompatível com a atividade turística. A exceção está na produção da uva, embora esta produção não esteja acessível ao turista, mas limitada ao olhar, como veremos mais a frente. A manutenção de sua autonomia em relação ao seu próprio tempo e vida cotidiana e o cuidado com a lavoura, juntos, falam sempre mais alto do que a possibilidade, nem remotamente, de receber turistas.

Alguns camponeses, quando questionados, como foi o caso do seu Mário, sobre o Circuito Turístico Italiano Rural em Colombo, demonstraram sequer conhecer o Circuito. Este desconhecimento aponta para uma vida que se realiza, para ele, a despeito do turismo e das relações sociais decorrentes desta atividade. Mesmo assim, quando insistimos na pergunta, desta vez questionando-o mais veementemente sobre a possibilidade dele receber turistas, a resposta vem, se em um primeiro momento, vacilante, no segundo momento, decisiva: “acho que não... porque.. incomoda!” (MÁRIO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em novembro de 2008).

Este incômodo, mencionado por seu Mário diz respeito, sobretudo, a atrapalhar o trabalho realizado na lavoura. Seu Francisco, da mesma maneira que seu Mário, acima, também não tinha ouvido falar do Circuito Italiano em Colombo. Quando perguntamos a ele se ele tinha interesse em receber turistas em sua propriedade, a resposta foi firme e não deixou dúvidas sobre sua opinião em relação ao turismo: “Tem nada que envolver isso aí. Ocupar e largar as verduras!” (FRANCISCO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B. em novembro de 2008).

A dedicação ao trabalho na lavoura e a consciência de como este trabalho é pesado e demanda responsabilidade e cuidados freqüentes justificam em quase todos os entrevistados a sua escolha pelo trabalho na lavoura em detrimento do turismo. Isso porque, para estes camponeses, não há como conciliar as duas coisas: agricultura e turismo. Durante nossa entrevista a dona Carmita, uma senhora, que foi mais uma conversa do que propriamente uma entrevista; depois dela dizer em vários momentos que não gostaria de receber turistas, já no final de nossa conversa, quando dissemos a ela que os outros agricultores entrevistados não queriam receber turistas porque eles acham que o turismo atrapalha o trabalho na lavoura ela foi enfática em sua resposta: “exatamente! Atrapalha, porque se você se dedicar ao Circuito é ao Circuito. Você não pode se dedicar à agricultura. Não tem condições. Ou a agricultura ou o Circuito. E ele [referindo-se ao marido] gosta disso aí [referindo-se a agricultura] (CARMITA, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

A fala de dona Carmita nos reporta a dois fatores que são distintos, mas que, contraditoriamente, caminham juntos. O primeiro diz respeito ao trabalho árduo para manutenção da lavoura e o segundo, ao prazer de trabalhar nessa mesma lavoura. O amor e a dedicação necessários ao trabalho agrícola, e claro, bem como aos frutos decorrentes deste trabalho, os quais para o camponês, diz respeito à manutenção de sua família, é o alimento necessário ao trabalho cotidiano. Contudo, ao mesmo tempo em que o bem estar da família está acima de qualquer sacrifício, no que diz respeito à dedicação pessoal em relação ao trabalho, contraditoriamente, esse esforço e tempo dedicado ao trabalho é limitado pela satisfação deste bem estar, o qual inclui a realização da vida, sem pretensões maiores que possam ir além da manutenção desta mesma vida. Insistimos com dona Carmita sobre a

possibilidade de ela receber turistas em sua propriedade. E, como parte de nossa pergunta, falamos sobre os benefícios econômicos que o turismo poderia gerar pra ela, e assim ela nos respondeu:

É, exatamente. Mas minha filha, você tem que trabalhar o triplo! Trabalhar o triplo! Se conscientizar que tem que trabalhar o triplo! Porque eu sei.. já eu não tenho mais condições de trabalhar assim. Eu fiz uma operação de uma cirurgia de coluna. Eu tava na minha horta hoje. Que eu gosto da minha hortinha né. Ai. Não vai. Não posso mais trabalhar! E se você faz isso aqui. É em vidro, é em vidro, é envidrar. É preparar, atender as pessoas né? Nos finais de semana. E durante a semana você tem que deixar preparado para o fim de semana. Eu sei. Meu marido não quer! Ele não quer! Ele gosta desse tipo de coisa, ele gosta de liberdade com tudo que no domingo, eles.. de manhã eles saem que nem no domingo né. Choveu chegaram em casa que nem..todos molhado. Tem que trabalhar né, porque na segunda feira os produtos tem que entregar né? Não é fácil né? Eu agora não trabalho mais. Agora. Já trabalhei muito. Agora não vou porque não dá mais. Cuido da casa, eu acho que cuidando da casa, das minhas netinhas, da, das minhas noras, e os filhos. Parece que, parece que, não, mas depois que os filhos casam o serviço não dobra, triplica! (...) (CARMITA, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

Fizemos a mesma pergunta para Rosi, outra camponesa entrevistada, e a resposta dela confirmou o que dissemos acima sobre dedicar-se tanto ao trabalho que a implicação direta desse excesso de trabalho, para além da agricultura, estaria na redução de sua autonomia e tempo livre disponível para si mesmo e para a família, como disse acima dona Carmita. Nas palavras de Rosi:

Me diz uma coisa, vai ganhar mais dinheiro pra que? Se tendo um pouco pra você ter saúde e precisa se alimentar, e ter um pouco pra quando a gente precisa, eu acho que, sei lá, é que nem eu digo pro meu marido, de fome nós não vamos morrer. E gananciar mais não adianta! Eu acho que no limite que dê procê passar, pagar as suas contas e chegar o fim do mês e você, sobrar um trocadinho procê dizer, ó, deixa que eu guardo pra um filho que fique doente, não é? (ROSI, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

Ainda sobre o turismo atrapalhar a produção agrícola, entrevistamos Valério, camponês, dedicado à produção de uva e vinho, além de olericultura. Trata-se de uma pequena propriedade de base familiar que cultiva a uva e produz o vinho artesanalmente. Dos integrantes da família, apenas ele, Valério, e seu pai trabalham na lavoura (olericultura), no cultivo da uva e na produção artesanal do vinho. No momento da entrevista, a mãe do Valério, dona Maria Dirce, também estava presente. Sua família tem uma pequena vinícola localizada um pouco mais à frente da Vinícola Dirceu Cavalli. Contudo, esta vinícola não faz parte do CITUR. Quando questionamos os motivos pelos quais eles não estavam inseridos no Circuito

Italiano, já que estavam tão próximos do roteiro e produziam vinho, sua primeira resposta foi:

Ai dá muita dor de cabeça! E aí, nós somos em pouca gente né? A gente vive muito ocupado né? Aí chega fim de semana que vem um monte de gente né? Aí a gente se aperta. A gente não vive só do vinho né, nós temos agricultura, eu mexo com caminhão. E a gente não ta sempre ali pra atender e o Circuito tinha que ter, tipo, ter disponibilidade né, ta direto ali. (VALÉRIO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em novembro de 2008).

A preocupação de Valério em relação à perda de sua autonomia, sobretudo no que diz respeito ao seu tempo livre do trabalho, mais especificamente nos finais de semana, que é exatamente o tempo em que o turismo se realiza, é, também, uma preocupação que se apresenta em outros camponeses entrevistados. Sobre o que estamos falando Cirilo, ao ser questionado sobre a possibilidade de receber turistas, nos disse: “não, não, é perda de tempo. No domingo to bem tranqüilo vem gente me visitar... [risadas]!” (CIRILO, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009). Ou ainda nas palavras de dona Carmita ao nos falar sobre os motivos pelos quais o marido não quer fazer parte do Circuito: “Meu marido não quer! Ele não quer! Ele gosta desse tipo de coisa, ele gosta de liberdade com tudo que no domingo” (CARMITA, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

Outra questão que surgiu durante a realização das entrevistas foi o descompasso entre os diferentes significados que a agricultura tem para os turistas e para os camponeses. Para os turistas, a agricultura é a essência do turismo que se realiza no espaço rural, que compõe a paisagem e que legitima, no imaginário do cidadão, a diferença entre campo e cidade. Mesmo que essa agricultura, em um primeiro momento, não seja, de maneira direta, consumida pelos turistas³⁶. Para os camponeses, por sua vez, a agricultura é uma atividade econômica e produtiva, permeada de valores, os quais, combinados, norteiam toda a sua vida. Assim, para os camponeses não há nada em seu trabalho, o cuidado com a lavoura, que seja considerado atrativo, do ponto de vista turístico, que seja passível de ser visitado. Foi o que seu Carlos me perguntou quando indagado sobre a possibilidade de receber turistas: “fazer o, mas aqui, e fazer o que aqui, num...” (CARLOS, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

³⁶ Assunto que discutiremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Nesta mesma direção, o pai do seu Carlos, que estava perto de nós enquanto conversávamos, entrou na conversa e foi, imediatamente, se posicionando em relação ao turismo. Para este camponês, o turismo lhe era apresentado como algo totalmente estranho às suas práticas cotidianas, tanto que soava como uma ameaça. Assim, aquilo que é estranho e, portanto, desconhecido, não pode, de maneira nenhuma, ser recebido em sua casa. Nas palavras deste camponês:

Turismo dá muito problema! Em Imbuial três, quatro anos atrás, chegou muitos turistas lá. De repente começaram se fingir de turista e limpar com as casa do pessoal. É problema né??

Teve casa que eles chegavam com o caminhão e tiravam tudo que tinha dentro de casa, mudança inteira. Pode acontecer uma coisa dessa? Só tinha a ver com turismo porque, depois que eles começaram a receber turistas. Isso é problema né! Vem turista bom, mas depois tem aquele que se finge de turista, entendeu? (Pai do Carlos. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

É preciso considerar que em todo nosso trabalho de campo não ouvimos nada sobre este fato, nem por parte da Secretaria de Turismo de Colombo, nem por parte dos camponeses entrevistados. É claro que não estamos dizendo que seja invenção por parte dele. Entretanto, pode ser que tenha havido mesmo um assalto e que, este assalto, tenha sido atribuído equivocadamente aos turistas. Dando seqüência a nossa argumentação, as palavras do pai de seu Carlos expressam, não só um receio em receber os turistas, tendo em vista que para ele o turista é um sujeito desconhecido que pode, inclusive, lhe fazer o mal; como também apontam para o fato de que, associado a essa idéia, não há nada em sua propriedade que possa ser considerado atrativo turístico. Assim, quando perguntamos o que ele achava da idéia de receber turistas em sua casa, mesmo que individualmente, ao invés de ônibus, sua resposta veio em forma de questão, seguida, novamente, do receio pelo estranho:

Fazer o que aqui? Ver o que? Ver quatro pé de beterraba plantada? Não tem condição! A nossa árvore é só aqui..não é muito grande né, nós que nem, em chácara grande isso aí causa pobrema né, que nem, eles são rico né, o cara vem você atendendo ali um dia eles vêm e queria roubar, esse é o pobrema né! Lá nesse tar de Imbuial, do lado de Santa Gema ali, saindo na na rodovia da ribeira, sabe? Do lado de cá é Santa Gema no meio da estrada da ribeira é Santa Gema, sabe, Embrapa, por ali, teve gente que ficou sem nada, só ficou com a panelinha de cozinhar, fogo, geladeira, tudo que é coisa que tinha. Vai fazer o que com cinco seis homi num caminhão pra carregar tudo? (Pai do Carlos. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

Entrevistamos outro casal de camponeses, seu Pedro e Rosi, sua esposa. Perguntamos a eles se eles achavam que o turismo poderia ajudá-los, melhorar sua vida. E tivemos do seu Pedro a seguinte resposta: “bem, depende o setor ajuda né? Nós aqui, verdura, vai ajudar o que?” (PEDRO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009). Esta família se dedica apenas à produção de alface, de todos os tipos, sendo que o forte são as alfaces hidropônicas, produzidas em estufas, as quais são vendidas para o CEASA. Trata-se de uma propriedade grande e bem cuidada, como é possível observar na foto abaixo (foto 9). Algumas de suas filhas moram na mesma propriedade com suas famílias, embora em suas próprias casas.

Na propriedade, havia uma piscina aquecida para adultos e para crianças, um pula-pula e vários brinquedos (balanço, gangorra, dentre outros) espalhados pelo jardim, os quais eram, segundo dona Rosi, para seus netos brincarem (foto 10). As estufas para a produção de alfaces, vistas da casa, ao alto, compunham uma paisagem bem agradável e verde, a qual associada ao silêncio da vida no campo transmitia uma tranqüilidade oposta à vida corrida da cidade (foto 11). Assim, depois que seu Pedro nos disse que o turismo não poderia ajudá-lo com as verduras, considerando que estávamos ali, em frente às estufas e tudo o mais que já relatamos, dissemos ao casal que os turistas gostariam de visitar a propriedade dela, afinal, ela era muito bonita. A resposta de dona Rosi foi enfática: “vim na minha casa porque, buscar o que? Eles têm a sua casa!”. Então dissemos que o turista sentaria na grama, traria seus filhos para brincar no pula-pula, afinal eles não tinham aquela tranqüilidade na cidade. A resposta veio em tom de brincadeira, mas sério: “Como diz o caboclo, é das minhas neta né?” (ROSI. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).



Foto 9: Casa do Pedro e da Rosi.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.



Foto 10: Piscina aquecida e pula-pula no jardim.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.



Foto 11: Produção de alfaces.

Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.

A foto abaixo (foto 12), em que as galochas usadas no cuidado com a lavoura são deixadas na grama de maneira que não suje a calçada da casa, reflete o cuidado com a casa, que é, também, um cuidado e zelo para com toda a família. Assim, ao indagar sobre o que os turistas fariam em sua casa, uma vez que eles têm sua própria casa, Rosi expressa o sentido que a casa tem para eles, um espaço privado, da família, que não pode ser comercializado.

Receber o outro em sua casa só é válido para aqueles que são bem vindos. E a condição para que sejam bem vindos está em ser conhecido.

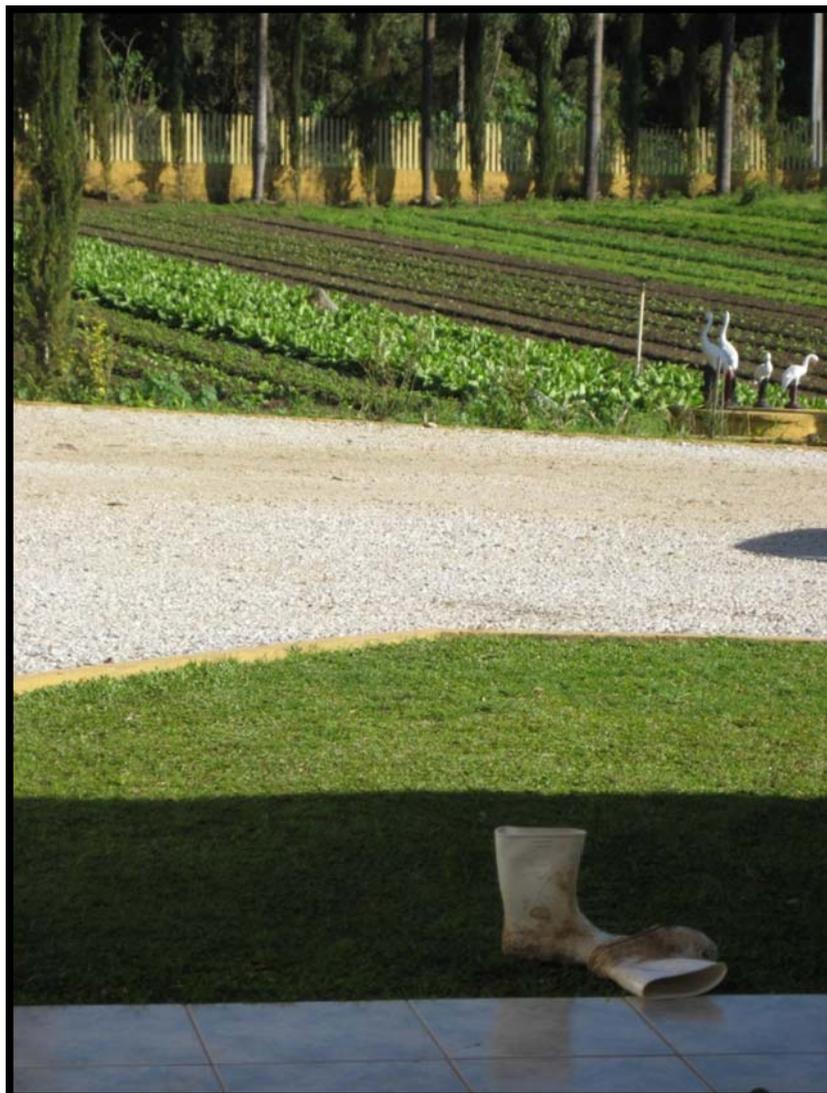


Foto 12: Galochas usadas no cuidado com a lavoura deixadas na grama.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. agosto/2009.

Nós mesmos, só fomos recebidos em sua casa porque estávamos acompanhados de alguém que lhes era conhecido. Assim que fomos vistos, imediatamente, Célia (pessoa que nos acompanhou durante algumas entrevistas) foi indagada sobre quem éramos. O olhar de Rosi não se desviara de nossa pessoa até que, de alguma maneira, fôssemos aceitos. Esse aceite passou pelo crivo do conhecido. Até então, ficamos aguardando fora da propriedade e só fomos convidados a entrar nela depois que, mesmo que superficialmente, nos tornamos conhecidos. Isso aconteceu em muitas das entrevistas. Quando fomos entrevistar dona Carmita a pergunta dela para Célia veio antes mesmo de me cumprimentar: “quem é essa sujeita?” Inclusive ignorando a minha presença. E aí, depois de

apresentada como alguém de confiança, fomos convidados a entrar em sua casa para a entrevista.

Este comportamento nos remete à questão da hospitalidade. A hospitalidade e o modo de vida camponeses, ao mesmo tempo em que são atrativos para o consumo turístico, podem, contraditoriamente, se colocar como um impedimento para realização desse mesmo turismo pelos camponeses. Isso porque a hospitalidade para o turismo pretende o bom atendimento do sujeito enquanto turista, enquanto consumidor e cliente, no momento do turista. Para o camponês, essa hospitalidade engendra outro significado relacionado à outra realidade que faz parte de sua vida cotidiana, intrínseca ao seu modo de vida. Trata-se de uma solicitude enquanto um aspecto natural, espontâneo. Contudo, para aqueles, que são por eles, conhecidos.

A exemplo do que estamos dizendo, Paulino (2006) fala sobre a produção de café em uma das unidades camponesas investigadas por ela em sua pesquisa de doutorado:

Não se pode associar o café à propriedade pequena apenas pelo seu caráter comercial. Essa bebida é o símbolo maior da cordialidade camponesa e não aceitá-lo é quase uma indicação de que o visitante não está aberto à reciprocidade. E até no sabor, trata-se de um café diferenciado, pois além do simbolismo, os processos que o envolvem são basicamente artesanais e materializam o trabalho de todos os membros ativos da família (PAULINO, 2006, p.392).

Essa espontaneidade pode ser facilmente percebida nas palavras de dona Carmita. Ao ser questionada sobre a possibilidade de receber turistas em sua casa nos respondeu da seguinte maneira:

Sei lá, se quiserem vir me visitar que venham né? Mas assim, pra trabalhar, pra apresentar coisas. A gente já tem uma idade que não tem mais vontade né? Se tivéssemos os filhos que trabalhassem nisso, tudo bem. Mas os filhos se dispersaram né. Saíram pra, eles estão, pegaram outro ramo. Vidraçaria, esquadria de alumínio e eles estão nisso. E bem que fizeram! Porque lavoura é fogo! Dá muito trabalho e não tem dia santo. Não tem sábado. Não tem chuva. Esses dias de chuva meu marido com sessenta e cinco anos lá na lavoura. Não é fácil! (CARMITA. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

A visitação, para dona Carmita, tinha como significado a valorização do indivíduo, dela enquanto pessoa. Visitar como quem se interessa pelo visitado, em uma relação de altruísmo e compadrio. Para o turista, ao contrário, não há vínculos

nesta relação que possam ir além da relação cliente e prestador de serviço. Isso porque é uma relação pautada no consumo. Ademais, em uma visitação turística, não há tempo disponível para que qualquer relação desse porte seja construída. Na medida em que o turismo vai se desenvolvendo, em qualquer lugar onde ele é implantado, há uma tendência em transformar tudo em mercadoria (CARLOS, 1999). Essa é a sua lógica.

Não podemos dizer que não tenha havido tentativas, por parte dos camponeses, em receber turistas. Ao contrário, alguns deles, depois de passarem pela experiência é que se posicionaram contra a possibilidade de receber turistas, sobretudo em grupos de excursão. Este foi o caso do Valério. Perguntamos a ele se em algum momento ele já havia recebido turistas e a resposta dele foi a seguinte: “Já, veio um ônibus aí, Maria Santíssima!” (VALÉRIO. Entrevista realizada, por SANTOS. T.M.B.B., em novembro de 2008). Sua mãe, que estava próxima de nós enquanto conversávamos, foi logo argumentando:

Se viram loco aí! Porque só ele e o pai dele né, atender tudo aquela gente. Eles não tem estrutura pra, botar tudo aquela gente dentro do ônibus né. Quando eles chegam assim, eles querem tudo rápido porque o ônibus já vai sair né. Aí um queria, outro queria né. Se viram loco né! (MARIA DIRCE. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em novembro de 2008).

E ainda, sobre quantos ônibus eles haviam recebido e a quantidade de turistas, nas palavras de Valério: “Um só. Tinha quarenta e oito passageiro. Queria entrar tudo dentro da cantina. Nem nós não cabia dentro da cantina! [risadas!]”. (VALÉRIO. Entrevista realizada por SANTOS. T.M.B.B. em novembro de 2008). Sobre o que estamos argumentando, Rosi também tem algo a nos dizer:

Porque uma vez, veio um pessoal, dois ônibus. Eles não me deram lucro, me deram prejuízo. Eles mexeram por tudo, eles fecharam registro quando eu voltei na estufa tava os registro tudo fechado as bancada tudo seca, sabe? Pra falar a verdade não veio uma turma de estudante veio uma turma de baderneiro, sabe? Eu não sei que turma que era (ROSI. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em julho de 2009).

As falas de Valério e de Rosi apontam, novamente, para o descompasso entre a produção agrícola, modo de vida camponês e lógica do turismo. Rosi, além de salvaguardar sua casa de maneira a restringir seu acesso à família, como dissemos acima, ainda vê na presença turística um elemento que atrapalha sua produção agrícola. Em relação ao Valério, perguntamos a ele se não havia

interesse, da parte dele, de organizar um colhe-pague, atrativo turístico em que o turista paga pela experiência de colher as verduras do chão e pelas verduras colhidas. Foi esta a resposta dele: “Deus o livre, e pisar na minha lavoura?!” (VALÉRIO. Entrevista realizada por SANTOS. T.M.B.B. em novembro de 2008). Eu disse a ele que havia um sistema de colhe-pague em Colombo e que talvez fosse interessante do ponto de vista da melhoria de seu ganho. Ele me respondeu que, a exemplo do Gasparin³⁷, conhecido dele, só faz isso quem tem terra sobrando pra criar uma horta com um caminho ao lado em que o turista possa passar, e outras hortas; essas últimas, para atendimento das necessidades da família, que o turista não tem acesso; e que este não era o caso dele.

O turismo poderia se colocar como elemento facilitador da venda dos produtos camponeses, já que o turista iria até o camponês comprar seus produtos. Até porque esse é um dos discursos sob o qual o turismo realizado em espaço rural está assentado. Contudo, a possível perda do controle de sua vida em relação ao comportamento do turista, de um lado; e a satisfação em relação à vida que eles já têm, combinados, afirmam suas condições de camponeses não inseridos no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. Sobre o que estamos falando Valério nos disse: “Pra nós não tem muito PORQUE entrar no Circuito. Tipo, todo vinho que nós fazemos nós conseguimos vender em casa. Sem entrar no Circuito. Então pra nós. Então pra nós é menos dor de cabeça, assim” (VALÉRIO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em novembro de 2008).

Valério já tem para quem vender sua produção e não está preocupado em ampliar, em termos mercadológicos, essa produção. Esta atitude, contudo, não está assentada em uma falta de ambição, por assim dizer. O motivo pelo qual ele não tem interesse em ampliar sua produção está assentado em outra questão a qual diz respeito à tradição.

Sobre este assunto, é possível visualizar o valor e o peso da tradição embutida nos afazeres cotidianos quando em sua fala, Valério, afirma não querer ampliar sua produção de uva e vinhos porque está preocupado com a manutenção de sua tradição. Vejamos o motivo, nas palavras de Valério:

³⁷ Gasparin é um empreendimento inserido no CITUR que funciona como pesque-pague, lanchonete e colhe-pague.

Não. De forma a expulsar esse negócio de artesanal. Forma, uma fábrica. Nós não somos uma fábrica. Nós não somos fabricante de vinho. Somos produtor de vinho. Nós produzimos a uva e o vinho. Porque daí você vai ter que fazer bastante. Porque a pessoa não pode arriscar né? Aí você vai ter que entrar, vai ter que entrar com bastante química pra segurar o vinho, quer dizer, vai ter que embalar ele e colocar dentro da parteira, não pode estragar. Aí o nosso vinho não faz mal porque não tem química nenhuma né? Não ponhamos nada nele. É do tipo do Nono. Como fazia lá, sessenta anos atrás. [risadas!] A uva toda é nossa. Por isso que eu disse pra você, nós somos produtor e não fabricante (VALÉRIO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em novembro de 2008).

Vender a própria produção e realizar o valor monetário soa para o camponês como expressão de autonomia. A autonomia tem, ainda, outra dimensão, a qual diz respeito ao controle de seu tempo, como já dissemos. Neste caso, a fala do Valério, que prefere não se inserir no Circuito Italiano em virtude da perturbação que o turista pode lhes trazer, é um bom exemplo do que pretendemos ilustrar. Para Valério, a vida que ele levava em sua casa, cuidando de sua lavoura e fazendo de seu tempo o que lhe aprouver, é que era vida! Essa autonomia também se colocava como impedimento à transformação de sua vinícola em empresa.

Por tudo o que dissemos, podemos afirmar que para estes camponeses, a autonomia sobre seu próprio tempo, vida e trabalho agrícola, bem como a manutenção de todos estes fatores, se colocam como impedimentos para a inserção destes camponeses no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. Para além de uma questão econômica, estes camponeses não estão inseridos no Circuito Italiano porque não querem estar. Muito embora eles tenham condições econômicas e culturais para isso, afinal, são todos descendentes de italiano, são donos de suas terras e desenvolvem a agricultura como atividade econômica produtiva.

2.3.2 Um olhar sobre o camponês em relação ao turismo

Nesta parte de nossa pesquisa, tivemos como objetivo investigar em que medida a campesinidade estaria presente, ou ausente, nas práticas cotidianas dos camponeses envolvidos no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. Dito de outra maneira, em que medida o turismo modifica e é modificado por esses camponeses inseridos no Circuito Italiano de turismo Rural em Colombo. Para responder essa pergunta selecionamos algumas propriedades inseridas no Circuito Italiano definidas pela Secretaria de Turismo (novembro de 2008) como sendo propriedades cujas atividades, agrícolas e turísticas, ali desenvolvidas, se davam em

bases familiares. Desprezamos os empreendimentos não relacionados à agricultura, em um primeiro momento, tais como restaurantes, pousadas, hotéis e pesquepagues, uma vez que estes empreendimentos se caracterizavam, mesmo no guia turístico local, como empreendimentos vinculados às atividades de lazer e não à agricultura, embora alguns deles sejam administrados pela família.

Desta forma, as propriedades cuja organização se dava em base familiar, estavam limitadas às vinícolas e às Chácaras para produção orgânica de morango. Assim, visitamos, individualmente, a Vinícola Dirceu Cavalli e a Chácara do Morango Natural. Por ocasião da excursão, visitamos a vinícola Franco Italiano, a Vinícola Pedrinho Strapasson e a Chácara Engenho Verde.

A Vinícola Dirceu Carvalli está situada na Rua Gabriel D'Anúncio Strapasson, nº 19, no bairro Sapopema, próximo à sede e ao eixo turístico principal do Circuito Italiano. O principal atrativo da propriedade é o vinho (branco, tinto e rosé), produzido artesanalmente pela família na própria propriedade. A propriedade está situada próxima a mais duas vinícolas do CITUR, Pedrinho Strapasson e Odilon Cavalli. A propriedade tem 2 hectares e foi comprada por Dirceu Cavalli, que já morava com o pai há vinte e oito anos na comunidade. A família é composta por ele, a esposa, um filho e duas filhas. O filho é formado em administração e trabalha na propriedade, ajudando na agricultura e na fabricação do vinho. A esposa trabalha na manutenção da casa, ajuda na agricultura, na produção do vinho e no atendimento aos turistas. Das duas filhas, uma é formada em agronomia, trabalhando no CEASA e ajudando no atendimento aos turistas e a outra é formada em administração e atende os turistas.

Dirceu produz uvas desde 1955 com o pai, e, na atual cantina, desde 1979. Cultivam a uva necessária à fabricação dos vinhos, mas compram uva excedente de outras propriedades em Colombo mesmo e do Rio Grande do Sul. Plantavam olerícolas na propriedade, mas tendem a não plantar mais em virtude da produção e consumo do vinho que vem aumentando paulatinamente. A produção ainda se dá de maneira artesanal, mas há fortes pretensões de se tornarem uma indústria e aumentarem, dessa forma, a venda do vinho. Embora seja uma produção modernizada e com presentes pretensões capitalistas de auferir lucros, há, concomitantemente e contraditoriamente, indicadores de ruralidades, presentes na

simplicidade em que fomos atendidos, e indicadores de urbanidades, na arquitetura da casa e da cantina, como podemos observar nas fotos abaixo (Fotos 13, 14).



Foto 13: Casa residencial do Dirceu e sua família.
Autor: SANTOS, T. M. B. B. nov/2008.



Foto 14: Cantina da Vinícola Dirceu Cavalli.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. Nov. 2008.

Após nossa visita a Vinícola Dirceu Cavalli, no entanto, pensamos que definir a família Cavalli, e as demais famílias envolvidas no Circuito Italiano, como camponeses, ou não, seria limitar a discussão sobre o campesinato, sobretudo tendo em vista sua relação com o turismo. Isso porque, como dissemos, entendemos o turismo, a partir do turista, enquanto uma prática social cooptada pelo mercado, cujas especificidades conflitam diretamente com as práticas cotidianas camponesas, como mostramos acima. O conjunto de variáveis que define o camponês enquanto camponês, estavam ali, presentes, de maneira clara. A realização da atividade agrícola, a produção da uva e do vinho, o trabalho de base familiar, os valores. De maneira geral, uma leitura tendo como base o conjunto de variáveis mencionados, permitiria, sem dificuldade, sua definição enquanto camponeses. No entanto, sua relação com o turismo, enquanto atividade econômica capitalista nos fez pensar em outras questões.

Para além das urbanidades e ruralidades, quais os critérios para inserir-se, como camponês, no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo? Perguntado de outra maneira, o que fazer, do que abrir mão, para dedicar-se a uma atividade cujas especificidades contrariam tanto suas práticas cotidianas?

O primeiro fato que nos fez pensar sobre quais elementos da campesinidade estariam presentes ali, naquela família, foi a sua ambição em relação à produção de vinhos. Como ela, Regina, nos disse, há pretensões da família de ampliar a produção de maneira a ampliar, também, a venda do vinho. Sendo assim, eles estavam investindo na construção de um galpão e no aumento dos tonéis para produção do vinho de maneira a subsidiar, em termos de infra-estrutura, esse aumento de produção (foto 15). A intenção era tornar-se uma empresa com a finalidade de vender o vinho em redes de supermercados. Como o vinho é produzido em bases artesanais, ele não pode ser comercializado fora dali. Para que isso ocorra, é necessário o cumprimento de uma série de quesitos os quais dizem respeito à qualidade do vinho, à qualidade de fabricação, dentre outros. Mesmo que esses investimentos não fossem para agora, eles já estavam pensando nisso como uma possibilidade próxima.



Foto 15: Galpão de tonéis para produção de vinho.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. Nov. 2008

Outra questão diz respeito à mercantilização de sua história de vida para o turismo, a saber, a história de seus descendentes desde que chegaram a Colombo, incluindo aí, os saberes para fabricação do vinho comercializado na vinícola. (foto 16).

A foto abaixo apresenta os primeiros tonéis para fabricação do vinho e, em cima dos tonéis, uma seqüência de fotos em que estão presentes os avôs (os Nonnos) nas primeiras parreiras de uva ali mesmo, naquela propriedade, por ocasião de sua chegada em Colombo, até os dias de hoje. É importante considerar que quando fomos à vinícola na qualidade de turistas, Regina, a proprietária, fez questão de mostrar a foto como elemento legitimador da cultura contida na fabricação do vinho. Contraditoriamente, a vinícola, aos domingos, só funciona pela parte da manhã. Em uma tentativa de manter parte do final de semana reservado para a família. Outra mudança que Regina fez em sua propriedade foi a construção de um muro, de maneira a restringir o acesso dos turistas, que, segundo ela, entravam na propriedade a ponto de tocar a campainha da casa para comprar os vinhos.



Foto 16: Vinícola Dirceu Strapasson.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. Nov. 2008.

A outra vinícola visitada foi a Vinícola Franco Italiano. A vinícola Franco-Italiano localiza-se na Rua Rodolfo Camargo, nº 26, bairro Roça Grande, próxima à Rodovia da Uva, próximo à sede e ao eixo turístico principal do Circuito Italiano. Além dos vinhos e outros derivados da uva feitos pela família, a vinícola oferece outros produtos, como salames, doces, sucos, etc. As atividades turísticas também giram em torno da vinícola: degustação e comercialização dos vinhos. Trata-se de uma vinícola com uma decoração requintada apresentando-se bonita e bem organizada. Segundo Candiotto (2007), o avô de Dirceu, dono da vinícola, chegou em Colombo em 1878 e sempre fez vinho para consumo próprio. A propriedade de Dirceu tem cerca de 10 hectares (foto 17), mas existem mais 22 hectares em Lageado-RS, adquiridos pela família em 2003, para o cultivo de uvas, demonstrando que a família vem se especializando na produção de vinhos. A família é composta por Dirceu, sua esposa e dois filhos. O sr. Dirceu trabalha com o cultivo de verduras, no parreiral, na produção de vinho, e atende os fregueses/visitantes. Sua esposa é do lar e ajuda no atendimento quando necessário. Um dos filhos reside na propriedade, mas trabalha fora, como engenheiro mecânico. O outro é formado em administração, mas trabalha exclusivamente na propriedade, com agricultura e no atendimento e administração da vinícola.

O Circuito Turístico foi importante no crescimento da produção e da renda familiar. Por isso, a família decidiu investir na produção de vinhos e praticamente abandonou as demais atividades agrícolas existentes. Com a nova propriedade no Rio Grande do Sul, a produção de vinhos aumentou significativamente. Toda a uva cultivada vai para a produção de vinhos e outros derivados, todos comercializados na vinícola. A condição para comprar uvas de outros produtores é que sejam produzidas com sua própria tecnologia. A família também faz vinagre, graspa e suco de uva e maracujá, além de salames, limoncello (licor de limão), e doces de abóbora e figo.



Foto 17: Vinícola Dirceu Cavalli.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Embora a produção agrícola seja de base familiar, há fortes indícios mercadológicos em suas práticas cotidianas. É emblemático que tenhamos visitado esta vinícola em um domingo, dia dos pais. E que a família estava ali nos atendendo visivelmente aborrecida, embora em momento nenhum tenha nos tratado mal, porque era dia dos pais e estávamos ali, vinte e cinco turistas, exatamente no horário do almoço. É verdade, também, que a guia ligou avisando que iríamos e, mesmo assim, eles nos receberam. Ou seja, abriram mão de seu momento familiar para atenderem aos turistas, o que demonstra, em uma questão de prioridades, a relação de mercado em detrimento do momento em família. Se o atendimento aos

turistas tem em mente o bem estar da família, a questão é: qual o limite desse bem estar?

Se a campesinidade estava presente no desempenho da família no que diz respeito à sua união na administração das atividades da propriedade, de um lado; de outro, podemos dizer que estava ausente no que diz respeito às pretensões familiares de expandir seus negócios de produção da uva e fabricação do vinho. Neste caso, o turista é só mais um cliente a ser atendido. A prática já está absorvida no trato ao cliente. Assim que o grupo chegou à vinícola, Dirceu os atendeu, reproduzindo um texto, em que ele contou, grosso modo, a maneira como o vinho é produzido ali. A história foi contada aos turistas dentro da vinícola. Tudo isso levou cerca de dez minutos. Após isso, os turistas voltaram para a lojinha e compraram os vinhos ou os produtos que estavam à venda ali mesmo, na lojinha. Seus dois filhos e sua esposa atenderam aos turistas.

A Vinícola do Pedrinho Strapasson situa-se no bairro de Sapopema, na Rua Antônio Strapasson, nº 35. O acesso à propriedade se dá pelo mesmo caminho que o da Vinícola Dirceu Cavalli, um pouco mais a frente cerca de 500 metros. A principal atração é a venda dos vinhos, ali mesmos produzidos. Segundo Candiotto (2007), a família produz uvas e vinhos há mais de 60 anos, e o Pedrinho, dono da vinícola, aprendeu com o pai desde criança. A propriedade possui 4,8 hectares onde é cultivada uva em consórcio com couve-flor, mas a família possui mais 19,2 ha em área próxima (no Morro da Cruz). Possuem mais 7,2 ha para lavoura de olerícolas fora da unidade familiar. Na propriedade existem duas casas de residência, sendo uma para Pedrinho e sua família, e uma da mãe, dona Líbera.

Durante a visitação na vinícola, diferente da Vinícola Franco Italiano, nenhuma história foi contada aos turistas. Ali, a principal atração, além do vinho, é a Nonna Dona Líbera, sendo a matriarca da família, recebe os turistas com muita afetividade contando histórias e casos (foto 18). É emblemático que a guia que acompanhou a excursão aponte dona Líbera, como a atração turística da vinícola, sem nenhum constrangimento.



Foto 18: Dona Líbera recebendo os turistas da excursão.
Autor: SANTOS, T.M.B.B, em agosto de 2009.

A Chácara Morango Natural e Orgânicos, por sua vez, está situada na comunidade de Santa Gema, no outro eixo do CITUR, e tem na produção orgânica de morangos o seu principal atrativo. Toda a produção agrícola é orgânica. Produz além dos morangos a alface e agricultura de subsistência. Em sua propriedade, o principal atrativo é o morango e alguns derivados como o licor de morango, a geléia e a polpa, além da dedicação na receptividade do turista que consiste na explicação sobre a produção do morango e cuidados com a terra. A família trabalha apenas com mão-de-obra familiar e se encarrega desde o preparo da terra e plantio do morango até a sua colheita e venda pelos arredores do município. Sua clientela varia entre turistas e pessoas que compram ali mesmo, em sua propriedade (confeitaria e consumos individuais). A família fez algumas modificações em sua propriedade, a exemplo da lojinha, e mais recentemente, do quiosque, para inserir-se no Circuito de Turismo Rural. Mas não estão muito esperançosos em relação à gestão da Secretaria de Turismo, que, como dissemos, tem excluído sua propriedade dos roteiros turísticos do CITUR. O trabalho em base familiar somado ao atendimento que recebemos: a receptividade cuidadosa e atenciosa, tipicamente camponesas, nos permite identificá-los como típica família camponesa.

Uma reclamação feita por esta família foi no sentido de uma desvalorização de seu produto em relação ao vinho, por exemplo. E ainda, o descompasso entre as necessidades para a realização do turismo e as necessidades para a realização da lavoura. Segundo Vera, a proprietária da chácara, uma das exigências feitas pela Secretaria de Turismo era a necessidade de limpar o terreno para o recebimento dos turistas. Essa limpeza consistia na retirada do mato no entorno da estufa de morangos, que, para ela, exercia uma função diferenciada: a manutenção da produção de morangos na medida em que se tratava de um repelente natural (pés de alho) e um controle de pragas também natural. Essa atitude da Secretaria de Turismo em relação à proprietária mostra o descompasso entre aquilo que o turista quer consumir, ou seja, limpeza, ausência de mato e terra; e aquilo que é essencial para o funcionamento da produção orgânica e necessita estar ali, o mato. (foto 19). Não se trata de sujeira, mas de um repelente natural. Para além do plano estético, há uma função na presença do mato.



Foto 19: Estufa para produção orgânica do morango.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. nov/2008.

A outra Chácara de produção orgânica de morangos, o Engenho Verde, está situada próxima a Chácara do Morango Natural. A primeira diferença entre as duas propriedades, em um primeiro olhar, diz respeito à lojinha para atendimento aos turistas. A lojinha do Engenho Verde é mais bem feita e mais atrativa do que a

lojinha da Chácara do Morango Natural. Atualmente, a Rosane, proprietária da chácara, construiu uma estufa para produção orgânica de morangos de fácil acesso aos turistas de maneira a restringir o acesso dos turistas nas demais estufas. Esta estufa para turistas foi construída, estrategicamente, próxima à lojinha.

Em se tratando de atrativos turísticos, é emblemático que as vinícolas exerçam uma atratividade mais forte nos turistas do que as chácaras de produção orgânica de morangos, reproduzindo um modelo de turismo europeu a partir da valorização específica de alguns produtos e serem consumidos: a uva e o vinho, embora eles sejam importantes na composição do Circuito em função da diversidade de ofertas. Em termos de competitividade e, por sua vez, de visitação, essas chácaras são preteridas em rela o às vinícolas. Primeiro por sua sazonalidade no que diz respeito   produ o de morangos, cuja safra só se d  em determinado período do ano. Nos demais períodos, vendem-se o morango congelado e os produtos feitos com os morangos: geléias e licores. Importante considerar que no dia dos pais, data de nossa excursão ao Circuito Turístico Italiano de Turismo Rural em Colombo, a Chácara do Morango Natural, segundo a guia, recusou receber o ônibus com os turistas em sua propriedade, já que estava reunida com sua família para comemora o da data.

Podemos dizer que a campesinidade pode ser percebida em muitos aspectos da vida cotidiana das famílias nas propriedades visitadas. Contudo, em algumas famílias, ora ela se apresenta em mais aspectos combinados, ora ela escapa a nossa percep o. Isso porque, segundo a nossa perspectiva, a rela o com o turismo, enquanto atividade econômica capitalista, exige, por parte da família, uma modifica o de sua postura e costumes, de maneira a otimizar, ou não, o desenvolvimento deste turismo em sua propriedade. E essa postura diz respeito   maneira como esse turismo   realizado.

  emblemático que a Secretaria de Turismo em Colombo considere todos os agricultores familiares, e demais pontos turísticos, inseridos no Circuito Italiano de Turismo Rural como sendo empreendedores, o que foi confirmado nas duas funcionárias entrevistadas. Perguntamos a Cristiane, primeira funcionária entrevistada, se havia algum projeto de inclusão para os pequenos agricultores

familiares, evidente que tínhamos em mente a atividade turística enquanto aporte ao desenvolvimento; e a resposta dela foi a seguinte:

Sim. Na realidade, os empreendedores, os pequenos agricultores. Os pequenos agricultores, agricultura familiar né? A gente continua com eles, tanto é que se você pegar aqui, morango orgânico, aqui ó, Chácara do Morango Natural. E mais uma outra Chácara de Morango em Engenho Verde na Santa Gema. Tem aqui o pesque-pague colhe-pague do Gasparinho, Sítio Mãe Terra, tudo agricultura familiar e que estão inseridos no Circuito Italiano (CRISTIANE, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em novembro de 2008).

Denise, segunda funcionária entrevistada, foi ainda mais pontual em sua resposta, em suas palavras:

A princípio nós denominamos todos os que estão no Circuito como empreendedores. Se ele está no Circuito Italiano ele já tem um espírito de empreendedor. Que é melhorar né? Mas nós temos agricultores e empreendedores também. Mas na verdade agricultor no Circuito Italiano tem o Gasparin (Colhe e pague) e a Fátima Bianchini, a esposa do Secretário de Agricultura. Ah não, tem a Rosane Alva também, mas também além de agricultora ela também faz a transformação dos produtos (DENISE, Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

Como nos lembra Bombardi (2003, p. 5) “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”. Essa afirmativa de Bombardi nos faz repensar o conceito de campesinato, e sua relação com o turismo, de maneira a questionar em que medida o turismo modifica esse campesinato. Ou ainda, pensado em seu sentido inverso, quais são as implicações para o turismo realizado no campo sob a lógica camponesa?

Para responder a primeira pergunta, recuperando a postura do empreendedor, e aí é necessária a postura de empreendedor, o turismo se realiza, principalmente, nos finais de semana e nos feriados. É necessário abrir mão de si mesmo, e da família, durante esse período, para atender a demanda turística. Para tanto, é necessária uma postura mercadológica, de trabalho. E ainda, é necessário permitir a mercantilização de sua cultura, de sua história e de vida, afinal, esse é um dos atrativos.

Quanto à segunda pergunta, se pensarmos que o campesinato não desapareceu como propunham alguns autores, conforme já discutimos anteriormente, mas se reproduz, como resistência, em relação, e à despeito, das relações sociais de produção, podemos pensar na cultura, neste contexto, como

elemento de resistência para reprodução do campesinato em Colombo, vejamos por quê. Se em um primeiro momento a cultura, o ethos, enquanto modo de vida é considerado o principal impedimento para que alguns camponeses não participem do Circuito Italiano, essa mesma cultura, em um segundo momento, acaba por se tornar uma postura política. Mesmo que essa postura conjunta não seja, premeditadamente, combinada. Isso porque é a agricultura, enquanto atividade produtiva e os desdobramentos culturais a ela associados; mesmo que apresentada como imagem ao turista, a principal condição para que o turismo se realize no espaço rural. Isso porque, se de um lado essa agricultura fomenta o turismo; de outro, esse turismo perde porque esses agricultores não estão inseridos no Circuito, senão parcialmente a partir de sua imagem e de sua cultura. A questão política está na resistência política, porque conjunta, a uma política governamental, a qual diz respeito à política de turismo no campo, mesmo que desorganizada. Trata-se de uma dimensão de classe, sem, haver, contudo, uma organização da classe.

Queremos dizer, com isso, que o modo de vida camponês não corresponde à racionalidade necessária para o fazer turismo, seja do ponto de vista do turista, ou do ponto de vista do turismo planejado. Um exemplo do que estamos dizendo diz respeito ao Moinho Artesanal, ponto turístico do Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. O Moinho Artesanal é do seu Ciro, como já dissemos. Segundo Denise, a guia de turismo, um casal de Curitiba, ao visitar o Circuito, se compadeceu do Seu Ciro e fez a reforma de seu moinho. Para usar as palavras de Denise:

Na verdade, seu Ciro já fazia parte do roteiro né. Só que ele tinha um moinho bem feinho, assim, bem pouco estruturado. Aí teve um dia que me chamaram pra fazer um tour com um casal. E eu vim. E ele estava com doença de perla, é um problema na perna, assim umas infecçãozinha na pele. E era um dia que eu não podia sair de casa. Mas esse dia eu resolvi vir, pra fazer esse tour para esse casal. E trouxe esse casal e o senhor que veio comigo fico tão comovido com o Ciro ali, com o moinho que ele tinha, bem simplesinho. Acabou pagando a reforma do moinho pro seu Ciro. Deu todos os equipamentos novos pra ele, investiu centos e poucos mil ali no moinho dele. Levou seu Ciro para o médico particular, pagou a consulta, deu os remédios e deu pro seu Ciro tocar a vida (DENISE, entrevista realizada por SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009).

Podemos dizer que o seu Ciro é um autêntico camponês. Ele produz milho nos fundos de sua propriedade e mói em seu moinho. Vende sua produção apenas para os turistas que o visitam e está muito satisfeito com a vida que tem. Mas essa satisfação de seu Ciro, de certa forma, incomoda Denise. Vejamos por quê:

Ele planta nos fundos da propriedade dele e aí ele mói ali mesmo. Só que assim ele podia explorar muito mais né? O potencial dele sabe? Eu acho ele meio devagarzinho ainda. Ele não tem tanta idade, mas tá mais judiadinho. Ele tem sessenta e poucos anos. Daí ele tem a filha dele que tem gêmeas agora. A filha dele tem umas meninhas de um ano e meio, duas. Estão sempre ajudando ele. Mas ele podia fazer bolo de fubá, podia fazer pão pra vender ali. A esposa dele é meio devagarzinho. A esposa dele diz que não tem mão, não tem ponto pra mão. Tudo né, foi dado pra ele. Nós fizemos uma vaca lá, eu e a Michele [secretária de turismo] pra ele. Fogão industrial, umas panelas pra ele fazer milho verde pro cliente. Mas ele não está explorando isso ainda (DENISE, entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

Quando perguntamos a Denise o motivo pelo qual, em sua opinião, seu Ciro não investia mais em seu Moinho para atender aos turistas, de certa forma, já sabíamos os seus motivos. Contudo, ouvimos dela a resposta:

Eu acho que pra ele tá bom! Eu acho que tá bom. Ele não tem ambição. Ele tem a casa dele. Ta fazendo uma casinha nova pra ele agora. Tem o dinheirinho no final do mês. Tem os filhos criados. Pra ele tá bom. Ele não tem visão de melhorar de vida. O que ele fizer, pra ele tá bom (DENISE, entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

Esse descompasso entre a expectativa do turismo, enquanto atividade capitalista planejada, e a expectativa do seu Ciro, enquanto camponês inserido neste mesmo turismo diz respeito a vidas e lógicas que se realizam em tempos históricos, em lógicas, diferenciadas. Um fato interessante para considerarmos diz respeito à nossa visita no moinho do seu Ciro. Para entrevistarmos seu Ciro esperamos que todos os turistas retornassem ao ônibus de maneira que ele pudesse desligar o moinho e conversar conosco. Após a nossa conversa, seu Ciro nos perguntou se já havíamos comprado o fubá moído por ele. Respondemos que sim. E mesmo assim, seu Ciro insistiu para que levássemos de presente mais um saco de fubá. Gentilmente dissemos que já havíamos comprado mais de um saco de fubá e agradecemos por tamanha gentileza. É preciso considerar que dar de presente ao turista aquilo que ele vende em sua propriedade é um descompasso no que diz respeito ao turismo em espaço rural. Ora, ele está ali para vender seus produtos e não para presentear os turistas com eles. Mas essa atitude diz respeito a uma lógica de vida cujas bases estão assentadas em outros valores para além do consumo.

Outra reclamação em relação ao Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, feita pela guia, diz respeito ao comportamento de alguns empreendedores

e às ausências no Circuito no que diz respeito aos produtos ofertados. Segundo Denise,

Eu acho assim que falta união. Pra eles, pelo fato de trabalharem o dia inteiro na agricultura chega a noite assim. Normalmente as reuniões são a noite. Eles não têm ânimo pra vir, né. Então né, acaba complicando um pouquinho nesse ponto. Eu acho que se eles fossem mais unidos, eles iam fazer bem mais. Aqui nós temos o ECITUR, associação dos empreendedores, cujo presidente é o Melo, o dono do restaurante. Ele tem alguns projetos dos empreendedores. Só que ele também conta com esse problema. Que não são todos os empreendedores que estão associados né? Porque assim, eles querem que os outros busquem as coisas pra eles. Se queixar que as coisas não estão vindo é fácil. Mas ir buscar, ir a luta, não são todos que fazem (DENISE, entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

Então, perguntamos sua opinião em relação aos produtos ofertados no Circuito Italiano e sua resposta foi no sentido de dizer que, para ela, faltava artesanato no Circuito. Imediatamente questionamos se havia artesãos em Colombo, e a resposta dela foi a seguinte:

Não, não são. Mas acontece que, assim, foi oferecido um curso pra que melhorasse. Foi feito um curso de empreendedorismo, curso de cozinha. Aí são parcerias com prefeitura, com SEBRAE, com SENAC, né. Então, várias entidades que oferecem gratuitamente. Caravanas técnicas pra que o pessoal conheça outros roteiros que possa ser melhorado aqui. Só que nas caravanas técnicas também a adesão dos empreendedores é muito pequena.

A intenção, na perspectiva de quem planeja o turismo, é a de homogeneizar o roteiro a partir de uma lógica de consumo, daquilo que pode ser ofertado no que diz respeito aos produtos. Assim, do ponto de vista dos planejadores, Denise está certa em reclamar a ausência do artesanato. A contradição está no ideal que esta atividade propõe enquanto alternativa ao desenvolvimento. Isso porque, teoricamente, o turismo alternativo ao turismo de massa, neste caso, o turismo rural, se caracteriza, dentre outras coisas, pela melhoria de condições de vida daqueles que estão inseridos no desenvolvimento do turismo a partir da venda de seus produtos, produzidos ali mesmo, na propriedade, daquilo que já é costumeiro para os envolvidos, que faz parte de sua cultura. Entretanto, a contradição está na tentativa de homogeneizar essa produção, de imprimir um novo tipo de produção, a partir de cursos previamente formatados em que a cultura local, quase nunca, é levada em consideração. Não é por acaso que os produtos vendidos em lugares onde o turismo em espaço rural se realiza giram em torno de geléias, queijos e

vinhos. Como se só a fabricação desses produtos, especificamente, fossem considerados culturais. Essa atribuição é dada a parceria que a Secretaria de Turismo em Colombo tem com o SEBRAE.

Nossa intenção foi mostrar que os aspectos culturais relacionados às práticas cotidianas, as quais envolvem o trato da lavoura, o tempo livre do trabalho aos domingos e a autonomia em relação a este tempo, se colocam, para os camponeses entrevistados, como elemento limitador de sua inserção no Circuito Turístico Italiano. De outro lado, o turismo, enquanto atividade econômica capitalista modifica o cotidiano camponês de maneira a interferir diretamente neste cotidiano. Se mais ou menos, isso vai depender, individualmente, da escolha da família camponesa e de suas eleições sobre o que é mais importante. O que podemos concluir, desde já, é que turismo e o campesinato não dialogam sem que um e outro modifiquem e sejam modificados nesta relação.

CAPÍTULO 3 – AGRICULTURA FAMILIAR, CAMPESINATO E TURISMO: IDEOLOGIAS, LIMITES E POSSIBILIDADES

Neste capítulo, faremos uma abordagem, em um sentido oposto ao que vínhamos discutindo, sobre alguns autores que defendem o desaparecimento do campesinato via processo inexorável de proletarização. Escolhemos a perspectiva de José Graziano da Silva, tendo em vista que, para este autor, a modernização do campo no Brasil acaba por se desdobrar no que ele defende como sendo um novo rural, e, a partir daí, nas atividades relacionadas aos lazeres, e, no turismo como atividade por excelência, no que diz respeito à prestação de serviços em atividades ligadas ao lazer, como uma das principais atividades que configuram este novo campo proposto pelo autor.

Aqui nos debruçamos sobre as tramas sociais que se manifestam no presente, decorrentes do desdobramento das relações entre turismo e campesinato, tendo em vista as contradições sociais históricas que se manifestam nesse presente, uma vez que essas contradições são também desencontros de tempos e, por isso, de possibilidades. Assim, nesta parte do trabalho tivemos como objetivo discutir o turismo que se realiza no campo tendo em vista o descompasso teórico, e ideológico, entre a agricultura familiar e o camponês. Observando que por trás dessa idéia está outra, a qual diz respeito a uma tentativa política de modernizar o campo e o camponês a partir de sua inserção no turismo desenvolvido em Colombo.

Assim, nesta parte do trabalho, nossa intenção foi no sentido de relacionar os três momentos da tese: o turismo desenvolvido em bases capitalistas, mesmo que realizado no campo, a (não) participação camponesa neste turismo e as transformações camponesas decorrentes de seu envolvimento com o turismo e o cativo da terra (agricultura) e da cultura camponesas, como aportes necessários e legitimadores do desenvolvimento do turismo no campo.

3.1. NOVO RURAL? A PERSPECTIVA DE JOSÉ GRAZIANO DA SILVA NA CONFORMAÇÃO DO NOVO RURAL

Antes de iniciarmos o debate sobre a contribuição de Graziano da Silva acerca do campo no Brasil, é necessário registrar que este autor desenvolve seu olhar a partir da economia, desconsiderando, portanto, os aspectos sociais decorrentes dessas ações, embora pontuadas por ele. Graziano da Silva, em seus primeiros trabalhos sobre o campo, teve como desafio inicial explicar a permanência da “produção camponesa”³⁸ a partir do que poderíamos chamar de uma visão clássica do marxismo, mais especificamente a concepção da acumulação originária que Marx expõe no capítulo XXIV de *O Capital*. Graziano da Silva está baseado na idéia de Marx de que o capital não é um acúmulo de instrumentos ou estoques de capital, mas é uma relação social. Essa relação social aparece como resultado da separação direta do produtor de seus meios de produção e pela contratação das terras e demais meios de produção em mãos privadas. Assim, terra e mão-de-obra se tornam mercadorias.

Segundo esta idéia, na agricultura capitalista, a terra é uma mercadoria usada para mediar o processo de trabalho e, portanto, as relações sociais. Nesta concepção, mesmo que as relações sociais não sejam capitalistas, o fato da terra ser uma mercadoria insere o trabalhador no capitalismo, na produção e no consumo de mercadorias. Nesta direção, surgem assim as duas classes sociais fundamentais do capitalismo: os capitalistas e os proletários (SOTO, 2002).

Graziano da Silva, apesar de fundamentar suas análises nas teorias marxistas, também incorpora idéias de outros autores quando julga necessário. Assim, segundo Soto (2002), a originalidade de Graziano da Silva está em adaptar essas teorias à realidade brasileira. A idéia de que o avanço do capitalismo não necessariamente leva a proletarização da pequena produção camponesa parece originar-se na análise clássica de Kautsky sobre a questão agrária. Como vimos, para Kautsky (1989), a tendência à concentração não leva à eliminação total da pequena produção, ao contrário, quando esta tendência é muito acentuada ela

³⁸ O termo produção camponesa recebe aspas porque Graziano defende a inexistência do camponato no Brasil. Para o autor, o camponês caminha em um processo lento de desaparecimento no país devido à própria lentidão do avanço do capitalismo, como veremos mais adiante.

provoca o movimento contrário gerando uma tendência ao fracionamento da produção.

Contudo, o reconhecimento da presença, importância e proliferação das pequenas propriedades não leva Graziano da Silva a abandonar a tese da proletarização. Ao contrário, Graziano da Silva constata que, no Brasil, a proletarização assume uma forma particular relacionada ao caráter insuficiente do desenvolvimento do capitalismo no campo. Graziano da Silva explica a subordinação da produção camponesa usando como aporte teórico a teoria de valor de Marx. Conforme a teoria marxista, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Como aponta Graziano da Silva (SILVA, 1980, 2003), na agricultura camponesa, o valor dos produtos é alto na medida em que também é alta a quantidade de trabalho incorporada às mercadorias produzidas que são justificadas pelo autor pela ausência de técnicas que possibilitem a elevação da produtividade do trabalho.

Para Graziano da Silva, a produção camponesa se realiza nas piores terras sem capacidade de estocagem, o que dificulta a venda de seus produtos na melhor época. Isso gera um problema cíclico, pois os desfavoráveis preços de seus produtos somados a impossibilidade de cobrir os custos de produção fazem parte de um processo de expropriação cujo resultado é o endividamento e a subsequente perda da propriedade. O autor vê, na proletarização e na migração para as fronteiras, as únicas saídas para o camponês (SILVA, 1980).

A influência de Lênin nas argumentações de Graziano da Silva também deve ser considerada, na medida em que, para este autor, o capitalismo, ao se desenvolver, cria seus próprios mercados a partir do aprofundamento da divisão do trabalho. E ainda, como desdobramento disto, o desenvolvimento do capitalismo implica na proletarização do campesinato e, portanto, na existência de um impasse entre a presença do campesinato e a acumulação capitalista. Graziano da Silva entende que o capitalismo pressupõe a existência de uma relação social entre duas classes: os capitalistas e os proletariados. Em suas análises, a exploração do trabalho gera a acumulação e a reprodução do capital. Nesta visão um tanto quanto ortodoxa, o futuro do campesinato é a proletarização. No entanto, Graziano da Silva

(SILVA, 1980) atribui a não proletarização dos camponeses no Brasil, dado que, o capitalismo no Brasil se desenvolve de maneira fraca.

O autor defende a destruição da produção camponesa a partir do desenvolvimento do capitalismo, mesmo entendendo que esta produção serve de suporte ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Assim, nas palavras do autor,

é preciso salientar que, embora parte do valor gerado pela produção camponesa seja incorporada por outros setores da economia, embora suas mercadorias tenham um papel importante na manutenção de um baixo custo de reprodução da força de trabalho e de um baixo preço das matérias primas, o capital precisa destruí-la. Essa tendência é inerente à produção capitalista, uma vez que acumular significa também aumentar o proletariado (SILVA, 1980, p.5).

Graziano da Silva (SILVA, 1980) defende a tese de que a produção camponesa se coloca como peça fundamental no processo de acumulação capitalista. O autor avança argumentando que a condição “atrasada” da produção camponesa permite à agricultura cumprir dois papéis que para ele são fundamentais: ofertar mão-de-obra abundante para a indústria e alimentos para as cidades a baixos custos³⁹.

A hipótese central que explica as análises de Graziano da Silva (SILVA, 1980) é que o atraso da agricultura é resultado da debilidade das transformações capitalistas decorrente da insuficiência do processo de modernização. Isso significa dizer que a permanência do campesinato pode ser explicada pela relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura, ou ainda, que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de modernização de maneira ampla e dinâmica.

O trabalho assalariado dá sustentação às análises de Graziano da Silva (SILVA, 1980) na medida em que, para ele, este trabalho representa um papel duplo: indica a presença de relações capitalistas no campo e é, ao mesmo tempo, expressão do avanço do capitalismo que se traduz na especialização do trabalho decorrente da divisão social do trabalho e do desenvolvimento do capitalismo, logo, na expropriação dos pequenos produtores agrícolas. Nesta direção, a passagem do

³⁹ É preciso destacar que o processo de industrialização no Brasil não conseguiu absorver toda a mão-de-obra que migrou do campo para a cidade. Isso gerou níveis enormes de desigualdade social cujo reflexo se dá ainda nos dias atuais.

trabalho assalariado temporário para trabalho assalariado permanente, sugerida pelo autor, é expressão da dinâmica do capitalismo no campo. Esta idéia sustenta sua tese da proletarianização do camponês.

A importância do trabalho familiar é reconhecida por Graziano da Silva. Contudo, para ele, a permanência de relações não-capitalistas no campo é explicada pela insuficiência do desenvolvimento do capitalismo no campo. Nesta direção, para o autor, o atraso da agricultura no Brasil não é derivado de pretensos restos feudais, mas da forma específica adotada pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Graziano da Silva (SILVA, 1982, p.127) define as pequenas unidades familiares como “o espaço onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores, contratados apenas em épocas determinadas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo) e com um nível muito baixo de tecnificação”. Para o autor, estas unidades não estão alheias ao mercado, pois de maneiras variadas elas estão inseridas neste mercado, seja na venda de produtos, submetidas aos complexos agroindustriais, seja na compra de insumos necessários à produção. É este vínculo com o mercado que possibilita a extração de excedentes dos camponeses. É preciso destacar que Graziano da Silva (SILVA, 1982) utiliza de maneira indistinta os conceitos de “pequenos produtores familiares”, “pequenas unidades familiares” e “camponeses”, como sinônimos.

A subordinação ao capital comercial a que se refere Graziano da Silva (SILVA, 1982) se torna o elemento explicativo do desenvolvimento lento e desigual das forças produtivas na agricultura brasileira. Para ele, essa subordinação tem um caráter reacionário porque impossibilitou o desenvolvimento das forças específicas do modo capitalista de produção⁴⁰. Graziano da Silva propõe o conceito de novo camponês que expressa a superação da visão de um campesinato isolado e afastado do mercado. Com essa idéia ele defende que o campesinato brasileiro não é absolutamente independente ou desconectado do mercado. Este novo conceito permite rejeitar a tese de origem chayanoviana na qual se concebe a idéia da

⁴⁰ Aqui, o autor se refere às formas clássicas capitalistas com um considerável grau de tecnificação e no trabalho assalariado como indicador exclusivo das relações sociais capitalistas (SILVA, 1982).

existência de um modo de produção camponês secundário, articulado ou subordinado ao modo de produção capitalista.

Graziano da Silva afirma que,

(...) tampouco entendemos a pequena produção como resquício de modos de produção anteriores ou de situações 'atrasadas e tradicionais', nem como mera recriação pelo capital de algo alheio, externo a ele. Essas abordagens ficam comprometidas com uma 'tendência inexorável da eliminação camponesa' à medida que o sistema capitalista se desenvolva na agricultura (SILVA, 1982, p. 131).

Para o autor, a pequena produção está inserida no sistema capitalista como parte integrante deste sistema. Mas isso não significa que exista uma lógica específica de reprodução camponesa, isso porque ela faz parte do movimento do capital que o recria. Para o autor, essa recriação implica em um trabalhador para o capital. Assim, o novo camponês, para Graziano da Silva (SILVA, 1982), é definido a partir de dois elementos fundamentais: a posse direta dos meios de produção e o trabalho familiar.

Graziano da Silva (SILVA, 2003) vê na modernização do camponês a única maneira de fazer com que ele se torne, ou proprietário direto de seus meios de produção, ou que sua produção seja passível de competitividade, e assim, reverter sua situação de pobreza. Segundo o autor, as estratégias possíveis para essa modernização, basicamente se desdobram em duas alternativas as quais, segundo ele, são: "a geração de "tecnologias adequadas" às condições das economias camponesas e a adequação das condições camponesas às tecnologias disponíveis" (SILVA, 2003, p. 167). Para o autor, a primeira alternativa estaria relacionada ao desenvolvimento da pesquisa e assistência técnica em condições específicas de cada sistema de produção campesina. A segunda alternativa, para Graziano da Silva (SILVA, 2003), estaria relacionada à elaboração de políticas de preços e de créditos subsidiados de maneira a tornar acessível ao camponês os meios de produção necessários para que este sujeito social incorpore as tecnologias disponíveis para o setor capitalista de produção (SILVA, 2003).

Contudo, esta idéia não se contrapõe à tese da proletarianização sustentada pelo autor. Isso porque a proletarianização ocorre apesar da posse dos trabalhadores

dos meios de produção. Essa é uma idéia que encontra eco nas teses de Lênin⁴¹. Para Graziano, a proletarização como conceito analítico assume amplos significados e não está restrita apenas à expropriação dos pequenos produtores familiares e sua conversão em assalariados sem terra. Antes, tratam-se do aumento de atividades auxiliares que os tornam assalariados temporários. Graziano da Silva entende a expropriação como “o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês” (SILVA, 1982, p.134).

Para Graziano da Silva, não há solução para o campo brasileiro que não passe pelo processo de modernização. Mas não somente isso. O autor reconhece que a utilização do trabalho assalariado se torna um critério insuficiente para distinguir e caracterizar a produção capitalista. Segundo ele, é necessário que os meios de produção funcionem como capital e, isso significa dizer, que o proprietário desses meios personifique o capital e se dedique integralmente à gerência do empreendimento. Assim, para que o camponês se torne capitalista, deve ter como finalidade imediata a obtenção do lucro e estar separado da produção direta⁴². Nas palavras do autor,

o processo de capitalização não envolve, assim, apenas alterações no “estoque disponível”, mas fundamentalmente significa uma mudança de classe social: o produtor camponês torna-se um (pequeno) capitalista. E enquanto capitalista ele precisa preencher as três condições fundamentais: a) guiar-se pela obtenção de uma taxa de lucro e, portanto, pela concorrência entre capitais; b) ter comando sobre trabalho alheio; c) estar desvinculado das atividades produtivas diretas (SILVA, 2003, p. 216).

Este modelo proposto por Graziano da Silva envolve, em outras palavras, o desaparecimento do camponês, tendo em vista que, para assumir tais características uma condição que se coloca como fundamental é que o camponês abra mão de suas próprias características, ou seja, daquilo que o torna e o define como camponês.

Nas análises de Graziano da Silva não há esperança de sobrevivência para o camponês, ele está mesmo condenado ao desaparecimento via processo de

⁴¹ Lênin argumenta que, na agricultura, o capitalismo se desenvolve com especial lentidão o que significa dizer que a posse da terra é concedida pelos próprios proprietários rurais, o que não exclui a possibilidade de sua proletarização.

⁴² Essa afirmativa de Graziano da Silva corrobora nossa hipótese de que o turismo só se realiza no campo em propriedades capitalistas, discutiremos este assunto um pouco mais à frente.

proletarização, a menos que este camponês passe a operar sob a lógica capitalista. Discutindo sobre a possibilidade de tecnologias alternativas, Graziano da Silva (SILVA, 2003), argumenta que essas técnicas, que levam em consideração os saberes camponeses, têm, em sua maioria, o objetivo de afastar o pequeno produtor dos mercados capitalistas de insumos ou produtos. Além de objetivarem, também, a redução dos fluxos financeiros da unidade camponesa com a finalidade de reduzir o excedente expropriado em nível de mercado. Para o autor, essas tecnologias chamadas alternativas, sobretudo aquelas que se baseiam na recuperação dos saberes camponês, vem sendo defendidas como estratégias de resistência à dominação capitalista por parte dos pequenos produtores que delas se utilizam (SILVA, 2003).

Para Graziano da Silva (SILVA, 2003), trata-se de um erro fundamental, já que essa abordagem não considera a produção e a reprodução da família enquanto unidade indivisível. Nas palavras do autor,

a inserção do camponês nos mercados capitalistas não se dá pelo aumento de suas compras, mas sim pelo aumento de suas vendas, ou seja, o pequeno produtor é, antes de ser camponês, um pobre que não consegue satisfazer as necessidades materiais de reproduzir (em um determinado nível social) a sua família. A proletarização (ou descamponização) pode ser entendida, pois, como a impossibilidade de reprodução desse conjunto – a unidade de produção familiar que é a marca fundamental da pequena produção. (...) É por isso que a inserção clássica da família camponesa nos mercados capitalistas não se faz apenas pelo mercado de insumos ou de produtos, mas também pelo mercado de trabalho. São os filhos e filhas, quando não os próprios pai e mãe, que buscam trabalho assalariado fora da unidade produtiva como forma de complementar a renda familiar e garantir assim, a sua própria reprodução (SILVA, 2003, p. 60).

Nesta direção, para o autor, o saber camponês, enquanto técnica de produção alternativa é insuficiente para mantê-lo na condição de camponês. O autor vai mais além ao afirmar que o uso de tais técnicas alternativas como estratégias de resistência estão ligadas basicamente, nas palavras de Graziano da Silva, “à impossibilidade de uma ação política concreta por parte dos camponeses” (SILVA, 2003, p.60). Em virtude dessa realidade, Graziano propõe, então, duas alternativas únicas para esta questão, são elas: a) adequar a tecnologia ou b) adequar o camponês. Para o autor, a primeira alternativa só é válida quando localizada e no curto prazo, por isso, ineficaz. Neste sentido, o autor propõe como opção real a adequação dos camponeses a partir do acesso aos pacotes tecnológicos oferecidos

pelo estado de maneira que esses camponeses estejam adequados e formatados a nova maneira de produzir (SILVA, 2003, p. 61). É a expressão da ideologia urbana de que nos fala Martins (1975), a partir da modernização no campo e do camponês. Nem que para isso seja preciso “adequá-lo” a um determinado padrão capitalista.

Mais recentemente, Graziano da Silva tem defendido o “*part-timer farmer*”⁴³ como novo ator social, como resultado das transformações do campo. O “*part-timer farmer*” tem como característica principal a combinação de atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, e aqui está o que nos interessa (turismo, atividades de lazer, conservação da natureza e seus desdobramentos). Essas atividades combinadas recebem o nome de pluriatividade.

O autor argumenta que a emergência da pluriatividade é decorrente da redução do tempo de trabalho necessário dos produtores familiares e trabalhadores autônomos devido à mecanização das atividades agrícolas e à automação das atividades de criação. Nos países desenvolvidos, outro elemento que explica a pluriatividade é a instalação no campo de indústrias que buscavam nesse espaço melhores condições de produção e de trabalho. Graziano ainda aponta outros fenômenos que estariam estimulando a pluriatividade, são eles: contratação de serviços externos das unidades produtivas como aluguel de máquinas e assistência técnica; especialização da produção; formação de redes entre agricultores; aumento de qualificação no meio rural com profissões técnicas próprias do meio urbano; melhoria da infra-estrutura urbana, social e de lazer (SILVA, 2003).

Ainda utilizando este mesmo autor, Graziano da Silva (2007) defende a idéia de que a partir dos anos 80 foi possível observar no meio rural brasileiro a emergência de uma nova conformação, a qual ele chamou de “novo rural”. Esse “novo rural” é composto basicamente, segundo o autor, de três grupos de atividades, são elas:

uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (SILVA, 2007, p. 1).

⁴³ Dessa idéia coadunam Ricardo Abramoway (1992), Schneider (2003) e Carneiro (1998).

Graziano da Silva argumenta que algumas dessas atividades já aconteciam corriqueiramente como parte de uma rotina daqueles que residiam no campo, a novidade consiste no novo sentido atribuído a essas atividades, o que explica a expressão “novo rural”. Essas atividades não tinham, até recentemente, importância econômica, pois tratavam-se, na perspectiva de Graziano da Silva, de atividades relacionadas a *hobbies* pessoais: atividades realizadas em fundo de quintais ou ainda, pequenos negócios agropecuários intensivos a exemplo da piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc. Mais uma vez chamando atenção para a modernização, Graziano da Silva aponta para o fato, como elemento de valorização de tais atividades, de que essa valorização partiu da integração de tais atividades a verdadeiras cadeias produtivas envolvendo, em sua maioria, não apenas serviços agroindustriais, mas, também, serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados no ramo da distribuição, comunicações e embalagens (SILVA, 2007).

Sobre a afirmativa do autor, é preciso considerar que em Colombo, no Circuito Italiano de Turismo Rural, os empreendimentos voltados para a criação de animais, como é o caso da RSR Chinchilas, embora esteja localizada no campo, inclusive estando inserido no circuito, trata-se de um empreendimento capitalista voltado para a exportação das peles dos animais. O turismo aí agregado, não tem peso no que diz respeito às possibilidades de auferir renda a partir dessa atividade, antes, de certa forma, é deixado de lado pelos proprietários do empreendimento. Ainda sobre as atividades acima apontadas pelo autor, ressaltamos que algumas delas não são consideradas *hobbies* pessoais, mas atividades econômicas, em sua maioria, principais de alguns camponeses. Podemos ilustrar o que estamos dizendo a partir da entrevista realizada com um pequeno agricultor de Boixininga, produtor de olericultura, que se mostrou bastante desanimado em relação à sua lavoura, mas que não tinha opção em termos de realizar outras atividades econômicas para além da agricultura. Embora tenhamos percebido que, de certa forma, não havia interesse em abandonar a agricultura e que se tratava ali de um pequeno desabafo em relação à falta de assistência e apoio governamental, segundo suas palavras (GENARO. Entrevista realizada, por SANTOS. T.M.B.B., em novembro de 2008).

Dando seqüência a nossa argumentação, Graziano da Silva segue suas análises apontando as atividades rurais não-agrícolas, as quais nos interessam mais de perto, como sendo derivadas de uma crescente urbanização do meio rural a exemplo do turismo, lazer e prestação de serviços. Assim, Graziano da Silva faz uma leitura do campo apontando para o fato de que o campo, na atualidade, detém um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, tais como: os neo rurais, formados por profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo; ao lado dos assentados e daqueles que o autor denomina como sendo os *sem-sem*, “sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram” (SILVA, 2007, p. 2).

Graziano da Silva parece negligenciar a realidade do campo brasileiro e as lutas que se travam em favor do acesso a terra e à vida. Ou ainda, poderíamos dizer que para ele, os *sem-sem*, os sujeitos sociais a que ele se refere, se colocam como entrave ao desenvolvimento, melhor dizendo, ao processo de modernização e urbanização no campo. Dando seqüência às argumentações do autor, sua explicação para tais mudanças no campo estão relacionadas ao que ele chama de “mercantilização do tempo livre” das famílias rurais, ou seja, nas palavras do autor,

do tempo em que os membros da família camponesa não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios domésticos) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc). A diferença é que esses bens que eram auto consumidos ou se constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda como uma outra mercadoria qualquer (SILVA, 2007, p. 2).

E ainda, para o autor, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Este processo é explicado pelo autor como sendo decorrente, e acelerado, pela queda da renda agrícola após a década de setenta e da queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. O que explica a crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais (SILVA, 2007).

É possível observar que a sugestão de Graziano diz respeito à conversão de algumas atividades, comumente realizadas pelas famílias de agricultores, relacionadas às práticas de lazer, ou consumo próprio (fabricação de geléias e doces), em mercadoria; na medida em que tais atividades poderiam ser consideradas, uma vez agregando-lhes valor, mercadorias para consumo turístico, por exemplo. É o que propala o agroturismo enquanto atividade turística alternativa de renda para pequenos agricultores. Vimos no primeiro capítulo, contudo, as dificuldades de implantação desta atividade para os camponeses. Outra observação sobre as considerações de Graziano da Silva diz respeito à maneira como ele passa a se referir aos camponeses. Estes são agora designados por ele como trabalhadores familiares. Embutido nessa idéia está outra idéia, a da formação da agricultura familiar como conceito político. É sobre este assunto que discutiremos abaixo.

3.2 ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Até aqui discutimos o campesinato a partir de duas vertentes que estão diretamente em oposição. Vimos que as análises de Graziano da Silva são construídas a partir de hipóteses opostas das que discutimos no capítulo anterior. Para Martins a expressão do campesinato no Brasil é definida a partir de relações não-capitalistas, embora essas relações sejam fruto do processo do desenvolvimento do capitalismo no país que as recria. No sentido inverso, Graziano da Silva, embora enxergue o campesinato também como relações não-capitalistas, entende que a existência dessas relações é resultado do desenvolvimento do capitalismo que, no Brasil, é fraco e, portanto, não deu conta de eliminar de vez com esses resíduos. Contudo, para ele a tendência do desenvolvimento é eliminar as relações sociais não mediadas pelo salário.

Martins entende que o capitalismo nos países como o Brasil se realiza pela coexistência de ritmos e tempos diferentes e, por isso, se nega a entendê-lo de forma separada e independente. Na visão de Graziano da Silva, há um determinismo histórico no sentido de anunciar a única trajetória do capitalismo no campo, qual seja, a generalização das relações sociais capitalistas e, portanto, o desaparecimento do campesinato. Para Graziano da Silva, a pluriatividade no campo

também é expressão deste desaparecimento do campesinato, seja pelas múltiplas atividades econômicas desenvolvidas no interior da propriedade para além da agricultura, seja pela urbanização do campo⁴⁴.

Outra questão importante em relação aos camponeses diz respeito à cultura. Para além das relações de produção, a cultura, enquanto modo de proceder, também se coloca como elemento determinante na reprodução do campesinato brasileiro. E ainda, embutida nesta idéia está o fato de que turismo e campesinato se encontram em temporalidades diferenciadas. Na mesma linha do que Martins argumenta sobre as relações sociais camponesas não capitalistas conviverem com as relações sociais capitalistas altamente desenvolvidas indicando temporalidades e ritmos diferentes, pensamos que turismo, nos moldes capitalistas, segundo sua própria lógica; e campesinato, também se encontram em temporalidades diferenciadas a partir de lógicas opostas. Este embate entre ritmos e tempos diferenciados dificulta o diálogo entre as partes envolvidas de maneira que a presença de um, o turismo, acaba por excluir o outro, o camponês. Vejamos o papel das políticas públicas de turismo e seu alcance em relação ao camponês.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo, sejam elas para o desenvolvimento das atividades agrícolas ou não-agrícolas, dirigem-se aos seus sujeitos definindo-os como agricultores familiares. Entendemos que esta designação seja um tanto quanto genérica demais a ponto de abranger, numa mesma perspectiva, a da agricultura realizada em bases familiares, pequenos, médios e grandes agricultores. Os critérios de diferenciação, se não estão voltados para o tamanho da propriedade, ou para a ausência dela, dirigem-se para a organização da produção gerando uma dificuldade de apreensão da realidade no campo e seus desdobramentos.

Os termos até então recorrentes para designação desses sujeitos sociais eram pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes, camponês. Nos textos acadêmicos, alguns ainda nos dias atuais, pautavam-se em referências a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir de modos de organização dos

⁴⁴ Essa idéia nos remete a outra a qual diz respeito ao debate sobre um Brasil mais urbano, segundo olhar de Graziano da Silva e José Eli da Veiga; e um Brasil que mantém conteúdos diferenciados apesar de formas homogêneas, nesta linha estão os autores influenciados por Lefebvre, Ana Fani Alessandri Carlos, Ariovaldo Umbelino de Souza, entre outros.

agricultores estadunidenses ou europeus. Segundo Neves (2007), esses eram diferenciados a partir de critérios relacionados à utilização da forma de trabalho e modo de gestão da produção social, em outras palavras, classificados como *family farm* ou reconhecidos pela *family farmer*, conforme a identificação do produtor segundo o tipo de unidade de produção. Todavia, segundo a autora, a partir da última década o termo agricultura familiar ganhou tal ordem de consagração que, para reconhecer a importância do fenômeno social e identificar os seus sujeitos, tornam-se necessários um esforço no sentido de interpretar os significados a eles associados (NEVES, 2007).

Para a autora, as designações, agricultura familiar e agricultor familiar, são parte de um jogo social em causa. Em suas palavras,

embalados pelo trabalho coletivo de criação de novas categorias de reconhecimento, diversos agentes se integraram ao campo de construção de problemas atribuídos à condição de pequeno produtor ou camponês. Para o positivo reconhecimento social pressuposto pela designação agricultor familiar, foram construídos ou reconstruídos quadros institucionais, cujas operações básicas orientavam outras formas de intervenção social, sob a modalidade assistência técnica e creditícia (NEVES, 2007, p. 212).

Assim, segundo Neves (2007), a partir do empenho em produzir novos significados sociais, e, sob modalidades das mais diversas, foram recrutados, através de constituições próprias, agentes intermediários, para elaboração de programas públicos voltados para os agricultores, dentre os quais podemos citar: cursos de formação profissional, recursos financeiros redistribuídos entre governos municipais e créditos de custeio e investimento econômico.

A autora está preocupada em entender o processo político em que se deu a construção da categoria profissional agricultor familiar bem como de respectivos quadros institucionais, que em suas palavras, “cujos agentes tiveram legitimidade para redefinir significados, assim marcadores dos sinais positivos que passaram a ser associados ao termo agricultura familiar” (NEVES, 2007, p. 212). A autora argumenta que um dos critérios que servem de diferenciação em relação a agricultura familiar e a agricultura empresarial é o uso do trabalho familiar em detrimento do uso de trabalho assalariado. Isso porque, segundo ela, independente da área de terras cultivadas e do grau de mecanização, o insumo básico de trabalho está fundamentado nos membros da família. Em contraponto a esta visão, estão as

grandes firmas de agroindústria e de propriedade de companhias as quais empregam centenas de trabalhadores assalariados (NEVES, 2007).

Temos a impressão, dada pela autora, de que se trata de uma expressão que não dá conta de alcançar toda a complexidade da realidade do campo no Brasil e que, além disso, trata-se de uma designação proveniente de modelos importados, distantes, portanto, de nossa realidade. Para tanto, a autora faz uso de uma pesquisa feita no início dos anos 90 de duas outras autoras⁴⁵, sobre um levantamento dos títulos constitutivos da bibliografia sobre produção familiar na agricultura brasileira. O levantamento reuniu 1.132 títulos e os termos que aparecem referindo-se a agricultura são: agricultor de subsistência ou baixa renda, camponeses, sitiantes, pequeno produtor e pequeno proprietário, ao lado dos termos de qualificação da dependência: colono, meeiro, parceiro, arrendatário ou, ainda, de apropriação provisória da terra, neste caso, o posseiro. A autora conclui, a partir daí, que, “no contexto nacional de produção acadêmica em torno das atividades agropecuárias e seus respectivos agentes não há referência ao uso do termo agricultura familiar” (NEVES, 2007, p. 221).

Este resultado aponta para o fato de que o termo agricultura familiar é importado dos campos acadêmicos, estadunidense e europeu, qualificados, sobretudo, pelas críticas elaboradas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria. A partir das argumentações da autora, podemos dizer que suas análises apontam para o fato de que por trás dessa designação estava a idéia de fazer valer o projeto de modernização e tecnificação do campo brasileiro de maneira a torná-lo capaz e competitivo em termos de produção agrícola. Para ilustrar o que estamos dizendo, nas palavras da autora, o termo foi assumido no Brasil,

tanto por pesquisadores de múltiplas disciplinas⁴⁶, como pela representação política dos trabalhadores rurais. Todos operaram nessa consagração classificatória, mas para fazer reconhecer a legitimidade e a modernidade dos objetivos da ação política de trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares, em busca de enquadramento profissional, de acesso a recursos creditícios e de assistência técnica, enfim, em tese

⁴⁵ Maria Helena Rocha Antuniassi e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (NEVES, 2007, p. 219).

⁴⁶ Sobre isso Marques nos alerta: “no campo intelectual, que constitui um espaço privilegiado para a produção do conhecimento crítico, é preciso enfrentar os embates em torno da produção do conhecimento, considerando a questão de para quem se destina o saber como fonte de poder” (MARQUES, 2008, p.53).

asseguradores da reprodução de modos de produzir sob orientação relativamente diversa da organização capitalista (NEVES, 2007, p. 222).

Nesta direção, a autora segue suas análises, a partir da utilização de vários outros textos e autores, enfatizando o caráter excludente e predatório desse processo de modernização agrícola, tendo como pressuposto, a dissociação dos interesses e modos arcaicos ligados à concentração fundiária e ao crescimento extensivo. Antes, valorizando aspectos de valorização do espaço rural, tanto do ponto de vista ambiental quanto social, objetivando, é claro, a melhoria de condições de vida da população brasileira. Estava em jogo, a adequação do produtor ao modelo então proposto pelas instituições governamentais de apoio⁴⁷ (NEVES, 2007).

Ainda sobre o caráter excludente desse modelo de modernização, a autora se utiliza de um artigo de José Eli da Veiga (1995) em que o autor propõe a construção de princípios metodológicos de critérios de estratificação segundo nível de renda e sistematiza a magnitude numérica de agricultores não-patronais⁴⁸, cuja construção social incipiente o leva a distribuí-los em A, B e C, este último segmento correspondendo a estabelecimentos mais pobres, os quais não fazem parte da agricultura familiar (NEVES, 2007). A autora segue argumentando que ao final do artigo desenvolvido por Veiga (1995), as letras A, B e C correspondem a categorias classificatórias construídas com a finalidade de caracterizar as diferenças nas condições de reprodução social do amplo segmento, elaboradas a partir de operações lógicas inerentes ao campo acadêmico. Assim, nas palavras de Neves,

foram diferenciadamente reconhecidos como integrantes da agricultura familiar: agricultores consolidados e agricultores em transição. Ao mesmo tempo, mensurava-se um grande contingente (40% de estabelecimentos) desprovido dos pressupostos produtivos para alcançar a posição, isto é, a franja periférica. Concomitantemente, reconhecia-se um patamar desejado, os agricultores consolidados, da mesma forma que (...) ascende a esta posição os agricultores profissionalizados.
(...) Assim, delimitada conceitual e empiricamente a agricultura familiar, o termo obteve imediato acordo consensual e impôs o deslocamento do uso de outras categorias como camponeses, produção familiar e pequena produção (NEVES, 2007, p.229).

⁴⁷ Nesta direção, obedecendo à orientação de Graziano da Silva acima no que diz respeito à adequação do camponês para acesso aos meios de produção (terra e recursos financeiros) e assistência técnica, tendo em vista o processo de modernização do campo brasileiro.

⁴⁸ Segundo a autora há uma oposição histórica da agricultura capitalista entre as formas familiar e patronal de produção agrícola, sendo que a primeira acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século (NEVES, 2007).

Para Neves (2007), o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante o apoio de instituições internacionais, mais especificamente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Para a autora, este termo se consagrou para dar “visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário (NEVES, 2007, p. 230). Nesta direção, conclui a autora que, “nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da pequena produção agrícola; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica” (NEVES, 2007, p. 230).

Assim, segundo Neves (2007), os termos, agricultura familiar e agricultores familiares, passaram a fazer parte obrigatória das disciplinas e cursos oferecidos pelas universidades brasileiras, bem como de instituições voltadas para a atualização profissional. As análises da autora caminham no sentido de pensar o termo agricultura familiar como um termo que não pode ser considerado, de maneira nenhuma, um estado, mas, ao contrário disso, como um projeto que se realiza no devir. Trata-se, para ela, de uma construção social de uma organização desejada, por isso, um emblema instituinte de representações sobre modos de organização da sociedade (NEVES, 2007).

Por trás do projeto de construção do termo agricultor familiar, articuladas às mudanças ocorridas no setor industrial e com a expansão dos setores do comércio e de serviços, encontra-se subjacente, a crença numa ampliação do consumo, sobretudo, na necessária capacidade do produtor de criar situações que o coloquem em novas situações de vantagens frente a padrões de competitividade. Isso porque, segundo Neves (2007), a atividade agrícola é apenas uma das formas de produção possíveis, articulando-se a diferentes serviços e à constituição de profissões não-agrícolas. Para a autora, esses investimentos acabam por exprimir a percepção de

que, caso os agricultores queiram permanecer nessa situação, eles devem, para tanto, incorporar práticas para além da agricultura. Assim, para Neves, estão em jogo diferentes expressões sobre de que maneira pode se manifestar a incorporação dos comportamentos constituídos para este contexto de organização social, desde que seja assumido em comum, a incorporação das técnicas estabelecidas e constituídas a partir de saberes empresariais. Assim, para a autora,

como esta amplitude só se torna possível pela associação entre sistemas produtivos e atividades comerciais, a pluricompetência requerida, é de se esperar, não é necessariamente atributo de um único membro da família, tal qual metaforizava o chefe da família camponês. Ela está constituída pela agregação de diversos *métiers*, de qualquer forma, organizados tendo em vista os constrangimentos e as alternativas do mercado (por exemplo: agricultura e hospedagem, agricultura e artesanato, agricultura e silvicultura, agricultura e agroindústria, agricultura e serviços, nos casos em que o modelo articulador ainda reafirma ou se legitima na atividade agrícola) (NEVES, 2007, p. 247).

A argumentação da autora explica o motivo pelo qual, em Colombo, por ocasião da implantação do Circuito Italiano de Turismo Rural não houve uma inventariação dos atrativos e ofertas turísticas bem como uma participação efetiva da população residente a fim de participarem do Circuito. Ao contrário, as entrevistas apontaram para o fato de que, o que realmente aconteceu, foi um convite da parte da secretaria de Turismo Municipal junto com a EMATER às propriedades que, de alguma maneira ou de outra, já ofertavam ou realizavam algum tipo de serviço que pudesse ser incluído no Circuito. Todos eles envolvidos com produção de uva e fabricação de vinhos, obedecendo ao formato padrão do turismo realizado em espaço rural. Para as demais propriedades, o simulacro.

Mesmo assim, dos cinqüenta e três empreendimentos inseridos no Circuito, tirando os atrativos naturais que somam um total de dezessete estabelecimentos, entre igrejas e parques, as vinícolas, que somam cinco e algumas poucas chácaras, duas, para ser mais exata; o restante constitui-se em empreendimentos capitalistas para promoção de lazer localizados no campo, desvinculados, portanto, da realização de produção de atividades agrícolas.

Para efeito de uma construção geral daquilo que poderia definir a agricultor como sendo familiar, Neves (2007) sugere que “a agricultura familiar corresponde a formas de organização de produção em que a família é ao mesmo tempo

proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas” (NEVES, 2007, p. 265). Para a autora, esta definição se coloca também como condição e acaba por imprimir especificidades à maneira de gerir o estabelecimento, cujas implicações dizem respeito: ao resgate a racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; à interferência na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores e, ainda, constrange os modos de inserção, tanto no mercado consumidor quanto no mercado produtor (NEVES, 2007).

Na mesma direção do que argumenta Neves, Bombardi (2003) defende a idéia de que a partir da década de 1990 o termo agricultura familiar foi introduzido no cenário político brasileiro em oposição ao conceito de camponês com a finalidade de designar a maneira como os agricultores estão inseridos no mercado. Segundo a autora, por trás desta mudança há uma tentativa de forjar um conceito a partir de uma classificação que leva em consideração o aspecto externo e mais visível no que diz respeito à maneira com os agricultores se relacionam com o mercado e com a sociedade. Bombardi (2003), em seu texto, reforça a idéia de que, a tentativa de enquadrar o camponês em um conceito mais abrangente diz respeito a um projeto maior de modernização do campo brasileiro, e, portanto, ideológico, que pretende o desaparecimento do camponês via processo inexorável de proletarização, desconsiderando as especificidades que tornam o camponês, camponês e sua reprodução no campo.

Assim, a autora, ao discutir as relações sociais que pautam os modos de vida camponeses acaba por desconstruir a idéia de um campesinato resistente e alheio aos processos de produção capitalistas. Antes, a partir da sujeição da terra camponesa ao capital, e, associado a essa idéia, seu modo de vida, Bombardi (2003) descortina o cunho político por trás do termo agricultura familiar de maneira a apontar na elaboração deste novo rural muito mais uma questão de desenvolvimento do próprio capitalismo do que uma inserção do camponês neste processo.

3.3 PLURIATIVIDADE, MULTIFUNCIONALIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA POSSIBILIDADE?

Tendo em vista a discussão realizada sobre o processo de modernização no campo brasileiro e suas implicações político-ideológicas para o campesinato levando em consideração que um de seus desdobramentos foi a construção de um agricultor formatado segundo padrões políticos, de maneira que esse agricultor pudesse corresponder à expectativa de modernização desse mesmo campo, daremos continuidade ao nosso debate, agora discutindo a questão da pluriatividade no campo envolvendo seus aspectos, também, políticos e ideológicos.

Embora a pluriatividade já seja tema de discussão nos Estados Unidos e Europa desde a década de 1960, no Brasil, ela só ganha peso a partir da década de 1990, com o desenvolvimento do turismo no campo e com o aparecimento de outras atividades não-agrícolas associadas, ou não, à agricultura. Importante considerar que o aparecimento dos temas, pluriatividade e multifuncionalidade, no centro do debate coincidem com o aparecimento do termo agricultura familiar para designar, o então, produtor agrícola. A partir daí, pluriatividade e multifuncionalidade passam a referir-se à agricultura familiar, reforçando o termo, já discutido, em toda sua amplitude e significados.

Já havíamos argumentado que uma das condições, do ponto de vista econômico, para o desenvolvimento do turismo como atividade alternativa para o pequeno produtor diz respeito à propriedade privada da terra. Podemos, agora, confirmar o que dissemos a partir da argumentação de Schneider (2003) sobre o tema. Segundo o autor, o estudo da pluriatividade se dá sob a ótica do trabalho familiar, “que se entende como a dimensão básica em torno da qual se organiza um determinado grupo social ligado por laços de parentesco e detentor de uma propriedade de terra em um espaço definido pelo rural” (SCHNEIDER, 2003, p. 80).

Schneider (2003) utiliza-se de Kautsky (1989) e Chayanov (1974) para fundamentar parte de suas idéias sobre a pluriatividade. Para Schneider (2003), a sobrevivência das pequenas propriedades camponesas está condicionada à possibilidade dessas propriedades assumirem uma função acessória e complementar à grande empresa, a qual exercerá seu pleno domínio no terreno da

produção agrícola. Para o autor, o aparecimento dessa função acessória estaria relacionado a pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de acompanhar o processo de modernização tecnológica, fatores, estes, que estariam restringindo suas capacidades de concorrência. Assim, a única alternativa estaria na possibilidade dessas propriedades desenvolverem atividades alternativas, complementares, ou, então, abandonar definitivamente o campo. A pluriatividade seria, assim, tanto a condição da não-proletarização do camponês, quanto a condição de sua permanência na terra (SCHNEIDER, 2003).

O autor segue suas anotações argumentando que uma segunda corrente de abordagens teóricas sobre a pluriatividade, ou, segundo o autor, o recurso a atividades não-agrícolas, caracteriza-se por interpretá-la como sendo uma fase de transição, pela qual passariam as categorias sociais de agricultores que, nas palavras do autor, “estariam imersos ou em processo de proletarização ou de passagem de um estágio comunitário (identificado como rural e agrícola) para outro societário (identificado como ambiente urbano e a industrialização)” (SCHNEIDER, 2003, p. 84). As duas correntes, entretanto, concordam com a idéia de que essas famílias de produtores agrícolas encontram-se em uma situação transitória, que tanto pode implicar em uma transformação completa de agricultores a proletários, quanto em uma passagem contínua e gradual, a qual se refere à noção do rural e urbano enquanto uma contigüidade. Assim, nas palavras do autor, “no primeiro caso, a agricultura em tempo parcial é entendida como uma forma residual e transitória de categoria social na agricultura, que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo tenderia a remover” (SCHNEIDER, 2003, p. 84).

As idéias de Schneider (2003) caminham na direção de que a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação de atividades que podem ocorrer dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que vêm ocupando o meio rural. O autor reconhece a impossibilidade de associar diretamente o termo pluriatividade com camponês ou pequeno produtor. Assim, para Schneider (2003), a unidade de análise adotada para observação sociológica pertinente ao estudo da pluriatividade é a família rural, entendida por ele como sendo

um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não-consanguíneos (adoção). (...) A separação analítica das unidades familiares em unidades de produção e grupos domésticos é particularmente operacional ao estudo de situações nas quais as famílias ou indivíduos recorrem às atividades não-agrícolas e à pluriatividade como estratégias ou mecanismos para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos, em geral traduzidos na busca de rendas mais altas ou trabalhos menos penosos que a atividade agrícola (SCHNEIDER, 2003, p. 107).

Cabe pensar se essas famílias rurais, a que se refere o autor, são camponesas. Tendo em vista que as atividades de lazer enquanto atividades pluriativas, já que são estas as atividades objeto de nossa investigação, operam em uma lógica diferente da lógica camponesa. Isso porque para realizar essas atividades, entendemos, que seja preciso apropriar-se de outra lógica, distante do conjunto de normas ou ética, que define a campesinidade, como já argumentamos. Ademais, a idéia de pluriatividade parece que veio selar a processo de modernização tecnológica enquanto projeto político ideológico, excluindo assim, o camponês das possibilidades de inserir-se nesse processo a partir de sua própria retórica.

Carneiro (1999), também defende a unidade familiar como categoria de observação para as análises da pluriatividade no campo. Segundo a autora, o estudo da pluriatividade implica na análise da incorporação das atividades não agrícolas à dinâmica da agricultura familiar. Isso porque em uma perspectiva relacional e holística, o significado das atividades não agrícolas deve ser buscado em relação à posição que elas ocupam no conjunto da economia familiar, levando em consideração as estratégias familiares para reprodução social tendo em vista o contexto sócio-econômico em que essas famílias estão inseridas (CARNEIRO, 1999).

Assim, para Carneiro (1999), a pluriatividade não é um fato positivo, um tipo, mas uma noção que designa um processo social plural, o que implica reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não agrícolas como sendo constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Nesta direção, a autora argumenta que o núcleo familiar é que dá sentido de orientação às relações sociais. Isso porque, nas palavras da autora,

ao mesmo tempo em que cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos, a família também supõe um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo recriar, valores num espaço de negociação e de tensões. Nesse sentido, o núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – mas sim como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas (CARNEIRO, 1999, p. 327).

A autora segue em suas análises argumentando que a unidade familiar uma vez considerada plástica e mutante, traz consigo a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais a ela imposta. Para a autora,

esses rearranjos que, não raro, dialogam com a tradição –rejeitando-a ou valorizando-a – não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente e, (...) também não são frutos de uma deliberação individual. Novos valores podem ser formulados ou antigos valores serem resgatados (como a revalorização da vida rural e da natureza ou como a noção de liberdade associada ao trabalho por conta própria, por exemplo) na busca de respostas e crises familiares (CARNEIRO, 1999, p. 327).

Concordamos com a autora sobre a capacidade e a criatividade que o camponês tem de se adaptar às situações mais diversas, contudo essas adaptações têm sempre em vista a reprodução social de sua família, mas em contrapartida, sem perder o foco sobre a importância da manutenção das relações sociais inerentes à família. Assim, a argumentação de Carneiro supracitada nos leva a pensar que ela se refere a outro grupo de agricultores os quais não são os camponeses. Isso porque a revalorização do rural e da natureza assume, para o camponês, o sentido de reprodução da vida. Essa revalorização a que a autora se refere parece estar relacionada aos múltiplos significados recentemente atribuídos a natureza e ao rural pensados a partir de uma vida urbana. Isso fica ainda mais claro na medida em que as argumentações da autora caminham na direção da conformação de um novo rural, ou de uma nova ruralidade (CARNEIRO, 1999).

E ainda, embora a autora seja enfática nas observações das tramas familiares para o entendimento da pluriatividade no campo, ela mesma afirma a importância do aspecto mercadológico de tais atividades não agrícolas para o entendimento do fenômeno em questão. Em suas palavras,

introduzimos, assim, um critério de classificação que associa uma performance econômica (sucesso ou insucesso em termos de produtividade) – mais impessoal, de aferição provida pelo mercado – e uma performance cultural – psicológica (graus diferenciados de bem estar) –

mais pessoal, de aferição provida por valores priorizados pelos indivíduos e famílias, ou ainda pelos valores locais e regionais (CARNEIRO, 1999, p. 338).

A autora divide os agricultores em três categorias de análise: 1) família agrícola de caráter empresarial, cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado; 2) família camponesa, cuja lógica da atividade agrícola não é dada, em termos de prioridade, pela busca de taxas de produtividade ou rentabilidade em relação ao mercado, antes, a família se impõe como valor em relação à produção; 3) família agrícola rurbana, a qual, não se orienta prioritariamente pelos padrões produtivistas, mas também se distingue da família camponesa, embora resgate alguns de seus valores e expresse um forte vínculo com a propriedade particular (CARNEIRO, 1999). Nas palavras da autora, “a pluriatividade é uma possibilidade que se apresenta para qualquer das categorias (acima citadas), mas sendo menos provável de ser exercida pelo chamado verdadeiro agricultor” (CARNEIRO, 1999, p. 341). Essa probabilidade menor de inserção do “verdadeiro agricultor” no desenvolvimento de atividades pluriativas, julgamos estar relacionada aos aspectos culturais, modo de vida, e econômicos, os quais, juntos, dificultam sua inserção no novo rural propalado pela autora.

Associado ao termo de pluriatividade está a idéia de multifuncionalidade. Esta idéia diz respeito ao fato de que a agricultura não mais existe como atividade produtiva como condição única e fundamental à produção e reprodução da estrutura familiar. Mas, a partir da configuração do novo rural, a agricultura surge como atividade com múltiplos significados e funções, para além da produção agrícola, a ela atribuídos, os quais, nas palavras de Maluf (2003), dizem respeito a: “a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos e da paisagem rural” (MALUF, 2003, p. 137).

Para este trabalho, nos interessa o item que diz respeito à manutenção do tecido social e cultural. Neste caso, defende Maluf (2003) que em virtude da diminuição da agricultura enquanto atividade produtiva e de sua importância econômica na reprodução da família, o motivo pelo qual ela ainda é realizada nas propriedades estaria relacionado à manutenção da identidade da família enquanto agricultores. Ou ainda, segundo o autor, à necessidade de preservar para fins fiscais

e previdenciários, o enquadramento enquanto agricultores. Nesta direção, a agricultura continuaria assumindo o principal critério para definição do agricultor enquanto agricultor agindo como elemento de inserção social dessas famílias e definindo os graus de sociabilidade (MALUF, 2003).

Tal afirmativa desloca a agricultura para uma posição de menor importância na reprodução da família camponesa, a qual atribui uma série de valores relacionados à terra e a agricultura, para além daqueles mencionados por Maluf acima, como já dissemos. E ainda, essa mudança de atividade produtiva que implica no abandono da agricultura para o desenvolvimento de outra atividade que seja mais lucrativa não é uma atitude típica do camponês, mas do capitalista. O camponês, ao contrário, insiste na agricultura, exatamente pelos desdobramentos que esta atividade tem para a vida dele.

A multifuncionalidade da agricultura contradiz a idéia de pluriatividade, embora as duas idéias se apresentem como complementares. Isso porque a multifuncionalidade reforça a importância da agricultura como atividade relacionada à construção da identidade do agricultor para manutenção de suas relações sociais. A pluriatividade defende a inserção de outras atividades econômicas (lazer) para além da agricultura tendo em vista que, segundo essa idéia, a agricultura não é mais uma atividade econômica lucrativa. A multifuncionalidade, por sua vez, confirma o que já discutimos sobre os significados atribuídos a agricultura e o peso que essa atividade tem para os camponeses, sobretudo como critério primeiro para definição de camponês enquanto camponês.

Além disso, essa idéia faz sentido na medida em que é aplicada às propriedades com maiores potenciais de capitais aplicados ao seu empreendimento e, conseqüentemente, maiores retornos financeiros provenientes destas atividades alternativas, para além da agricultura. A exemplo do que estamos falando, a esposa do proprietário da Vinícola do Dirceu, Regina, por ocasião de nossa visita, nos informou que, devido ao aumento das vendas dos vinhos e dos investimentos aplicados na produção de vinhos, tendo em vista a sua formação em empresa, e em decorrência disso, da possibilidade de ampliar seu mercado consumidor, eles já estavam se preparando para abandonar a agricultura. Além da produção de uva e fabricação de vinhos, eles produzem repolho o qual é vendido para o CEASA. Ela

referia-se à produção de outras lavouras para além da uva, desta ela não abre mão. E ainda, sobre o que acabamos de ilustrar, é válido para outros empreendimentos ligados ao Circuito. A Chácara É da Pam, também deixou de produzir morangos orgânicos para investir na prestação de serviços voltados para turistas, passou a trabalhar somente com restaurante. Na medida em que outras atividades econômicas vão sendo mais vantajosas, do ponto de vista financeiro, em relação à agricultura, esta última acaba por ser preterida em relação às demais atividades. Obviamente que esta conduta acaba por interferir na definição desses sujeitos enquanto camponeses. Embora eles tenham deixado a agricultura, produção de morangos, para dedicarem-se ao turismo, mesmo que os valores da família estejam ali presentes, é possível defini-los como camponeses? Esta é uma questão que deixaremos para investigar em outra oportunidade.

O outro item que nos interessa, é o que diz respeito à preservação dos recursos naturais. Nas análises de Maluf (2003), a preservação da natureza e dos recursos naturais estaria relacionada ao uso sustentável e ao confronto entre as práticas agrícolas e alguns aspectos da legislação ambiental vigente, reforçado pela forma de atuação dos órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA). Assim, o autor argumenta que seria preciso elaborar um enfoque de desenvolvimento sustentável rural adequado ao objetivo de promover a multifuncionalidade da agricultura familiar. O esforço estaria em estabelecer uma correlação entre o maior uso de agrotóxicos pelos agricultores e o menor tempo de trabalho que dispõem para sua própria propriedade, em função de sua necessidade em dedicar-se a outras atividades geradoras de renda.

Sobre a atuação do IBAMA, há um descompasso entre as práticas culturais de produção agrícola dos agricultores e aquilo que o IBAMA entende que seja a preservação dos recursos. Nesta direção, o tempo de repouso da terra entre uma plantação e outra, gera um mato que, para o agricultor, pode ser retirado sem maiores problemas no que diz respeito à conservação, já que se trata de uma terra cuja função é o plantio. Para o IBAMA, este mato é uma mata em regeneração, esse descompasso gera para o agricultor um impedimento de retirar a mata e usar a terra novamente (MALUF, 2003). Neste aspecto o turismo exerce uma interferência que achamos importante considerar e também se trata de um descompasso. Para o

agricultor, a agricultura não prejudica a natureza, uma vez que faz parte dela. Já o olhar do turista aponta para uma preservação que não corresponde às práticas produtivas, pois tendem a se direcionar ao paisagismo, à preservação dos recursos e da natureza, que para eles deve permanecer intocável, ou, contraditoriamente, impecavelmente limpo. Este descompasso entre olhares e práticas culturais e sociais diferenciadas nos remete ao que dissemos sobre a limpeza sugerida pela Secretaria de Turismo de Colombo à Vera, proprietária da Chácara de Produção de Morangos Naturais e Orgânicos. Para ela, a mata ao lado da estufa exerce uma função de controle das pragas em sua produção, para o turista, a mata é sujeira e deve ser retirada dali.

Por tudo o que dissemos, entendemos que a pluriatividade no campo se dirige a agricultura familiar, que atende ao formato pretendido pelos padrões de modernização tecnológica do campo, o qual também corrobora para a configuração deste novo rural. Nesta direção, essa possibilidade, ou seja, o desenvolvimento de outras atividades econômicas para além da agricultura, a exemplo do turismo, escapa ao camponês, a menos que ele abra mão de alguns valores, os quais chamamos de campesinidade, e passe a operar em uma lógica diferente da sua, a lógica do capital. De um lado, concordamos com os autores apresentados no texto sobre a configuração de um novo rural. Pudemos observar isso a partir de nossa visita a campo em Colombo. Mas, por outro lado, defendemos a idéia de que este novo rural se realiza às expensas do camponês. Vejamos por quê.

Ao visitar a cidade de Colombo, sobretudo enquanto nos dirigimos aos empreendimentos localizados no Circuito Turístico Italiano, foi possível observar que a paisagem é majoritariamente formada por pequenas produções de olericultura em muitas propriedades que não fazem, necessariamente, parte do circuito. Mesmo assim, essa paisagem permite ao turista a sensação de fuga da cidade e aproximação do campo, aqui visto como oposição no que diz respeito à vida corrida da cidade, embora essas propriedades não interessem o turista do ponto de vista da visitação e do consumo, elas compõem a paisagem dando um charme e uma sensação de campo, de rural.

Contudo, ao chegar nos empreendimentos, é possível observar, também, a presença forte da organização deles como simulacros. Nestes empreendimentos,

muitos deles organizados por neo-rurais, a exemplo dos restaurantes e pesque-pagues, a urbanidade e a limpeza estão muito presentes. Do ponto de vista do consumo, é o que o turista quer consumir. Mas do ponto de vista do rural, escapa à sua realidade.

3.4 O CATIVEIRO DA TERRA E DA CULTURA: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO RURAL NO BRASIL

As idéias de Graziano da Silva são incorporadas nas políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no campo. Nesta direção, recuperamos Bombardi (2003) para apontar, segundo a autora, a importância do grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) na disseminação do termo agricultura familiar e elaboração de políticas públicas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. E ainda, neste mesmo governo, assentada sobre esta idéia, outra, a qual diz respeito à configuração de um novo rural brasileiro cujo princípio é:

promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais (...) que compreendem pequenos e médios centros urbanos, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo não necessariamente agrícolas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. APUD. BOMBARDI, 2003, p. 14).

Bombardi (2003) segue argumentando que esta visão de agricultura familiar tem como pressuposto o fato de que existe um processo histórico linear de transformação do camponês para agricultor familiar; o qual, na condição de agricultor familiar e profundamente envolvido com o mercado, este sujeito estaria capacitado a desenvolver outras atividades para além da agricultura. Essa hipótese, contida na elaboração das políticas públicas, mencionada pela autora sustenta a idéia de um novo rural a partir do desenvolvimento de atividades econômicas para além da agricultura de fortes cunhos capitalistas.

O principal documento referente à implementação do turismo rural no campo brasileiro, "Turismo Rural: orientações básicas" (2008), já em sua introdução,

apresenta a idéia central na qual todo o documento está assentado: a conformação de um novo rural a partir de atividades econômicas relacionadas a serviços e lazeres para além da agricultura, tendo como justificativa principal para o deslocamento do cidadão ao campo a busca por um espaço em contradição a vida citadina a partir do referencial combinado entre natureza e cultura camponesa.

Nos dizeres de Lefebvre (2008), as novas raridades: o ar, o silêncio, a água, enfim, a própria natureza e tudo o que nela está contido; tornada escassez pelo desenvolvimento do capitalismo e, contraditoriamente, transformados em mercadoria pelo próprio capitalismo, são vendidos como mercadoria para consumo turístico. O campo, o verde, a paisagem. Mas não só isso. A natureza isolada não é suficiente para dar sentido a esse tipo específico de consumo e, portanto, gerar o deslocamento até o campo. A paisagem natural própria do campo só ganha sentido na medida em que a cultura, o modo de vida realizado neste espaço, estiver atrelado a essa paisagem. Assim, natureza e cultura; paisagem rural e ruralidade; terra e modo de vida camponesa, juntos, são as principais mercadorias para consumo turístico no campo. Se pensarmos que a política pública trabalha com a idéia, ideológica, portanto, de que o camponês desapareceu para dar lugar ao agricultor familiar, faz sentido, por esse viés, pensar que o camponês, segundo sua própria lógica, também faz parte das novas raridades, junto com a natureza. O camponês e seu modo de vida, portanto, podem ser, também, considerados, novas raridades.

A preocupação da política pública de turismo no campo gira em torno de dois pressupostos básicos: a manutenção da paisagem rural e a revalorização do modo de vida camponês. Importante lembrar que essa revalorização não está descolada do processo de modernização do campo, logo, de sua nova configuração a partir de atividades econômicas para além da agricultura. Ao contrário, a contradição está no fato de que, a despeito de ser uma política pública voltada para a melhoria de vida no campo, para a fixação do camponês no campo a partir do turismo, utilizando-se da imagem do camponês incluindo aqui a terra e a cultura camponesa; à medida que o documento avança, mais ênfase é dada a uma gestão de cunho capitalista para implementação deste modelo de turismo de maneira a escapar ao camponês a possibilidade de inserir-se neste processo. Vejamos por quê.

A despeito de tudo o que foi discutido até aqui sobre a desvalorização do campo no sentido de atribuir ao campo e aos seus sujeitos um lugar de atraso, contrário e resistente aos processos de modernização do Brasil e ao próprio camponês como sendo um sujeito em vias de desaparecimento via processo inexorável de proletarização, dentre outros aspectos a estes associados, a política pública para desenvolvimento do turismo no campo caminha, em um primeiro momento, no sentido inverso ao que, historicamente no Brasil, atribui-se ao campo. As orientações básicas para o desenvolvimento do turismo rural (2008) valorizam o campo e a cultura camponesa, a ponto de resgatar o termo “vida campesina” (2008, p. 20) já em desuso, desde que a escolha política pelo termo agricultor familiar substituiu o termo camponês em uma tentativa de retirar este último do cenário político brasileiro, como vimos em Neves (2007) e Bombardi (2003). Ainda sobre a valorização da cultura camponesa, o documento avança dando forte ênfase a essa cultura de tal maneira que o modo de vida camponês ganha peso e conotações diferenciadas das que historicamente recebeu em sua trajetória. Assim, ao tratar do resgate e promoção do patrimônio natural e cultural para promoção do turismo rural, o documento orienta:

contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os costumes, as festas, os “causos”, a gastronomia etc), e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e cultura (o artesanato, a música, a arquitetura etc) (TURISMO RURAL: ORIENTAÇÕES BÁSICAS, 2008, p. 20).

A valorização do camponês pelas políticas públicas de turismo rural é positiva não fosse o fato de que por trás desta idéia está outra, a qual diz respeito ao projeto de conformação de um novo rural brasileiro. Nesta direção, embora o modo de vida camponês seja revalorizado pela política pública como mercadoria para consumo turístico, há outro processo em jogo, o qual diz respeito à inexistência do camponês no cenário político brasileiro, ou ao seu desaparecimento; uma vez que este último deu lugar ao agricultor familiar ou empreendedor. Nesta direção, não há contradição, mas afirmativa, na medida em que para a política pública não há camponês no campo e sim agricultor familiar⁴⁹, este último, conformado e apto a desenvolver o turismo, enquanto atividade econômica capitalista, em sua propriedade. O que

⁴⁹ Importante considerar que os camponeses entrevistados não se reconhecem como camponeses, mas como agricultores familiares. Camponês, aqui, é encarado como categoria analítica acadêmica. Contudo, a importância está no fato de que, conceitualmente, eles são camponeses.

justifica a proposição política de atividades turísticas as mais diversas para além do agroturismo levando a conformação daquilo que, no mundo do turismo, é chamado de turismo em espaço rural, como já discutimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Como dissemos acima, associada à valorização da cultura está a valorização da paisagem, as quais, juntas, caminham na direção da formatação de um novo produto para consumo turístico, agora no campo. Assim, o termo “vida campesina”, conforme mencionado na política pública acima está carregado de sentido mercadológico na medida em que este modo de vida é transformado em mercadoria. E, também, carregado de sentido ideológico, na medida em que a política pública existe para atender as expectativas do camponês no que diz respeito à melhoria de vida. Quer dizer, do agricultor familiar.

Importante ressaltar que se na parte inicial do documento, em um primeiro momento, a paisagem rural e o modo de vida camponês são valorizados; em um segundo momento, o camponês dá lugar ao agricultor familiar, para, rapidamente, dar lugar, novamente, ao empreendedor, como gestor do, agora, empreendimento turístico localizado no campo tendo como base do negócio a paisagem rural e o modo de vida camponês já transformados em mercadoria para consumo turístico. O camponês, então, desaparece para dar lugar ao agricultor familiar e ao empreendedor, os quais, nesta altura, são apresentados como sinônimos. Assim, não só a terra se torna cativa, mas também a cultura, o modo de vida que nela se realiza. O turismo, neste momento, assume forte cunho mercadológico escapando ao camponês a possibilidade de inserir-se nele enquanto projeto de desenvolvimento no campo. Não porque o camponês seja incapaz de gerir sua propriedade nos moldes capitalistas de gestão, mas porque não querem participar do turismo, como foi mostrado. Porque se tratam de lógicas que se encontram em oposição direta. Ou ainda, como argumenta Bombardi (2003) sobre a integração dos camponeses a esse modelo de mercado, porque essa forma de gestão, esse modelo de turismo, “negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global” (BOMBARDI, 2003, p. 14).

Esse descompasso entre lógicas diferentes provenientes do processo de modernização, para citar um exemplo, é altamente conflituoso do ponto de vista do camponês. Neves (2007) já argumentava sobre as dificuldades de assimilar o volume burocrático imposto pelas políticas públicas de créditos, voltados para o campo, pelos camponeses do Rio de Janeiro. Para a grande maioria deles, os permanentes ajustes, e em decorrência disso, as freqüentes mudanças nos critérios das normas para beneficiamento das políticas, tornavam os camponeses inseguros e desconfiados em relação às muitas mudanças de normas. Na mesma direção, mas em seu sentido inverso, a condição para fazer parte das políticas públicas de fomento da agricultura era a formatação do agricultor familiar, de maneira que ele devesse ser padronizado pelo conjunto de normas, atitudes e papel, o qual passava a desempenhar. Nas palavras da autora,

a partir do corpo de regulamentações, os agentes que se afiliam ou se vêm afiliados a essa categoria socioprofissional passam a organizar um repertório lingüístico próprio e a associar determinadas formas de ação coletiva, organizadas e reconhecidas pelo Estado, porque referidas à criação de serviços e regulamentação de direitos. Pela ação emanada dessas instâncias institucionais, os agricultores familiares não só se constituem, como alcançam o reconhecimento de sua condição de ator coletivo; e também seu enquadramento através do consentimento frente a regras de afiliação e a procedimentos institucionais.

Concluindo, agricultores familiares são aqueles que se inscrevem em específicas configurações institucionais e que, em decorrência, alferem benefícios pelo investimento em sua própria institucionalização (por exemplo: prestígio social e sistema previdenciário) (NEVES⁵⁰, 2007, p. 251).

Nesta mesma direção, é possível observar o mesmo critério a partir de um ângulo diferente, a lista de normas necessárias para que uma propriedade seja incluída no Circuito Turístico Italiano em Colombo, acaba por se tornar um elemento dificultador para que o camponês se insira no circuito. A extensa burocracia a que o camponês precisa se submeter é, também, uma tentativa de padronizar as propriedades inseridas no circuito, seja a partir da elaboração do projeto, seja pela obediência aos critérios impostos ao produtor. Ou ainda, o modo de vida, a perda da autonomia sobre seu tempo e cuidados com a lavoura, se apresentaram como elementos impeditivos para que alguns camponeses se inserissem no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo.

⁵⁰ A autora está se referindo ao acesso de agricultores ao Pronaf.

Ora, o modo de vida camponês escapa à lógica capitalista. O turismo é uma atividade aos moldes capitalistas. Para que o camponês desenvolva esta atividade em sua propriedade seria necessária sua transformação de camponês para empresário capitalista. As próprias atividades a serem desenvolvidas nas propriedades relacionadas ao lazer pouco se aproximam das atividades corriqueiramente desenvolvidas por eles em suas propriedades. Ao contrário, são atividades de lazer desenvolvidas para os cidadãos pelos cidadãos, agora denominados de neo-rurais.

Contraditoriamente, o turismo no espaço rural, enquanto prática de lazer precisa da imagem do camponês para se realizar, mesmo que essa imagem seja dada a partir da proletarianização do camponês, que é contratado pelos empresários rurais para trabalhar nessas propriedades turísticas, vendendo não só sua força de trabalho como também sua imagem de camponês. Mesmo que essa imagem seja simulada. O modo de vida camponês não precisa ser real. O seu simulacro já é suficiente enquanto mercadoria para consumo turístico. Para ilustrar o que estamos dizendo, na Serra, município do Espírito Santo, uma propriedade que desenvolve turismo rural aluga à hora de sono na rede por \$2,00. O turista almoça na propriedade e dorme na rede. O turista não somente paga pelo almoço e pela hora de sono na rede depois do almoço, como paga pelo silêncio e ar puro enquanto dorme.

A participação do camponês no agronegócio, que é uma instituição capitalista, e não camponesa, legitima o turismo realizado no espaço rural. É como se o turismo realizado no espaço rural não seria turismo rural se não houvesse a presença do camponês, ou o simulacro dele, e sua cultura. O camponês e sua cultura se tornam partes da mercadoria 'campo'. Terra e camponês, o que inclui a sua cultura, se tornaram mercadoria. Não mais só a terra. Segundo a própria política pública, ao discutir as bases para o desenvolvimento do turismo rural afirma: "a atratividade do turismo rural reside, portanto, principalmente no modo de vida da população rural". (TURISMO RURAL: ORIENTAÇÕES BÁSICAS. 2008, p. 35). Na mesma direção, a Lei nº 15.143 de 2006 define as atividades turísticas, mais especificamente, as atividades de turismo rural na agricultura familiar no Estado do Paraná como segue abaixo:

Art. 1º - Fica definido como atividades de turismo rural na agricultura familiar (TRAF) todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade e produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (LEI Nº 15.143. em 31/05/2006).

A lei acima confirma a mercantilização do modo de vida camponês e vai mais longe no que diz respeito ao bem estar do turista em detrimento do bem estar de quem está ofertando o turismo, neste caso, o agricultor familiar. Este descompasso entre benefício para o residente e benefício para o turista é que dá ao turismo desenvolvido um caráter de atividade capitalista que beneficia a poucos.

O agronegócio se realiza as expensas do camponês, mas o turismo enquanto prática de lazer não. Isso porque a legitimidade dessa relação está no casamento entre a terra e a cultura nela contida: o tirar o leite da vaca, o andar a cavalo, etc. Neste caso, não é interessante que o camponês seja expulso da terra, mesmo que sua presença seja feita via proletarização. Mas isso não diminui o problema do acesso a terra e do lugar do camponês no campo. Trata-se de uma mudança da roupagem das velhas formas de concentração da terra, uma vez que a terra é valorizada quando da implementação da atividade turística no campo. Mas não somente a terra em si que é valorizada, mas a terra agregada da cultura camponesa, ambas transformadas em mercadoria. Assim, terra e cultura camponesas tornam-se cativas. E mais, embora o turismo que se realiza no campo tenha presença de camponês, esses camponeses, se de um lado modificam, ou até mesmo atrapalham, o desenvolvimento do turismo; de outro, são modificados por ele. De maneira geral, não há camponeses, por assim dizer, autênticos, no turismo desenvolvido em espaço rural, mas simulacros do campo e do camponês. Pois é um turismo de base capitalista realizado em um espaço rural capitalista.

3.5 O CATIVEIRO DA TERRA E DA CULTURA: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL EM COLOMBO/PR

Nesta parte final de nosso trabalho, tivemos como objetivo apresentar a maneira como turismo e campesinato se realizam no espaço rural no município de Colombo, concomitantemente, em uma mesma coexistência histórica, e os desdobramentos, bem como as implicações, de um e de outro para um e outro. Levando e, consideração a

complexidade e contradições dessa relação as quais estão assentadas em tempos históricos diferenciados no que diz respeito à lógica em que são operados. Nessa direção, discutiremos o descompasso histórico-temporal entre o turismo que se realiza no campo e a vida cotidiana que se realiza neste mesmo campo de maneira que a vida no campo fomenta o turismo que se realiza neste mesmo campo.

O turismo desenvolvido em Colombo é apresentado ao turista como um grande simulacro, de tal maneira que o turista parece acreditar, realmente, naquilo que lhes é apresentado. A cultura italiana de imigração, bem como a produção de uvas e fabricação de vinhos, é mercantilizada e reforçada pelo turismo, dando uma falsa impressão de que Colombo é só cultura italiana, o que não é verdade. Desta maneira, o planejamento do turismo opera assentado em um modelo previamente formatado, reproduzido, o qual exclui outras formas de participação que não sejam aquelas mencionadas acima. De outro lado, a resistência camponesa se dá em uma ação política, mesmo que não organizada, na medida em que não há participação camponesa no Circuito Italiano.

3.5.1 Efeitos da maquiagem no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo

As análises que se seguem são baseadas na excursão que fizemos a Colombo como parte de nosso trabalho de campo. Como já dissemos, os ônibus de excursão constituem os principais turistas que visitam Colombo. No mundo do turismo há uma discussão sobre a definição desse sujeito. Excurcionista seria aquele sujeito que realiza a visita em um dia, sem pernoite, e volta para sua residência. Turista seria aquele sujeito que pernoita no lugar. A diferença entre eles, contudo, fica no plano do pernoite. No entanto, segundo Cruz (2006), mais recentemente a Organização Mundial do Turismo (OMT) e organismos oficiais nacionais, como a Embratur, começam a admitir visitas com duração de um dia como sendo práticas turísticas. O que está em jogo por trás da banalização do conceito de turismo, segundo Cruz, “são as estratégias mercadológicas e de marketing que vêm os indivíduos como não mais que consumidores e o espaço como não mais que uma mercadoria” (CRUZ, 2006, p.203). Para a autora, os dois tipos de turistas supracitados se diferenciam na maneira como se apropriam do lugar. Talvez, poderíamos dizer que essa apropriação se dá pelo modelo de turismo proposto e não, necessariamente, pelo turista. No entanto, concordamos com Cruz quando argumenta que “se o turista, de um modo geral, já é alguém que tem uma

relação efêmera com o lugar, a relação do turista de um dia com o lugar visitado tende a ser ainda mais fugaz” (CRUZ, 2006, p.203). Nesta direção, consideramos os dois tipos como sendo turistas, tendo em vista que o comportamento dos dois, no que diz respeito ao consumo, do/no espaço, não varia muito.

No primeiro contato que tivemos com a guia de turismo que nos levou até Colombo; Denise, já se apresentou aos turistas como guia turística, residente de Colombo e descendente de italianos. É emblemático que, depois do grupo se apresentar uns aos outros, a guia tenha pedido que levantasse a mão quem fosse descendente de italiano. E, de fato, houve certo orgulho contido naqueles que eram descendentes; poucos, ali presentes. No percurso até a entrada do município de Colombo, várias piadas de italianos foram, aos poucos, sendo contadas para os turistas. A maioria apresentadas como histórias de sua própria família, que fazia questão de referir-se aos seus avôs como Nonnos, ou às suas avós, como Nonnas. Referir-se aos avôs em Colombo como Nonnos ou Nonnas revela uma questão de identidade, e, também, de certo orgulho, já que os Nonnos são considerados os pioneiros na formação da cidade de Colombo, além de estabelecer uma diferenciação social no que diz respeito à origem, italiana. Além disso, como não poderia deixar de ser, a expressão é também mercantilizada, como é possível observar na foto tirada de dentro do ônibus por ocasião da excursão (foto 20).

À medida em que íamos nos aproximando de Colombo, a guia foi contando a história da imigração italiana no município, sempre reforçando o caráter trabalhador e os valores morais relacionados à família. Importante considerar que a guia fazia questão de dizer que a terra não foi concedida, mas, como o foi de maneira geral sobre a colonização no Brasil, paga. O relato da guia era, propositadamente, alternado entre um português coloquial e um italiano, que segundo ela, era gramatical; como podemos ver no relato abaixo:

Então nossa cidade se chama Colombo por causa do descobridor das Américas Cristóvão Colombo. Porque para os italianos que aqui chegaram o Cristóvão Colombo foi um herói. Eles estavam na Itália morrendo de fome. De repente apareceu um pessoal lá dizendo que aqui eles iam ser tudo rico, tudo patrão. E eles acreditaram. Largaram suas terras no Veneto e vieram com um barco a vapor até aqui. Então quando eles chegaram a primeira idéia era colocar o nome da colônia de Cristóforo Colombo. Se não fosse o Cristóvão Colombo eles não tinham perspectiva de melhoria de vida. Só que chegaram e o primeiro nome da nossa cidade foi colônia Alfredo Chaves.



Foto 20: Supermercado da Nonna.
 Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Depois mudou pra Capivari. Depois se anexou a Curitiba virou Curitiba e depois voltou a ser Colombo. Colombo em italiano significa pombo. Tanto é que, lembra na páscoa, não tem a colomba pascoal? Né? Que é o símbolo da páscoa, uma pomba. Então Colombo significa pombo. Mas a razão da cidade ser esse, ter esse nome é por causa do descobridor das Américas. Meu Nono me dizia que pra vim bora eles diziam assim né: (fala em italiano). Ou seja, nós trabalhadores italianos, muito contentes estamos indo pra Brasil. E vocês, senhores da Itália que peguem na enxada se quiserem comer! Porque o problema na Itália nessa época primeiro, a terra, tinha poucas terras férteis. E essas terras estavam nas mãos de poucas pessoas que tinham muita terra. Então na verdade eles tinham de trabalhar de patrão, tanto é que pro italiano, trabalhar de empregado era um, era um castigo, uma humilhação. Porque eles achavam que pra eles ser rico eles tinham que ser patrão. Tanto é que eles diziam: (em italiano) Tuto rico, tuto patron! A gente brinca nos teatrinhos que a gente faz né, e eles diziam que aqui salame dava em árvore. Daí um dos italianos disse: (em italiano) Ma veja aquela árvore de salame, aquilo lê é banana, amarelo! Sou italiana. Agora sim, porque meu marido é brasileiro e ele não. Ele está fazendo curso agora. Porque ele ainda está com dificuldade, então a gente parou de falar um pouquinho em italiano. Ele tá entendendo algumas palavras, mas não se fala direto, por causa dele. Mas agora, aí ele tá aprendendo porque o ano que vem a gente vai ter filho e tem que ensinar a falar italiano também. Porque lá em casa todo mundo fala italiano. Moro em Colombo. Metade dos imigrantes vieram pra Colombo e metade foi pra Santa Felicidade, que recebeu as terras da Felicidade Borges que era uma senhora que morava lá em Santa Felicidade e vendeu pra eles. No caso dos nossos, cento e oitenta e duas pessoas que receberam essas terras do governo brasileiro. Porém eles não ganharam, eles tiveram que pagar pelas terras. Foi uma frustração a princípio porque a terra, com muito calcário, não produzia tudo que eles pensavam que produziram né? E na verdade deram

pra eles aí um machado e vai pro mato que lá é a casa de vocês. Os coitado tiveram que ralar um monte, mas perseveraram e estão aqui até hoje né cento e trinta e dois anos depois da chegada dos primeiros imigrantes italianos. Quando eles chegaram aqui. Eles ficaram numa casa chamada barracão dos imigrantes, uma casa de madeira do tamanho 10 x 10 que tinha um quarto masculino e um quarto feminino. Quando cada um foi pra sua casa, esse barracão foi demolido e feito uma pequena igreja de madeira, onde eles se reuniam pra rezar (DENISE. Entrevista realizada por, SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

A história da colonização de Colombo era misturada com piadas e histórias de sua própria família, em uma tentativa de legitimar seu trabalho. Ou ainda, de legitimar o próprio Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. A visita a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, nossa primeira parada, também foi antecedida pela história de sua construção, feita pelos homens, mulheres e crianças italianas. A igreja (foto 21) fica na sede da cidade de Colombo e, como é caminho para a gruta do Bacaetava, ponto de visitação obrigatório pelos turistas, e iria fechar após a realização da missa, foi visitada primeiro. Da igreja é possível visualizar o centro de Colombo bem como a área rural.

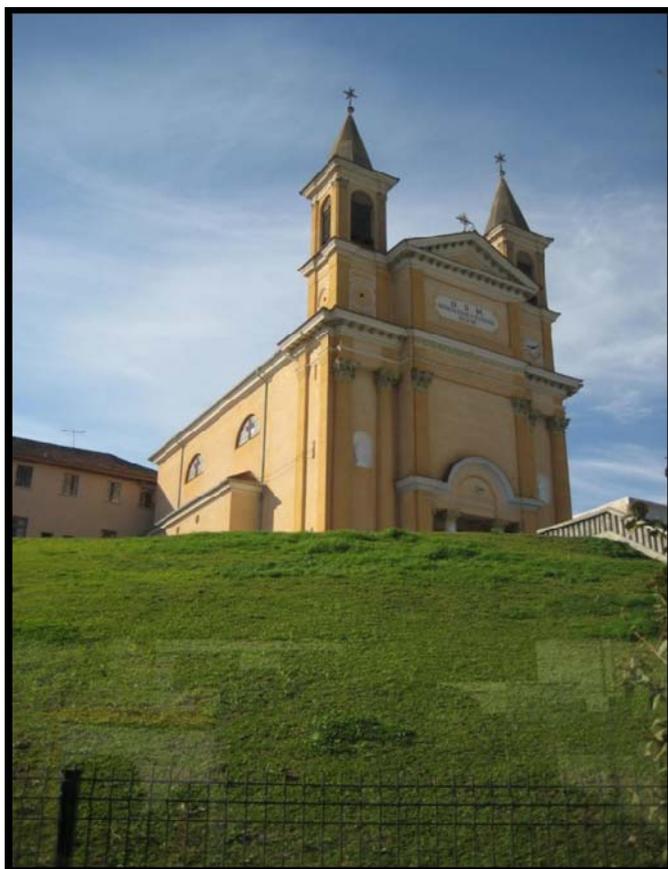


Foto 21: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário em Colombo.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Ao sairmos da igreja em direção à gruta do Bacaetava, à medida que entrávamos na área rural da cidade de Colombo, o discurso da guia foi direcionando cada vez mais o olhar do turista para as produções agrícolas de olerícolas no percurso até a gruta. Não é por acaso que a gruta do Bacaetava é o primeiro ponto a ser visitado por ocasião da excursão, além de ser considerado ponto de visita obrigatório no Circuito Italiano, como já afirmou Denise. Isso porque, no percurso até a gruta, a paisagem composta pelas casas dos agricultores, bem como de suas lavouras, legitimam o turismo ali realizado como sendo em espaço rural.

Não é demais lembrar que a paisagem não se apresenta como uma simples imagem. Isso porque, segundo a contribuição de Carlos (2008) a paisagem é a expressão de uma relação social real, não apenas como produto da história, mas, sobretudo, como agente reprodutor da história a qual envolve a vida cotidiana e a concepção que o homem tem desta vida: morar, habitar, trabalhar, comer, beber e tudo o mais que envolve a vida. Ainda, para Carlos (2008), a paisagem, este instantâneo que se apresenta aos olhos do pesquisador, poderíamos dizer aqui, dos turistas; não é estático, mas preche de movimento, de vida. Nas palavras da autora,

de uma vida rica de relações que o homem, o indivíduo, mantém dia após dia para se reproduzir como ser humano, membro de uma sociedade e como espécie.

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica; existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo trabalho considerado como atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos etc (CARLOS, 2008, p. 48).

Este descompasso em relação à vida que se realiza na área rural de Colombo e sua apreensão pelo turismo, passa despercebida pelos camponeses, tendo em vista que, para eles, não interessa receber turistas em suas propriedades. No entanto, parte de sua vida, trabalho e casa, são apreendidos pelo olhar do turista, que vêem na paisagem imediata, mesmo que no bojo desta relação esteja o efêmero e o fugaz, afinal é de dentro do ônibus que tudo isso é visto pelos turistas; aquilo pelo qual eles pagaram: o espaço rural. Vejamos a fala da guia de turismo:

E a partir de agora pessoal, nós estamos entrando na área rural da cidade de Colombo. Colombo e São José dos Pinhais juntos são responsáveis por

toda produção de hortaliças de Curitiba e região. Então nós dizemos assim, que nós somos os maiores produtores de hortaliças. Só que às vezes Colombo ganha na alface, São José ganha no almeirão, entendeu, então eles sempre estão juntos ali. Mas Colombo e São José dos Pinhais são os maiores produtores de hortaliças da região metropolitana. Daqui a pouquinho vocês vão poder observar que a nossa área rural é bem rica as casas da área rural são casas grandes né, então, e o pessoal que trabalha aqui todos com agricultura. As casas deles são assim (apontando para um casarão) bem basiquinho. São bem pobres os plantadores de alface! Aqui em Colombo tem os dois termos, ou tem os caras muito rico ou os bem pobres que é quem trabalha para as indústrias de cal (DENISE. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

Importante considerar que as propriedades apontadas pela guia não estão inseridas no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, como já dissemos acima. Algumas delas, inclusive, foram visitadas por nós para realização de nossas entrevistas. No entanto, elas fazem parte do CITUR de maneira a legitimar Colombo como espaço rural, para além de uma cidade de colonização italiana e, constituem, de igual maneira, os atrativos turísticos do Circuito. (fotos 22, 23 e 24)



Foto 22: Casa de agricultor no percurso até a gruta Bacaetava.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Moreira (2005) argumenta que, nos dias de hoje, a natureza é concebida como rural a partir de sua localização territorial e potencialidades ecossistêmicas, e ainda, que é uma realização cultural na medida em que os valores que se concebem como rurais são realizações da cultura hegemônica formada nos centros de

decisões que constrói um outro não-hegemônico, neste caso, o rural e o agrícola, sob seu domínio. Para Moreira (2005), o rural que desaparece é o rural da consolidação da modernidade burguesa, a qual dá lugar à formação de um novo rural, da pós-modernidade para alguns, da alta modernidade para outros. Acrescentaríamos que, talvez, sem modernidade nenhuma para outros ainda. Até chegar à gruta, todo o percurso é constituído de produções de olerícolas.



Foto 23: Olericultura no percurso da gruta Bacaetava vista do ônibus.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.



Foto 24: Olericultura no percurso até a gruta do Bacaetava.
 Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Essa paisagem que representa a vida para alguns e o consumo para outros, traz consigo uma série de contradições e embates em relação aos significados que esta mesma paisagem tem para uns, os camponeses; e para outros, os turistas. Para os camponeses, a representação da vida. Para os turistas, o consumo.

A guia segue apontando as lavouras e as casas dos agricultores como atrativos turísticos da cidade. Em suas próprias palavras:

Aqui vocês vão ver a partir de agora, Colombo já foi considerada a capital da uva aqui do Paraná, então vocês vão ver bastante parreiral. Agora as parreiras estão dormindo. No inverno elas dormem então dá impressão que elas estão secas, mas na verdade elas estão dormindo. Vão ver também bastante hortaliças. Colombo é o maior produtor de couve-flor do sul do Brasil. (..) Então ó pessoal, casa dos agricultores. Pessoal estão vendo lá em cima, outra plantação típica de Colombo. Ali antigamente era parreiral e depois de uma peste chamada pérola da terra nós perdemos alguns parreirais e no lugar foi plantado chuchu. Chuchu é muito bom porque tem vitamina a,b e c, água, bagaço e casca, né? Olha lá, lá em cima chuchu, está vendo? Pessoal o nosso chuchu é vendido para o Rio Grande do Sul e lá é feito doces industrializados. Sabe marron glacê e geléia da cica? 1kg de goiaba e 10 de chuchu, fica bem bom. Economiza água e aumenta a fruta ainda. Lá em cima pessoal nós temos o morro da cruz, tem uma cruz lá em cima. Aqui o bairro da serrinha, onde estão as propriedades hidropônicas onde as alfaces são cultivadas na água. Então tem uma, tipo de uma cesta que fica quinze minutos com água e quinze minutos sem água. Aqui a esquerda vocês vão poder ver uma propriedade (DENISE. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

Há um interesse da parte da Secretaria de Turismo em fazer com que os camponeses voltem a produzir uvas. Essa produção implicaria no fomento da atividade turística em Colombo, primeiro porque a produção de uva e a fabricação do vinho são por si mesmas, um atrativo turístico com alto potencial de atratividade, além de obedecerem a lógica do turismo realizado em espaço rural enquanto principais atrativos, senão únicos. E, segundo, porque a configuração da paisagem por conta dos parreirais de uva durante o percurso do ônibus pelo roteiro turístico em época de safra fomentaria, ainda mais, o turismo ali desenvolvido. Essa vontade da Secretaria, no entanto, esbarra na vontade e na autonomia que os camponeses têm em relação àquilo que eles querem produzir (foto 25). Outra vez os interesses diferenciados entre aquilo que os camponeses querem, ou não, fazer, e aquilo que a Secretaria deseja que eles façam se mostra presente. Nas palavras de Denise:

A gente está com uma dificuldade, o pessoal está com uma dificuldade de fazer os produtores que estão cultivando chuchu a voltarem a produzir uva. Que o objetivo é esse. Só que o chuchu não precisa de cuidado, plantou e colheu já está vendido e a uva tem todo um processo de poda. É uma vez por ano, então eles estão. [Denise é interrompida por algum turista] (DENISE. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).



Foto 25: Produção de chuchu localizado no roteiro turístico em Colombo.
Autor: SANTOS, T.M.B.B em agosto de 2009.

Embora a gruta não tenha nenhuma história que possa ser associada à imigração italiana, ao contrário, seu nome é indígena e refere-se aos primeiros

habitantes de Colombo, rapidamente desconsiderados; ao chegar à gruta, os turistas são encaminhados a uma sala para assistir um vídeo de, cerca de, dez minutos, em que a história da cidade de Colombo, bem como a história do Circuito Italiano de Turismo Rural é contada sob a ótica da colonização italiana. Abaixo, segue o conteúdo do vídeo:

Em Colombo, berço da imigração italiana no Paraná, reluzia há sete anos uma idéia revolucionária no campo. Para aumentar a renda das pequenas propriedades rurais, fortalecer a tradição e manter viva a cultura dos primeiros imigrantes a terra de todas as gentes, nascia o Circuito Italiano de Turismo Rural. A idéia de ter o contato direto com a história, as belezas naturais e o meio ambiente em perfeito equilíbrio e o povo gentil e hospitaleiro, atraiu gente de todos os cantos do país que se maravilharam com pessoas alegres e que demonstram o orgulho dos antepassados que plantaram aqui a cento e trinta anos a semente da esperança. No labutar diário de plantar e colher com orgulho os melhores frutos da abençoada terra. O Circuito Italiano de Turismo Rural que é pioneiro no estado, nossos empreendedores vendem muito mais que seus produtos cuidadosamente preparados. A dádiva divina cabe nos sonhos do visitante. Aqui o turista se envolve e vivencia o desafio dos que mantêm firmes o propósito de cultuar a história, conhecem a vida sadia em comunidade, lembram a fartura e a alegria que jorra dos sagrados e profundos tonéis em forma de vinho, o néctar dos deuses. Nossa juventude aprende o valor de uma perfeita alegria trazida pelos Nonos logo a parte da canção, deixar o corpo levemente bailar. O reviver da cultura é a motivação diária para todos aqueles que, como tantos, não querem deixar no esquecimento os gestos dos primeiros que aqui chegaram. Na maior colônia italiana do Paraná, tradição é coisa séria. Como uma profissão de fé, cada gesto é passado às novas gerações principalmente (?). Cada detalhe passado torna-se uma homenagem àqueles que construíram a qualidade de vida na tão sonhada vila. Colombo é uma história de belos contos, onde a natureza pulsa o ritmo da inspiração artística da terra mãe. Música alegre e a beleza da dança com o passado. O conto das antigas tradições e a inabalável fé cristã. O momento em Colombo é o de colher os frutos da esperança, são os frutos da semente de um sonho (texto do vídeo para divulgação do Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. Agosto de 2009).

É possível observar, já no início do texto apresentado, que o objetivo primeiro do turismo desenvolvido ali, em Colombo, foi o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais. Além desse, o fortalecimento da tradição, bem como a revalorização da cultura de imigração italiana. Porém, é possível perceber que, não há pequenos produtores agrícolas inseridos no Circuito e o que se vê em relação à tradição e cultura de imigração italiana é sua forte mercantilização. É razoável, portanto, que o Circuito Italiano de Turismo Rural tenha dois critérios, além daqueles já mencionados, importantes para que alguma propriedade seja nele incluída: segundo Denise, é preciso ser descendente de italianos, não obrigatoriamente de familiares em Colombo; ou rural; isso significa que para inserir a propriedade no Circuito é necessário que ela tenha algo relacionado ao rural, mesmo que a partir de

simulacros, como é o caso dos restaurantes e demais atrativos inseridos no Circuito, para além das vinícolas e chácaras de produção orgânica de morangos.

Ao sairmos da gruta, a guia nos levou para o Pesque-pague e Colhe-pague Gasparin. Como já dissemos, trata-se de uma propriedade com uma área livre suficiente para a realização de churrascos e almoços. A propriedade ainda tem um lago para pesque-pague e uma horta para turistas que queiram realizar a experiência de colher as verduras ali mesmo no chão. A passagem por este ponto turístico é estratégica. Segundo a guia, “a gruta e o colhe-pague, quase todos passam por ele. A maioria das pessoas que vem pra cá querem levar as hortaliças pelo fato de ver bastante hortaliças ao redor. Ai, queria levar um pé de alface. Então a gente acaba passando no Gasparin colhe-pague também” (DENISE. Entrevista realizada, por Santos, T.M.B.B., em agosto de 2009). Trata-se da única propriedade no Circuito Turístico que oferece aos turistas a possibilidade de comprar, e colher, verduras frescas em sua própria horta. Esta horta foi construída para os turistas de tal maneira que foi deixado um espaço para eles andarem no entorno da horta sem, contudo, pisarem na lavoura (foto 26).



Foto 26: Turistas caminhando no entorno da horta.
Autor: SANTOS, T.M.B.B em agosto de 2009.

Nesta propriedade existem dois funcionários que trabalham apenas aos domingos, os quais ficam responsáveis pela colheita das verduras, fornecimento das varas de pesca e atendimento, nesse sentido, aos turistas. Perguntamos a seu José se era ele quem cuidava da lavoura da propriedade. Ele nos respondeu que durante a semana ele trabalhava na indústria de cal e que aos domingos trabalhava ali, no colhe-pague, para aumentar um pouco mais a sua renda. Perguntamos a ele se ele mesmo tinha sua própria lavoura. Ao que ele nos respondeu:

Eu trabalhava, mas você não pode queimar uma roça, não pode fazer nada mais. Acabou tudo né? Eu plantava bastante roça. Criava porco galinha e tudo, agora não dá mais né? Você vai roçar capoeira, não pode queimar. Queimar leva um prejuízo longo, então o cara tinha pra trabalhar? Uma vez não dava imposto o cara podia fazer o que queria. Cortava a lenha a cana toda e agora não pode mais. Porque as turma tão tudo indo pra cidade e não tão nos mato? Deve ser disso né, não dá pra trabalhar mais, né? Uma vez era bom pra viver né? O cara vivia, tinha de tudo um pouco, criava galinha e porco. Hoje pra criar galinha e porco tem que pagar imposto! [risadas!] (JOSÉ. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

A fala de seu José aponta para o descompasso entre a valorização dos saberes camponeses em relação à fertilização natural da terra e a valorização da natureza e dos recursos naturais no que diz respeito ao uso sustentável, estabelecido pelos órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA) apontado por Maluf (2003). O descompasso está no fato de que, queimar a capoeira é uma atitude passível de receber multas ambientais, mas usar agrotóxicos indiscriminadamente, não.

Então dissemos ao seu José que ali em Colombo tinha muita gente plantando alface, se isso não interessava a ele. E foi esta a resposta que ele nos deu: “É que a gente não tem terreno pra plantar né? Senão eu plantava” (JOSÉ. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009). O outro funcionário, seu Manoel, também trabalha no colhe-pague aos domingos. Perguntamos a ele se ele também atendia o turista e ele nos respondeu: “o domingo faço um biquinho aqui né? Trabalho sábado depois do almoço e domingo inteiro, incluindo café e almoço. É, colhi ou alugo a vara de pesca aí. E fico sempre para aqui. Vou ganhar um \$50,00. Pra interar um pouquinho. Pagar uma luzinha uma água (MANOEL. Entrevista realizada, por SANTOS, T.M.B.B., em agosto de 2009).

As palavras de seu José e de seu Manoel nos remetem à questão da proletarização do camponês, sem, contudo, expulsá-los do campo. Nesta direção, sua imagem de camponês é necessária a realização do turismo ali realizado, porque compõe o cenário, além de ser uma prestação de serviços por baixa remuneração (foto 27). Sobre o consumo da imagem do camponês, há um espaço, fora da horta, em que algumas verduras previamente colhidas são vendidas para os turistas. Quando os turistas passeiam pela horta, o que nem sempre acontece, seu José os acompanha para o caso de colhê-las, caso eles mesmos não o queiram fazê-lo. É fornecido ao turista um chapéu de palha e uma cesta, como é possível observar na foto abaixo.



Foto 27: Seu José, sem direcionar o olhar para a máquina fotográfica⁵¹.
Autor: SANTOS, T.M.B.B em agosto de 2009.

Ao chegarmos ao colhe-pague Gasparin, a pedido da guia, seu José já havia colhido algumas verduras para vendê-las aos turistas. Alguns turistas foram logo vestindo os chapéus e se apropriando de algumas cestas. Pensávamos que eles

⁵¹ Sobre a pose de seu José ao ser fotografado, Martins (2008) argumenta que uma fotografia tirada por um paparazzo, considerado por ele como sendo um invasor, pode considerar um triunfo fotografar alguém que tenta se proteger contra esse tipo de violência visual. A contrapartida estaria no respeito ao fotografado, de maneira que o conteúdo sociológico da fotografia está no modo de fotografar que diferencia classes sociais ou categorias sociais. Em suas palavras, “como a classe média e os camponeses, que usam distintas concepções de imagem nos retratos e fotografias que fazem, os camponeses preferindo fotos frontais em momentos de ritos demarcatórios da vida comunal e familiar” (MARTINS, 2008, p. 17).

iam, de fato, colher as verduras na horta. Nossa surpresa foi maior quando percebemos que esse turista, munido de chapéu de palha, foi arrumando algumas verduras em sua cesta e se posicionou, estrategicamente, para uma foto, de maneira que a horta fizesse pano de fundo para sua pose (fotos 28, 29). A partir daí, vários turistas fizeram fila para a mesma foto (fotos 30, 31). Seu José interrompeu o seu trabalho e ficou observando aquilo sem entender direito o porquê daquilo tudo. As verduras colhidas, em certo momento, depois de tantas fotos, já amassadas e bagunçadas, foram abandonadas na cesta e, depois, retomadas por outros turistas.



Foto 28: Turista montando a cesta de verduras.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.



Foto 29: Turista posando para foto.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.



Foto 30: Turista posando para foto.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.



Foto 31: Turista posando para foto e seu José, aos fundos.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Na foto acima, enquanto a garotinha posa para uma foto com o carrinho de mão, o olhar do seu José nos faz pensar sobre a capacidade que o turismo tem de mercantilizar todas as coisas. Na foto, o carrinho de mão, instrumento de trabalho, se tornou atrativo na medida em que foi utilizado para compor a foto da menina. Depois de ver grande parte dos turistas que faziam parte de nossa excursão tirar as fotos com os chapéus e cestas de verduras, vimos mais tarde, outro grupo de turistas repetirem a mesma atitude. Pensávamos que, por estar juntos, um turista acabou influenciando outro até que todos posassem para uma foto. Mas na medida em que vimos outros turistas realizarem a mesma atitude, acabamos por deduzir que se tratava de uma prática turística de todos que passavam por ali (foto 32).



Foto 32: Turistas posando para foto munidas de chapéu e cesta com verduras.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Depois de conversar com seu José por ocasião de nossa entrevista, nós mesmos quisemos comprar algumas verduras. Seu José, sem que pedíssemos, correu na horta para colher algumas verduras mais frescas, e fez questão de nos dar algumas de presente. A mercantilização do camponês, e de sua imagem, para realização do turismo em espaço rural também estava presente em outros pontos visitados do Circuito Turístico Italiano em Colombo, a exemplo do restaurante Bosque Italiano.

Trata-se de um restaurante, cujo dono, é descendente de italianos, mas sem vínculos familiares em Colombo. Ele foi chamado por um amigo para administrar um restaurante no Circuito e acabou ficando até os dias de hoje. Trata-se de um empreendimento em que é possível almoçar, andar a cavalos, descansar nas redes, a exemplo do que dissemos sobre uma propriedade no Espírito Santo, dentre outras coisas. Neste empreendimento o simulacro do campo está fortemente representado, seja no andar a cavalo, seja no descanso nas redes (foto 33), seja, ainda, na mercantilização da figura do camponês. Entrevistamos o funcionário responsável pelo cuidado com os cavalos e ele nos disse que, além de trabalhar na fábrica de cal, trabalha alugando os animais que ele mesmo cria, nos finais de semana para o restaurante (foto 34).



Foto 33: Turistas descansando nas redes após o almoço.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Por tudo o que mostramos, podemos concluir que, em Colombo, e de maneira geral, o turismo em espaço rural, só se realiza a partir do casamento entre natureza e cultura camponesa. Este casamento, contudo, não exige, necessariamente, que o camponês esteja presente, senão a partir do simulacro.



Foto 34: Turista fotografando o filho em cima do cavalo.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em agosto de 2009.

Outro ponto que merece destaque foi a visita ao museu Cristóforo Colombo, que reúne informações e instrumentos relacionados à colonização do município de Colombo. Embora a formação do município contemple outras imigrações, é a imigração italiana a que recebe maior destaque. Obviamente em função do Circuito Italiano de Turismo Rural no município. Ao chegarmos ao museu, um rapaz responsável pela administração do museu, Fábio, nos recebeu dando as boas vindas em italiano. Ele mesmo fez questão de se apresentar como sendo descendente de italiano e polonês.

Importante considerar que ele mesmo refere-se ao seu avô paterno como sendo Nonno, embora ele seja descendente de imigrantes poloneses. Essa busca pelas raízes italianas é quase uma obsessão daqueles que estão envolvidos no Circuito Italiano. A impressão passada é a de que outras imigrações, para além da descendência de italianos; ou mesmo aqueles que não têm raízes européias, são preteridos em relação à descendência italiana, uma vez que fazer parte desta árvore genealógica é quase um critério de formação de identidades, no limite, às vezes beirando a xenofobia. Vejamos a resposta do Fábio quando questionado sobre as demais imigrações em Colombo:

Eu acho que não. Quem entende a questão da colonização. Porque até os anos oitenta se falava italiano na rua. Então por exemplo, o meu Nonno, que eu chamo de Nonno, mas é (um termo em polonês) porque é polonês, ele viajava de caminhão, meu sobrenome é polonês. Viajava de caminhão e em casa, quando ele não estava minha Nona falava em italiano com meus pais. Quando ele estava ela respeitava e falava português. Mas todo mundo respeita. Hoje, o que está acontecendo, existe um grande número, cresceu muito Colombo, de imigrantes do norte Paraná, de todo Brasil. Esses talvez ficam meio, mas eles não moram na região de colonização, já é uma outra cultura. Que eles vivem meio uma cidade dormitório. Então é complicado a gente querer mudar o que já está no município há cento e trinta anos. Então, a cultura. Então é por isso que a gente adota mesmo a cultura italiana porque é a mais forte, a festa da uva a festa do vinho (FÁBIO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.B.B., em agosto de 2009).

Ao participar do Circuito Italiano de Turismo Rural na qualidade de turista, ficamos mesmo com a impressão que toda a cidade de Colombo é formada por descendentes de italianos. Isso porque é uma idéia, de certa forma, comprada pelo turista, porque vendida pelo turismo. Mas isso não é verdade. Embora haja muitos descendentes de italianos no município, não são somente italianos. Há todo tipo de pessoas com as mais variadas raízes migratórias, inclusive na área rural da cidade incluindo aqui a sede do município. Contudo, essa idéia, que consideramos um

simulacro, é de tal maneira vendida para os turistas e de tal maneira assumida como verdade por eles que, chega-se ao ponto de acreditar que essa história seja mesmo verdade. Ser descendente de italianos é motivo de orgulho, o que alcança os turistas. A título de exemplo, uma turista que estava em nosso grupo foi procurar suas raízes italianas no livro de genealogia que estava exposto no museu, e encontrou lá algum parentesco. Isso foi motivo de muito orgulho dela e da guia turística, que fez questão de contar a todos os demais turistas presentes na excursão.

Outra questão que merece destaque diz respeito à fala do Fábio proferida aos turistas durante a visita ao museu. A história da fundação da cidade está toda exposta nas paredes do museu em cartazes (banner), começando pelos índios, que já estavam na cidade antes da chegada de qualquer outro imigrante; negros, portugueses, poloneses e italianos. Contudo, todo o museu é voltado para a imigração italiana. Nesta direção, a maioria dos objetos ali reunidos, senão todos, para exposição, dizem respeito a instrumentos de trabalho agrícolas, e objetos pessoais dos primeiros italianos que chegaram à cidade. Depois que é dado ao turista um curto espaço de tempo pra que ele circule pelo museu e tire algumas fotos, Fábio reúne todo o grupo para fazer uma fala em relação à história da formação da cidade. O curioso é que ele, aluno de graduação em história, não se reporta a história da cidade, mas a história da colonização italiana em Colombo. Além disso, essa história é muito rapidamente deixada de lado para dar lugar a uma seqüência de casos relacionados à vida cotidiana dos italianos. Nesta direção, sua fala deixa de informar, para entreter, inclusive a partir de piadas; tendo em vista, sempre, a valorização da moral e famílias italianas. Como podemos verificar em sua fala:

Quem manda em uma casa italiana é a mulher. Quem manda é a mulher. Porque que é a mulher que manda na casa do italiano aqui. Quem trouxe o ouro que eles conseguiram juntar pra vir pro Brasil foi a mulher. Como que elas traziam, na barra da saia. Então elas prendiam, tinham as barrinhas de ouro né, que eles juntava, vendiam vaca, porco o que eles conseguiam vender lá e os italianos não sabiam qual era a moeda da América pra vir pro Brasil, então as mulheres traziam assim, na barra da saia. Aqueles vestido né. Usava assim. Quem traziam aqui o ouro na barra da saia. Por isso que quem disse que quem manda na casa italiana é a mulher até hoje. Porque foi ela que trouxe o ouro pra cá. E outras histórias de pobreza, por exemplo: é, tinha uma tradição é que quando nascia uma criança lá. Que alguém viveu essa época. Ele conta como davam pão branco para os bebês

nascidos e como retiravam da boca do bebê esse pão assim que ele dormia.

Os italianos foram casar né. Esse casamento antes era de manhã, o casamento era às 10:00, 8:00 horas da manhã, era o casamento né. Não é hoje igual, no sábado, casa de noite e tal, antes era de manhã. E parava a colônia né! Mas, outra, italiano não gostava muito de tomar banho né? Mas no dia do casamento precisava né? Vai que me tira o sapato! Mas daí, a menina foi casar e daí, se reúne tudo as mulher pra enfeitar a mulher no do dia do casamento.. Então era sete horas da manhã, o casamento era às nove. Sete horas da manhã já estava tudo lá na cozinha e daí a Nonna falou: Você não vai se lavar hoje? Hoje precisa né. Ela pegou e foi pro rio. Sete horas da manhã foi se lavar. Chegou no rio aquela água gelada, gelada, gelada. Pegou e entrou, colocou o pé, foi entrando com água gelada, subiu no joelho; a hora que chegou assim mais pra cima ela sentiu um frio né. Aí chegou nessa parte assim ela começou a se lavar. Aí ela bateu na água assim, assim, bateu na água desse jeito assim e sentiu um negócio gostoso e começou né. E dizia: (em italiano) hoje é teu dia! Hoje é teu dia! (risadas!) Beleza, passou meia hora, 7:30h a Nonna ficou preocupada, falou pra irmãzinha mais nova: vai ver onde que tá tua soréia, vai ver onde que ela tá lá no rio tomar banho não voltou até agora né. Daí pegou o tamanquinho e foi lá embaixo. Chegou lá embaixo escondeu atrás da moita de repente viu a irmã e a irmã tava lá: (em italiano). De repente beleza, passou uma hora a Nonna preocupada falou com a mãe: tua filha não voltou ainda vá lá embaixo ver o que aconteceu. Quando a mãe chega lá embaixo tava as duas dentro do rio. A que ia casar falava: (em italiano). A pequenininha estava lá do mesmo jeito e falava assim: espera o teu dia vem! espera o teu dia vem! Gente do céu, faltava meia hora pro casamento e nada! A Nonna pegou a bengala e foi ela. Foi lá embaixo atrás da moita e tava as três dentro do rio. A que ia casar falava: hoje é teu dia! hoje é teu dia! A pequenininha falava: espera que teu dia vem! espera que teu dia vem! E a mãe dizia assim: pra você tem todo dia! Pra você tem todo dia! Gente batendo o sino, a carroça pronta. Todos já preparados, 9:00h o padre na porta da igreja, todo mundo preocupado, cadê a noiva? Cadê a noiva, e nada! O pai veio (bêbado) eu vou lá ver onde que tá esta turma. Foi lá embaixo e estava as quatro. A Nonna. A que ia casar falava: hoje é teu dia! hoje é teu dia! A pequenininha falava: espera que teu dia vem! espera que teu dia vem! E a mãe dizia assim: pra você tem todo dia! Pra você tem todo dia! E a Nonna chorando dizia: pra você nunca mais! Pra você nunca mais! (FÁBIO. Entrevista realizada, por SANTOS, T.B.B., em agosto de 2009).

Trata-se da realização daquilo que a política pública para o desenvolvimento do turismo em espaço rural orienta fazer no sentido de valorizar os “causos”, a gastronomia, os costumes, as festas etc. Enfim, trata-se da banalização da vida cotidiana, na medida em que esses casos são contados sem os seus sujeitos, mas (re) produzidos para o turista. A guia turística já havia antecipado que por ocasião da visita ao museu, um dos divertimentos estaria garantido por esses casos contados pelo Fábio.

Assim, o casamento entre a imagem da natureza a partir da produção agrícola associada à imagem do camponês e sua cultura, aqui explorada como cultura italiana, embora essa cultura envolva todos os aspectos que norteiam a vida do camponês: a hospitalidade, a cordialidade, a simplicidade etc; estão no bojo do

desenvolvimento do turismo realizado na área rural em Colombo, legitimando este turismo como sendo rural, a despeito de todo o simulacro em torno dessa imagem e cultura. Sobre o que estamos falando, recuperando Froehlich (2000) no que diz respeito à imagem de um agricultor para composição de um cartão postal para divulgação do turismo no espaço rural na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul; em Colombo, a paisagem, além de revelar a vida cotidiana que se realiza a partir da produção de olerícolas, também revela o próprio trabalho que se realiza neste espaço.

Durante a semana até os sábados é possível observar os camponeses trabalhando em suas lavouras, como podemos ver nas fotos abaixo (fotos 35, 36), o que dá vida às produções presentes na paisagem.

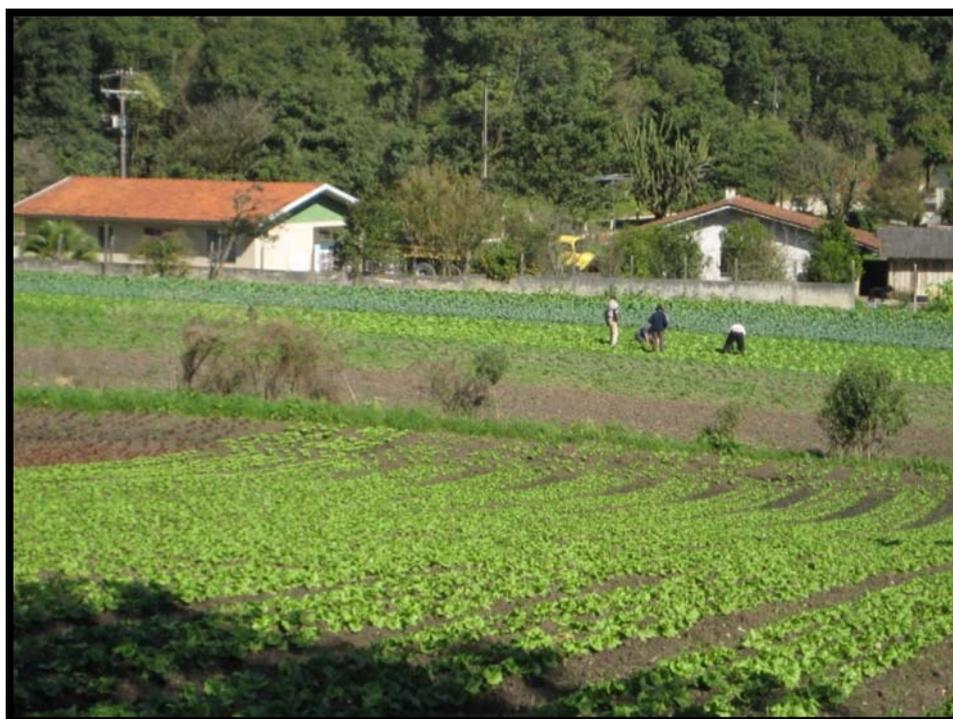


Foto 35: Cirilo trabalhando em sua lavoura com seus familiares.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em julho de 2009.



Foto 36: Seu Carlos, trabalhando em sua lavoura.
Autor: SANTOS, T.M.B.B. em julho de 2009.

Assim, a vida cotidiana, que inclui terra, trabalho e cultura camponesa, se contrapõe à mercantilização destes três elementos, os quais são apreendidos pelo turismo e transformados em mercadoria para fomentar esse mesmo turismo. Ou ainda, são simulados em empreendimentos capitalistas, a partir do uso dessa imagem, de maneira a legitimar o turismo realizado em espaço rural. Recuperando Cruz, “Viver é sempre mais que simplesmente fazer turismo ou receber turistas” (CRUZ, 2007, p.6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base o avanço do turismo no campo brasileiro enquanto aporte ao desenvolvimento com apoio de políticas públicas, a partir da pesquisa que realizamos, faremos agora algumas considerações finais.

Mostramos que o turismo pode ser considerado uma atividade econômica cooptada pelo mercado que tem no consumo do/no espaço e do lazer a sua especificidade. Trata-se de um fenômeno social que deve ser analisado em toda sua complexidade, o que implica considerar suas várias facetas: fenômeno social, atividade produtiva, econômica; trabalho para uns, lazer para outros, desenvolvimento, impactos, dentre outros aspectos já mencionados. Mostramos, também, de um lado, que o turismo, não pode por si só, ser responsabilizado pelo desenvolvimento nos lugares onde ele se realiza. De outro, e, de igual maneira, ser responsabilizado pelo agravamento das desigualdades sociais já existentes. Isso porque, é o modelo de turismo adotado e implementado que vai determinar quais serão os seus efeitos para a população residente. Daí a importância das políticas públicas em sua implementação e desenvolvimento nos lugares onde ele se realiza, embora cada vez mais o turismo se afirme como atividade capitalista assentada em um tempo rápido, racionalizado e caro.

Vimos, também, que o turismo avança no campo levando consigo todas as suas características que lhes são intrínsecas, relacionadas ao modelo de turismo sol e mar, incluindo a criação de simulacros para a realização do consumo e, claro, para sua própria reprodução. Mas, não como uma atividade que se realiza por si só, como já dissemos, o que justificou a presença da Secretaria de Turismo de Colombo/PR como sujeito de análise. Mostramos que o turismo planejado e desenvolvido em Colombo teve como critérios de seleção aspectos relacionados à cultura de imigração e, no que diz respeito à produção agrícola, à produção de uvas e fabricação de vinhos, prioritariamente. As demais propriedades inseridas no Circuito que não desenvolvem essas atividades são preteridas em relação à visita dos turistas, como foi o caso apresentado da Chácara Morango Natural. Esta última,

preterida em relação à Chácara do Engenho Verde, por uma questão de estética em relação à lojinha construída para venda dos morangos produzidos na propriedade.

Mostramos que, se de um lado o turismo é direcionado para o olhar do turista, para o atrativo recortado da realidade em que está inserido; de outro, o turista assume esse recorte e é satisfeito pela possibilidade de consumir rápido o maior número de atrativos vistos em um curto espaço de tempo. Munidos de máquinas fotográficas, os turistas visitaram o roteiro apresentado indiferentes às práticas cotidianas que se desenvolvem no lugar visitado. Esse comportamento assentado em uma prática relacionada ao consumo aproxima, cada vez mais, o turismo do capitalismo.

Discutimos o turismo como atividade capitalista movida pelo consumo do/no espaço com o objetivo de mostrar a diferença entre a racionalidade que move esta atividade em relação à racionalidade do modo de vida camponês. O que justificou, também, o objetivo central deste trabalho, que foi investigar a participação camponesa no turismo que se desenvolve no campo. Em um primeiro momento, defendemos a hipótese de que os critérios econômicos relacionados à construção das lojinhas para venda dos produtos e adequação das propriedades seriam os principais elementos limitantes para inserção dos camponeses no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo. No entanto, o trabalho de campo nos mostrou que a cultura, o modo de vida camponês foi, independente da questão econômica, o elemento central para a não inserção dos camponeses no turismo desenvolvido em Colombo/PR.

As atividades cotidianas relacionadas à agricultura, a autonomia em relação ao seu próprio tempo, a desconfiança em relação ao estranho, o reconhecimento da agricultura enquanto atividade produtiva que demanda cuidado freqüente e responsabilidade, e, a noção de que a produção agrícola não é elemento de atratividade turística, porque permeada de valores relacionados ao trabalho e, portanto, em oposição ao lazer, se colocaram como elementos que justificaram a resistência dos camponeses entrevistados em relação ao turismo desenvolvido em Colombo.

Para estes camponeses, o turismo se coloca como atividade que está em oposição às suas práticas cotidianas. Seja pela realização da atividade agrícola que exige deles um constante cuidado, seja pelo conjunto de valores que norteiam suas práticas cotidianas. Não há espaço nos valores que norteiam essas práticas para o desenvolvimento do turismo em suas propriedades. Ao contrário, mostramos que há um sentimento de repulsa em relação a esta atividade. O turista é sempre visto como um estranho que pode atrapalhar sua rotina de trabalho ou de lazer.

Para os camponeses inseridos no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo outra questão foi posta: em que medida a campesinidade estaria presente, ou ausente, nas práticas cotidianas dos camponeses envolvidos no Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, ou ainda, dito de outra maneira, em que medida o turismo modifica e é modificado por esses camponeses inseridos no CITUR. Mostramos que algumas famílias assumiram parte da racionalidade que move a atividade turística, seja pela mercantilização de sua própria história de vida, colonização; seja pela dedicação ao turismo em detrimento da própria família, embora, contraditoriamente, o bem estar da família seja a motivação primeira para o desenvolvimento do turismo na propriedade.

Mostramos que algumas propriedades não receberam turistas para estarem reunidas em família, já que a visita aconteceu por ocasião do dia dos pais e, outras, não abriram mão de atender os turistas em sua propriedade, mesmo que trabalhando com a família. Esta questão aponta para o fato de que o turismo modifica as práticas cotidianas, da mesma maneira que o turismo é modificado por essas práticas, em um movimento contínuo e contraditório. Isso porque não é interessante para o turismo que o turista seja impedido de visitar um ponto do circuito. Essa autonomia em relação ao turismo fragiliza o Circuito, mas, contraditoriamente, aponta para a possibilidade que o camponês tem de gerir essa atividade.

Finalmente, mas não menos importante; mostramos que a política pública para o desenvolvimento do turismo no campo não está descolada de um processo político maior o qual diz respeito à modernização do campo brasileiro. Da mesma maneira que nas políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, ideologicamente, o camponês dá lugar ao agricultor familiar; na política pública para

o desenvolvimento do turismo o agricultor familiar dá lugar ao empreendedor. Isso porque, inseridos em um projeto maior de modernização do campo, o agricultor familiar estaria, hipoteticamente, formatado para receber o pacote tecnológico necessário à produção agrícola, agora moderna. Da mesma maneira que o desenvolvimento do turismo, com apoio de políticas públicas, precisa que esse sujeito seja um empreendedor. Isso porque o modelo de turismo implementado obedece a uma racionalidade que escapa ao modo de vida camponês.

A contradição está no fato de que a condição para que esse turismo se realize no campo seja a apropriação da cultura camponesa transformada em simulacro. O Circuito Italiano de Turismo Rural é majoritariamente composto por empreendimentos capitalistas a partir de simulacros do campo e da cultura camponesa. De outro lado, a produção agrícola se faz necessária à construção da paisagem, alimentando no turista a sensação de estar no campo. Apesar do esforço político de modernizar o campo e, assim, fazer desaparecer o camponês, contraditoriamente o que se dá, é o resgate de sua cultura e seu modo de vida, mesmo que a partir de simulacros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. 2,ed. Portugal: Edições 70, 2007.

_____. **Simulacros e simulação**. Relógio d'Água: Lisboa, 1991.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº. 11.326/2006. **Define as atividades turísticas que especifica, como atividades de "Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11229>>

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), município de Colombo – PR**. 2007. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YÁSIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/>. Acesso em 20 de abril de 2007.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto Luiz; COSTA, Flávio de Carvalho. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: 2002.

CHAYANOV, A V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL. Secretaria Municipal de Turismo. Paraná: Colombo, 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: ARROYO, Mônica; LEMOS, Amália Inês Geraides; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **América Latina: Cidade, campo e turismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Política de Turismo e Território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inês Geraides; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Os paradoxos do turismo na cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino (Orgs.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

ECOPARANÁ; COMEC; EMATER. **Projeto Região Metropolitana de Curitiba**. Versão Preliminar. Curitiba, 1999.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Margon (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, José Graziano; STOLKE, Vera. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FROEHLICH, José Marcos. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o 'desenvolvimento'. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2.ed. São Paulo: Thompson Pioneira, 2003.

JOAQUIM, Graça. Turismo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria**. México: Siglo XXI, 1989.

KIMMELMAN, Michael. The New York Times. Turistas acidentais. In: Caderno G. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 23 de agosto de 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice Mencarini. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (Orgs.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraides. **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

LÊNIN, V. I. **El desarrollo del capitalismo en Russia**. Ariel: Barcelona, 1974.

LUXEMBURG, Rosa. **Introdução à economia política**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1969.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DO CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL. Secretaria de turismo. Paraná: Colombo, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). 1. ed. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e crise no Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **O cativo da terra**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto: 2008.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857 – 1858**. México Siglo Veintiuno, 1986.

_____. **O Capital**. V. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação – Geral de Segmentação. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: Janeiro de 2009.

MODELO PARA PROJETO DE EMPREENDIMENTOS CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL. Secretaria Municipal de Turismo. Paraná: Colombo, nov. 2008.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. DP&A editora: Rio de Janeiro, 2005.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1988.

NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inês Medeiros; SUZUKI, Júlio César. **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do estado, a crise política e a crise do Estado. In: **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PRESVELOU, Clio. Ações inovadoras em turismo rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

RELATÓRIO EMPREENDIMENTOS DO CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL. Secretaria Municipal de Turismo. Paraná: Colombo, 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo, Modernidade e Globalização.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amália Inés Geraides; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

RUSCHMANN, Doris Van D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Papyrus, 2000.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos.** 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Telma Mara Bittencourt Bassetti. **Turismo rural e sustentabilidade: o caso de municípios do Espírito Santo.** 2004. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, abr. 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 out. 2009.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, José Graziano (coord.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. Hucitec, São Paulo: 1980.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

_____; GROSSI, Mauro Eduardo Del. O novo rural brasileiro: atualização para 1992-98. Disponível na World Wide Web: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1034>> Acesso em 15 de jan de 2007.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. O progresso técnico na agricultura. In: SILVA, José Graziano. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOTO, Willian Héctor Gómez. **A produção de conhecimento sobre o 'mundo rural' no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, Sesc. 2001.

VEIGA, José Eli. Delimitando a agricultura familiar. **Revista Reforma Agrária**, n. 25. Campinas: ABRA, 1995.

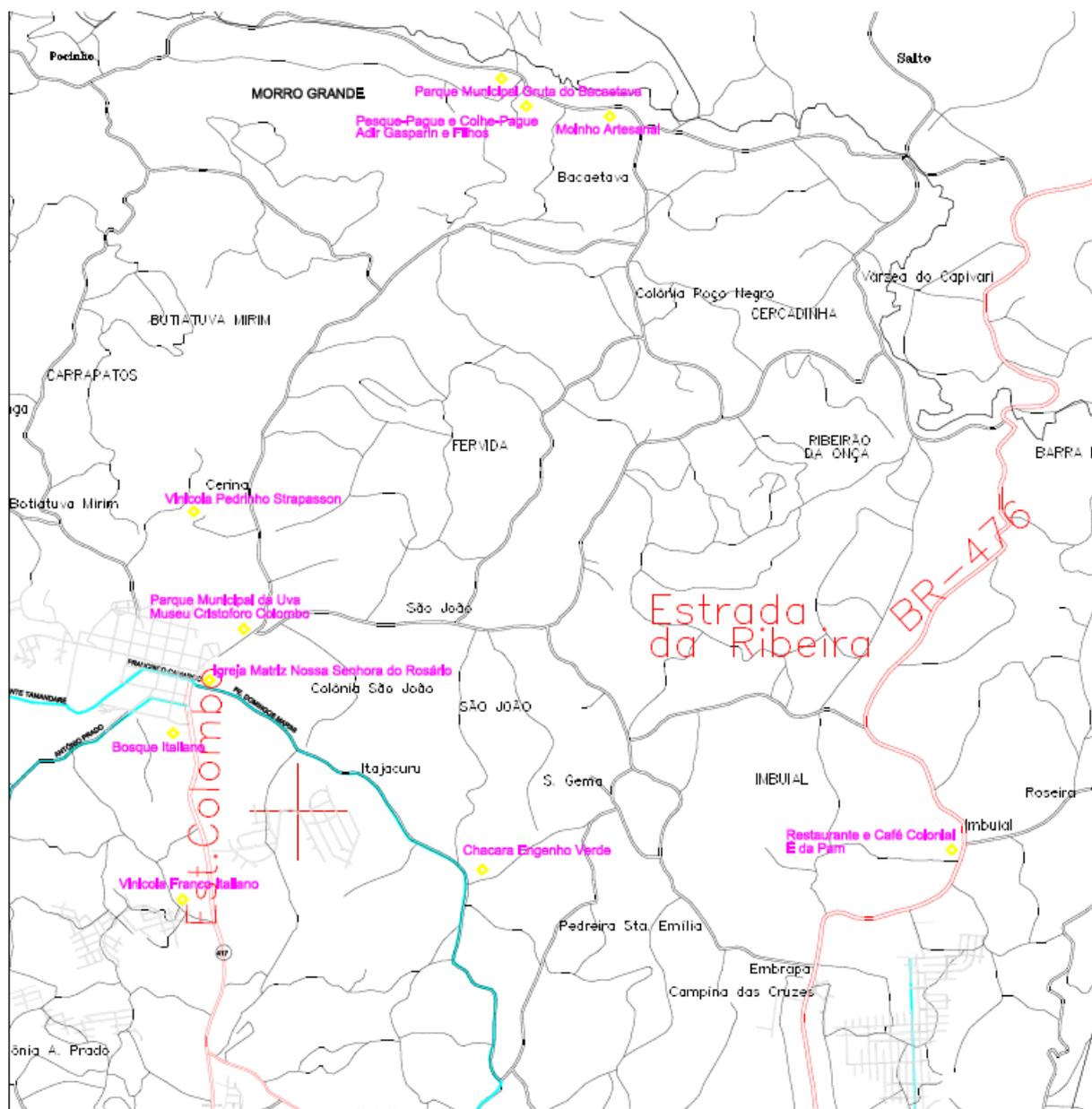
VIEITEZ, Candido Giraldez. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo – Brasília: HUCITEC, Fundação Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, 1990.

ZIMMERMANN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ANEXOS



Mapa 1: Roteiro turístico.

Fonte: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), 2009.



Mapa 2: Propriedades camponesas entrevistadas.

Fonte: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), 2009.